



IDENTIDADE NACIONAL ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

COORDENAÇÃO
MARIA DE FÁTIMA AMANTE



FRONTEIRA DO CAOS
EDITORES



CEPESE

Identidade Nacional
Entre o discurso e a prática

Título

Identidade Nacional
Entre o discurso e a prática

Coordenação

Maria de Fátima Amante

Todos os Direitos Reservados

Fronteira do Caos Editores Lda. e CEPESE

Capa

Comunicar Essência

Impressão e Acabamento

LinkPrint

Depósito Legal

337989/11

ISBN CEPESE

978-989-8434-10-4

ISBN Fronteira do Caos

978-989-8070-82-1

1.^a Edição

PORTO – 2011

CEPESE

Rua do Campo Alegre, 1021/1055

4169-004 Porto

cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.

Apartado 52028

4202-801 Porto

fronteirado caos@netcabo.pt

www.fronteirado caoseditores.pt

Identidade Nacional Entre o discurso e a prática

Coordenação
Maria de Fátima Amante



FRONTEIRA DO CAOS
EDITORES



CEPESE

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA-----	7
Fernando de Sousa	
<i>OPENING NOTE</i> -----	9
Fernando de Sousa	
INTRODUÇÃO-----	11
Maria de Fátima Amante	
CULTURA, IDENTIDADE E DIVERSIDADE	
PORTUGAL, MEMÓRIA, PATRIMÓNIO E CIDADANIA-----	23
Guilherme d’Oliveira Martins	
A CIDADANIA ENTRE O COSMOPOLITISMO E O MULTICULTURALISMO-----	31
Adriano Moreira	
IDENTIDADE E PLURALISMO-----	37
Carlos Diogo Moreira	
IDENTIDADE, NAÇÃO E ESTADO	
ESTADO, TERRITÓRIO E NAÇÃO: DUALISMOS MÚLTIPLOS NAS REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE NACIONAL-----	49
David Justino	
IDENTIDADE, ESTADO E O PARADIGMA DA CENTRALIZAÇÃO-----	65
José Esteves Pereira	
A PROBLEMÁTICA DA FRONTEIRA, A MATÉRIA IDENTITÁRIA E OS OPERADORES DO LIMITE. DEMARCAÇÃO, ILIMITAÇÃO E CENTRALIDADE-----	77
Rui Cunha Martins	
LIMITES E ESPAÇOS DA IDENTIDADE NACIONAL	
A EUROPA EM PORTUGAL: UMA CARTOGRAFIA DAS DISTÂNCIAS-----	91
Rita Ribeiro	
EUROPA Y LA IDENTIDAD NACIONAL PORTUGUESA-----	103
Ángel Rivero	
DAS REALIDADES QUANTIFICÁVEIS ÀS PERCEPÇÕES. IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA EM PORTUGAL-----	123
Teresa Ferreira Rodrigues	

MITO E POÉTICA NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

A ETNO-EPO-HISTÓRIA E OS MITOS FUNDACIONAIS DA NAÇÃO – “VIRIATO” DE TEÓFILO BRAGA-----	141
Maria da Conceição Meireles	
IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA NO SÉCULO XX – REPRESENTAÇÕES ORIUNDAS DE PORTUGAL E DO BRASIL-----	165
José Manuel Sobral	
AMORAS BRAVAS NO VERÃO: O PAÍS DE EUGÉNIO DE ANDRADE-----	187
Augusto Santos Silva	
TIMOR. A ÚLTIMA NAÇÃO IMAGINADA DO SÉCULO XX-----	203
José Adelino Maltez	
A REPRODUÇÃO QUOTIDIANA DOS MITOS NACIONAIS: O CASO DE NUNO ÁLVARES PEREIRA-----	219
Maria de Fátima Amante	
RESUMOS/ <i>ABSTRACTS</i> -----	237
BIOGRAFIA DOS AUTORES -----	251

CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLECTIVOS E PATRONOS DE HONRA

Nota de Abertura

Há uma verdadeira explosão discursiva nos últimos anos, em torno do conceito de identidade. Esta explosão passou mais recentemente a avalanche. Poucos aspectos da vida contemporânea têm suscitado tanta atenção por parte dos filósofos, historiadores e especialistas das ciências sociais e humanas.

A identidade transformou-se numa lente através da qual todos os aspectos da vida contemporânea são vistos e examinados. O reconhecimento da identidade, a identidade cultural, a identidade nacional, a construção e afirmação da identidade, a “territorialidade identitária”, fonte de violências e reivindicações inultrapassáveis, a crise de identidade, eis alguns dos temas/problemas das Relações Internacionais, do Direito, da Cultura, da Política, da História e da Sociologia. Esta tendência, que é evidente nos últimos 20 anos, vai atenuar-se ou agravar-se? Em minha opinião, vai crescer, por várias razões.

Em primeiro lugar, devido ao fenómeno da globalização.

A busca da identidade não é uma consequência da globalização, devido às pressões individuais e às tensões que produz?

Sabemos que as fronteiras estatais não foram criadas para separar e proteger as identidades já estabelecidas, e que, pelo contrário, as identidades comunitárias, como escreveu Fredrik Barth, derivaram, não raras vezes, de fronteiras inexistentes, instáveis ou incertas. A globalização não só provocou o desaparecimento de fronteiras, como, pelo contrário, parece ter construído novas fronteiras dentro dos Estados, em bairros e ruas do mundo em que vivemos.

Na União Europeia, a necessidade de uma Europa unida por razões de natureza económica, estratégica política e cultural, por um lado, e a vontade de se manterem as identidades nacionais, por outro lado, não constitui o principal obstáculo ao aprofundamento da construção europeia? Não se tornou indispensável, em simultâneo, democratizar a construção europeia e assegurar a coexistência das diferentes identidades?

Em segundo lugar, por força da afirmação das culturas no mundo presente.

A cultura intervém, na realidade, como variável intermediária que dá sentido à relação entre prática mobilizadora e produção identitária. A cultura já não é vista

como a alma dos povos, já não é considerada como sistema comum de valores, pois a verdade é que, numa colectividade social moderna, a possibilidade de se criar um consenso sobre valores dados é especialmente fraca; e não é mais assimilável à tradição, uma vez que se renova, se transforma e se adapta continuamente. A cultura designa assim o código pelo qual os actores se compreendem no jogo social, e ao mesmo tempo a significação particular de que se revestem a acção e as instituições sociais em cada colectividade. Logo, a cultura dá um sentido à própria noção de identidade, ou melhor, aos diferentes sentidos da identidade. Esta pode, em função das culturas, encarnar-se na nação ou na tribo, territorializar-se ou confundir-se com as estruturas comunitárias que, às vezes, anulam mesmo qualquer espacialização.

Assim, com a globalização, a nação não é mais que um dos modos de encarnação das identidades, podendo a reactivação identitária consolidar o quadro nacional, tal como pode fragmentá-lo, o que acontece em África e na Europa de Leste, ou, ainda, dissolvê-lo, pelo menos parcialmente, em conjuntos mais vastos, como acontece no mundo muçulmano. Em certas culturas, como por exemplo, a islâmica, ou no mundo indiano, construção identitária e construção nacional podem contradizer-se, gerando, deste modo, tensões perigosas para a ordem internacional. De uma maneira geral, os primeiros sinais de explosão cultural que se desenvolveram nas últimas duas décadas residem provavelmente nessa diversificação dos modos de expressão identitária.

Em terceiro lugar, devido aos tempos conturbados em que vivemos.

A crise financeira e económica que assola o mundo poderá ter como consequências, no plano material, o recuo para o protecçãoismo, a tentação de atenuar os efeitos negativos da globalização económica, e no plano das ideias, da filosofia política, a busca de identidade. Não é quando as comunidades estão em crise ou se afundam que se inventam, reinventam ou refazem as identidades?

Assim, mais do que falar de identidades herdadas ou adquiridas, não será mais apropriado falar de “identificação”, numa actividade interminável, sempre incompleta porque inacabada, uma questão em aberto, na qual todos estamos comprometidos por necessidade, por escolha e por opção/obrigação?

Seja como for, o CEPESE também não ficou imune à problemática da Identidade Nacional e da Cultura, à construção e representação identitárias, promovendo este Seminário e procurando assim dar um contributo para esta discussão e problemática.

Resta-nos agradecer e felicitar a professora Fátima Amante, investigadora do CEPESE, pela coordenação exemplar que desenvolveu em torno deste tema, quer do Seminário, quer desta obra que agora se publica.

Fernando de Sousa
Presidente do CEPESE

Opening Note

In recent years there has been a true discursive explosion around the concept of identity. This explosion has more recently become an avalanche. Few aspects of contemporary life have been more appealing to the attention of philosophers, historians and social and human sciences experts.

Identity has transformed into a lens through which all aspects of contemporary life are seen and examined. Identity recognition, cultural identity, national identity, identity construction and assertion, “territorial identity”, identity as a source of insurmountable violence, identity crisis, these are some of the themes/problems of International Relations, Law, Culture, Politics, History and Sociology.

Will this tendency – quite clear over the past 20 years – soften or increase? In my opinion it will increase, for many reasons.

Firstly, due to the globalization phenomenon.

Is it not identity search a consequence of globalization due to individual pressures and the tension it causes?

We know that State borders were not created to separate and protect already established identities; on the contrary, community identities, according to Fredrik Barth, resulted many times from absent, unstable or uncertain borders. Globalization has led not only to the disappearance of borders, but also, at the same time, it seems like it has built new borders within the States, in the neighbourhoods and streets of the world we live in.

In the European Union, the need of a united Europe for economic, political and cultural strategic reasons, on the one hand, and the will to preserve national identities, on the other hand, is not the main obstacle for the deepening of the European construction? Has it not become indispensable at the same time to democratize the European construction and assure the coexistence of different identities?

Secondly, due to the strength of cultures’ assertion in the current world.

In fact, culture intervenes as an intermediary variable that gives sense to the relation between mobilizing practices and identity production. Culture is no longer seen as the soul of the peoples, it is no longer considered as a common system of values; the

truth is that in a modern social community the possibility of finding a consensus concerning accepted values is extremely weak, and it is not more similar to tradition since it continuously renovates, transforms and adapts itself. Thus, culture designates the code understood by the actors in the social game and at the same time the particular meaning that covers the action and the social institutions in each community. Therefore, culture gives a sense to its idea of identity, or in other words, to the different identity meanings. This can, according to each culture, be the nation or the tribe, territorialize or be confused with community structures that, sometimes, even cancel any spatialization attempt.

Therefore, with globalization, the nation is nothing more than a way of personification of identities; and the identity reactivation can consolidate the national frame, as well as break it up, as it is the case of Africa and Eastern Europe, or even dissolve it, at least partially, in wider sets as it happens in the Muslim world. In certain cultures, as for example the Islamic or the Indian world, identity construction and national construction can be contradictory, thus creating dangerous tensions for the international order. Overall, the first signs of cultural explosion that have developed over the last two decades reside probably on that diversification of ways for identity expression.

Thirdly, due to the troubled times we are living in.

The economic and financial crisis devastating the world can have as consequences, within the material scope, the return to protectionism, the temptation to mitigate the negative effects of economic globalization; and within the political philosophy scope, the identity search. Are not identities invented, reinvented or redone when communities are in crisis or sinking?

Therefore, more than talking about inherited or acquired identities, is it not more correct to talk about the “identification” of an endless activity, always incomplete because it is unfinished, an open question, in which we are all engaged by need, choice or obligation?

In any case, CEPESE is also not indifferent to the National Identity and Culture problem, to the identity construction and representation, and by promoting this Seminar it tried to somehow contribute for this discussion.

We can only thank and congratulate Professor Fátima Amante, CEPESE researcher, for the excellent coordination carried out around this theme, both with the Seminar and the work that is now published.

Fernando de Sousa
President of CEPESE

Introdução

Maria de Fátima Amante
ISCSP/CEPESE

1. Da persistência dos estudos da identidade nacional

Nas últimas décadas do século XX, a temática das identidades nacionais parece mais actual do que nunca. Tornou-se um tema privilegiado junto dos críticos, jornalistas, políticos e, sobretudo, junto dos académicos que voltam a sua atenção para a nação e para os sentimentos de pertença, para as lealdades partilhadas e para as distintas formas de reprodução das mesmas. O contexto social e político internacional das últimas décadas do século XX foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos em torno da identidade nacional. É, a este título, indiscutível o impacto das transformações políticas ocorridas no centro e leste europeu, os constantes desafios da globalização e o aumento e a diversificação das migrações internacionais.

O fim da bipolarização revelou que a identidade nacional se mantinha como uma das escalas de pertença mais consistentes, o que foi sendo demonstrado através de expressões latentes, moderadas ou mais exacerbadas de nacionalismo no continente europeu. Contrariamente às previsões materialistas, novecentistas, o nacionalismo não se havia tornado um princípio político anacrónico e “a volta do reprimido”, como lhe chamou Ignatieff¹, era visível em contextos geopolíticos muito diversos.

Por outro lado, também a globalização, nas suas várias dimensões e, no contexto europeu, o processo de integração, que vinham sendo teorizados como predadores do Estado-nação pela inevitável deterioração de funções e legitimidade que muitos davam como certas, faziam antever, para alguns, um enfraquecimento das identidades nacionais. Antecipava-se o deslocamento das lealdades dos indivíduos para entidades supranacionais, numa clara valorização de uma ética cosmopolita² ou para as identidades locais e étnicas em detrimento da lealdade nacional. Nos anos noventa, discutia-se o Estado pós moderno, pós nacional, sendo certo, para muitos, que a dimensão nacional parecia perder o fulgor que a modernidade lhe havia atribuído e consolidado. Estas expectativas, contudo, foram sendo contrariadas e percebia-se que,

¹ IGNATIEFF, 1993.

² WATERS, 1995.

apesar de consumirmos e vivermos ‘globalmente’, estas escalas de pertença não só não anulavam as dimensões nacional e local de pertença como, em alguns casos, as tornavam mais presentes³. Simultaneamente, entre os países da União Europeia, havia sinais claros – na recusa que alguns Estados-membros fizeram de instituições europeias em favor da manutenção das nacionais – que davam conta da dificuldade e morosidade da identidade supranacional, europeia. Os debates foram-se multiplicando e a identidade nacional foi-se tornando um tema recorrente nas ciências sociais e humanas.

Finalmente, o aumento e a diversidade das migrações internacionais e a consequente vivência quotidiana da diferença étnica e cultural, abriram espaço para que as interrogações relativamente à definição de si e do outro se mantivessem. No âmbito da exploração de questões como as percepções dos imigrantes e em relação a eles nas sociedades de acolhimento, ou da abordagem das questões relativas à cidadania, a identidade nacional surgia inevitavelmente como um dos objectos de discussão.

2. Pensar a identidade nacional e a identidade portuguesa

A conceptualização da identidade como identidade política, nacional, entronca no discurso distintamente moderno, que se tornou possível a partir do momento em que a Revolução Francesa deu à nação uma soberania absoluta. A partir de então, torna-se premente a necessidade de caracterização de um tipo de comunidade e consciência colectiva que se pretende desvinculada de interesses corporativos e religiosos, critérios a que habitualmente surgiam vinculadas as identidades medievais e pré-modernas.

A teorização da identidade nacional concentra-se inicialmente na génese da nação, inscrevendo-se nos desenvolvimentos teóricos que resultarão nos modelos ditos ‘de construção da nação’ e que se ocupam da identificação de elementos (e da sua natureza), de inclusão e de exclusão. Neste contexto, fervilham as mentes dos filósofos, que se batem pela imposição de um discurso inevitavelmente polarizado, em torno de concepções subjectivas, cívicas e políticas de construção nacional, por oposição às propostas objectivas, étnicas e culturais. Tornam-se incontornáveis, o texto seminal de Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation?* (1882), na defesa dos elementos cívicos e políticos na construção nacional, por um lado, e o de Johann Herder,

³ CASTELLS, 1997.

Ideas for a Philosophy of Mankind (1784-91) que fornece a base para a argumentação em torno dos factores étnicos e linguísticos.

A concepção subjectivista de Renan – amplamente citada ao longo do presente texto por David Justino e Ángel Rivero –, define a nação como “uma alma, um princípio espiritual” em cuja criação se identificam elementos objectivos, mas se impõem os de carácter mais subjectivo, traduzidos “no consentimento diário, [n]o desejo de viver junto, [n]a vontade de perpetuar o valor do património que se recebeu de forma indivisa”⁴. Embora conceda que importam na definição da identidade todo o legado patrimonial anterior à manifestação da vontade de pertencer à nação, subalterniza este tipo de elemento à manifestação diária de pertença. A perspectiva de Renan é consentânea com as ideias liberais que Stuart Mill havia defendido anos antes, em *Considerations on representative government*, ao afirmar que a nacionalidade é a aspiração de todos os membros de um governo representativo, escolhido por sua vontade: “Onde o sentimento de nacionalidade existe sob qualquer forma, existe um caso de *prima facie* para unir todos os membros sob um mesmo governo, e um governo separado para eles mesmos. Isto para dizer simplesmente que a questão do governo deve ser decidida pelos governados”⁵.

Herder, pelo contrário, insiste nos factores de natureza essencialmente cultural, que não dependem da opção dos sujeitos. Não se escolhe a nação, nasce-se nela. Entre os elementos de inclusão destacam-se a língua, que considera a expressão viva, orgânica, de qualquer povo. Numa reacção contra a cultura única, o universalismo francês, defendeu que língua é o principal meio de conhecimento dos valores e da cultura de uma nação e, por isso, incentivou a busca das raízes nacionais. A vernaculização da nação torna-se o objectivo para muitos povos europeus e os folcloristas buscam incessantemente, junto do povo, os dialectos mais antigos, a poesia, as lendas que atestem a autenticidade nacional.

A identidade portuguesa foi, no contexto da modernidade, pensada igualmente em termos da sua etnogénese, tornando-se os portugueses num “tópico ensaístico obsessivo”⁶. Embora os discursos em torno da identidade portuguesa se tornem, nas últimas décadas do século XIX e XX, por vezes, profundamente divergentes, o interesse vai-se mantendo e agregando em seu torno várias sensibilidades disciplinares: história, antropologia, sociologia.

As referências teóricas antes enunciadas são o espelho onde muitos dos que pensam a identidade portuguesa se revêem, pelo que as teses da origem da nação portuguesa aparecem igualmente polarizadas. Nos anos setenta do século XIX, a unidade nacional apresentava-se indiscutível: a nação era culturalmente homogénea e ao estilo

⁴ RENAN, [1882] 1996.

⁵ RENAN, [1861] 1996: 41.

⁶ BASTOS, 2000: 5.

herderiano, romântico, Teófilo Braga procura na literatura e nas tradições populares o *ethos* nacional. A sua reflexão sobre a história nacional deixa perceber que o povo é o elemento fundamental nos momentos de viragem⁷. Atestando a importância do passado e da tradição como marca de cultura e da identidade de uma nação, Almeida Garrett recolhe junto do povo, lendas e tradições que publicará sob o título *Romanceiro e Cancioneiro geral* (1843). A importância da singularidade é sistematicamente enfatizada e a diferenciação é a tónica dos discursos românticos.

Este discurso conhecerá, na última década do século, um importante revés: o optimismo será substituído pelo discurso da decadência, reproduzido em contextos variados e que, como observa Leal, transformará a reflexão sobre a identidade portuguesa: a construção da nação deixa de ser o tópico dominante, para ceder lugar a uma interrogação da nação à luz das teses decadentistas⁸. A reprodução de uma imagem mais negra da cultura e identidade portuguesas fica a cargo de pensadores de diversos quadrantes da elite intelectual novecentista: escritores, políticos e historiadores, que defendem uma “teoria do desvio histórico”⁹. Olhando para o estado da vida cultural, social e política portuguesas, tornava-se inevitável procurar no passado as ‘causas da decadência’. Para intelectuais como Antero de Quental ou Oliveira Martins, era como se a nação tivesse perdido o rumo a partir do século XVI.

Esta atitude mais negativista cruza a viragem do século, apresentando-se o movimento intelectual português polarizado entre as diferentes formas de olhar a decadência nacional, as suas causas e a possibilidade de solução: o saudosismo e o racionalismo crítico. O poeta Teixeira de Pascoaes retoma a exploração das tradições populares em *A arte de ser português*¹⁰, defendendo que o saudosismo não é apenas um traço da literatura, é também o ‘modo de ser’ e portanto uma característica da alma nacional. A “realidade essencial” da pátria à qual urge voltar é a saudade. Reflectindo sobre as causas da decadência nacional, Pascoaes identifica o estrangeirismo como uma das mais importantes. Com o poeta recupera-se o nacionalismo cultural, acentuam-se a diferenciação e o exclusivismo nacionais.

Por seu turno, António Sérgio critica veementemente a centralidade atribuída ao exclusivismo nacional e aposta numa perspectiva universalista e cosmopolita da identidade portuguesa. Repudiando a ideia de que é pela valorização do passado que se resolvem as questões do presente ou se ‘recupera’ a identidade nacional, defende um esforço pedagógico junto da população, apelando ao desenvolvimento de espírito crítico das elites intelectuais. O pensamento de Sérgio mantém-se influente, sobretudo no domínio da historiografia portuguesa até aos anos de 1970, o que segundo

⁷ MATOS, 2008.

⁸ LEAL, 2000: 56.

⁹ MATOS, 2008.

¹⁰ PASCOAES, 1915.

Matos¹¹ se deveu ao facto de o ensaísta ter submetido a forte crítica o nacionalismo conservador e exclusivista de finais do século XIX, que acabou por se impor durante o Estado Novo.

Pensar Portugal e os Portugueses durante o Estado Novo manteve-se como tendência. Desde os geógrafos como Orlando Ribeiro, aos historiadores como Vitorino Magalhães Godinho ou Borges de Macedo, aos antropólogos como Jorge Dias, a reflexão persistiu diversificada. O último manifesta desde os anos quarenta, interesse pela etnogénese dos portugueses, mas é ao proceder à identificação dos ‘elementos fundamentais da cultura portuguesa’¹² e ao estudo do carácter nacional¹³ que se torna mais enfático na tarefa de ‘pensar os portugueses’. Orientado por um quadro teórico que só implicitamente se detecta no texto de 1950 – o da escola antropológica de cultura e personalidade norte-americana – recupera a tradição da mitificação da identidade nacional, inscrevendo-se na tendência que foi a de Pascoaes. Embarcou na procura do fundo temperamental do povo português, de um conteúdo espiritual que é mais resistente à mudança e dos elementos de coesão, identificando, não já a saudade, mas o mar como referencial mais significativo.

3. Da construção e interrogação da identidade nacional à prática discursiva

O interesse das ciências sociais e humanas pela identidade nacional no final do século XX e início do novo milénio conhece novas orientações. O desenvolvimento das perspectivas construtivistas da realidade social, a maior projecção das teses pós-estruturalistas que libertam o sujeito da acção dos condicionalismos estruturais e lhe conferem maior protagonismo, assim como o reconhecimento da incapacidade do *Staatsnation* e da *kulturnation*, enquanto categorias mutuamente exclusivas, para dar conta do processo de construção e representação da identidade nacional, qualquer que seja o caso, tornam o *ethos* nacional menos interessante.

A pós-modernidade revelava que a identidade nas suas várias dimensões era cada vez mais desafiadora, enquanto objecto de estudo. As referências às identidades múltiplas, às crises de identidade, aos ressurgimentos identitários, etc., mostram como a definição de si e do outro ocorrem em contextos cada vez mais competitivos. As perspectivas essencialistas cedem lugar à conceptualização da identidade como um processo e não como um estado. A identidade nacional, que

¹¹ MATOS, 2008.

¹² DIAS, [1950] 1990.

¹³ DIAS, 1971.

Anthony Smith caracterizou como a mais duradoura das identidades colectivas¹⁴, não é – como nenhum outro tipo de identidade – estática. Está em construção, dando resposta a necessidades, interesses, e é objecto de leituras e experiências muito diversas, embora, como diz o autor, “sempre dentro de determinados limites”¹⁵. As identidades nacionais são permeáveis à mudança, capazes de influenciar e de se deixarem influenciar; são, como já se referiu, “abertas”¹⁶, relacionais, em permanente construção. O contacto com a diferença enriquece-as e o diálogo valoriza-as¹⁷. Na sua reprodução estão envolvidos aspectos de natureza objectiva – a cultura, o território, as memórias históricas, etc. – mas é igualmente importante a sua dimensão subjectiva, traduzida não só na crença de pertença como nos contornos que se atribuem a essa pertença. Como referiu Mattoso, “na percepção que os próprios cidadãos têm de formarem, uma colectividade humana”¹⁸, mas também na forma como, discursivamente, reproduzem essa percepção.

A nação impõe-se como uma construção mental, não apenas como uma “comunidade imaginada” como lhe chamou Anderson¹⁹, para acentuar a sua desvinculação territorial, localizada, estruturada no conhecimento dos pares, mas sobretudo como uma construção discursiva que é produzida e reproduzida, transformada e desmantelada dessa forma: *discursivamente*. A abordagem na contemporaneidade aparece cada vez mais distante da essencialização, detendo-se nas dimensões de auto consciência susceptíveis de reprodução quotidiana, *banal*²⁰ ou sob a forma de *narrativa*²¹. O olhar lançado à identidade portuguesa acompanha este afastamento. Contributos mais recentes aparecem centrados na memória²², nas representações da identidade nacional por referência a categorias internacionais²³, nos elementos simbólicos que em si, também se construíram como práticas discursivas da identidade nacional²⁴. Enfim, menos atenção à origem, à identificação de elementos e categorias de essencialização e mais ao processo, à relação que o seu carácter aberto impõe e à construção discursiva da identidade.

¹⁴ SMITH, 1991.

¹⁵ SMITH, 1991:17.

¹⁶ MATTOSO, 2003.

¹⁷ MARTINS, 2007.

¹⁸ MATTOSO, 2003: 5.

¹⁹ ANDERSON, 1983.

²⁰ BILLIG, 1995.

²¹ BHABHA, 1990.

²² SOBRAL, 1999; CATROGA, 2009.

²³ BASTOS, 2000; MIRANDA, 2002.

²⁴ CUNHA, 2000; MEDINA, 2006.

Organização do livro

O presente volume reproduz, com algumas alterações, as comunicações que foram apresentadas no Seminário Internacional *Cultura e Identidade Nacional: Entre o discurso e a prática*, em Abril de 2009. Os textos reflectem, grosso modo, algumas das tendências na abordagem da identidade portuguesa que antes identificámos.

Guilherme d' Oliveira Martins, num tom ensaístico, propõe que se pense Portugal como um Estado plural e o seu património cultural como elemento de diálogo e não como tradição inerte. Articulando os conceitos de pluralismo e liberdade, enfatiza a importância de se olhar o património cultural como “encruzilhadas de vontades e de dúvidas” e como um “espaço” onde o cidadão pode ter uma atitude proactiva na sua gestão e preservação.

Adriano Moreira reflecte sobre o multiculturalismo e a cidadania nas sociedades ocidentais. O autor explora o multiculturalismo enquanto construção histórico-filosófica e advoga a necessidade de, na contemporaneidade e nas sociedades ocidentais, se repensarem os conceitos para que sejam consequentes e capazes de se constituírem como resposta aos renovados desafios que se colocam.

O pluralismo é também o tema de Carlos Diogo Moreira. O autor aborda a complexidade do conceito e a forma como essa complexidade facilmente tem conduzido a equívocos de entendimento. São aqui articulados os conceitos de identidade e cidadania e a forma como eles poderão ser acomodados dentro das lógicas do pluralismo.

Concentrando-se na identidade nacional, David Justino retoma a questão teórica da emergência da nação e do nacionalismo para defender que no caso português a construção da nação não pode ser dissociada do papel do Estado. Acentua assim a componente política de construção nacional, o Estado e a sua capacidade de funcionar como organizador da sociedade no seu território natural, e a tornar possível que os dualismos com que habitualmente se representa a nação portuguesa se esbatessem.

O Estado é o tema base do artigo de José Esteves Pereira. Nele o autor sublinha a sobreposição, no caso português, da ideia e prática de Estado e de Nação e o seu cunho fortemente integrador, capaz de se manter apesar da crescente diversidade social e cultural da sociedade portuguesa e da inevitável mudança que ao nível do Estado se tem operado por força da construção europeia e da globalização.

Rui Cunha Martins reporta-se indirectamente ao Estado, quando se concentra no *seu limite*: na fronteira enquanto linha de demarcação e transgressão. Explora o modo como as fronteiras não delimitam apenas para o exterior, mas igualmente para o centro, para dentro, tornando-se a “reserva essencial” para que este possa subsistir. O autor

questiona a construção moderna da fronteira enquanto conceito historicamente disponível para ser activado, retirando daí a sua dimensão de historicidade.

Os textos seguintes representam formas diferenciadas de pensar a identidade portuguesa no contexto da Europa. Rita Ribeiro aborda a relação entre Portugal e a Europa, mais especificamente o modo como a Europa surge reflectida nos discursos produzidos em torno da identidade nacional. Da análise dos discursos produzidos pelos intelectuais que revelam uma polarização entre a vocação atlântica ou uma vocação europeia para Portugal, conclui-se que estes reproduzem essencialmente uma concepção instrumental, utilitária e estatutária da Europa.

Também Ángel Rivero reflecte sobre a identidade portuguesa no contexto da Europa. Interroga-se sobre a construção europeia, lançando mão de todo o *construto* teórico, moderno e contemporâneo, sobre a edificação da nação e do Estado. O seu questionamento é duplo: por um lado, todo o projecto da União Europeia é visto sob a óptica de conceitos que são – no caso da Europa – contraditórios com o projecto: civilização, cultura e identidade. Por outro lado, detém-se no caso da identidade portuguesa e recupera os discursos das elites sobre Portugal, de forma a tentar perceber como todas estas questões se reflectem na identidade portuguesa.

Teresa Rodrigues aborda indirectamente a questão central do livro. Concentra-se nas migrações e nas questões de segurança que marcam a entrada do milénio. A partir da análise das estatísticas demográficas, traça o perfil dos movimentos migratórios recentes em Portugal, destacando a forma como o Estado tem lidado com a crescente diversidade social e cultural no interior das suas fronteiras.

Finalmente, um conjunto de textos que abordam o tema sob o ponto de vista da representação, da mitologia e da poética. Portugal e os portugueses, enquanto motivo de reflexão saíram com muita frequência do domínio da historiografia. Em pleno século XIX, figuras da literatura nacional apelaram à regeneração moral e através da sua obra procuraram inspirar os leitores através de uma crítica dura, às vezes corrosiva. De entre todos, os poetas, declamando as memórias dos heróis da nação, reais ou imaginários, contribuíram inequivocamente para a construção de um panteão de mitos nacionais. Maria da Conceição Meireles concentra-se nos esforços de Teófilo Braga para conferir à nação portuguesa uma identidade cultural e uma antiguidade inquestionáveis. O elemento de análise é o texto de início do século XX, *Viriato. Narrativa Epo-Histórica*, onde o autor recupera o mito de Viriato e a importância que lhe foi sendo atribuída como elemento de nacionalismo cultural. As reedições e novos formatos de que tem sido alvo constituem um dos questionamentos da autora.

José Manuel Sobral detém-se sobre as múltiplas interpretações de que foi objecto a identidade nacional portuguesa ao longo do século XX. A partir da obra de quatro referências – Mendes Correia, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Jorge

Dias –, sublinha o quanto a conjuntura e a ideologia são importantes para o entendimento destas representações.

Augusto Santos Silva apresenta um texto que tenta encontrar Portugal na poesia de Eugénio de Andrade. A identidade nacional foi, para os poetas portugueses, um tema de eleição: de Luís de Camões a Fernando Pessoa, a poesia foi um veículo de extraordinária relevância na caracterização da alma portuguesa e dos seus feitos, contribuindo por vezes para uma mitificação de personagens e eventos. A análise de Santos Silva olha a obra poética como elaboração criativa sobre questões de identidade, procurando, sobretudo, caracterizar a relação entre o poeta e o seu país.

José Adelino Maltez, num texto profundamente original, quase literário e construído a partir de uma experiência de trabalho em Timor, apresenta uma reflexão sobre a nação timorense. O seu ensaio explora diversas questões, que vão do papel do Estado à intervenção internacional no projecto de construção de Timor. Num estilo híbrido, que mistura a narrativa com a poesia e a teoria com a elaboração mais subjectiva, explora o percurso de Timor como Estado-nação.

É sobre recuperação de heróis nacionais míticos o texto assinado por Maria de Fátima Amante, mais concretamente sobre a recuperação do mito de Nuno Álvares Pereira, por ocasião da recente canonização. A autora explora a importância dos mitos na construção e reprodução da identidade nacional e a forma como podem ser objecto de apropriação e utilização quotidiana através da generalização do recurso à blogosfera como espaço de comunicação.

Bibliografia

BHABHA, Homi, 1990 – *Nation and narration*. Londres: Routledge.

BASTOS, J. Gabriel, 2000 – *Portugal europeu. Estratégias identitárias inter-nacionais dos portugueses*. Oeiras: Celta.

BILLIG, Michael, 1995 – *Banal nationalism*. Londres: Routledge.

CASTELLS, Manuel, 1997 – *O poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CATROGA, Fernando, 2009 – *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*. Lisboa: Almedina.

CUNHA, Luís, 2000 – *A nação nas malhas da sua identidade*. Porto: Afrontamento.

DIAS, Jorge, [1950] 1990 – “Elementos fundamentais da cultura portuguesa”. *Estudos de Antropologia*. V.I. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 135-158.

DIAS, Jorge, [1955] 1990 – “Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português”. *Estudos de Antropologia*. V.I. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 183-206.

INTRODUÇÃO

- DIAS, Jorge, 1971 – “Estudos do carácter nacional português”. *Estudos de Antropologia Cultural*, 7, p. 35-49.
- EDENSOR, Tim, 2002 – *National Identity, popular culture and everyday life*. Oxford: Berg.
- IGNATIEFF, Michael, 1993 – *Blood and belonging. Journeys into the new nationalism*. S/l: Virking.
- MARTINS, Guilherme d’Oliveira, 2007 – *Portugal, identidade e diferença*. Lisboa: Gradiva.
- MATOS, Sérgio, 2008 – *Consciência histórica e nacionalismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATTOSO, José, 2003 – *A Identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares.
- MIRANDA, Joana, 2000 – *Identidade nacional: do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.
- RENAN, E., [1882] 1996 – “What is a nation?”, in WOLF, Stuart (ed.) – *Nationalism in Europe, 1815 to the present: a reader*. Londres: Routledge, p. 48-60.
- SOBRAL, José, 2004 – “O norte, o sul, a raça, a nação. Representações da identidade nacional portuguesa”. *Análise Social*, 34, (171), p. 255-284.
- STUART MILL, J., [1861] 1996 – “Nationality”, in WOLF, Stuart (ed.) – *Nationalism in Europe, 1815 to the present: a reader*. Londres: Routledge, p. 40-47.
- WATERS, Malcolm, 1995 – *Globalization*. Londres: Routledge.



CULTURA, IDENTIDADE E DIVERSIDADE

Portugal: memória, património e cidadania

Guilherme d'Oliveira Martins
Centro Nacional de Cultura

A procura de uma identidade aberta, que ligue o que nos caracteriza e o que nos distingue, obriga ao reconhecimento da memória como factor de coesão e de confiança. Em lugar da absolutização do que é próprio, impõe-se assumir uma atitude cosmopolita, capaz de ligar as raízes à vontade comum (na linha de Garrett e Herculano), de recusar o fatalismo do atraso (como quis a Geração de Setenta), de assumir um sentido crítico emancipador (como António Sérgio e Jaime Cortesão), de olhar o futuro como criação necessária (segundo Fernando Pessoa e Almada Negreiros) bem como de aceitar e desenvolver a “maravilhosa imperfeição” de Eduardo Lourenço¹.

Num momento em que os cidadãos europeus são chamados a criar elos permanentes que garantam a existência de uma autêntica diversidade cultural, como factor de coesão em lugar da fragmentação, devemos repensar os fundamentos da Europa plural, como realidade aberta ao mundo e às diferentes culturas, consciente da sua própria memória e das suas raízes, baseada numa pluralidade de pertenças e na procura de valores comuns. Eis por que temos de olhar o património cultural na sua relação directa com as pessoas e as comunidades, de modo a considerar e a concretizar uma prioridade efectiva à Cultura das pessoas, da memória e da criatividade. Karl Jaspers falava, aliás, da Europa como sinónimo de liberdade, história e ciência. Liberdade, como vitória sobre o arbitrário, porque a queremos quando sabemos que a não temos. História, como encontro e diálogo, no sentido da compreensão do tempo como factor de emancipação. Ciência, como exigência de verdade – “não só como jogo de pensamento lógico, mas como vontade absoluta, universal de conhecer o conhecível”².

A diversidade cultural e a pluralidade de pertenças obrigam, de facto, a recusar as identidades fechadas. As identidades só ganham pleno sentido quando sejam abertas e disponíveis para dar e receber, e para assegurarem um permanente diálogo entre a tradição e a modernidade. Tradição significa transmissão, dádiva, entrega, gratuidade.

¹ LOURENÇO, 1999: 83.

² JASPERS, 1946: 378.

Modernidade representa o que em cada momento acrescentamos à herança recebida, como factor de liberdade e de emancipação, de autonomia e de criação. A novidade resulta sempre desse diálogo entre o que recebemos e o que criamos. E a cultura situa-se nesse ponto de encontro e de saída – não em confronto com a natureza, mas complementarmente a ela. As casas, os lugares, as regiões, os povos, as nações têm um espírito, sempre feito de diferenças e de interdependência.

Temos, por isso, de entender o “espírito dos lugares” e de transformar essa compreensão num modo de nos enriquecermos culturalmente a partir do diálogo entre o que recebemos dos nossos antepassados, correspondente ao património material e imaterial, e o que criamos de novo, a contemporaneidade – que nos insere na História, onde tudo se transforma. No entanto, deparamo-nos com a tentação do esquecimento e da indiferença. E o certo é que a falta de memória histórica leva-nos pelos caminhos da repetição trágica ou da violência cega.

Que é a decadência senão a confusão entre memória e repetição? E a repetição de gestos e atitudes, para além do poder invocatório, conduz-nos, se não houver a capacidade de renovar, à ausência de vitalidade. E que é a barbárie senão a falta de memória? E a verdade é que a amnésia histórica e cultural conduz à subalternização e à irrelevância. Tradição e modernidade são, de facto, faces da mesma moeda, uma e a outra têm de se alimentar mutuamente. A história das sociedades é feita de um diálogo permanente entre a força das raízes antigas e a vontade das novas gerações. E se a criação exige novidade e ruptura, a verdade é que a criação cultural e artística faz-se sempre tendo em consideração a herança cultural e o conhecimento do tempo que nos antecede.

Conhecer e compreender o património como factor de inovação e de criatividade, de paz e de democracia significa aprender com a diferença, isto é, aprender a ser com os outros. Não basta proclamar grandes princípios abstractos, é indispensável lançar pontes, realizar iniciativas comuns, reler a História à luz da compreensão dos conflitos e da sua superação pacífica e democrática, recusar que o pêndulo apenas indique o sonho ou o pesadelo. Uma “cultura de paz” tem de se realizar com base no conhecimento e na compreensão, na educação e na cultura, na ciência e na comunicação, como tem afirmado Frederico Mayor³. No entanto, falar de “cultura da paz” não pode significar a invocação de uma mera “boa intenção”, trata-se, sim, de criar verdadeiros factores de prevenção contra a guerra e a injustiça, contra a discriminação e a violência, contra a barbárie e o esquecimento – ligando o saber, a criatividade, a liberdade e a responsabilidade. Estamos no cerne da “Paideia” e da “Humanitas”, para as quais educação e cultura se ligavam para despertar consciências e para criar e construir uma cidadania autónoma, activa e responsável.

³ MAYOR, 1996.

As fronteiras visíveis e invisíveis têm de se tornar linhas de encontro, de troca, de entendimento, de regulação pacífica de conflitos, mas também de interrogação e de dúvida sobre o que divide e separa e sobre as razões dos conflitos e das incompreensões. Como afirmou Jacek Wosniakowski⁴, a nova ideia de fronteira pressupõe, mais do que o conhecimento, a compreensão. Nos Balcãs todos se conhecem demasiado bem e não é isso que reduz a conflitualidade. A fronteira deve aprofundar o que une e o que distingue – urge distinguir para unir. A cultura deve, assim, buscar os factores unificadores e universalizantes nas diferenças, uma vez que só assim se poderá começar a regular o dilema entre liberdade e diferença, e a complementaridade entre igualdade e distinção.

E se a sociedade humana é por definição conflitual, importa promover a igual consideração e o respeito como valores fundamentais da sociedade aberta. Todos nos lembramos dos efeitos negativos das construções políticas e sociais artificiais. Quando se perdem os factores formais de coesão, a conflitualidade emerge violenta e desregulada. Eis por que razão uma nova noção de fronteira tem de ser aprofundada no plano social e cultural. Nas sociedades abertas, as fronteiras físicas e sociais devem ser assumidas como lugares de distinção e de diferença, mas também como linhas de proximidade. Todos sabemos que as rivalidades maiores são sempre as dos povos vizinhos, e no entanto, a melhor maneira de as orientar positivamente é encontrar projectos comuns que os levem a compreender no dia-a-dia que dependem uns dos outros, sem prejuízo da existência natural de rivalidades, que são o sinal da diferença.

Nada pior do que alimentar ilusões sobre realidades impossíveis. E o património cultural, num sentido amplo, poderá levar-nos a compreender a realidade humana, não como imagem idílica, mas como encruzilhada de vontades e de dúvidas, contra o fatalismo, os determinismos, a ignorância e o esquecimento. A Educação como aprendizagem permanente a partir da transmissão dos saberes, do exemplo e da experiência, tem, por isso, um papel crescente e fundamental no combate pela “sociedade de cultura”, pela “cultura da paz” e pela defesa e salvaguarda de um património comum, da humanidade, dos povos e das pessoas. Seguindo o ensinamento de John Dewey⁵, que o nosso António Sérgio cultivou, trata-se de entender a formação cívica não como uma antecâmara para a vida, mas como uma vivência quotidiana da liberdade e da responsabilidade, e da lenta, gradual e permanente construção educativa (*bildung*).

E quando falamos de cultura temos de nos reportar sempre ao acto de educar, que permite relacionarmo-nos com a natureza aproveitando-a, protegendo-a e desenvolvendo-a. E o património cultural, como realidade complexa, tem de ser devidamente considerado – desde o código genético e do genoma humano, até às tradições, às

⁴ WOSNIAKOWSKI, 2004 (Disponível em: <www.diploweb.com/forum/wosniakjac.htm>).

⁵ DEWEY, 1938.

comunidades, às instituições, aos hábitos e costumes, num conjunto vasto do que designamos como património imaterial (o modo como os artesãos trabalham, como a culinária se desenvolve, como as pessoas e as comunidades se relacionam), passando pelos vestígios arqueológicos, pelos monumentos, pelo modo de organização das populações e das cidades, mas também pela valorização da criação contemporânea e pela busca de uma relação equilibrada nesse diálogo entre o que hoje temos e queremos e aquilo que recebemos de antanho.

Todas as pessoas têm o direito de se implicar e de participar na valorização do património cultural, segundo as suas escolhas, como modo de assegurar o direito a tomar parte livremente na vida cultural. Daí a importância de promover e aprofundar a participação dos cidadãos na gestão e preservação do património cultural. Daí a necessidade de colocar a pessoa humana e os seus valores no centro de conceito novo, alargado e transversal, de património cultural. Por isso, destacamos o valor e o potencial do património cultural bem gerido como recurso do desenvolvimento durável e da qualidade de vida.

O pluralismo, a liberdade, a abertura, a compreensão do outro e do diferente são peças fundamentais numa “sociedade de cultura”, onde a dignidade humana seja colocada no centro da organização humana. De facto, as grandes crises da História superaram-se pela lenta e segura tomada de consciência dos cidadãos e da sociedade e pelo reconhecimento do valor universal da dignidade humana. E não podemos esquecer que a coesão social, económica, cultural e territorial exige trocas e projectos comuns, justiça e equidade. Essa troca, esse enriquecimento mútuo, permitem que os naturais choques de gerações produzam efeito positivo, num primeiro momento pelo choque e pela ruptura e, num segundo tempo, pela incorporação do novo no património comum, aceite como fazendo parte do acervo histórico.

De facto, temos de atribuir um valor especial ao património cultural e à memória, como realidades que se projectam no presente e que contribuem para um mundo melhor. Trata-se de um ordenamento jurídico de enquadramento, que parte da exigência do reconhecimento da importância da memória e do valor do património cultural na sociedade. Afinal, o património cultural está, cada vez mais, na convergência dinâmica entre a herança material e imaterial, representada pelos monumentos e pelas tradições, pelos costumes e pelas mentalidades, de um lado, e a criação cultural contemporânea, a inovação e a modernidade, de outro.

Trata-se, no fundo, de tentar entender a importância fundamental do valor, acrescentado que as novas gerações somam e incorporam na realidade cultural dinâmica de que somos protagonistas, não como realidade autónoma ou de geração espontânea, mas como algo que se insere na afirmação histórica de uma humanidade que evolui através da sua ilimitada capacidade de contrariar os determinismos de um destino cego. E assim um monumento histórico, um lugar, uma tradição têm de ser

defendidos e preservados não só porque representam um sinal de presença e de vida de quem nos antecedeu, mas também porque contribuí decisivamente para enriquecer a nossa vida e a nossa existência. Não estamos sós, em cada momento, a História faz-se com os contemporâneos e com aqueles que tornaram possível a nossa existência e constituíram as gerações que nos antecederam. E que são os conceitos de “Paideia” e de “Humanitas” senão o reconhecimento de que a sabedoria humana tem de assentar no que devemos às gerações que nos antecederam e aos outros com que lidamos e que devemos respeitar?

Importa conhecer o “valor” para a sociedade do património histórico e da cultura, considerados como realidades dinâmicas, resultado de uma fecunda dialéctica entre o que recebemos e o que legamos relativamente à criação humana. Os valores não são objectos ideais. E os fenómenos culturais participam dessa qualidade, não cabendo em “modelos estáticos”, devendo, sim, inserir-se no horizonte da “experiência histórica”.

A diversidade cultural e o pluralismo têm de ser preservados, com especiais cautelas, contra a homogeneização ou a harmonização indiferenciada. E se falamos de um “património comum europeu”, a verdade também é que estamos perante a construção inédita e original de uma “supranacionalidade” baseada na extensão do Estado de direito, na diversidade das culturas, na soberania originária dos Estados-nações, na dupla legitimidade (dos Estados e dos cidadãos ou povos), na adequação de objectivos comuns à nova circunstância da heterogeneidade económica e social, pondo a tónica na criação de um espaço de segurança e de paz e numa maior partilha de responsabilidades nos domínios económico e do desenvolvimento durável. Eis porque se tornou importante, em nome da dignidade da pessoa humana e da procura de um “património ou herança comum” considerar, em estreita ligação com o reconhecimento de um “código genético cultural” que recebemos, os valores que o homem intui na sua experiência individual e social e que, depois, reelabora racionalmente, com ideias de proporção e de ordem, com vista à realização do bem comum, segundo uma proporção exigida pelos valores da pessoa e pela conservação e desenvolvimento da cultura.

Trata-se de procurar os caminhos adequados para garantir a um tempo o reconhecimento das diferenças culturais contra todas as tentações de homogeneização e de centralização uniformizadora, bem como da importância da preservação e do desenvolvimento da protecção dos valores comuns da cultura. Fora da absolutização do Estado ou da sua menorização, em lugar do Estado dirigista e do Estado mínimo, o que se impõe é equilibrar a iniciativa pública e as responsabilidades dos cidadãos e as legitimidades centradas nos Estados, nos povos e nos cidadãos, segundo a partilha de soberanias inerente ao alargamento das experiências democráticas, a partir do respeito universal dos direitos, liberdades, garantias das pessoas e das responsabilidades cívicas.

A cultura, enquanto criação humana exige a compreensão do tempo, da história e da sociedade. Assim, a obra de arte, a proposição filosófica, a norma jurídica, uma

vez criadas ou formuladas, adquirem vida própria, tornam-se independentes do seu autor e do seu criador, tornam-se portadoras de uma plenitude de ser e de um sentido próprio, aberto ao conhecimento e à interpretação. Por um lado, devemos ter presente uma visão marcada pela História, que reforça a circunstância existencial e social e que projecta a vida humana para além de uma visão fechada e redutora. E a saída está na consideração de uma tripla dimensão da vida humana, como realidade individual, social e histórica.

Definido ao longo do tempo pela acção humana, o património cultural, longe de se submeter a uma visão estática e imutável, passa a ter de ser considerado como um “conjunto de recursos herdados do passado”, testemunha e expressão de valores, crenças, saberes e tradições em contínua evolução e mudança. O tempo, a história e a sociedade estão em contacto permanente. Nada pode ser compreendido e valorizado sem esse diálogo extremamente rico. Usando a expressão de Rabelais, estamos sempre perante “pedras vivas”, já que as “pedras mortas” dão testemunho das primeiras.

O património surge, nesta lógica, como primeiro recurso de compromisso democrático em prol da dignidade da pessoa humana, da diversidade cultural e do desenvolvimento durável. E constitui um capital cultural resultante do engenho e do trabalho de mulheres e homens, tornando-se factor de desenvolvimento e incentivo à criatividade. Quando falamos de respeito mútuo entre culturas e as diversas expressões da criatividade e da tradição estamos, assim, a considerar o valor que a sociedade atribui ao seu património cultural e histórico ou à sua memória como factor fundamental para evitar e prevenir o “choque de civilizações”, mas, mais do que isso, para criar bases sólidas de entajuda e de entendimento.

Somos cidadãos e une-nos um sentimento de pertença comum e os elos que se reportam a uma história viva, simbolizada e representada por uma herança (*heritage*), pelo património material e imaterial e pela capacidade de tornar presente essa invocação, através da vitalidade da criação contemporânea. O “valor” surge, assim, no “horizonte da experiência histórica”, fora de qualquer concepção desenraizada.

Património comum está, deste modo, na encruzilhada das várias pertenças e no ponto de encontro das várias complementaridades. Indo mais longe do que outros instrumentos jurídicos e políticos e do que outras convenções, o texto visa prevenir os riscos do uso abusivo do património, desde a mera deterioração a uma má interpretação enquanto “fonte duvidosa de conflito”. Quantas vezes um mesmo bem patrimonial pode estar ligado a tradições diferentes. Um templo pode ter na sua existência referências muito diferentes – pode ter sido sinagoga, igreja e mesquita. As mudanças fizeram-se violentamente, e haverá a tendência para valorizar apenas a concepção dominante actual. Ou bem que há tensão conflitual ou não. Mas caberá à própria sociedade encontrar o denominador comum, que permita evitar ser aquele monumento fonte de conflito.

Impõe-se o reconhecimento mútuo do património inerente às diversas tradições culturais que coexistem no continente e uma responsabilidade moral partilhada na transmissão do património às futuras gerações. E não esqueçamos “o contributo do património cultural para a sociedade e o desenvolvimento humano”, no sentido de incentivar o diálogo intercultural, o respeito mútuo e a paz, a melhoria da qualidade de vida e a adopção de critérios de uso durável dos recursos culturais do território. Daí a importância da “cooperação responsável” na sociedade contemporânea, através da acção conjugada dos poderes públicos, do mundo da economia e do voluntariado.

Perante a exigência do reconhecimento mútuo do património inerente às diversas tradições culturais que coexistem e de uma responsabilidade moral partilhada na transmissão do património às futuras gerações, realizamos um exercício prático, onde, a propósito da herança cultural e da salvaguarda de marcos de memória, descobrimos a importância do diálogo entre valores e factos, entre ideais e interesses, entre autonomia e heteronomia. O certo é que os valores, quando reconhecidos socialmente, adquirem um carácter de permanência, tornam-se expressão da memória e do movimento, da tradição e da criação e aliam-se às constantes e invariáveis axiológicas numa relação complexa em que o património e a herança culturais tornam-se factores de liberdade, de responsabilidade, de emancipação, de afirmação da dignidade humana e de respeito mútuo. Uma obra de arte, uma catedral ou uma choupana tradicional, um conto popular, as danças e os cantares, a língua e os dialectos, as obras dos artesãos, a culinária ancestral – eis-nos perante expressões de valores que põem em contacto a História e a existência individual, a razão e a emoção, que constituem a matéria-prima de uma cultura de paz.

Agostinho de Hipona identifica três tempos: “Um presente das coisas passadas, um presente das coisas presentes, e um presente das coisas futuras. O presente das coisas passadas é a memória; o presente das coisas presentes é a vida, e o presente das coisas futuras é a espera”. Considera, assim, o doutor da Igreja que passado e o futuro são figuras de linguagem que facilitam determinada referência de um tempo considerado, que já foi ou que virá a ser, mas que não é. A realidade existe apenas no presente, que é o “tempo em movimento”. E é a partir deste entendimento que uma concepção actual de património e de cultura deve abranger a compreensão dos três presentes, de modo que a memória seja revivida e respeitada, assumindo a relação que se estabelece entre as pessoas, a sociedade e a herança que recebem e que projectam no futuro. Se virmos bem, todos os testemunhos que recebemos correspondem a diversas influências. Uma catedral que chega aos nossos dias apresenta diversos estilos, não apenas pelo tempo que demorou a construir, mas também pelas sucessivas adaptações ou melhoramentos que foi sofrendo. O mesmo se diga do urbanismo, da literatura, das artes, tantas vezes situados, em períodos de transição, na encruzilhada

entre a erudição e a tradição popular, ou resultantes de várias influências e de diversas transições.

Um conceito inovador de cidadania – centrada na dignidade da pessoa humana, no compromisso activo de transformação e emancipação da sociedade, no combate ao fatalismo do atraso, na aposta no diálogo entre património, herança e memória, na ligação entre educar, cultivar, exercer a crítica, respeitar as diferenças, dialogar, cuidar dos outros, equilibrar razão, sentimentos e convicções, participar, construir e criar. Poderíamos falar da ironia trágica de Antero ou do humanismo universalista de Jaime Cortesão – que é a nossa identidade senão o compreender a “maravilhosa imperfeição” de que fala Eduardo Lourenço?

Bibliografia

DEWEY, John, 1938 – *Experience and Education*.

HIPONA, Agostinho de – *Confissões* (Livro XI, cap. XX).

JASPERS, Karl, 1946 – *L'Esprit Européen*, Rencontres Internationales de Genève, vol. I.

LOURENÇO, Eduardo, 1999 – *Portugal como Destino, seguido de Mitologia da Saudade*. Gradiva.

MAYOR, Frederico, 1996 – *UNESCO, Un Idéal en action*.

WOSNIAKOWSKI, Jacek, 2004 *Entretien avec Pierre Verluise*, realizada em 19 Fevereiro de 2004. Disponível em: <www.diploweb.com/forum/wosniakjac.htm>.

A cidadania entre o cosmopolitismo e o multiculturalismo

Adriano Moreira

Academia das Ciências de Lisboa

Este tema do multiculturalismo, que emergiu e cresceu ao mesmo tempo que o globalismo derrubava as fronteiras geográficas e as suas defesas, movimentava deslocamentos descontrolados de populações em busca das possibilidades de exercer o direito natural de se alimentar e salvaguardar o direito fundamental de se manterem vivas, deu forma nova e mais desafiante ao passado de multiculturalismo dos regimes coloniais e dos Estados que abrigam minorias não integradas.

No modelo colonial, que foi objecto do programa de descolonização da ONU, a proeminência, de regra ocidental, olhava as populações submetidas como se fossem uma cera mole que seria transformada pelos modelos de comportamento do colonizador, com o poder político a impor uma obediência tranquila.

Na entrada do milénio em que nos encontramos, os factos mostraram que a passividade escondia a revolta pela incapacidade de reagir, a oportunidade de falar em liberdade na cena internacional demonstrou a vitalidade das várias áreas culturais, a agressão do forte ao fraco, como aconteceu no 11 de Setembro, teve uma eficácia inesperada.

Ao mesmo tempo, as massas que se instalam nos territórios das antigas metrópoles coloniais, frequentemente se organizam criando o modelo de colónias interiores, salvaguardando deste modo, por decisão ou imposição das circunstâncias, a sua diferença alertada e agressiva, exigindo simultaneamente o tratamento igual da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que faz parte do legado ocidental ao resto do mundo.

A perplexidade das sociedades civis ocidentais e a incerta linha de resposta dos governos, como repetidamente aconteceu em França, são desafios à regularidade de funcionamento das sociedades de confiança, de confiança entre os cidadãos na vida civil contratualizada, de confiança da sociedade civil na relação com o poder político instalado.

O cosmopolitismo, no sentido um pouco desviado das raízes estóicas que apontam para um Estado-Mundial de criaturas racionais, e que espera a capacidade de

aceitar com harmonia os costumes, as políticas sociais, a linguagem, de qualquer cidade ao redor da terra, e até de incorporar os valores que lhe presidem, perde vigência e relevo quando é o multiculturalismo circundante da violência e da falta de políticas eficazes de acolhimento e de integração que relança antigas angústias, não apenas dos que chegam como também dos que recebem.

Lembremos o famoso livro de Knut Hamsun, *La Faim*, ao descrever o que chama a *fome* como o espanto ou a angústia de cada um, ao sentir-se vítima dos desafios de uma realidade cheia de contradições, “forçado a deixar-se desfigurar vivendo, unicamente pela fome” que se traduz neste projecto constante: “Sim, mas que fazer?... Bato muitas vezes com os pés no chão, repetindo: que fazer, que fazer?”

Mais perto de nós, quando René Guénon escreveu *La Crise du Monde Moderne*, advertiu que o materialismo ocidental não encontrará as respostas sem se debruçar, como na sabedoria oriental, para o domínio da vida íntima, seguido de uma série de escritores que criticaram o racionalismo cartesiano, e apontaram para o pensamento complexo exigido pelos avanços sem precedente da ciência. Talvez Aldous Huxley, na sua *Philosophie éternelle* seja um dos escritores que apreendeu a crise que então se aproximava e agora está instalada, levando ao envolvimento de Deus na luta armada, como pratica o terrorismo global, ao contrário do conceito de Ruysbraek, que Huxley cita: “nós vimos de Deus, e estamos no exílio; e é porque a nossa capacidade de afeição tende para Deus que temos consciência desta situação de exílio”.

O preconceito da cera mole foi derrubado pela desconstrução da estrutura do império euromundista, que restituiu actualidade à utopia, à qual Karel Tchépeck deu o nome de *A guerra das salamandras*: trata-se do imaginado calvário desses animais submetidos a uma exploração impiedosa por uma sociedade dos homens movida pela ambição do lucro, obrigados a trabalhos penosos nas plataformas continentais, aprendendo pelo exercício a usar os instrumentos ocidentais, e que um dia se revoltam contra os opressores, revolta que, na previsão do autor, termina com a extinção da humanidade. Quando os alemães entraram em Praga, em 1939, Karel foi o primeiro escritor levado para um campo de extermínio.

Desta vez, a revolta do fraco contra o forte, utilizando o saber de usar as técnicas exportadas pelos ocidentais, coloca em disfunção as estruturas com golpes seleccionados, ao mesmo tempo que os imigrantes instalados, longe desses saberes, se vão organizando numa espécie de três círculos concêntricos, o de menor raio, agrupando os desesperados recrutáveis para o sacrifício terrorista, o segundo de apoiantes que assumem a intervenção, e o maior abrigando a parte mais vasta que sofre as carências, mas tem a ambição da vida em paz que é a mensagem de todos os textos sagrados.

No que pode convencionar-se ser o sentido mais rigoroso e puro do cosmopolitismo, ao contrário desta anarquia do multiculturalismo em progresso, cabe o pensamento político de Santo Agostinho que, em face da destruição do multicultural império romano,

na Cidade de Deus sublinhava que os Estados são formas de domínio, uns justos e outros injustos: os desejáveis são os que praticam a regra do governo dos homens livres por homens livres, que usam o método da deliberação, tendo como paradigma a Cidade de Deus, do qual deriva o sistema ideal de normas e funções. A concepção devida a Dante do “império mundial”, e até o “reino de objectivos” de Kant, no qual, “todas as coisas são o que devem ser, e devem ser como são”, inscreve-se no mesmo cosmopolitismo. Uma atitude que, à margem do conceito do Estado inspirou até o aventureirismo que teve exemplo histórico em homens como Casanova, Cagliostro, Ripperda, Marquês d’Argens, e Giuseppe Gorani (1740-1819), este que tanto se interessou pela vida portuguesa. Um aventureirismo que correspondeu mais ao conceito de estilo de vida, que não tem que ver com o regime político dos povos, que é uma espécie de elitismo despedaçado das populações, cuja importância e singularismo perdem relevo com a civilização de massas em que vivemos, em que a informação em tempo real, as imagens que circulam da arte que interpela a vida e da vida que inspira a arte, aquilo a que deu relevância foi ao encontro desordenado das culturas, ao multiculturalismo, em conflito por vezes armado, fazendo apelo à aliança das civilizações para evitar a catástrofe.

Um multiculturalismo que não se confunde com o internacionalismo orientador do marxismo de Estado nas suas várias formas, ou do Kantismo doutrinador de uma espécie de abolição das jurisdições nacionais em favor de um universalismo expresso numa liga das nações (Paz Perpétua, 1795), ou pelo menos de uma lei internacional coerente com o direito natural.

Mas se o cosmopolitismo tinha sobretudo como referência as cidades, numa época de ruralismo acentuado, e se por isso Lisboa foi eventualmente uma referência dessa atitude perante o mundo e a vida, na época em que regeu a formação e governo de um império que deixou os observadores estupefactos, a realidade desta época de massas, de redes, de submissão dos centros de investigação e ensino e sua hierarquização mundial crescente, dificilmente estará numa posição significativa na hierarquia do cosmopolitismo, que fala inglês, que corre os novos Caminhos de Santiago com o Santo colocado em lonjuras, que agrupa os detentores das fortunas mais poderosas, que se descobre medíocre num circuito de espectáculo animado por uma corte de estrelas das várias artes menores, documentado por fúteis revistas sectoriais, oferecendo a desconstrução dos modelos de comportamento histórico, numa perspectiva de relativismo anárquico sem referência a padrões que sejam premissas estruturantes.

De facto, despedaçado desse cosmopolitismo degradado, mas influente que para acima e para além do mundo das massas, é o multiculturalismo que sobretudo desafia as identidades históricas, e os conceitos que eram matrizes da ordem política ainda por meados do século passado, como o território nacional, as fronteiras sagradas, a

soberania absoluta, as instituições da sociedade civil, o apelo à transcendência em complemento da confiança na intervenção do Estado.

Para as sociedades que se distanciam dos avanços técnicos e científicos, parece ser antes de mais o exotismo ou a quietude que as elege como destino recomendado pelas agências de viagem.

Todavia, o desregulamento das migrações aconselha revisitar experiências do passado em busca de inspiração para enfrentar as novas circunstâncias. Lembremos que a reconquista, em que se inscreve a formação de Portugal, fez do monarca o Rei das três religiões, com uma legislação diferenciadora do estatuto das comunidades, certamente com incidentes graves cuja expressão mais dolorosa foram a expulsão dos judeus e a inquisição, mas assegurando a integração numa realidade emergente que foi a Nação. Os textos legais mantiveram-se até à consagração da igualdade que foi o Código Civil de Seabra. A Lisboa das três religiões foi uma referência mundial na época áurea da expansão, com os escravos vindos dos trópicos a inserir uma variável que durou, com alguma degradação de hábitos e costumes, até a intervenção do marquês de Pombal. De facto, a ordem baseou-se na defesa da *sede do poder*, o modelo que também garantiu a supremacia das minorias europeias que regeram as colónias até que a revolta inverteu a estrutura, e que a proclamação americana de Filadélfia adoptou, ao declarar que todos os homens nascem livres e iguais, com igual direito à felicidade, mas os índios não, mas os escravos não, mas as mulheres não, mas os trabalhadores não, negações que parecem atingir o ponto alto da extinção com o fenómeno Obama: longa marcha para um multiculturalismo pacificado pela sede do poder, primeiro uma integração baseada na desigualdade, depois uma marcha demorada para assimilar todos pelo menos no que respeita a fidelidade geral aos valores constitucionais do Estado.

O processo português teve consagração na emergência da Nação antes de qualquer outro Estado europeu o ter conseguido, teve consagração em emergências como as de Cabo Verde e do Brasil: intervenções como as do marquês de Pombal, Princesa Isabel, Sá da Bandeira, e incluo a revogação do Estatuto dos Indígenas em 1961, assinalam a marcha.

Mas, nesta entrada do Milénio, o multiculturalismo, que teve a proclamação da negritude como um dos factores de referência, abrigou o renascimento dos mitos raciais, viu nascer os mitos culturais, enquadrou um ameaçador recurso à violência armada.

Recordemos o *Traité du rebelle*, no qual Ernst Jünger depois de ter descrito a guerra em *Sur les falaises de marbre* e identificado *Le Travailleur*, descreve o ambiente anunciado da actual reacção: “As cidades, cada vez mais artificiais, o automatismo das comunicações, as guerras e as revoluções, as máquinas imperiais, o despotismo, as prisões e o refinamento da caça às vítimas...” Então vemos o *rebelle*

“utopista e pensador audacioso, meditar sobre os caminhos e o seu destino; vemo-lo nas operações guerreiras, construtor de misérias, soldado prisioneiro, resistente nas cidades que ora ardem, ora estão alegremente iluminados. Vemo-lo desprezar os valores, fazer frios cálculos, mas também desesperar, quando no coração dos labirintos o seu olhar procura as estrelas”. Faltou-lhe a versão do *migrante* desesperado em busca simplesmente de pão para a boca, a sua e a dos filhos que também são a sua boca. Faltou-lhe o arrastar dos desesperados pelos rebeldes para o combate armado, para a violência na sociedade civil. Não teve a experiência das *multidões*, que são uma versão imperfeita da sociedade civil transnacional em progresso.

Tendo como premissa a *teologia de mercado* a que o ocidente se submeteu, e como dinamizador o *mundo virtual* da abundância e do consumismo que as imagens transmitem do norte para o sul, essa multidão destroçou os limites do mercado de trabalho, que a imaginou vinda para regressar, e que decidiu ficar – sem política de acolhimento, sem política de integração, sem política de assimilação, políticas agora todas em definição apressada e em clima de apagar incêndios.

Nesta circunstância, e depois de 11 de Setembro, as atenções e as inquietações dirigem-se para os muçulmanos, porque a Al Qaeda introduziu valores religiosos no seu conceito estratégico. Sugiro que o método dos três círculos concêntricos deve ser experimentado, para que os desesperados não sejam vistos como o espelho dos valores religiosos. Mas posta esta advertência, parece evidente que o encontro das culturas, que se processa neste quadro, aquilo a que está a dar origem não é a uma estrutura social de comunidades integradas embora diferenciadas, é antes ao perigoso fenómeno das *colónias interiores*. As trágicas demonstrações francesas são uma advertência esdrúxula destas circunstâncias, e casos evidentes no espaço português, incluindo Lisboa, parecem corresponder à mesma definição. É por isso que o aviso de que é urgente ultrapassar os riscos com a *Aliança das Civilizações*, vindo da ONU, e apoiado por oportunos e lúcidos textos da UNESCO, não pode ser descuidado. A tradição portuguesa e lisboeta, e revisitação da longa experiência dos Reis das Três Religiões, valores fundamentais da maneira portuguesa de estar no mundo, são uma sólida plataforma para superar o tempo perdido, e ajudar o globalismo a não perder a referência das humanidades.

Identidade e pluralismo

Carlos Diogo Moreira
ISCSP/CEPESE

1. As identidades no processo de globalização

O tema que aqui nos move é a análise, por um lado, das identidades culturais e nacionais que surgem como consequência da inadequação ou caducidade do Estado-nação no contexto da globalização e do final do seu monopólio identitário no plano cultural e nacional e, por outro lado, das novas identidades produzidas pelos processos migratórios¹.

Dito de outra forma, o objectivo deste ensaio é a relação entre a globalização, entendida aqui como um processo de globalização neoliberal da técnica e da economia, e os diversos projectos de recriação dos discursos identitários, tendo em vista sobretudo examinar a transformação do vínculo social e do contrato político que se manifesta na redefinição da igualdade, na fragmentação da cidadania e na transformação da soberania.

Parece claro que, apesar do desenvolvimento das identidades partilhadas (por vezes associadas ao triunfo da globalização), o diagnóstico de declínio ou pelo menos de irrelevância das identidades tem-se revelado tão precipitado quanto ingénuo. Assim como também é errónea a identificação acrítica entre globalização e universalidade. Contraditoriamente com o que pode propor uma caracterização tentadora, essa não é uma dimensão definidora do processo em questão. Sendo certo, não obstante, que a questão identitária experimenta transformações notáveis e que ainda não dispomos, todavia, de respostas adequadas, mas apenas intuições, para explicar o intrincado jogo de construção de uma coerência complexa e sempre incompleta como a que caracteriza o processo vivido, por exemplo, pelos imigrantes.

A reflexão sobre o debate acerca da globalização e das identidades inclui alguns problemas conhecidos.

Um deles é o das chamadas “resistências identitárias”, entendidas por vezes como enfermidade da democracia ou como patologia reactiva face à globalização,

¹ Deixamos, assim, de lado, por agora, outras novas identidades como as “identidades projecto” (termo preferível ao de identidades-resistência) que se desenvolveram ao longo das últimas duas décadas.

segundo o paradigma das “identidades assassinas” e dos “inintegráveis culturais”. Um outro, reside nas confusões criadas acerca do risco comportado pelo aumento da multiculturalidade com vista à manutenção do pluralismo e da democracia. Nessas confusões, duas parecem especialmente importantes: a discussão do modelo da interculturalidade tantas vezes proposto como uma espécie de unguento mágico de tão escassa substância conceptual como de duvidosa virtualidade política, que parece ainda impregnado do preconceito hobbesiano e que sustenta uma concepção monista da lealdade, a qual por sua vez traduz não tanto um estrito republicanismo cívico ao estilo de Rousseau, mas antes um comunitarismo simplista e essencialista, alheio, assim, tanto ao liberalismo como ao comunitarismo pluralista.

Problema conhecido é também o que remete para os objectivos com que se defronta o princípio da igualdade. A formulação deste princípio radica na alegada universalidade que supera todo e qualquer pressuposto etnocultural (particularista). Hoje, porém, tudo indica que tal universalidade está “contaminada”, o que se verifica é um universalismo de substituição, que não desenvolveu a sua dimensão inclusiva, em especial, inclusiva de pluralidade. Dito por outra forma, o preço da igualdade foi, em muitos casos, uma uniformidade imposta e o sacrifício das identidades que não respondem ao cânon nacional estatal e que foram substituídas pela imposição de uma identidade de legitimidade que, ao fim ao cabo, não resiste à crise do Estado-nação e que é manifestamente inadequada face aos objectivos da democracia multicultural (pluriétnica e/ou plurinacional).

Outro problema, enfim, é o que gira em torno das discussões sobre o modelo de cidadania: por exemplo, o que oporia cidadania cosmopolita, supostamente favorecida pela globalização, a uma cidadania “fragmentada”, de definição comunitária e ancorada em identidades ditas primárias, ou a disputa sobre a relação entre cidadania e identidade cultural. Não esqueçamos que o conceito de cidadania comporta, pelo menos, três aspectos: a) o primeiro é a cidadania como estatuto formal, técnico-jurídico, que converte o cidadão frente ao estrangeiro (mas também face ao que residindo na comunidade política não alcança estatuto pleno porque não responde ao cânon de homogeneidade) num sujeito privilegiado de direitos; b) e daí o segundo aspecto, o político que confere ao cidadão a condição de titular da comunidade política; c) por sua vez, a cidadania é também um vínculo de identidade, de pertença e de reconhecimento. É, na realidade, a dimensão mais frequentemente evidente, de forte sentido simbólico e que parece cada vez mais necessitada de justificação. A condição de pertença surge como um bem privilegiado, só acessível até agora, na grande maioria dos casos, mediante a posse de uma identidade prévia, pré-política. A cidadania comum não tem frequentemente o mesmo preço cultural. Ao não ser tal presença acessível a todos, desenvolvem-se, então, formas de “cidadania mutilada”. Por esta razão, uma globalização fragmentada como a que vivemos não pode deixar de agudizar a

crise do vínculo social, a maré crescente dos que têm sido denominados como o “mundo dos sem”.

No fundo dos problemas listados está, pois, a necessidade de conhecer a fundo e tomar a sério o pluralismo cultural como eixo de uma reflexão sobre a necessidade de transformar a democracia e inclusive a política para contribuir para a separação dos monismo ontológico, epistemológico e deontológico que são um fundo para a nossa compreensão da vida pública. Tal significa repensar postulados importantes (o modelo de legitimidade da democracia) como o princípio de neutralidade cultural na esfera pública (a irrelevância da questão identitária para a cidadania) e o reconhecimento da pluralidade de marcos hermenêuticos da situação pré-política.

Significa, pois, adoptar o pluralismo não só no plano ontológico (a diversidade como um facto), mas também no metodológico (não sem começar, claro, pelo epistemológico, isto é, com um novo ênfase na necessidade de contextualização e no pluralismo cognitivo) e, sobretudo no normativo. Este último, o reconhecimento do pluralismo normativo como factor básico de legitimidade democrática é nomeadamente o que nos impele à superação da identificação entre *polity* e *demos*, ao admitir que à *polity* podem corresponder diversos *demoi*.

Esta alteração implica também uma deslocação da prioridade do debate político nas democracias multiculturais em termos de *empowerment* (no sentido de integração política da diferença, das políticas de presença activa da diferença) e de *inclusão*. Os dois conceitos ilustram as exigências mais urgentes, derivados do reconhecimento da relevância da dimensão identitária (junto com a dos direitos, dos valores e dos interesses) em termos de legitimidade democrática e da sua transcendência na esfera pública.

2. Do inferno da identidade à criação das identidades culturais

Qualquer reflexão sobre as identidades no actual processo de globalização não pode deixar totalmente de lado algo de óbvio: o facto da noção de *identidade*, como escreveu Levi-Strauss, “não se situar numa única encruzilhada mas em mais de uma. Interessa praticamente a todas as disciplinas e interessa também a todas as sociedades”². E isso, apesar das inegáveis dificuldades deste conceito, justificam talvez o *dictum* de Wittgenstein sobre o “inferno da identidade”.

Importa recordar, não obstante, que esta noção de identidade, pelo menos na tradição ocidental e para além inclusive da sua notável polissemia, contém uma espécie

² LEVI-STRAUSS, 1995: 3.

de “contradição lógica”, uma contradição constitutiva que explica boa parte dos paradoxos evidenciados pelo tratamento da questão da identidade nas ciências sociais. E isto porque coexistem simultaneamente duas tendências de sentido contrário no debate identitário que obedecem a tal paradoxo constitutivo: a fragmentação e a coesão, as quais se expressam na dialéctica em que se desdobra a necessidade de reconhecimento.

Identidade, tal como é referido desde a filosofia grega ou do cristianismo até à ilustração é, simultaneamente, o comum e o indivisível e o diferente e inconfundível. É a permanência e a mudança, o próprio como dado e o próprio como adquirido. É, por outro lado, o instinto de segurança que se converte em deontologia de unidade, em mecanismo de agregação. Mas é também a paixão pela liberdade, pelo projecto próprio, pelo desenvolvimento das diferentes potencialidades que nos singularizam. A identidade é tensão entre o eu e o outro, entre sujeito e objecto. É a resposta à necessidade de adaptação ao mundo objectivo e por isso é um *perpetuum*, quer dizer, é constitutivamente incompleta: daí a sua plasticidade, o seu dinamismo, a sua contingência, a sua impureza.

A identidade não é apenas *forma mentis* mas também realidade existencial. Daí o erro que consiste em buscar essências identitárias, totais, estáticas, excludoras, mediante a identificação de atributos e propriedades constantes e estáveis, constitutivas de identidades imutáveis. Semelhante concepção representa um preconceito sobre a identidade e sobretudo remete novamente o debate identitário para a ordem metafísica, do inegociável.

A construção da identidade é precisamente um *processo* que se leva a cabo em contraste dialógico com os demais, uma operação baseada no jogo das semelhanças e diferenças.

O problema da identidade dos povos remete para a sua cultura. O problema maior é que o modo como se constroem as identidades culturais e nacionais depende da situação em que se encontrem historicamente os grupos culturais de que falamos. Em traços largos, podemos falar de duas grandes vias de construção da identidade colectiva: a da singularidade e a da autenticidade. A primeira vê o futuro à luz da história como uma realidade oculta por descobrir; a segunda julga a história à luz do projecto eleito, como uma figura por esquivar. A primeira, que entende a identidade em termos de *idem* (resistir à transformação) procura encontrar os elementos que a diferenciam de outros e por isso recorre a uma abstracção, à exclusão do que é comum, à descoberta do específico como dado. A segunda, que concebe a identidade como *ipse* (a própria coerência), explora as necessidades e os desejos colectivos, as crenças e valores partilhados e procura construir um projecto que responda a esta realidade. A via da autenticidade não é a via das essências mas a via da concretização. Por isso mesmo, a construção da identidade neste segundo método é um processo dinâmico

dialógico, complexo e não dominado pelo ideal da autenticidade como pureza irreduzível, mas como tentativa de aproximação às necessidades reais que sempre estão em mudança.

Mas o problema é que, também, a reorientação individualista da modernidade imprime uma miopia sobre o processo da identidade que faz esquecer que esta não é uma realidade objectiva, essencial. Embora tão pouco seja simplesmente um resultado aleatório e subjectivo mas, sim, um complexo processo de socialização: é interacção, relação, que exige alteridade, sociabilidade.

A ignorância deste ponto de partida, junto com a ignorância dos elementos que geram o mal-estar da modernidade, está subjacente à nossa capacidade para resolver o que se apresenta como uma contradição da identidade: a contradição entre identidade individual e colectiva, a qual também coloca o problema político de, como disse Taylor³, as sociedades liberais contemporâneas serem repúblicas de cidadãos cuja dimensão da vida moderna está ameaçada por tendências atomistas. Aqui reside, segundo o parecer de muitos, o *quid* da crise das identidades frequentemente associada ao processo de globalização. Este exacerba a lógica de um “individualismo blindado”, o qual conduz inevitavelmente a uma individualidade descentrada, uma individualidade que rompe as formas de conexão entre indivíduo e colectividade. O custo deste rompimento é a perda da coesão social ou pelo menos da sua destabilização ao pôr em causa a relação entre os valores presentes na identidade cultural do grupo, isto é, os símbolos da sua identidade e as normas e princípios.

Assim sucede, por sua vez, na crise do princípio da igualdade, duplamente sujeito a erosão. De um lado, atacado pela adopção como modelo na globalização de que usualmente se designa por “capitalismo anglo-saxónico” – o qual relaciona a liberdade do indivíduo e a coesão social aos mecanismos da economia liberal capitalista – frente ao modelo do chamado “capitalismo renano” que entende a igualdade como factor de liberdade e que procura assegurar a liberdade individual e a coesão social mediante o fomento da igualdade, a qual subtrai os indivíduos (especialmente os mais vulneráveis) à arbitrariedade do livre-mercado e a lógica do benefício puro. De outro lado, a não-regulação do mercado global – que constitui a divisa da globalização⁴ – arruina a igualdade e fomenta a exclusão. E arruina, ao mesmo tempo, o refúgio das identidades de legitimidade. Não é, insista-se, o pluralismo o que ameaça a igualdade, mas sim a incapacidade de o entender para além da sua redução liberal à garantia de preferências individuais. A questão consiste em saber como as novas identidades, as *identidades múltiplas* em que se constrói a singularidade, se podem negociar, transformar,

³ TYLOR, 1999.

⁴ O “fundamentalismo de mercado” de que fala Stiglitz (2002), menospreza a política, ou pior, coloniza-a, para se subtrair à responsabilidade e ao controle.

converter em vectores de identidade visíveis: em elementos de inclusão no espaço público.

Na verdade, o pluralismo não implica um inferno de exclusão, não exige a diferença cultural em último conflito, o imigrante como “excesso de alteridade” e o multiculturalismo como vírus dissolvente da nação. Não é um projecto ideológico que fabrica fragmentação, instabilidade e favorece comunidades fechadas. Aliás, a ideia de uma sociedade uniforme e homogénea é fictícia. Há que reconhecer, hoje, mais do que nunca, a pluralidade de identidades: inclusive, há que partir do reconhecimento da nossa própria identidade como uma identidade plural.

Ora a consciência do deficit frequente de reconhecimento que vai além da mera discriminação e que nada pode ser satisfeito por sucedâneos da tolerância nem pelo sofisma da mentalidade (que deixa intacta a desigualdade constitutiva) é o que questiona a suficiência e a idoneidade dos mecanismos da democracia para fazer frente à gestão dos multiculturalismos.

O multiculturalismo – que não é propriamente uma novidade e que ainda está longe de constituir uma realidade objectiva sobre a qual existe acordo, mas que, é, com toda uma segurança, um dos traços distintivos mais importantes das sociedades europeias do presente século – proporciona duas lições sobre as condições da democracia pluralista e sobre a gestão democrática das sociedades multiculturais. A primeira é que a democracia pluralista exige começar a reconhecer verdadeiramente o carácter multicultural das nossas sociedades. E isto obriga, antes de mais, a descobrir a sua multiculturalidade interna, já que a gestão política da diversidade cultural tem consistido frequentemente em negar e mesmo eliminar esta diversidade. A multiculturalidade das nossas sociedades na Europa não é, como já afirmámos, nem um fenómeno novo nem apenas devido a factores externos. Pelo contrário, a grande parte (se não a quase totalidade) dos Estados-nação europeus constroem-se sobre sociedades pluralistas e por isso multiculturais, ainda que o facto mais em evidência hoje, como são os fluxos migratórios, introduzam uma nova dimensão de multiculturalidade.

O problema é que as democracias europeias constituíram-se historicamente em estados-nação que geriram com frequência a diversidade cultural anti-democraticamente – negando o pluralismo, institucionalizando a exclusão – e constituíram, assim, um modelo de comunidade política que obedece ao *complexo de Procasto*. Modelo de comunidade política, de soberania e de cidadania, dominado pela obsessão da homogeneidade e da unidade e que, tal como o mito grego, eliminaram ou, no melhor dos casos, condenaram à invisibilidade pública os que não se adaptaram a este modelo. Assim sendo, para compreender os desafios políticos e culturais suscitados pela multiculturalidade, há que rever a antologia do uso como fundamento metafísico da política, reflectir sobre a herança de Maquiavel, Bodin, Hobbes e recordar a diferença

entre diferença e desigualdade, entre igualdade e uniformidade, entre coesão e homogeneidade, entre união e unidade.

Por isso, a democracia pluralista – e esta é a segunda lição do melhor multiculturalismo – exige uma lógica inclusiva que postula a noção de igualdade complexa, de soberania partilhada, de cidadania diferenciada ou multilateral que cumpra a função identitária sem eliminar a função de status, como título formal de soberania e direitos. E que postule também considerar seriamente cultura e conhecimento como bens primários, como necessidades dignas de satisfação, com consequências jurídicas e políticas. Não para preservar peculiaridades identitárias em risco de extinção, mas para tornar possível o desenvolvimento da autonomia.

Trata-se, pois, de discutir as condições de negociação da participação igualitária no espaço público com base na pluralidade, sem que tal destrua a coesão e a igualdade. Tudo isto exige um debate sossegado sobre a conveniência do reconhecimento da necessidade da integração dos que, pelo facto da diferença, se vêem privados de participar no espaço público em termos de igualdade. No fundo, um debate sobre a contradição subjacente às democracias ditas pluralistas, a qual pode enunciar-se recorrendo a referências clássicas: o *preconceito de Procusto*, a *síndrome de Atenas* e o *complexo de Shilock*.

3. Paradoxos do discurso identitário nas sociedades multiculturais

O que aqui se sugere é que dentre os paradoxos presentes na Europa multicultural coloca-se também aquele que separa, como linha divisória, por um lado, o desejo de manter a todo o custo uma velha concepção da política e dos cidadãos e, por outro, a oportunidade de reformular o vínculo social e político e, com ele, a cidadania, com vista a alcançar uma concepção em que os outros não sejam apenas o negativo exigido para afirmar o cidadão. Este será provavelmente o objectivo mais importante da cidadania, porque a capacidade inclusiva desta, fundada no *nós* da comunidade estatal nacional e apenas aberta a considerações de género, já não apresenta por mais tempo como “natural” a barreira que exclui os outros, cujo símbolo, mais do que as minorias nacionais ou culturais, seriam hoje os estrangeiros representados pelos imigrantes. A homogeneidade nacional, ou melhor, o desejo dela, impede reconhecê-los, e isso em larga parte porque o Estado-nação converteu uma forma histórica (em que se construiu a liberdade e a igualdade colectivas, a nacionalidade) em essência da cidadania, em comunidade em que todos se dizem reconhecer. As minorias nacionais e culturais constituíram, assim, sempre, obstáculos a tal projecto. As primeiras porque

da admissão de mais de um sujeito-nação resultava uma contradição da noção de soberania nacional. As segundas porque rompiam com o modelo desejado de homogeneidade de que o projecto em questão necessitava para se afirmar. Os custos, sabemos-lo bem, foram elevados: do não-reconhecimento à segregação, subordinação e, inclusive, eliminação. Por isso, o conceito actual de cidadania é um privilégio penoso e por isso também os sectores periféricos da população, os recém-chegados a esta condição ou os que na realidade não a desfrutam, senão nominalmente ou parcialmente, são os destinatários da seguinte mensagem: a de que a extensão da cidadania é, regra geral, contraditória com o gozo dos seus conteúdos.

O problema é, portanto, até onde estamos dispostos a alargar o triplo conteúdo dos benefícios do reconhecimento, a saber, a segurança jurídica (a garantia do Estado de direito), os direitos sociais (a garantia do estado de bem-estar) e os direitos políticos que tornam real a comunidade livre de iguais (a garantia do estado democrático)? A resposta não tem sido de modo algum esperançosa e as contradições continuam.

Talvez se possa resumir estas contradições da cidadania no *mito de Procusto*. Efectivamente, a noção de cidadania parece hoje, ainda encadeada pela paixão, pela homogeneidade, inclusive na sua forma mais nobre, o consenso. Tal como o *mito de Procusto*, o desejo de unidade, de consenso, esconde não raras vezes uma vontade de apagar toda a diferença como obstáculo para a construção de um espaço público estável e governável o que tem como preço a institucionalização da exclusão. Daí nasce o que se tem designado por “jaula de ferro da cidadania na modernidade”. Este mito traduz-se na apresentação da identidade nacional como pressuposto original que não se discute e que tem como dado a existência de uma identidade cultural prévia e subjacente à nação. Efeito perverso desta proposta é o Estado-nação homogéneo poder permitir-se o luxo de presumir a sua neutralidade face às culturas e concepções do mundo, neutralidade que, por sua vez, torna possível uma pseudo-interculturalidade baseada numa espécie de *melting-pot* em que desapareceriam todas as diferenças do pluralismo real. É, afinal, uma “jaula de ferro” que proclama um universalismo abstracto que esconde as diferenças e que se revela no chamado *complexo de Shilock*, como pode apreciar-se nas alegações que este mercador de Veneza apresenta para defender a sua causa: “porventura somos cristãos ou hebreus antes de sermos seres humanos?”

Difícilmente a igualdade se conseguirá por meio de uma pretensa neutralidade, por via da absoluta irrelevância das diferenças culturais, mas, sim, pela tomada em consideração de tais diferenças no quadro de valores e princípios igualitários. E isso conduz-nos a uma outra preocupação – a do *síndrome de Atenas* – quer dizer, a de uma comunidade política em que os seus cidadãos gozam de condições particularmente favoráveis de liberdade e satisfação individual, que inclusive se apresentam como agentes soberanos na assembleia, mas que impede o acesso, a pertença aos

estrangeiros (bárbaros), às mulheres e aos escravos, tidos por diferentes. Não é isso que sucede com os imigrantes extracomunitários?

Perante tais paradoxos e contradições, cresce a consciência de divisão do conceito de cidadania tal como o temos conhecido, inclusive na sua versão *republicana*.

Creemos que qualquer proposta passa pela questão: é possível sustentar uma cidadania inclusiva baseada numa comunidade plural?⁵ Como conseguir continuar a ser comunidade e simultaneamente respeitar a pluralidade? Como evitar a etnicização da comunidade cultural e política? Este é efectivamente o desafio que se nos coloca: o de uma democracia que, para integrar as diferenças culturais, pense seriamente o pluralismo. Uma democracia pluralista não tem de renunciar à coesão, à integração: mas não há-de reduzi-las a um desejo de assimilação que exija abjurar de qualquer manifestação de diversidade, na medida em que não se ajuste ao cânon do que é maioritário. A legitimidade democrática baseia-se na presunção de existência da comunidade de cidadãos, mas é certo que esta ideia de comunidade não tem sido respeitada.

Uma democracia pluralista de verdade tem que aceitar a necessidade de negociar todas as posições (os agentes das comunidades culturais diferentes) no espaço público a partir da particularidade de cada uma delas. Uma democracia pluralista há-de ter em conta as assimetrias culturais e nacionais existentes entre os membros da comunidade política. Mas não renuncia a distinguir a comunidade como facto e igualdade como resposta normativa – igualdade que será sempre *igualdade complexa*. Dito de outro modo, o que se trata é de tentar construir uma identidade política integradora e plural que permita articular democraticamente a sociedade multicultural, que solucione o trânsito do *ethnos* ao *demos* sem contaminá-lo, que preserve o valor da identidade cultural sem pretender que esta monopolize a identidade democrática.

Bibliografia

LEVI-STRAUSS, C., 1995 [1977] – *L'identité*. Paris: PUF.

STIGLITZ, J., 2002 – *El mal estar en la globalización*. Madrid: Taurus.

TYLOR, C., 1999 – *Sources of the Self, The Making of Modern Identity*. Cambridge: University Press.

⁵ A pergunta poderia ser: existe alguma possibilidade de ter algo em comum com os grupos que se definem precisamente por não terem em comum conosco nada do que definimos como nós?



IDENTIDADE, NAÇÃO E ESTADO

Estado, Território e Nação: dualismos múltiplos nas representações da identidade nacional

David Justino

FCSH – Universidade Nova de Lisboa

A própria ciência, indagando com impassível escrupulo, desde há uns anos que vem construindo hipóteses e esboçando teorias sobre este estranho caso de um povo absorto e parado no meio de um mundo em febris e permanentes mutações.

Basílio Teles, *O problema agrícola*. Porto: Livraria Chardron, 1899, p. 54.

1. As nações antes dos nacionalismos

Entre os muitos contributos para a definição de uma tipologia dos nacionalismos, um dos precursores, Hugh Seton-Watson, recorreu a um dos critérios mais simples, fundado sobre os diferentes contextos históricos em que os diferentes processos de construção do estado-nação se desenvolveram.

Foi nesta perspectiva que Seton-Watson¹ começou por distinguir as *velhas* das *novas* nações. Mais do que um critério de maior ou menor ancestralidade, a distinção baseava-se no facto de haver um conjunto de nações europeias que tinham desenvolvido os seus processos de construção nacional, muito antes do que poderemos designar por era das nações e dos nacionalismos. Para precisar esses processos, o autor explicita a estruturação de uma identidade nacional ou de uma consciência nacional enquanto dinâmica das forças que lhe estão recorrentemente associadas: o poder de Estado, a religião, a língua, o descontentamento social e as pressões económicas.

Segundo Seton-Watson, as velhas nações europeias constituem uma categoria onde se incluem os Ingleses, Escoceses, Franceses, Holandeses, Castelhanos e Portugueses no Ocidente; Dinamarqueses e Suecos no Norte; e Húngaros, Polacos e Russos no Leste. Deste conjunto, tomando como referência o ano de 1789, apenas três povos não eram governados por alguém que não era da sua nacionalidade: os Escoceses

¹ SETON-WATSON, 1997: 7-13.

partilhavam desde 1707 um Estado unificado com os Ingleses e os Galeses; os Polacos e os Húngaros estavam subordinados a governos imperiais.

Poderemos encontrar um conjunto de afinidades na maioria destas nações que vão muito para além do facto de se apresentarem como Estados independentes. Em primeiro lugar, afinidades geográficas, dado que as velhas nações que se localizam a Ocidente e a Norte, integram-se no que poderemos designar de “arco atlântico”, desde a Escandinávia até à Ibéria. Em segundo lugar, afinidades nos processos de construção do Estado centralizado, ao longo da época moderna, inovando face aos modelos tradicionais das cidades-estado do Mediterrâneo ou dos estados feudais ou refeudalizados do centro e leste da Europa. Em terceiro lugar, ainda que de forma muito desigual, afinidades nos processos de estruturação dos espaços imperiais assentes no poderio naval e na mercantilização do Estado e da administração centralizada.

Por último, mas não menos importante, o facto desses processos de construção “nacional” não terem sido sustentados nem promovidos por uma ideologia ou por movimentos sociais de carácter nacionalista ou mesmo pré-nacionalista, mas antes por lógicas de afirmação do poder real sobre os diferentes grupos sociais e, com maior ou menor expressão e sucesso, através da territorialização desse mesmo poder.

Se considerarmos minimamente pertinentes estas afinidades, então o termo *velhas nações* merece alguma reflexão crítica, dado que estamos decerto perante *velhos estados*, mas coloca-se sempre o problema de estarmos ou não perante sociedades organizadas em torno de uma identidade e de uma consciência colectiva, expressas através de uma adesão emotiva, que se possam considerar *nacionais* sem incorrerem no pecado do anacronismo.

2. Portugal, velha Nação

O caso português foi recentemente objecto de análise por parte de Vitorino Magalhães Godinho com o ensaio *Portugal, a Emergência de uma Nação*². O historiador propõe a separação dos processos de estruturação das nações relativamente aos processos de desenvolvimento dos nacionalismos. Os primeiros serão apenas compreensíveis na longa duração, sendo necessário ir bem atrás, ao "Outono da Idade Média", para encontrar as suas raízes; os segundos deverão ser entendidos enquanto movimentos sociais e políticos, estruturantes da modernidade e identificados com o que poderemos designar por *era dos nacionalismos*, abrangendo o período contemporâneo.

² GODINHO, 2004.

Esta separação admitiria, assim, a existência de nações antes dos nacionalismos contemporâneos e estruturadas a partir de um reduzido mas decisivo conjunto de pilares fundacionais que Magalhães Godinho adapta a partir do texto de Ernest Renan (1887):

- um *território* entendido como "configuração espacial traçada por *fronteiras*" e espaço de exercício de soberania;
- uma *comunidade* assente em laços de solidariedade e cimentada por uma vontade de viver em comum, concretizando o que Ortega y Casset definia por "comunidade de propósitos";
- uma sociedade organizada a partir de um conjunto diferenciado de "instituições que formam um complexo de poder (capacidade coactiva) – o Estado";
- um laço afectivo "que liga os indivíduos à colectividade", expresso através de um sentimento de *Pátria*, "porque nele se consubstanciam a memória colectiva, a consciência e o amor pelo património comum e as aspirações em relação ao porvir"³.

De acordo com o modelo explicitado por Magalhães Godinho, o requisito da existência de uma *identidade* merece algumas reservas metodológicas, na medida em que é ela própria objecto de mitificação. Fala mesmo de múltiplas *identidades* forjadas pelos sucessivos complexos histórico-geográficos a que se associam "totalidades sociais – culturais" plurais, resultantes das diferentes combinatórias de "componentes diversas".

Nesta perspectiva, Magalhães Godinho tende a desvalorizar os requisitos de homogeneidade étnica, linguística e religiosa. A nação, no essencial, resulta de um processo orientado para um propósito, um projecto de vida em comum em que tradição, legado, porvir e inovação se combinam de forma plural. Por isso, etnicamente homogénea ou multiétnica, pode ser mono ou plurilinguística, adoptar uma religião dominante face a pequenas bolsas ou grupos que não a aceitam, ou pluri-religiosa sem domínio de nenhuma das religiões.

É com base neste modelo de análise que o referido historiador defende a tese, aplicada ao caso português e, de forma diversa, ao caso espanhol, da existência de nações anteriores aos movimentos nacionais nascidos das revoluções americana e francesa e à formação dos espaços nacionais saídos da industrialização e das redes de comunicações que o caminho-de-ferro veio facilitar.

Aparentemente, a centragem do modelo nos quatro pilares fundamentais desvaloriza ou secundariza os factores de ordem cultural enunciados – etnia, língua e religião. Ora, em nosso entender, são precisamente dois destes três eixos que reforçam a especificidade das velhas nações e da sua precocidade, tal como as identificámos no capítulo anterior. Referimo-nos nomeadamente à língua e à religião.

³ GODINHO, 2004: VIII-X.

Desde o século XV, alguns países europeus promoveram um esforço de normalização e codificação das línguas “nacionais”, a que não será estranho o crescimento da literatura vernacular no século seguinte. Ora esse esforço deve-se, em grande parte, à construção do Estado, na diversidade das suas instituições, e às comunidades de negociantes, especialmente nas grandes cidades. É o caso da Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Holanda (Países Baixos), França, Espanha e Portugal, que podem ser agrupados entre os países que mais cedo promoveram essa normalização e codificação das respectivas línguas, processos que se desenvolveram entre os séculos XIII e XVI.

Em muitos destes países dois factores adicionais contribuíram para o processo de homogeneização linguística: o movimento protestante, que deu um impulso decisivo à vernaculização dos textos religiosos, e a generalização da obra impressa a partir do século XVI.

Reconhecendo que estes factores adicionais não são generalizáveis ao conjunto dos países que integrámos no chamado "arco atlântico", nem por isso a relação entre os processos de construção do Estado moderno, a normalização das línguas e os caminhos divergentes que as religiões e as Igrejas seguiram, deixam de se constituir como factores pertinentes para a explicação da precocidade dos processos de formação destas *velhas* nações.

Entre coincidências e divergências, este conjunto de países preenchiam já, no dealbar da era das nações, um conjunto de requisitos que os movimentos nacionais dos restantes países europeus estavam longe de assegurar: territórios e fronteiras de há muito estabilizados, línguas nacionais consolidadas e generalizadas, sociedades organizadas em torno de Estados modernos e comunidades assentes ora em propósitos colectivos, ora em laços de solidariedade e afectividade, que conferiam alguma coesão indispensável à ideia de nação.

Daí que a lógica de afirmação das nações na Europa tenha de ser entendida de forma diferenciada. O processo em Portugal pouco terá a ver com os movimentos de "unificação nacional" ou de "libertação nacional" do domínio de potências imperiais. As tensões nacionalistas características dos movimentos nacionais europeus do século XIX e XX só muito limitadamente se observam em Portugal e nas velhas nações.

3. Conflito e consciência nacional

O primeiro quartel do século XIX representou para Portugal um período de profundas alterações estruturais, decorrentes muito mais da sua fragilidade do que propriamente da vontade intrínseca do seu Governo.

O episódio militar da Guerra das Laranjas (1801) terá sido o prenúncio daquilo que veio a ser a Guerra Peninsular (1807-1814): mais do que o confronto entre dois estados ibéricos, estes funcionaram como extensões do conflito entre a Inglaterra e a França. Porém, para Portugal este conflito terá sido desastroso. Para além do rasto de destruição e pilhagem deixado pelos invasores franceses, a fuga atempada do Rei e da Corte para o Brasil vai privar os portugueses da sua presença, provoca a mais grave crise económica decorrente da abertura dos portos brasileiros à exportação directa inglesa e da recessão do comércio com o Oriente, e instala, pela primeira vez na sua história, a presença permanente do exército e regência britânica em território português.

Na década seguinte desencadeia-se a Revolução Liberal, dois anos depois, o Brasil declara a sua independência e, a partir de então, Portugal vai atravessar um longo período a que tenho chamado de *inter-ciclo dos impérios*, em que o país, o Estado e as suas elites são confrontados com a dura realidade de ter de regressar ao território *pátrio* e reinventar uma nova fase da sua existência colectiva.

No contexto da economia do Atlântico e da geoestratégia de dominação britânica, Portugal deixara de ser relevante, económica, diplomática e politicamente. Não creio que perante tão grave situação se tenha desencadeado um movimento de afirmação nacional. Mesmo a resistência à presença francesa foi muito mais orientada por valores religiosos do que propriamente pelo despertar de uma suposta consciência nacional. Aquando da Revolução Liberal, quer no discurso dos seus principais protagonistas, quer nas suas primeiras medidas, não há outro programa que não seja a tentativa de recuperar o Império, restabelecer a longínqua prosperidade comercial e lançar as bases de uma sociedade liberta das peias e entraves do Antigo Regime.

Para todos os efeitos, a Guerra Peninsular foi o último conflito militar com alguma expressão que se registou, até ao presente, no território português. Em mais nenhuma situação se voltou a registar qualquer conflito relevante entre Portugal e Espanha, nem o território português voltou a ser palco de conflito armado sério envolvendo exércitos estrangeiros.

As situações de conflito e de ameaça exterior desempenharam na Europa contemporânea um papel fundamental nos movimentos de afirmação das nações e dos nacionalismos. Não só sustentaram os processos de construção dos Estados pela valorização das políticas de defesa, mas também fomentaram o desenvolvimento das consciências nacionais e da capacidade de mobilização das populações para a defesa de valores comuns e para a prossecução de objectivos partilhados.

A ameaça externa acelerou a construção dos exércitos, a busca de autonomia e independência conferiram um especial relevo às relações com os aliados e a exacerbação do "orgulho nacional" sustentou a pressão sobre o desenvolvimento das culturas nacionais, no plano interno, e sobretudo o recurso à diplomacia, no plano externo.

No caso português, não só a irrelevância geoestratégica como a ausência prolongada de conflitos e de ameaças consistentes e duradouras à independência nacional podem, por si só, justificar a reduzida expressão das tensões nacionalistas. Se combinarmos estes factos com a *precocidade* da formação das *velhas nações* perceberemos facilmente a particularidade do pouco expressivo movimento nacionalista em Portugal. Os dois momentos principais em que essa inexpressividade parece ser interrompida é o da reacção ao ultimato britânico e o da participação na I Guerra Mundial.

Esta ideia não põe de parte a existência da ideia de nação no discurso político, ensaístico ou literário, do liberalismo à República e ao Estado Novo. Trata-se, porém, de uma manifestação confinada às elites sem qualquer base social que a sustente e que revele a existência de uma manifesta consciência nacional.

4. Reconstruir a Nação pela coesão territorial – Lisboa e a província

A ideia de ressurgimento e de reconstrução da nação está presente no discurso liberal da Revolução de 1820, porém é claramente secundarizado face aos objectivos imediatos de dotar o país de um novo quadro institucional, fazer regressar a Corte do Brasil, restabelecer o Império e recuperar o comércio externo e as finanças públicas. Após 1822, a independência brasileira retira aos liberais, um dos principais motivos que levaram à adesão de vários sectores da sociedade portuguesa à revolução. A contra-revolução não tardaria a chegar e a isolar politicamente a nova classe dirigente que, durante os dez anos seguintes, é obrigada a ceder perante o poder legitimista e, mais tarde, a exilar-se e a recorrer à força das baionetas para assim restabelecer a ordem constitucional.

A vitória liberal na Guerra Civil de 1832-34 é confrontada com o estado decadente do reino, com a profunda crise das finanças públicas e com a inexistência de um projecto capaz de mobilizar o país para o seu restabelecimento como nação independente. É neste contexto que em alguns dos escritos liberais vamos encontrar os traços fundamentais de uma outra ideia de nação que a nostalgia do Império e as lutas internas não tinham deixado revelar.

É na legislação de Mouzinho da Silveira que se podem encontrar esses traços do novo discurso liberal. No relatório ao Decreto de 19 de Abril de 1832 sobre a reforma das sisas, Mouzinho revelava a consciência do único caminho possível que restava ao país:

“... Portugal precisa achar no trabalho os meios de vida que tinha nas Colónias”. Encerrado o longo ciclo do Império, Portugal tinha que regressar ao "solo pátrio"

para aí encontrar as fontes da sua regeneração e sobre elas afirmar os pilares da sua existência colectiva. "... Portugal não pode continuar a ser Nação independente sem dar grande impulso ao trabalho e indústria de sua Povoação.... É preciso buscar na economia, na ordem, na justiça, suplementos daquela tenda de ouro, com que Lisboa pagava suas comodidades à indústria estrangeira".

Para Mouzinho da Silveira o recentramento do esforço nacional no território pátrio debatia-se com a urgente necessidade de o libertar das instituições de antigo regime que coarctavam o seu desenvolvimento: os bens das ordens religiosas, os dízimos, os morgadios, a legislação fiscal dos municípios, bem como um inúmero conjunto de entraves à produção e à circulação dos bens no interior do território.

Para além do quadro institucional, o estado de "abatimento" resultava da escassez do comércio interno pela dificuldade generalizada da circulação dos bens. Tratando-se de uma queixa que se manifestava há muito na sociedade portuguesa, a falta de boas infra-estruturas de transportes assumiu nos primórdios do regime liberal um dos entraves mais invocados para justificar o atraso económico, mas também para explicar a falta de unidade e de coesão nacionais.

Num texto atribuído a Alexandre Herculano, e publicado num dos primeiros números de *O Panorama* (1837), a prioridade colocada nos meios de transporte era já explicitada, muito antes de se tornar bandeira do Fontismo.

"Os meios de fácil trânsito no interior de qualquer país são o elemento indispensável para a prosperidade do povo, e para o progresso da indústria."

(...)

"Só o trabalho e a indústria abrem as fontes do verdadeiro progresso: mas para estes dois fundamentos da ventura geral se poderem assentar bem, cumpre animar os homens laboriosos, e industres; para isto o meio mais conveniente é o facilitar-lhes o modo de extrair os frutos dos seus trabalhos, transportando-os facilmente aos grandes mercados; e para tal resultado se alcançar é absolutamente indispensável a construção de estradas e canais."

(...)

"De futuro, a Europa, cortada em todas as direcções por semelhantes vias de comunicação [caminhos de ferro], constituirá um só país, e os seus habitantes um único povo. Assim se acelerará a grande revolução que fermenta no espírito dos homens, e que tende a estabelecer a máxima parecença de costumes, de crença, de cómodos, e de interesses; a criar em fim a verdadeira fraternidade entre todas as nações"⁴.

A ideia de construir a nação através da facilidade de circulação interna de pessoas e bens alimentava não só o "projecto nacional" mas também o da utopia de uma

⁴ "Caminho de Ferro", artigo anónimo atribuído a Alexandre Herculano publicado em *O Panorama*, vol. I, n.º 11 de 15 de Julho de 1837, p. 86-87.

Europa unida em um só país e um só povo. Dois anos mais tarde, o visconde de Carreira num texto redigido em Paris (1839) retomava as mesmas ideias e princípios:

“Além da necessidade e utilidade de boas vias de comunicação para a riqueza nacional, são elas também precisas para o andamento das instituições chamadas constitucionais, e para que o povo possa ganhar-lhes amor e apego”.

“A falta de meios baratos e cómodos de transporte mantém o espírito acanhado de localidade, as rivalidades das províncias, já não digo somente das províncias, mas mesmo das cidades, das vilas, e até de insignificantes aldeias, impedindo a formação da unidade nacional, a benevolência recíproca que deve animar todos os portugueses sem distinção de terras, para se coadjuvarem mutuamente, em vez de se emprecerem por ciúmes ridículos ou prejuízos e jactâncias de naturalidade. O contacto repetido dos homens uns com os outros, resultado da facilidade, barateza, e comodidade das viagens, policia as nações, alarga a esfera das ideias, dos afectos, dos interesses, e dissipa docemente os abusos e preocupações, que se opõem ao progresso e ao desenvolvimento do bem comum”.

“Sem esta fusão [entre a população rural e a população urbana], Portugal não obstante ser tão pequeno, não há-de ser nação, nem o seu governo será senão Lisboa e alguma coisa do Porto, o resto do País não há-de ter a consciência necessária do que se entende por esse vocábulo, nem lhe há-de importar muito adquiri-la. Não-de continuar a falar nas províncias tanto de Lisboa, como em Lisboa se fala delas, que não pode ser menos. Cada povoação subsistirá, por assim dizer, como um membro disperso e rude na pequena república portuguesa, e de facto apenas nos podemos contar por mais do que uma federação”⁵.

Estes dois últimos textos são bem reveladores de que o ideário fontista, afirmado mais tarde pelos “melhoramentos materiais”, tinha na sua origem não só o objectivo de reanimar a economia interna, mas também o de promover a coesão nacional através da livre circulação no território.

Para a elite liberal, o desenvolvimento do Império havia separado os grandes centros urbanos do litoral, dos seus *hinterlands*, remetendo as periferias e o interior para um atraso resultante da dificuldade de colocar as suas produções nos grandes centros de consumo do litoral, ao mesmo tempo que as privava do contacto com a capital e com o exterior.

Esta separação entre a capital dependente das importações e a província impossibilitada de lhe prover o consumo, fundava-se na convicção de que Portugal dispunha dos recursos necessários à sua auto-suficiência. Em todo o discurso liberal desta época é difícil encontrar qualquer indício ou reconhecimento da escassez de recursos. A *Pátria* só não era abundante, na qualidade do seu clima, do seu solo e dos seus habitantes, porque os entraves feudais e a falta de comunicações lhes tolhia o desenvolvimento.

⁵ Texto intitulado “Industria”, publicado na *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa, 1850-1851, p. 482-522.

Voltando a recorrer a Mouzinho da Silveira enquanto um dos mais lúcidos e conhecedores entre a elite liberal, é interessante destacar a forma como a crença num território fértil e abundante enformava a visão nacionalista de um país economicamente autónomo. “Creio que no continente [Portugal] pode sustentar além do dobro da povoação actual, que é de três milhões número redondo. Digo isto no sentido da capacidade que considero na terra portuguesa, de produzir subsistências em quantidade suficiente para alimentar oito milhões de habitantes”. “Haja estradas e meios de transporte, e mil coisas, que Lisboa recebe do estrangeiro sairiam de Lisboa para o estrangeiro”⁶.

Alguns anos mais tarde, essa convicção era reafirmada por Agostinho Albano da Silveira Pinto, num debate na Câmara dos Deputados, em 1849: “... houve um tempo em que se esperava pelo maná do Céu, se esperarmos por ele, esperamos muito mal; é necessário seguir outro caminho, e é este o do fomento dos interesses materiais do País sem o que debalde podemos esperar alguma coisa útil. Nós não precisamos ir à Califórnia, nós temos dentro do nosso país uma Califórnia, nós temos no nosso país recursos bastantes (apoiados) não precisamos ir buscá-los fora, muitos recursos tem o nosso solo, o caso está em sabe-los aproveitar (apoiados), mas para aproveitá-los é necessário que se saiba aonde existem, e como se hão de tirar (apoiados)”⁷.

Os exemplos poderiam ser multiplicados para atestar esta crença nacionalista de que o "solo pátrio" era suficientemente abundante, mas generalizadamente desconhecido, para sustentar o futuro da nação. Daí a convicção de que seria possível o progresso desde que se eliminassem os "estorvos" e facilitasse, através de meios baratos de transporte, a extracção das produções para os grandes centros de consumo internos e externos.

O atraso e a decadência eram, assim, identificados como o resultado do abandono e esquecimento a que a "província" havia sido lançada pela "capital", cavando, ao longo dos quatro séculos do Império, um dualismo territorial que só o retorno "à terra mãe" poderia superar.

5. Reconstruir a Nação pela coesão territorial – As duas pátrias de Herculano

No discurso liberal, os entraves à mobilidade de bens e factores de produção eram associados com o que podemos designar por parquialização social do território, enquanto obstáculo ao desenvolvimento de laços de solidariedade à dimensão nacional.

⁶ SÁ, 1984: 203-210.

⁷ PINTO, 1849: 162.

Mouzinho da Silveira, no relatório que temos vindo a citar, aponta a estrutura fiscal do Antigo Regime como incentivadora da atomização do território, fazendo de cada comunidade um grupo de interesses tradicionalmente "exilado" das restantes comunidades.

“...os habitantes de cada Cidade, ou Vila, os fizeram não só como estranhos uns aos outros, mas até inimigos: apenas os Encabeçamentos [das Sisas] começaram, cada terra tratou de se aliviar à custa dos vizinhos, e os interesses particulares se debateram à custa do bem geral, e da civilização.

O meio das Avenças diminuiu a presença incómoda dos agentes do Fisco; mas exilou os habitantes de cada Povoação. (...)

Desta animosidade nasceram os Relegos, e as Posturas exclusivas, com que se arruína cada povoação para contrariar a indústria das vizinhas...”⁸.

No texto do visconde de Carreira, esse fenómeno de enquistamento social traduzia-se pelo “espírito acanhado de localidade, as rivalidades das províncias, já não digo somente das províncias, mas mesmo das cidades, das vilas, e até de insignificantes aldeias, impedindo a formação da unidade nacional”. Sustentam esse “espírito acanhado de localidade” os “ciúmes ridículos ou prejuízos e jactâncias de naturalidade” e a falta de circulação interna que permita alargar “a esfera das ideias, dos afectos, dos interesses” e dissipar “os abusos e preocupações, que se opõem ao progresso e ao desenvolvimento do bem comum”.

O autor chega mesmo a defender a ideia de que os meios fáceis e baratos de transporte são um requisito para a consolidação da ordem constitucional, especialmente entre a população rural.

A defesa dos meios de comunicação interna não era, portanto, um mero requisito de formação de um mercado à escala nacional, facilitador da mobilidade interna de mercadorias e de pessoas, era também, para o visconde de Carreira e para muitos liberais que antecederam a fase do fontismo e dos "melhoramentos materiais", um requisito da nacionalidade, da acção do Estado e das instituições constitucionais.

Alexandre Herculano, alguns anos mais tarde, retoma a preocupação do visconde de Carreira, mas onde este via um obstáculo à construção da nacionalidade – a parquilha social do território –, Herculano identificava um traço marcante da sociedade portuguesa que poderia ser potenciado.

“O aferro à terra natal é o elemento indispensável da manutenção das nacionalidades. O amor pátrio é, porém, um afecto complexo: compõe-se de sentimentos, que, ou se alimentam do ideal, ou correspondem a interesses positivos.(...)”

Para o comum dos homens, o teatro desses afectos é a pátria. O povo (na significação vulgar da palavra), que é a maioria, que o há-de ser sempre, não compreende

⁸ Relatório ao Decreto de 19 de Abril de 1832 sobre a reforma das sisas.

de outro modo, e só assim a entende, porque não tem os hábitos, nem a faculdade de generalizar. As condições inevitáveis da sua existência vedam-lho. O povo não usa sequer o vocábulo. Mais exacto de ordinário nas suas expressões que as classes elevadas, ele fala muitas vezes na sua *terra*, nunca na sua *pátria*. É que a primeira palavra corresponde-lhe a uma ideia; é a tradução de uma coisa possível, compreensível, simpática para ele: a segunda representa-lhe uma coisa abstracta, vaporosa, vaga, que não diz nada nem à sua limitada inteligência, nem ao seu coração.

A ideia complexa de pátria concebem-na as classes superiores, cujos horizontes intelectuais são mais vastos, e entre as quais a faculdade de generalização se desenvolve desde a meninice, pela educação e pelo hábito, ao lado dos sentimentos, que aliás são comuns com o povo a esse respeito. São elas que constituem o laço desses diversos patriotismos locais, que lhes dão unidade, que sem os destruir os organizam para estribar sobre eles o sentimento geral da nacionalidade"⁹.

A tese de Alexandre Herculano é por si só um testemunho de um dualismo social marcado pelas diferentes percepções da ideia de *pátria*. É certo que implicitamente Herculano entende esta dicotomia no quadro da articulação dos poderes locais, expressos através do *Município*, com as instituições centrais do Estado – o rei, o parlamento e o governo. Mas não é menos certo que a sua visão reproduz outras idênticas, expressas por vários escritores da época, denunciando a manifesta dificuldade de as elites mobilizarem as populações para os desígnios do progresso, da liberdade e da própria ideia de nação.

De certa forma, este dualismo poderá ser entendido como uma incapacidade das instituições centrais e das elites, que protagonizam o processo de socialização de novos sistemas de valores, em integrarem as vastas periferias que durante várias décadas permanecerão alheadas quer dos valores e instituições liberais que identificam o regime da Monarquia Constitucional, quer dos instrumentos de progresso material e cultural em que os liberais regeneradores depositaram uma convicção incontestada.

A imagem de uma ideia de *pátria*, confinada às elites ilustradas e sem eficácia social, coexiste com as múltiplas *pátrias locais*, sem as organizar em torno de um "sentimento geral da nacionalidade". Estamos, assim, perante o aparente paradoxo de uma nação secular, sem que exista consciência ou sentimento de nacionalidade.

⁹ HERCULANO, 1983: 394-395.

6. Reconstruir a Nação pela coesão territorial – O Norte e o Sul

No trabalho que deu forma à nossa dissertação de doutoramento¹⁰, tivemos oportunidade de salientar a importância do dualismo norte-sul como estruturante do desenvolvimento económico oitocentista e do processo de formação do mercado nacional. A existência de duas grandes regiões "claramente distintas e autosuficientes, diríamos mesmo, economicamente concorrentes", uma a norte, polarizada pela cidade do Porto, e outra a sul, tendo a capital como grande centro económico e financeiro, era já identificável por meados do século XIX¹¹. Esta divisão entre duas regiões económicas que obedeciam a lógicas de estruturação distintas e, como tivemos oportunidade de sugerir, economicamente concorrentes, ganhou relevo durante todo o século XIX e condicionou o processo de formação do espaço económico nacional.

Muito antes de geógrafos como Orlando Ribeiro, antropólogos como Jorge Dias, ou sociólogos como Manuel Villaverde Cabral, reconhecerem esse dualismo entre o norte e o sul de Portugal, autores como Oliveira Martins, Teófilo Braga ou Basílio Teles haviam já procurado explicar essa evidência. Numa época em que se busca o sentido profundo de uma suposta "identidade nacional", estes autores eram confrontados com o desafio de entenderem um país que se mantinha unido nas suas fronteiras desde o final da Idade Média, mas, ao mesmo tempo, revelando uma diversidade económica, social e cultural que os questionava.

José Manuel Sobral abordou esta temática num excelente artigo sobre "O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)"¹², em que aborda de forma sistemática as sucessivas representações da "divisão étnica" entre o norte e o sul do país. Crítico dos fundamentos desse dualismo "racial", nem por isso deixou de reconhecer que os contrastes regionais e a busca de estereótipos étnicos que fundamentem a diferença, são factores estruturantes de uma representação dual da identidade nacional.

O problema, a nosso ver, não está na racionalidade ou fundamentação das "teses" daqueles autores sobre o dualismo étnico, mas antes estará nas representações sociais que essas teses tendem a projectar e, simultaneamente, nos efeitos que de forma mais ou menos extensiva acabam por gerar na sociedade.

Oliveira Martins, na apresentação do seu projecto de lei de fomento rural, não deixava de colocar o dualismo norte-sul como um dos grandes desafios à estruturação

¹⁰ JUSTINO, 1989.

¹¹ JUSTINO, 1989: 402-407 (vol. I).

¹² SOBRAL, 2004: 255-284.

de uma economia interna coesa e mais equilibrada: "...a primeira necessidade da nova economia interna é compensar estas duas metades, unificar estas duas partes, trasladar para as regiões deficientes aquilo que há nas opíparas: o homem, os capitais. É realizar dentro de fronteiras do reino um movimento de translação que hoje se faz, sim, mas para fora do reino"¹³.

Anselmo de Andrade aludia pela mesma época à "triste e original situação de possuir um excedente de terras sem haver quem as cultive [a Sul], e um excedente de trabalhadores que não encontram trabalho na terra" [a Norte], sendo por isso impelidos para a emigração¹⁴.

É este mesmo dualismo que leva Basílio Teles a concluir que "a nação ficou incompleta, por formar, uma na língua e no solo, dupla na raça e na alma". "Por isso, a cada crise que surge, reaparece a duplicidade primitiva, inapagável, na divergência flagrante em a apreciar e resolver". "Por isso, na crise em aberto, dois sistemas de a encarar e conjurar podem dizer-se em presença, inspiração irresistível das duas almas diversas que habitam o indivíduo colectivo português, e que às vezes – repetimos – se encontram singularmente misturadas num único cérebro, e certamente surpreendidas por se verem ao lado, familiarmente, alojadas no mesmo crânio"¹⁵.

Para Basílio Teles o problema não residiria na perene dualidade da "raça" e da "alma", mas antes na dificuldade de estruturar uma "pátria fortemente organizada, nitidamente definida por uma aspiração e um propósito", algo que já tinha sido concretizado na história portuguesa: "...até ao fim do século XIV, e um tanto no decurso do século XV, é que se encontra um povo e uma pátria"¹⁶, orientados pelo ideal da reconquista e da afirmação de um território.

Passadas as primeiras reacções entusiásticas ao ultraje britânico, a crise financeira e o espectro da falência colectiva não eram suficientes para acordar os resignados portugueses para um projecto nacional: "No presente, a mais completa e dolorosa carência de um sentimento nacional, e portanto de uma ideia directriz governativa; a pulverização literal da sociedade; o isolamento e a indisciplina dos espíritos, o antagonismo e a dispersão das vontades, a secura e retraimento das almas, com tanta eloquência revelados na pobreza e contradição das ideias, ma fraqueza e incoerência dos actos e na ausência de larga simpatia recíproca, efusiva, moralizadora e humana; e – consequência inevitável – em todos nós, sem excepção, um fermento de irritabilidade e de amargura, um como sentimento constante de que estamos a falhar deploravelmente na vida, como homens e como povo"¹⁷.

¹³ MARTINS, 1956.

¹⁴ ANDRADE, 1898: 256.

¹⁵ TELES, 1899: 147-148.

¹⁶ TELES, 1899: 258.

¹⁷ TELES, 1899: 257

A crise geral e a incapacidade do Estado em definir um rumo e mobilizar as vontades para a sua concretização, era, afinal, o problema central que Basílio Teles identificava como fundamento dessa “carência de um sentimento nacional”. Perante esse vazio de ideias e de perspectivas, compreendia-se o emergir das divisões tradicionais, a revelação do insucesso reiterado e do abatimento geral. Ou seja, o dualismo “racial” mais não era que o sintoma da própria crise.

Tal como nos finais da Idade Média, quando “se encontra um povo e uma pátria”, para Basílio Teles era de um Estado “organizador” da sociedade que Portugal precisava e que a Monarquia Constitucional já não conseguia prover.

7. Identidade e sentimento nacional: dualismos múltiplos nas relações centro-periferia

Regressemos à contestação de Vitorino Magalhães Godinho ao requisito da identidade e à rejeição da ideia do “carácter nacional” enquanto “essência” da existência colectiva, na estruturação da ideia de nação. A busca de uma “identidade nacional” é sempre um processo de construção social, podendo ou não traduzir-se numa mitificação que tende a esbater as diferenças culturais e a homogeneizar as representações do colectivo.

No caso português, esse processo de construção de uma identidade foi sempre matizada pelo reconhecimento, sem evidente exacerbação, dos diferentes dualismos sociais e culturais que marcam de forma recorrente o debate em torno da Nação.

Porém, importa acautelar a particular dinâmica do processo de construção do Estado e da Nação em Portugal, nomeadamente a sua precocidade e emparceiramento com as *velhas nações*, na tipologia de Seton-Watson. Quando no século XIX uma parte significativa das futuras nações europeias debate os respectivos projectos de (re)construção nacional, Portugal contava com mais de cinco séculos de independência, estabilidade do território e das respectivas fronteiras, um Estado de há muito organizador da sociedade, primeiro na ocupação do território, depois no controlo da expansão, uma língua normalizada e uma religião dominante cujo efeito de estruturação dos valores e das práticas sociais não deverá ser ignorada.

A acrescentar a estes adquiridos, o facto de Portugal atravessar quase todo o século XIX e todo o século XX sem que o seu território tenha sido alvo de qualquer conflito prolongado, tentativa de ocupação ou de limitação da sua soberania.

A convergência destas características é suficientemente forte para nos levar a compreender a inexpressividade das tensões nacionalistas. Não há uma ideologia nacionalista no discurso e nas políticas liberais. Há, sim, expressões de uma preocupação

ressurgente da nação, rapidamente desvalorizadas pela urgência de dotar o país dos instrumentos de progresso e desenvolvimento económico. Mesmo depois do Ultimato britânico e da reacção dos meios urbanos à estruturação do discurso nacionalista republicano não correspondeu uma adesão generalizada às teses de maior pendor nacionalista. Algumas dessas teses viriam a ser reaproveitadas e reconfiguradas pelo Integralismo e pelo Estado Novo.

É neste contexto que as representações da “identidade nacional” foram sempre muito associadas à necessidade do Estado “organizar” a sociedade no seu território natural, fazendo esbater os dualismos múltiplos que estruturam a nossa existência colectiva. São esses dualismos que parecem sustentar a busca incessante da “identidade” e ao mesmo tempo justificam o recurso ao Estado como única entidade capaz de impor uma “ordem”, preservar a memória e de identificar um propósito. A Nação não é suficientemente forte e coesa para o fazer.

Bibliografia

ANDRADE, Anselmo, 1898 – *A Terra*. Lisboa: Manuel Gomes Editor.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 2004 – *Portugal, a Emergência de uma Nação*. Lisboa: Ed. Colibri.

HERCULANO, Alexandre, 1983 – “O Caminho de ferro e a Nacionalidade”, in SERRÃO, Joel (org.) – *Opúsculos*, tomo I. Lisboa: Livraria Bertrand.

JUSTINO, David, 1989 – *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*. Lisboa: Editorial Vega.

OLIVEIRA MARTINS, J., 1956 – *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães e C^a.

TELES, Basílio, 1899 – *O problema Agrícola (Crédito e Imposto)*. Porto: Livraria Chardron.

PINTO, Agostinho – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 16 de Abril de 1849.

SÁ, Vítor de, 1984 – “Nota sobre Mousinho da Silveira”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 1, p. 203-210.

SETON-WATSON, H., 1997 – *Nations and States. An Inquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism*. Londres: Methuen University Press.

SOBRAL, José Manuel, 2004 – “O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”. *Análise Social*, XXXIX, (171). Lisboa: ICS, p. 255-284.

Identidade, Estado e o paradigma da centralização

José Esteves Pereira

FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Introdução

É hoje um lugar comum sublinhar a crise de soberania do Estado. Mas não é menos significativo que num mundo, ao mesmo tempo globalizado e internacionalizado, as potências emergentes assumam uma configuração de Estados fortes a que não é alheio, obviamente, a projecção em vigorosas narrativas identitárias, sem prejuízo de diversas manifestações internas de cultura e até de crenças e etnias.

Como sabemos, também nem sempre se verifica uma identidade do nacional e do estatal mesmo que a funcionalidade do conceito de Estado-Nação se assuma como essencialmente estruturante do poder e do seu exercício.

O objectivo da presente comunicação, centrando-se na realidade portuguesa, expressa, exactamente, uma quase sobreposição da ideia e prática de Estado com a de Nação com vigoroso sentido integrador, mesmo que se verifique hoje uma maior diversificação social e cultural da sociedade e uma visível ductilidade do Estado no contexto da construção europeia e da globalização.

Em Portugal, desde 1974, a questão da identidade, que é sempre um persistente e quotidiano refazer dos que habitam um determinado espaço social, político, cultural e religioso, veio a suscitar diversas motivações e respostas no momento em que se verificava um retorno definitivo ao rectângulo europeu. Em breve, em maior ou menor escala, sobretudo na Europa, a realidade da globalização não podia deixar de desafiar a vigência do nacional e do regional com reflexos sobre a própria configuração do Estado de matriz westfaliana.

Atendendo a estes desafios sobre os quais me tenho debruçado, nomeadamente sobre a crise do Estado e, também, sobre a cidadania, o presente estudo retoma alguns pontos de reflexão que, desde 1987, adoptei como a melhor forma de abordar um paradigma de sucessiva construção do Estado português e dos factores de identidade implícitos que lhe subjazem, se projectam e são reconhecidos em dimensão porventura mais ampla do que aquela que se refere ao espaço que actualmente nos cabe.

Quanto ao reconhecimento da capacidade de projecção de uma sólida estrutura de Estado anote-se, por exemplo, as considerações expendidas por Júlio Maria Sanguinetti, antigo presidente do Uruguai, referindo-se à transferência, em 1808, da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, como circunstância decisiva do actual poder e projecção do Brasil, na medida em que “ ese traslado fue factor determinante para que el Imperio lusitano de América permaneciera unido en un solo y enorme país, mientras los españoles nos despedazábamos en una veintena de repúblicas independientes, la mayoría enojadas entre sí por rivalidades de sus líderes o conflictos de fronteras que en parte aún perviven”¹.

Como veremos, já Oliveira Martins compreendia bem este facto diferencial para sublinhar a solidez da arquitectura identitária do Estado português. Em todo o caso, porque a circunstância identitária não é oferecida mas, muito pelo contrário, construída com esforço, impõe-se sempre uma questão prévia que se prende com a lúcida e oportuna interrogação profundamente meditada e de sentido prospectivo que Vitorino Magalhães Godinho colocava, em 1987, por ocasião do memorável colóquio *A Memória da Nação: Queremos nós construir Portugal? Será ainda possível construir Portugal na Europa?*

Esta inquietação desafiava, então, outros estados europeus, nomeadamente os que possuíam no seu seio expressão viva de nacionalidades intra-estatais ou daqueles que, em breve, batendo às portas da Comunidade Europeia pretendiam resgatar o sentido mais profundo da sua existência como povos. Assumiam ainda significado fortes pulsões regionalizadoras, nalguns que pretendiam contrariar um “centralismo” estruturante, ao mesmo tempo que contribuía para um novo entendimento do Estado tradicional, anunciando a sua superação mediante a própria dinâmica autonómica e de proximidade cidadã.

Procurando encontrar parâmetros definidores para melhor entender como Portugal se articula, enquanto espaço político de forte identidade e poder de integração na Península Ibérica, na Europa e na projecção ultramarina que já teve², retomo alguns dos conceitos que utilizei num debate ocorrido em Madrid, em 1992³, onde se tornou possível apresentar diferenciadas perspectivas sobre a realidade peninsular perante o desafio europeu, complementando-os com reflexão sobre o paradigma da centralização. São esses conceitos os de espontaneidade, de resistência, de atlanticidade e de forte identidade política de carácter centralizado e centralizador.

¹ Júlio Maria Sanguinetti, “Brasil, el monster country”, in *El País*, Opinión, 06/07/2008.

² ESTEVES PEREIRA, 2003: 48-50.

³ Jornadas realizadas na Faculdade de Filosofia da Universidade Complutense sobre *El reto europeo: Identidades culturales en el cambio de siglo* (9-12 de Dezembro de 1992).

1. Oliveira Martins, em 1887, na *História da Civilização Ibérica*, pretendia descobrir “os elementos trazidos ao corpo das nações espanholas pelos casos da história”, salientando a espontaneidade como sua nota caracterizadora mais significativa. E aduzia a seguinte argumentação:

Os reinos, principados e condados que se vão formando na Espanha, à medida que a conquista avança sobre os territórios sarracenos, apresentam um aspecto absolutamente novo. Nem as tradições romanas por si sós, nem as germânicas, bastam para lhes avaliar a natureza, nem para lhes determinar a fisionomia. Ao lado e acima desses dois elementos, aparece uma condição especial à qual forçosamente hão-de subordinar-se. É a espontaneidade da formação. Tudo o que é tradicional está confundido, amalgamado, triturado, como se fossem matérias pulverizadas num gral⁴. Essa espontaneidade, se por um lado fragmenta, também conferirá realidade própria aos povos que desse acidente resultam.

Um outro aspecto é a do isolamento e resistência que, porventura, não decorre apenas de condicionalismo mesológico em que a realidade da reconquista pesou. Interiorizada, desde cedo, a luta obstinada contra o “infiel”, malgrado as medidas integradoras que o poder político e, em parte, a sociedade inicialmente providenciaram, o certo é que a figura de Santiago mata Mouros renasce em Alcácer Quibir ou em Lepanto, entrando no imaginário e na piedade popular. E o mesmo aconteceria com os judeus.

Numa configuração de estrita e unidireccional observância também não viríamos a saber ou poder receber como prática as opções conciliadoras erasmianas quando reformas cristãs de diferente sentido se apresentaram.

A finisterra de que fomos feitos produziu uma permanente resistência ao que é exógeno, na razão directa de invocação de vivências, sentimentos e meditações próprias, mesmo que de expressão potencialmente universal, como acontece com a saudade.

Sem conotação particularista pode eventualmente usar-se o conceito de portugalidade, no sentido de encarar Portugal como problema. Esse questionamento, sob o lema de decadência peninsular, esteve bem presente na mobilização da geração a que pertenceu Oliveira Martins e que se prolongou em sucessivas renascenças até à propriamente dita Renascença Portuguesa. Essas gerações interpretarão de modo contrapolar um mesmo problema: a ideia de Portugal⁵. Mas, malgrado, a feição mais

⁴ MARTINS, 1909: 157.

⁵ CALAFATE, 2006:19 e ss.

crítica que apela para a europeização de Portugal e de Espanha em nada será afectada a “independência dos caracteres individuais aliados à nobreza carácter colectivo” que, idealisticamente, Oliveira Martins encontrava como definidor dos povos ibéricos e estão presentes na definição do privilégio ibérico, assinalado por Chaunu, que Gilbert Durand parafrasearia inculcando a existência de um “privilégio lusitano”

L'Espagne devra attendre plus de trois siècles pour voir s'effondrer le khalifat de Grenade. Le Traité d' Alcanizes en 1297 sépare l'intégrité portugaise d'une Espagne qui n'existe pas encore, morcellée qu'elle est, en royaume de Léon et Castille, en royaume de Navarre, en royaume d' Aragon et de Catalogne... Quant à la France ele n' en a pas fini, à cette date, des déchirements; à peine le Comté de Toulouse annexé par la force, en une atroce «croisade», au petit royaume de Philippe Auguste, tout l'Ouest français - par le remariage d'Elleanor d'Aquitaine avec Henri Plantagenet-va appartenir par trois siècles à l'Angleterre, tandis qu'au coeur du “près carré» (nous disons de nos jours de l'héxagone) va germer le fier et puissant Grand Duché d' Occident», la Bourgogne⁶.

Durand lembrava, ainda, que “c’ est de découvrir au Portugal des ensembles culturels monolithiques, pour ainsi dire, où seul les effondrements dues à la catastrophe de 1755 ont, ici et là, apporté des modifications”.

Certamente que a paisagem se alterou sem que a asserção fique prejudicada por uma visível coerência cultural que constitui um activo e um passivo mental.

2. Um outro aspecto que cimentou esta condição diferenciadora e identitária foi a da atlanticidade. Parece hoje dispensável a referência a tal circunstância, mesmo que seja tema de debate a capacidade de gestão “europeia” de Portugal do seu espaço marítimo exclusivo.

Em todo o caso, o problema da atlanticidade não é só geoestratégico ou geopolítico. De facto, se como nação e como Estado nos constituímos por uma fronteira terrestre, na Península também temos e sempre tivemos uma fronteira activa que é o Atlântico. Foi essa a via que nos deu acesso aos espaços africano, americano e asiático (com outros tantos regressos). Fronteira dinâmica, hoje integrada na nossa condição de país comunitário, contribui tanto para a capacidade de expansão como para um recorrente ensimesmamento. Todavia, sempre reforçaria uma condição e destino unitários.

Diz Orlando Ribeiro que “aberto embora para relações marítimas e contactos distantes, pesa sobre Portugal um destino de isolamento, uma marginalidade quanto

⁶ DURAND, 1989: 239.

aos grandes focos da civilização do Ocidente, quer enquanto eles se situem no Mediterrâneo, quer quando a Europa média com eles concorre ou os ultrapassa”⁷.

Sem prejuízo destes sinais identitários e condicionadores, o isolamento não é necessariamente fatal. De facto, entender a identidade nacional é assumir que o forte sentido identitário, integrador e unitário pode conter tensões entre os que se revêem numa pátria mais transcendente ou dos que apelam para uma vivência mais cosmopolita e pragmática.

A unidade aceita a complementaridade e foi, exactamente, nestes termos que se forjou a estruturação do poder desde a afirmação forte e integradora do poder régio até à ideia mais moderna da teoria e da prática do Estado de que falarei a seguir.

Com D. Dinis, começa a corporizar-se a afirmação de poder em que as características senhoriais ou feudais cedem a uma administração menos “privada”⁸, acentuando-se o posicionamento distintivo, através de delimitações adequadas, da esfera espiritual e temporal no que diz respeito às relações com o clero e, por fim, o relacionamento especial e mais fácil, em todo o caso, com os concelhos. A ideia de *regnum* (e de *Rex*) e o reconhecimento implícito da “autoridade” apareciam reforçadas na sequência das medidas organizativas de D. Afonso III. O poder régio (o poder de *El-rei*) afirma-se, crescentemente incontestado no seu exercício, apoiado pela interpretação imperial particularizada no princípio de que “*rex in regnum suum dicitur Imperatur*”.

Insisto neste ponto porque não se compreende, totalmente, nem a dimensão própria especulativa do *imperium versus sacerdotio*, igualmente determinante na legitimação do poder temporal (de cujo tratamento específico não me ocupo no presente estudo), nem a feição ética e vicariantemente sagrada do seu exercício, sem levar em conta a teorização que se gera a partir da própria construção do poder régio temporal.

Talvez se possa dizer que, desde a fundação da Universidade, aparecem bem definidos os princípios de uma actuação política perfeitamente consciente de si e personificada na acção régia. As reais motivações políticas da fundação da Universidade portuguesa aparecem-nos como muito evidentes e justificadas, e são um exemplo da realidade centralizadora e identitária do poder real. Mas, ao facto da iniciativa política, importará acrescentar o propósito de formação de quadros, sobretudo de juristas, e os benefícios decorrentes da utilização do direito romano justinianeu acompanhado do travejamento conceptual e discursivo que a transmissão do *corpus* aristotélico viabilizou. Não é demais acentuar o papel do jurista, como tive o privilégio de o ver ensinado nas aulas de História de Cultura Portuguesa ditadas por Silva Dias. Com o risco de transcrição menos fiel da minha parte, aquele saudoso professor lembrava que o “Estado” Português, no decurso dos séculos XIII, XIV e XV, se vira “envolvido em

⁷ SIMÕES, 1992: 857.

⁸ MATTOSO, 1992: 272-273, 283 (II).

tarefas políticas e administrativas de dia para dia mais árduas e complexas"⁹. E se, "numa primeira fase a sequência de lutas com a Igreja e a organização administrativa da nação absorveram as melhores energias dos seus dirigentes logo os conflitos de aspirações e interesses das classes populares com as classes privilegiadas e a estruturação da máquina estadual numa base unitária burocrática e de direito público as absorveram em grande parte. Por isso se tornaria cada vez mais necessária, em número e qualidade, a presença de letrados na nossa vida pública"¹⁰. Era um fenómeno que se processava, também, no domínio da Igreja, "não só porque sem as técnicas do direito dificilmente os bispos se poderiam manter nas suas lutas com a realeza, mas ainda porque a complexidade crescente das tarefas pastorais exigia um núcleo sempre mais amplo de eclesiásticos qualificados na cabeça das dioceses"¹¹.

Os letrados desempenharam desde o início da monarquia um papel de importância na administração pública. Vêmo-los junto dos monarcas afonsinos na pessoa do chanceler Julião e de vários outros como os veremos mais tarde em redor do trono de Aviz na pessoa de João das Regras e seus epígonos ocuparem os lugares de chanceler mor, secretário, juiz, ouvidor, clérigo e vassalo de El-rei. Desde D. João I são ainda eles normalmente os corregedores da Corte, os Desembargadores do Paço e da Fazenda, os Procuradores dos Pleitos, os Escrivães da Puridade, etc. e a sua mão pressente-se quase sempre por detrás da Realeza, seja em refregas palatinas pela integridade do Estado como a de Afonso II com suas irmãs, seja em momentos de aguda crise política, como a das Cortes de Coimbra de 1385 seja enfim nas actividades quotidianas de renovação das estruturas jurídicas, como a referente ao problema das jurisdições. O letrado tem uma importância numérica crescente na administração à medida que os anos avançam e o seu valimento oficial é cada vez mais notório. Nos fins do século XIV conquistariam uma posição política e social que o integrou de pleno direito entre as camadas dirigentes e influentes da nação. Pode falar-se, então, expressivamente dos quatro estados do reino, prelados, fidalgos, letrados e vassalos¹².

O letrado, licenciado em Bolonha ou Salamanca, antes de o poder ser, eventualmente, em Portugal era portador de uma formação adequada ao reforço da forma política que caracterizava o poder régio e o seu exercício. Essa formação estava pautada pelo conhecimento do *Corpus Iuris Civilis* e por um vasto corpo textual e jurisprudencial. Compreender a realidade do poder, do *regnum*, da acepção multiforme de *imperium*, na referência concreta que possa assumir, por exemplo, na leitura da obra especulativa de Álvaro Pais significa entender, também, de que modo se fala de *Imperium* nessa altura, permitindo, porventura, contextualizações a que se têm desatendido. O certo é que o direito justinianeu, em concorrência com o direito canónico, o direito local consuetudinário ou foraleiro mesmo que, por via mais jurisprudencial, se afirma como

⁹ DIAS, 1967.

¹⁰ DIAS, 1967.

¹¹ DIAS, 1967.

¹² DIAS, 1967.

expressão de um direito que podia ser invocado perante a inconveniência de particularismos supervenientes. E, não tendo sido imediata a sua incorporação explícita, é possível, no entanto, rastrear bem a sua crescente importância através do estatuto que se lhe atribuirá, entretanto, nas *Ordenações Manuelinas*, facto a que aludirei mais à frente.

Não será despreciando, neste delineamento, verificar o engrandecimento do poder régio e a sua articulação com os fundamentos do poder absoluto que o direito romano também permitiu. Quanto à centralização administrativa, ela foi acompanhada da consciência crescente de uma determinada ideia de soberania que a própria realidade fáctica da avocação voluntária de legislar e administrar permitia (*quod princeps placuit leges habent vigorem*) não vinculando o rei (*princeps solutus a legibus*). Consumava-se a indivisibilidade e inalienabilidade do poder definindo-se, de modo claro, a identificação entre Nação e "Estado". Só a partir desta realidade se pode enquadrar a complementaridade subjacente à natureza do poder, quando visto no plano das relações do temporal e do espiritual. Falo de complementaridade e não de distinção relacional. No entanto, é claro o enfrentamento teórico, por via jurídica e aquele que poderia ser admitido, em última instância, por exemplo, pelo teólogo Álvaro Pais se quisesse, no seu *múnus episcopal*, valer-se da sua preferência doutrinal. Mas não se trata de uma questão preferencial, a da hierocracia, que vem a ser defendida pelo bispo de Silves, mesmo que de um ponto de vista inventarial venha até a incorporar, igualmente, a origem popular do poder. A meu ver, a questão tem que ser entendida com o alcance da dinâmica absolutista que se podia prever na teoria e prática do poder régio exercido e aceite em Portugal que culminará, muitos séculos depois, na feição jusdivinista pombalina. Além das relações de poder há implícitas tensões de poder à margem da supremacia espiritual e é dessa tensão que vai emergindo a respectiva feição absolutista.

Embora no domínio das hipóteses, Álvaro Pais deve ter percebido bem o destino do seu *múnus episcopal*, na tensão crescente entra a dimensão teológica e a estatal sem prejuízo da reivindicação pura do primado espiritual em matéria de fé e de sacerdócio que se apresentava de modo indiscutível e por isso se pôde cristalizar na forma perfeita da hierocracia. Se passarmos, entretanto, da questão do engrandecimento do poder régio para as implicações políticas da literatura doutrinal do século XV, a mesma questão de enquadramento se coloca, permitindo passar da reflexão sobre a lealdade e a justiça, presentes no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, para os fundamentos culturais da sociedade e da própria actividade política. Martim de Albuquerque teve ocasião de colocar devidamente o problema que se prolonga nas teorizações renascentistas. O que a nosso ver importa sublinhar, ainda, dentro da dimensão ética que se deve associar ao exercício das funções régias, é a própria complementaridade que daí advém para o reforço do poder absoluto que era exercido no respeito de um plano moral que sobrelevaria particularismos ou dissensões que pusessem em causa a unidade da *res publica*. Assim, no travejamento jurídico por via

romanista e, ainda aqui, por leitura atenta de Aristóteles e S. Tomás (com particular atenção prestada ao *De Regimine Principis*) encontramos os ingredientes essenciais de um processo de identidade com preocupações práticas de centralização de poder.

*Visto quanto cumpre aos senhores e aos que teem regimento seerem avondosos em prudencia, seguem-se as cousas que lhes perteece pera o seerem com a graça de Deos, e per que modo se podem fazer prudentes, nom declarando que é prudencia segundo as desvairadas defiições e entenções dos sabedores que delas falom, porque perteecem mais a saber de leterados que aos que som maneira de nosso viver*¹³.

As concepções éticas do poder serão a resposta antecipada ao sentido imanente do político que decorre do maquiavelismo nos séculos XVI e XVII, radicalmente recusado, e que a obra de D. Jerónimo Osório ilustra bem¹⁴. Mas, para além do distanciamento ao exercício político que decorre do maquiavelismo execrado, da incompatibilidade do princípio *cuius regio ejus religio* que desagua no jusdivinismo de fundamento, do índice efectivo de inspiração de obras como a *Della ragione di Stato*, de Giovanni Botero, da aceitação e aproveitamento das concepções escolásticas de poder, bem definidas na obra de Suarez, acresce um aspecto para o qual queremos chamar a atenção e que, indirectamente, se pode associar à obra de Serafim de Freitas, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*. Trata-se de entender bem o problema de natureza histórico-política, que consistiu na emergência do conceito e prática de realeza *versus* decadência da efectiva funcionalidade do Império. Seria ainda fecundo, a este propósito, ver como a arguta meditação e proposta do nada utópico P. António Vieira parte da desvalorização do Império, constatada a sua inoperacionalidade¹⁵.

A dinâmica do poder em Portugal que se vai desenvolvendo, por respeito à obediência espiritual romana, mas com permanente atenção aos interesses da esfera temporal tem, como corolário, o engrandecimento do poder régio, através de processo próprio de afirmação de *estado absoluto* que o próprio declínio da convocação de cortes, após o período da Restauração, comprova.

O alinhamento, essencialmente ultramontano e romanista, diferente da política, mais independente, da França, deve ser visto à luz da persistência doutrinal que se constitui como tradição de poder em Portugal. Embora se afirme como crise ou como cisão, a fundamentação jusdivinista implícita, que viria a definir o pombalismo teórico e prático, não deixa de ser o coroamento de um processo de centralização e de absolutismo que se revestirá de forma diversa no liberalismo, sobretudo pela nova concepção racionalizadora da administração, mas que não alterará o fundo da questão.

¹³ D. DUARTE, 1998: 209.

¹⁴ ALBUQUERQUE, 1988: 179-203.

¹⁵ PEREIRA, 1999: 22-23, 25.

3. A centralização que sempre se verificou em todo o espaço político português, descontando uma certa ideia mítica do poder local forte e actuante, anterior ao liberalismo, reproduzia, é bom sublinhar, todos os factores dependentes de vectores de unidade, diferença e complementaridade, a que já nos referimos, permitindo que a condição marcadamente finistérica, mesológica e cultural de Portugal lograsse posicionar-se perante o diferente e o outro, afirmando-se de um modo unitário.

Entretanto, retomando, ainda, o plano da teoria e da acção política, a que me venho referindo, importa sublinhar sempre o carácter unitário, a crescente afirmação do “império” régio que se foi organizando, administrativamente, na relação da realza com as Cortes face ao poder espiritual do papado de que se reconhece, todavia, a *auctoritas*.

Se atendermos às *Ordenações do Reino*, encontraremos, igualmente, o sentido integrador de que o direito romano era portador para a criação do direito comum e a plenificação de um exercício de poder auto – justificado racionalmente. Como bem sublinha Nuno Espinosa Gomes da Silva, as Ordenações Manuelinas viriam, na sequência das Afonsinas, a apresentar uma justificação acerca da vigência do direito romano, como norma subsidiária: "A partir da edição definitiva de 1521, diz-se expressamente “as quaes lex imperiaes mandamos somente guardar pela boa razam em que sam fundadas”¹⁶. Igualmente se deve referir a dirimição régia relativamente a conflitos de avocações consuetudinárias muito fortes e outras fontes de direito.

O absoluto exercício do poder régio virá, depois, a ser reforçado, também, pela literatura doutrinal de âmbito mais político como acontecera com a doutrinação de índole político moral.

Será, no fundo, esta, a estrutura e o estilo paradigmáticos de uma administração que do Reino se estenderá ao Ultramar. Já acima me referi à criação da Universidade e à sua feição centralizada, que é também centrípeta e centrífuga. A sua organização corporativa, num Estado unitário como o português, podem explicar, satisfatoriamente, a resistência a uma partilha ou descentralização que apenas as condições específicas da Contra-Reforma romperam temporariamente para se resolverem em reintegração, ainda mais absorvente e normativa, a partir de 1759, com a expulsão dos Jesuítas. Não obstante o período em que a Companhia de Jesus assume em Portugal e Espanha, e nas Colónias, uma feição complementarmente particular e ultra-influente, tal medida não pôde em Portugal suscitar a criação, paralela, de uma Universidade no Brasil. O problema não era a inviabilização de uma transmissão concorrente de conteúdos, de saber teológicos e filosóficos que eram inspirados pelo magistério conimbricense, eborense,

¹⁶ SILVA, 2006: 272.

complutense ou salamantino. Tratava-se, sobretudo, da abertura à concessão de grau, ou seja, a legitimação de uma delegação do poder através do saber.

Constitui, ainda, referência recorrente na reflexão das instituições – em que se cruza a informação com a recusa ideológica – a constatação de uma centralização de poder na expansão ultramarina e na colonização. A esse propósito, autores que se propuseram indagar, criticamente, sobre antecedentes históricos de decadência, como Oliveira Martins, compreenderam bem, o que estava em causa no fracasso das donatarias:

A tentativa de organização feudal e federativa recebeu” (...)”o primeiro golpe, e foi gradualmente cedendo o passo a diversa política administrativa. O imperialismo que vingava na mãe pátria transplantou-se para a colônia, e depois, as crises provenientes dos ataques marítimos de franceses e holandeses, principalmente, deram a vitória decisiva a uma administração centralizadora, monopolizadora, protectora, absolutista, conforme as ideias também ao tempo vigentes (...)”¹⁷.

Não pretendo referir, aqui, a leitura martiniana do lado positivo centralizador de que, segundo ele, nasce o “lineamento da futura nação” em contraposição “à desordenada e confusa mistura de raças diversas” ou à “anarquia dissoluta dos estabelecimentos castelhanos, mineiros e não agrícolas quais eram os do Brasil”. Todavia, de Oliveira Martins convém reter a consciência de uma centralização conotada com a forma absolutista do poder e vinculada à nova forma de expressão de Estado. A união pessoal ibérica não alterará substancialmente este paradigma. Pelo contrário, antes integrará, com relativa facilidade, toda a estrutura nacional dentro do Estado.

No período da Restauração, entretanto, consolidar-se-á a prática centralizadora que as acções de defesa justificavam. Não se deve perder de vista, neste contexto, igualmente, a definição territorial através do levantamento cartográfico a que os engenheiros militares procedem (não só mediante uma tecnologia de sucesso para as acções de defesa) com os propósitos de conhecimento “cartesiano” de terreno, o que significa, igualmente, a apropriação de um conhecimento intransferível de limites e de reconhecimento de soberania que o pombalismo consumará. Essa exigência de definição e domínio de fronteiras tem ilustração visível, como bem sabemos, no Brasil.

Jorge Borges de Macedo assinalou um intervalo joanino de certa descompressão centralizadora como que um “abrir brecha ainda que ligeira”¹⁸, sendo interessante ver, a esse respeito, o que no plano cultural foi a abertura às Luzes, em intervalo decisivo. Os últimos dez anos do Rei Magnânimo manifestam-se pela abertura a ideias ilustradas que, nesse aspecto, não tiveram contrapartida no pombalismo, e para além dele, justamente porque se reitera e potencia a racionalização do exercício do poder, acompanhada da “boa razão” judicativa de conflitos ou parcialidades para que o Estado se afirme sem contradita. É significativo lembrar, também, que a convocação de

¹⁷ MARTINS, 1904: 13-14.

¹⁸ MACEDO, 1971: 554 (vol. I).

Cortes terminara no fim do século XVII, no reinado de D. Pedro II. No debate em volta da reforma das Ordenações Filipinas, a célebre questão do *Novo Código*, em 1789, constitui uma oportunidade para, sem prejuízo do absolutismo consensual, se procurar ensaiar alguma representação para os povos, característico de ciclo que termina com a regeneração de 1820, em que uma expectável descentralização emancipadora não vem a ter desfecho positivo. De facto, na questão do Brasil, em contexto vintista, o que sobressairá é o paradigma proteccionista que lhe está indissociavelmente conexo enquanto expressão de um subsistente e previsível centralismo que já estava consagrado naquele desígnio ilustrado pombalino, algo frustrado, de uma Praça do Comércio que, todavia, há-de ser sempre lembrada como o *Terreiro do Paço*, na acepção semântica do poder omnipresente.

Lisboa, capital de um império encabeçava desproporcionalmente, cabeça enorme de um corpo frágil (,,,) embora dela dependesse tudo desse “corpo social e económico que seria indispensável reformar estruturalmente”¹⁹.

Conclusão

O longo processo das reformas administrativas do constitucionalismo monárquico, republicano e estado-novista não alteraram, substancialmente, uma axiologia centralizadora que, absorvendo algum policentrismo de Antigo Regime, com as reformas administrativas liberais, encetadas através da legislação de Mouzinho da Silveira não inflectiram de sentido, salvo ténues intenções, como as do *Código Administrativo*, de 1878, de Rodrigues Sampaio, recuperado transitoriamente, em 1910, pela República. Em todo o caso, a ideia persistente de um poder essencialmente centralizado e centralizador permaneceu.

Reflectir sobre a identidade nacional, sobre o Estado e sobre o persistente paradigma da centralização ganha especial relevância, hoje, no caso específico do problema da discutida regionalização. Pensar sobre a regionalização no contexto não só de uma forte realidade histórica unitária, mas também de uma forte compleição centralista, significa um confronto problemático com as medidas que a própria centralização estruturante foi viabilizando, consolidando e valorando.

Haverá solução regionalizadora sem a própria indução e vontade do poder central e das forças partidárias, em contexto de maior ductilidade do Estado?

¹⁹ FRANÇA, 1997: 14.

Penso que este é um tema de debate urgente sobre eventual complementaridade, em termos do nacional, regional e de comunitário europeu, para o qual não há respostas fáceis.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Martim de, 1988 – *A expressão do poder em Luís de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

CALAFATE, Pedro, 2006 – *Portugal como Problema*. Lisboa: Público/FLAD.

D. DUARTE, 1998 – *Leal Conselheiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

DIAS, J. S. da Silva, 1967 – *Lições ao curso de 1966-67, de História da Cultura Portuguesa na Universidade de Coimbra*. Faculdade de Letras.

DURAND, Gilbert, 1989 – “Oração de Doutoramento Honoris Causa pela Universidade Nova de Lisboa”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 3.

PEREIRA, J. Esteves, 1999 – “O Sol e a Lua. Vieira e o barroco político”, in *Anais do IV Colóquio Antero de Quental*. Aracajú: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura.

PEREIRA, J. Esteves, 2003 – “Teorização Absolutista e Centralização”, in CUNHA, Paulo Ferreira da (org.) – *Teoria do Estado Contemporâneo*. Lisboa: Verbo.

FRANÇA, José Augusto, 1997 – “Lisboa Pombalina e a estética do Iluminismo”, in *Lisboa Iluminista e o seu tempo (Actas do Colóquio)*. Lisboa: UAL.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da, 2006 – *História do Direito Português – Fontes de Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MACEDO, Jorge B., 1971 – “Centralização Política”, in *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Liv. Figueirinhas.

MATTOSO, José, 1992 – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

MARTINS, J. Oliveira, 1904 – *O Brasil e as colónias portuguesas*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

MARTINS, J. Oliveira, 1909 – *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

SIMÕES, Margarida Barahona, 1992 – “Finis Terrae. The land where the Atlantic Ocean begins”, in *History of European Ideas*. XV (3-6).

A problemática da fronteira, a matéria identitária e os operadores do limite. Demarcação, ilimitação e centralidade

Rui Cunha Martins
Universidade de Coimbra

Introdução

Começemos pelos pressupostos em que assenta o presente artigo.

O conceito de fronteira, que hoje a contemporaneidade desafia a vários níveis, corresponde a uma amálgama de propriedades e de funções que hoje são confrontadas com o problema da sua operatividade. Este conjunto de mecanismos não conheceu incorporação simultânea no corpo do conceito. A história da fronteira, a haver uma, será precisamente a dessas sucessivas incorporações e a do modo como elas permitiram desenhar um modelo plurifacetado e em adaptação permanente, gradualmente afeiçoado à condição de *dispositivo*. O próprio da historicidade da fronteira é esta passagem sincopada de um estatuto de modelo, agregando elementos e tradições variadas, tal como recortado desde a modernidade, a um estatuto de *dispositivo* (entenda-se: cadeias de variáveis relacionadas entre si, produzindo, nessa interpenetração, determinadas linhas de força e determinadas linhas de fractura, mas resistindo a apresentar-se como entidades dotadas de contornos bem definidos). Um dispositivo que a contemporaneidade se habituou a mobilizar nos mais diversos contextos, expondo, em cada um desses momentos de requisição do conceito, outras tantas competências funcionais.

De uma fronteira convirá dizer-se que *funciona*; e que comporta, por consequência, determinado grau de *operatividade*. Variável, sem dúvida, de conjuntura para conjuntura, de contexto para contexto; e, naturalmente, dependendo também do intuito concreto da sua activação. Nesta perspectiva, ela será sempre questão de *autoria*. Remete para um referente, do qual ela é fatalmente expressão. A exibição de dada propriedade de uma fronteira reenvia sem mais para a sede patrocinadora dessa activação. Entender-se-ão por propriedades de uma fronteira aquelas funcionalidades que o conceito toma de empréstimo dessa outra noção mais ampla e englobante que é o *limite* (é minha sugestão que a fronteira é a expressão histórica do conceito de limite). Eis algumas: delimitação ou demarcação; ilimitação; transgressão; ostensão; ou,

inclusive... centralidade (a propensão da fronteira para o centro, num movimento em aparência paradoxal, revela-se uma tendência recorrente do dispositivo, atestada com regularidade pelos estudos empíricos). Do modo como o conceito trabalha sobre estes diversos *operadores* do limite depende, em larga medida, a configuração tomada, em cada momento, pelo dispositivo fronteiro.

Os pontos que se seguem procuram algum desdobramento concreto para estes pressupostos. E para um outro, que, na sequência do que vem de ser dito, aqui se assume: o de que a identidade, ou, com mais preciso recorte, a matéria identitária, corresponde, em termos de fronteira, à mobilização não apenas de um operador preferencial do limite mas, sobretudo, à convocatória simultânea e errática de vários desses operadores. Demarcação, ilimitação e centralidade tendem, com efeito, a sobrepor-se por ocasião desse gesto de críspação sobre o limite que constitui toda a definição identitária.

1. Nos inícios da modernidade, a noção de fronteira encontra-se suficientemente burilada para que se tornem claras, já então, as respectivas propriedades e condições de desempenho. A impressão com que se fica é a de que, por essa altura, andam associados ao conceito elementos de vária ordem, desde princípios teóricos e doutrinários até funções pragmáticas, passando por experiências concretas, historicamente inscritas. Alguns desses elementos tendem a ser agregados entre si, reunidos no âmbito do conceito de soberania, enquanto que outros sugerem persistir mais ou menos arredios a esforços de compactação teórica e de normalização. De alguma forma, o trabalho da modernidade consistirá em assegurar a manutenção de ambas as vias, ou, dito de outro modo, em investir sobremaneira na primeira, estimando ao mesmo tempo a margem de manobra e a agilidade funcional garantidas pela segunda.

É nesta perspectiva, só nela, que tem cabimento falar de um *modelo moderno de fronteira*. A expressão designa precisamente essa possibilidade de sentido e esse investimento de coerência em torno do conceito; nada disto fere a disponibilidade da ideia de fronteira para as dimensões da adaptabilidade, da variabilidade e da dispersão de significado, as quais, de resto, constarão de modo gradual do seu recorte conceptual e da sua eficácia. O nosso ponto de vista aponta, portanto, para um grau de razoável estabilidade da noção de fronteira no quadro das primeiras sínteses produzidas pelo pensamento e pela teoria política modernas, estabilidade essa que, ao imputar à fronteira determinado conjunto de competências e determinado tipo de operatividade, lhe permite integrar, com visível sucesso, o painel de elementos que a

modernidade se encarregará de popularizar, quer ao sabor da sua apetência expansiva, quer da sua incorrigível apetência ordenadora.

É dentro desta linha de raciocínio que se torna possível isolar, por entre aqueles que aparentam ser, do ponto de vista da modernidade, os eixos maiores dessa configuração funcional e doutrinária – desse conjunto de *mecanismos*, será com certeza a expressão conveniente – que é a fronteira, aquilo a que em outro trabalho chamámos já o eixo da *designação*¹. E a tese que lhe está subjacente pode ser dada pela seguinte fórmula: *as fronteiras correspondem tanto à definição de uma exterioridade, quanto, sobretudo, à pretensão de visibilidade do invólucro que elas delimitam*. Que quer isto exactamente dizer?

Basicamente o seguinte: que as fronteiras não remetem apenas para os contornos do que se demarca, nem apenas para aquilo que, pelo acto da demarcação, ganha estatuto excêntrico ou alienígena; qualquer demarcação, na medida em que se faz a partir de um interior que se quer ver demarcado, remete, com naturalidade, para esse invólucro que é a entidade patrocinadora da activação dos limites. Subjacente a esta tese está pois a seguinte percepção: qualquer mecanismo de separação, e, mais ainda, aqueles que, como as fronteiras políticas, são regularmente trabalhados, não separa virado para fora, separa virado para o interior de si mesmo. A delimitação é uma *designação* – o “traço” denuncia um referente.

A este título, a relevância da actividade demarcatória, ou, especificamente, de cada um desses momentos de fixação dos marcos fronteirços – ocasiões em que uma entidade política (seja o reino), enquanto entidade demarcada, se instancia e se refaz, à escala local, no próprio acto de fixação dos símbolos que o delimitam –, essa relevância, se é certo decorrer, por um lado, da possibilidade de construir as exterioridades tidas por pertinentes, decorre também, por outro, da *evidenciação* assim garantida à própria entidade demarcada, como o atesta, de resto, o investimento narrativo-memorial a que esta se entrega. Neste sentido, cada cerimónia de instalação dos marcos visa conferir ao corpo do reino o estatuto de *facto notório* (não ensinara a tradição jurídica medieval que um tal estatuto *designava* uma verdade de tal modo evidente e perceptível ao olhar que, uma vez alojada no espírito dos homens, aí residiria *ad aeternum*?). Um reino demarcado, crê-se perene. O corpo dinástico *designa*-do pela demarcação, também.

¹ MARTINS, 2008: 112.

2. Assim se compreende um segundo nível da questão: as fronteiras, enquanto margens, não funcionam apenas como o contrário dos centros; são também a reserva destes, quando não a sua outra natureza. Trata-se, aqui, de retirar as devidas consequências de exemplos como o fornecido por uma leitura da história portuguesa enquanto virtual mobilização em direcção a um horizonte de fronteira. Uma leitura segundo a qual, desde essa proto-expansão que é a reconquista peninsular até à expansão africana, e, mais genericamente, ultramarina, ocorreu uma perpétua reinvenção de um limite posto diante dos portugueses, e deslocando-se sempre para diante deles à medida que dele se aproximavam, como se o *mundo* fosse irremediavelmente *fronteira*, ou como se a ucrónia se fosse sucessivamente realizando enquanto utopia. Ora, reconhecer-se-á, mesmo sem ser preciso abandonar esta matriz explicativa, que essa progressão em direcção às fronteiras se fez acompanhar, em simultâneo, da constatada capacidade da Coroa em instituir-se, desde sempre, como pólo configurador desses processos estruturantes da construção portuguesa.

Uma percepção que se manifesta a dois níveis. Por um lado, no esforço de captação dos recursos mais visíveis desses espaços marginais por parte de uns centros de decisão só em aparência confinados à retaguarda da dinâmica fronteiriça (pense-se, por exemplo, neste sentido, na rentabilização do contrabando, pela esfera do rei e das elites sócio-políticas, na fronteira castelhana de Quatrocentos; mas pense-se então, com maior abrangência, que essa actuação é uma etapa de uma tendência longa em que igualmente se inscreverão, quer o gradual envolvimento da monarquia, em negócios similares, a partir da fronteira marroquina de Quinhentos, quer o modo de actuação da Coroa na fronteira brasileira, especialmente na segunda metade do século XVIII). E manifesta-se, por outro lado, no modo como as franjas do reino, ou do império, foram configurando um espaço de escoamento das tensões existentes no seu seio, à laia de "reserva" onde se fazia desembocar a energia social tida por excessiva. Está aqui em causa, afinal, a activação da dimensão da fronteira como potencial receptora de tensões, como margem estimada, paradoxalmente, enquanto garante das sinergias procuradas, internamente, por uma sociedade em expansão. Será irónico, mas é assim: só um centro bem delimitado (isto é, solidamente *designado*) pode estimar o potencial *ilimitado* das margens.

3. Há ainda um terceiro aspecto a ter em conta. Tem a ver com o espaço reservado à contingência no campo do conceito de fronteira e, nomeadamente, com o necessário recuo crítico perante assimilações demasiado rápidas entre contingência e alternativa. Vejamos. Não sobram dúvidas sobre as inúmeras facetas que imprimem à fronteira um elevado grau de resistência a esforços de uniformização: pense-se no seu carácter “contextual”, na sua propensão plural ou no seu potencial de desdobramento, características que têm nas figuras da duplicação de fronteiras, da sobreposição de fronteiras, do apagamento de fronteiras e da reposição de fronteiras a sua expressão acabada. Dito isto, importa frisar que, se estes elementos existem, em qualquer fronteira, de modo *latente*, vigorando nela *em potência*, não é contudo forçosa, e menos ainda permanente, a sua manifestação. Semelhante latência não pode, portanto, tomar-se como a essência da própria fronteira, como que antecipando-se, por inerência, à contextualização proporcionada a essa mesma fronteira, pelos respectivos quadros históricos; aquilo que, em bom rigor, está próximo do âmago da fronteira e pode ser talvez dito essencial nela é, agora sim, a *disponibilidade* assegurada por essa latência, o carácter “negocial” adveniente à fronteira por via de uma eventual activação desses elementos potenciais, ou até – e este é o ponto a reter – a possibilidade em aberto de que cada uma dessas iniciativas e activações permita mesmo aclarar uma sede (chame-se-lhe também centro ou referente) produtora e organizadora desse mesmo quadro de multiplicidade.

Donde, constatar a presença da instabilidade e da contingência por entre os elementos integrantes do corpo do conceito só pode significar a consciência de que é no enfrentamento com essa contingência (um enfrentamento entendido como “negociação” pelo que se considere ser, em contexto, a melhor opção) que se instaura a possibilidade de um *referente*, ou seja, que se torna possível activar a matéria autoral – porque, de acordo com o nosso ponto de vista, “toda a fronteira tem autor”. Por conseguinte: permitir o exercício demarcatório que confira sentido à dispersão; e permitir o reconhecimento desse esforço ordenador; são estes os dois momentos complementares que a contingência, contra ela própria, acaba por assegurar. Daí que ao pensamento moderno não se imponha terminar com a ambiguidade mas geri-la, até porque só essa gestão permite a definição das situações de transgressão, de excepção, de punição ou de perdão, expressões autorais máximas em matéria de fronteira, tal como só ela permite o gesto articulador que, integrando todas essas modalidades, *designa* o autor. Porque o autor e a sua centralidade são demarcados pelo próprio acto de demarcação que ele assegura.

4. Justificar-se-á, neste ponto, uma pergunta: é esta fronteira, assim entendida no quadro da modernidade, um mecanismo dotado de uma capacidade de adequação tal que lhe permita ser exportável para diferentes contextos e, em simultâneo, acrescentar ao seu recorte conceptual, a partir desses trajectos históricos, novas formas de operatividade? Tudo indica que sim. Tudo indica, com efeito, que uma disponibilidade constante para que possam manifestar-se ou ser activadas as diversas figuras do limite, consoante os contextos, os quadros doutrinários e as estratégias políticas subjacentes, é característica tópica do regime fronteiriço da modernidade. Uma verificação que pode bem traduzir-se na ideia de que *as fronteiras são historicamente disponíveis*, valência que cauciona, em larga medida, a gradual constituição da fronteira moderna enquanto *dispositivo*.

Joga-se aqui, como está bom de ver, a plasticidade do modelo. Não propriamente, ou não somente, no âmbito da sua matéria conteudística, quer dizer, não somente ao nível da coerência interna dos elementos residentes no conceito de fronteira; sim, muito mais, ao nível do modo como esses mesmos elementos interagem com dimensões como o contexto ou a conjuntura, ao nível, por conseguinte daquilo que podemos chamar a matéria da historicidade e que justifica essa predisposição das formas fronteiriças para a respectiva activação em moldes não uniformes. Só esta dimensão pode explicar o sucesso histórico do modelo e a sua pouco linear mas duradoura operatividade. Quando o século XIX se dispõe a tratar do tema da fronteira, tem já ao seu dispor uma gama infindável de modalidades de activação e configuração de um mecanismo da fronteira cada vez mais disponível para assumir a sua valência de dispositivo.

O cruzamento dessas possibilidades produzirá fórmulas tão variadas quanto as conjunturas concretas que as enquadram. A sua descodificação nem sempre é fácil. Até porque, gradualmente, não só as mais clássicas *figuras do limite* (delimitação e ilimitação) surgem articuladas com figuras relevando da dimensão da autoria ou da centralidade, no sentido em que atrás se fez referência, como também esta última dimensão vai ela própria arredondando a sua presença, complexificando as suas expressões. Bom exemplo disso é a noção de “fronteira interior”, de matriz fichteana, a qual, da perspectiva que é a nossa, pode bem ser entendida enquanto expressão do desdobramento do limite em direcção a si mesmo e, por conseguinte, como mais uma expressão, também, da produção de centralidade pelo dispositivo fronteiriço.

Porquê *interior*? O próprio Fichte o explica: “As fronteiras primeiras, originais e verdadeiramente naturais dos Estados são sem dúvida nenhuma as suas fronteiras

interiores [...] É somente desta fronteira interior, traçada pela própria natureza espiritual do homem, que resulta o traçado das fronteiras exteriores do seu habitat, que não é senão a sua consequência”. Deixando de lado, neste momento, a problemática das “fronteiras naturais” em que notoriamente o texto está ancorado, o que toma particular relevo para nós é que esta propensão para a interioridade traduz, uma vez mais, agora a um nível mais intimista ou, em nomenclatura técnica, mais da ordem do sensível, o desdobramento do limite em direcção ao centro. Ao *seu* centro, por certo que sim; mas reconhecer-se-á então, e já não será pouco, que o limite tem uma estrutura compósita que contempla a vigência de centralidades. E para que seja possível afirmar, a propósito desse desdobramento fichteano, que nele se cruzam “uma dialéctica temporal e uma dialéctica do território”, obrigatório será entendê-lo, fundamentalmente, como uma recusa de desalojamento originário, não como modo de preservar a essência correspondente a essa fronteira interior, mas como forma de nesse limite interno sediar a inspiração para os rumos a tomar (pela germanidade, no caso) em direcção ao futuro, lugar em potência da regeneração espiritual e moral. Porque, neste raciocínio, aquele âmago, aquele ponto central essencial e originário permanentemente descoberto pela fronteira interior não designa *aquilo de onde provém* um povo, mas *aquilo em direcção ao qual ele avança*². Com o que a localização da interioridade devém, em última instância, promessa de futuro.

Ora, ao generalizar-se o modelo do estado-nação, ou, dizendo-o com maior ancoragem historiográfica, à medida em que a modernidade processa esse longo movimento de exportação do estado-nação como forma de arrumação política, primeiro nas margens do espaço europeu e depois para fora dele, em direcção à sua periferia – movimento que, deste ponto de vista, pode ser perseguido até à contemporaneidade recente –, também esta modalidade de realização da fronteira enquanto centro (a da “fronteira interior”) segue junto com todas aquelas que, em paralelo, integram o quadro de valências do mecanismo “fronteira”. O resultado maior da sua activação conjugada é, provavelmente, a *american frontier*, tal como desenhada por Turner. Aí, por via de uma expansão miticamente encarada como imparável e desde cedo inscrita num horizonte de ilimitação pura que, afinal, não é senão a estética escolhida por uma sociedade em expansão na altura de buscar o seu próprio âmago para-entitário, aí, portanto, a fronteira parece caminhar irreversivelmente para a sua própria centralidade. Mas só aí?

² BALIBAR, 1997:150.

5. Pense-se, por exemplo, no caso brasileiro. Aqui, a impressão que se colhe é a de que o tópico da centralidade, tanto quanto os da ilimitação e da demarcação, será também ele francamente mobilizado por um debate identitário brasileiro que, em Oitocentos, surge obcecado com a definição das fronteiras jurídico-políticas e culturais. E, por arrasto, com a definição dos argumentos conexos: com o lugar da Ibéria nesse quadro, sem dúvida; com os modos da especificidade e da diferença, com certeza que sim; e, inevitavelmente, com as virtudes demarcatórias que insistentemente se passam a reconhecer ao elemento híbrido. Vejamos estas questões de mais perto.

Escreveu-se já que a construção do Estado-Nação brasileiro, ao colocar desafios que não encontravam resposta no contexto europeu, promoveu outro tipo de respostas e outras técnicas, basicamente as que resultaram de uma incorporação da tradição em modalidades próprias do contexto sul-americano, sendo que “o primeiro passo dado nesse sentido foi o da miscigenação”, no sentido em que “a cultura brasileira nasceu da articulação vinculada à miscigenação, nasceu envolvida em uma trama de convenções sociais heterogêneas, [pelo que] as suas instituições são marcadas por essa heterogeneidade mediada pelo sincretismo que a compõe”³. E, com efeito, consulte-se, dentro deste espírito, o Código Criminal brasileiro de 1830. Produto do modo de construção legislativa e de concepção jurídica que assiste, desde 1822 e até meados do século, ao processo de Independência e de construção do Estado, produto, também, de intelectuais-estadistas formados na Universidade de Coimbra, geração entretanto prolongada pela que frequenta, desde 1827, os Cursos Jurídicos de Olinda e São Paulo, a cultura jurídica brasileira, e de modo muito particular o referido Código, “explicita a *capacidade de hibridização* de elementos tradicionais e modernos, condizentes com a sociedade e a cultura que lhe conferem significado. Ao mesmo tempo em que é reflexo de um conhecimento universal, é particular, não deixa de absorver as peculiaridades de uma sociedade escravista, sem perder o viés da sociedade liberal da época”. Deste ponto de vista, “a legislação penal brasileira do século XIX abarca, na mesma construção lógica, o espírito científico ocidental, trazido e relido pela Reforma Pombalina, e a hierarquia revelada pela Escolástica barroco-aristotélica”⁴. Um pensamento jurídico, portanto, indiciador de uma sociedade vocacionada para a conciliação dos opostos, registo polifônico que é afinal, também, o do próprio processo de independência brasileira genericamente considerado, no âmbito do qual, perante as dicotomias entre ruptura e continuidade e entre liberalismo/constitucionalismo e

³ GAUER, 2001: 35-36.

⁴ SILVA, 2003: 265-269.

tradição mercantil-escravista, “*venceu o meio-termo*, uma vitória eclética que procurou fundir liberalismo com escravismo e constitucionalismo com absolutismo do mesmo modo que se mantiveram em equilíbrio de antagonismo a Casa-Grande e os Sobrados nas disputas políticas do Império”⁵. Importará agora verificar se esta mesma propensão para o “equilíbrio de antagonismos” se detecta igualmente no momento de forjar uma especificidade político-cultural que de certa maneira o campo jurídico brasileiro já delineava.

Quanto a este aspecto, a segunda metade do século XIX e os inícios do século XX correspondem, à escala luso-brasileira – também à escala ibero-americana, como veremos – a um momento de particular esforço de clarificação identitária por parte das nações envolvidas. Como é usual em casos que tais, esse esforço tem expressão em fenómenos de demarcação cultural e política, no estabelecimento de diferentes escalas de referência identitária, na reavaliação de memórias nacionais e na sobreposição concorrencial entre os vários critérios avançados para os fins demarcatórios em vista. Compreende-se, neste contexto, que ao levantar-se a questão do relacionamento entre as entidades político-culturais brasileira e portuguesa, tópicos como a dívida, a herança, a fraternidade, a diferença e a originalidade impusessem um estado de permanente mobilização das historicidades, ele mesmo desafiador do *lugar da história* nos processos de definição dos contornos nacionais. E compreende-se, de igual modo, que todo este complexo cruzamento de razões desembocasse em verdadeiras fricções demarcatórias e naquilo a que chamámos já, em outro local, “turbulências do limite”⁶.

Esta problemática foi tratada recentemente, de forma esclarecedora, por Marçal Paredes⁷. Da sua análise exaustiva torna-se possível isolar, mesmo correndo o risco de sacrificar a sua abrangência aos nossos objectivos imediatos, um painel interpretativo contendo cinco aspectos fundamentais directamente relacionados com a nossa investigação. Podemos, na realidade, considerar, do ponto de vista do nosso argumento, que se trata de cinco propostas de resolver o problema da fronteira à escala transatlântica: (i) o entendimento do Brasil como prolongamento de Portugal e, portanto, o entendimento de uma “longa” e eterna fronteira portuguesa, prolongando-se na fronteira brasileira tanto quanto na africana; (ii) a recusa da leitura anterior por via de uma demarcação de sentido oposto, qual seja, a de um afastamento brasileiro da herança portuguesa; (iii) o alargamento da primeira proposta – a da continuidade, portanto –, a uma escala ibérica de referência, no âmbito da qual os povos sul-americanos são entendidos como neo-ibéricos (pressupondo, assim sendo, uma “longa” e eterna fronteira ibérica, prolongando-se na América); (iv) a recusa desta última proposta por via da contraposição de uma escala americanista de referência, ela sim passível de demarcar as culturas

⁵ SILVA, 2003: 269.

⁶ MARTINS, 2008.

⁷ PAREDES, 2007.

sul-americanas; (v) a proposição de uma demarcação brasileira pela originalidade, isto é, basicamente, pela celebração do carácter singular do *mestiço*. Interessa-nos em particular esta última proposta.

Em rigor, não pode dizer-se que ela inove por comparação com aquelas interpretações que pugnavam por um afastamento em relação à herança portuguesa. A ideia do afastamento, de resto maioritária à escala político-cultural luso-brasileira, é também a que traduz o espírito da proposta que agora nos ocupa. Mas ela é mais do que isso: a sua ambição de diferenciação face às raízes portuguesa, ibérica e europeia (diferenciação também almejada, a breve trecho, frente ao negro e ao índio) redonda numa aspiração de originalidade. Uma demarcação pela singularidade e pela essência, pela clara delimitação dos caracteres específicos, eis do que se trata. Uma fronteira definida a partir de dentro, dir-se-á também. A ideia pode resumir-se num objectivo: estabelecer as fronteiras da nação ali mesmo naquele ponto exacto em que deixar de se sentir o eco daquilo que se entenda ser a *genuinidade nacional*. E esta, afinal, o que se poderia entender que ela fosse?

Sílvio Romero sugere sabê-lo. Ele começa por saber que o transformismo, para o dizer nas suas próprias palavras, “é a lei que rege a história brasileira”. E se, assim sendo, a *acção da história*, no Brasil, surge como elemento determinante na definição do carácter brasileiro, é porque só ela (não exactamente só ela, mas a intersecção do historicismo com o materialismo monista) permite explicar o facto de o choque de culturas resultante da ocupação e da colonização não ter preservado nenhuma etnicidade em estado puro; como só ela permite entender que os sucessivos cruzamentos étnicos só podem oferecer, como realidade ontológica passível de ser comemorada enquanto expressão verdadeiramente nacional, a *mestiçagem* (“todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias”, dita o mais célebre dos aforismos romerianos)⁸. Este é o resultado único e, por isso, absolutamente singular, dos regimes de adaptabilidade em que se fundou a acção da história no Brasil.

6. Podemos ensaiar uma tradução do painel interpretativo anterior para a linguagem do limite. Obteremos então o seguinte panorama: em (i) e em (ii) temos propostas claramente inscritas num pano de fundo de *ilimitação* (a insistência na continuidade ilimitada da fronteira portuguesa para lá das evidentes rupturas introduzidas pela história encontra correspondência, à luz deste raciocínio, no próprio modelo que a recusa, visto que a leitura do afastamento de Portugal enquanto afastamento evolutivo

⁸ PAREDES, 2007.

de dado passado só pode inscrever-se no tempo longo da ilimitação); em (iii) e (iv) temos propostas que concedem em trabalhar a questão do limite mediante um exercício de complementaridade entre a *dimensão ilimitada* (tal como constatada nos pontos anteriores) e uma *dimensão delimitadora*, que, para não negar aquela, propõe-se demarcar escalas de significação amplas (num caso a Ibéria, no outro a América, são os referentes com que se propõe demarcar o ilimitado); em (v), por fim, deparamos com uma mobilização simultânea e sucessiva das várias figuras do limite: essa inflexão para o “centro” que é a aposta na originalidade, feita critério demarcatório por intermédio da *mestiçagem*, constrói-se sobre o *círculo vicioso da ilimitação*.

De facto, a ideia com que ficamos ao declinar o exposto de acordo com o ponto de vista do limite, que constitui o nosso posto de observação privilegiado, é a de que intuítos de demarcação como o protagonizado por Sílvio Romero, ao colocarem o *mestiço* no centro da definição de uma identidade brasileira, consagram o potencial de liminaridade do elemento híbrido. É verdade que, posta assim a questão, a mestiçagem, que apresenta, por definição, um estatuto de transitoriedade e de indefinição, remete fundamentalmente para uma realidade *transfronteiriça*, situada algures entre os distintos caminhos ditados pelas exigências de adaptabilidade. Nem outra coisa se poderia deduzir de um fenómeno produzido a partir da inexistência de pureza e, por consequência, menos apto a delimitações puras do que à definição de contornos demarcatórios difusos. Mas, mesmo posta a questão nestes termos, o facto é que o mestiço é colocado, em definitivo, no *centro*. Como se, de cada vez que a história brasileira perguntasse pelo seu verdadeiro âmago, pela sua essência, ou (digámo-lo, agora, com toda a propriedade) pelo seu *interior*, não pudesse ser senão o mestiço que ela descobrisse. Assim perspectivado, o híbrido é expressão de uma *fronteira interior*. E esta, como sabemos, ou é tida por ponto de partida (o “genuíno nacional”) ou é apeadeiro (a “gradual autonomização” da forma mestiça) de uma longa marcha para o futuro. Um trajecto futuro tão ilimitado quanto se acreditava ser o destino dos povos que, no seguimento da sua própria marcha evolutiva, se haviam voltado para si próprios na demanda do respectivo traço distintivo. O que quer dizer, em sede do nosso argumento, que a tentativa de resolver o *ilimitado* por intermédio de uma *demarcação* feita a partir do *centro* acabava por entregar a fronteira memorial, cultural e política brasileira, de novo, ao *ilimitado* que se abria diante dela, como sempre se usou na sequência de processos de demarcação ancorados na demanda identitária. Hobbes sabia-o; a seu modo, os *Founding Fathers* norte-americanos, também: a noção de movimento, e, por maioria de razão, a de movimento gradual adaptativo, desenvolve apertada convivência com a de ilimitação. Nesta, a linha rapidamente devém circularidade. Esse círculo é por norma vicioso.

Bibliografia

BALIBAR, Étienne, 1997 – “Fichte et la Frontière Intérieure. À propos des Discours à la nation allemande”, in BALIBAR, Étienne – *La crainte des masses. Politique et Philosophie avant et après Marx*. Paris: Galilée.

GAUER, Ruth, 2001 – *A construção do Estado-Nação no Brasil. A contribuição dos Egressos de Coimbra*. Curitiba: Juruá.

MARTINS, Rui Cunha, 2008 – *O Método da Fronteira: Radiografia Histórica de Um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas)*. Coimbra: Almedina.

PAREDES, Marçal de Menezes, 2007 – *Fronteiras Cuturais Luso-Brasileiras: Demarcações da história e Escalas identitárias (1870-1910)*. Coimbra: FLUC.

SILVA, Mozart Linhares da, 2003 – *O Império dos Bacharéis. O pensamento jurídico e a organização do Estado-Nação no Brasil*. Curitiba: Juruá.



LIMITES E ESPAÇOS DA IDENTIDADE NACIONAL

A Europa em Portugal: uma cartografia das distâncias

Rita Ribeiro

ICS – Universidade do Minho

1. Portugal e a Europa: circunstâncias históricas

Não é sujeito a contestação dizer-se que a Europa é o lugar *natural* de Portugal, mas é menos certo dizer-se que é o seu lugar *histórico*. Quando são analisados os discursos produzidos pelas elites culturais e dirigentes, bem como aqueles que podemos ouvir ao homem comum, pode perceber-se que as representações acerca da relação de Portugal com a Europa estão marcadas pela ambivalência e pela dissonância. E que relação é ou tem sido essa? Sob que configuração tem estado a Europa reflectida na forma como os portugueses pensam a sua identidade nacional? Que feições assume a identificação dos portugueses com a Europa, e com que Europa?

O historiador Borges de Macedo¹ publicou uma série de textos sobre os laços históricos do país ao seu continente sob o título, *Portugal – Europa: para além da circunstância*. Para lá do valor intrínseco à obra, é muito curioso tal título, porque alerta para a fatalidade de a Europa ser sistematicamente vista como um cenário, o lado de fora, pouco mais que circunstancial, da experiência histórica portuguesa. Efectivamente, verifica-se que a auto-definição nacional é tendencialmente insular, marcada em concomitância pela noção de distanciamento relativamente à Europa e pela predisposição para ver Portugal para lá do território, como sede simbólica de um povo que, com tanto de heroísmo como de necessidade, se lançou a fazer muitos Portugais. Bem diz Eduardo Lourenço que “a nossa mais funda vocação (...) é a de estar no mundo como em casa”².

A duplicidade – que com frequência é, com mais rigor, dualidade – do modo de ser nacional parece tornar-se numa vertigem que acompanha a reflexividade nacional e as respectivas construções ideológicas da identidade nacional: entre a vocação imperial, essa missão descrita miticamente como espiritual, e o acantonamento na ideia de apêndice, um apêndice retardado mas aspirante da Europa. O distanciamento e a aproximação face à Europa surgem recorrentemente, quer sob a feição positiva,

¹ MACEDO, 1988.

² LOURENÇO, 1994b: 23.

quer sob uma avaliação negativa. Do ponto de vista histórico, é impossível a omissão da matriz europeia do país: fundado por uma linhagem estrangeira europeia, conquistado e povoado por ordens religiosas, legitimado pela Santa Sé, aliado político e militar dos proto-Estados europeus, Portugal é da mesma massa política, religiosa e cultural dos seus vizinhos, um produto perfeito da Europa medieval. Depois de ter sido posto avançado da cristandade, Portugal torna-se, nos séculos XV e XVI, a antecipação da Europa moderna ao lançar-se na descoberta de novos mundos, franqueando as portas ao pensamento humanista, universalista e empirista.

A raiz do distanciamento em relação à Europa, encontrámo-la no momento em que o país falha a entrada na modernidade. Entre os séculos XVII e XX, desencadeia-se um processo de fechamento que radica fundamentalmente na rejeição das novas ideias que a todos os títulos transformavam a Europa. Aprisionado o espírito livre no obscurantismo do Santo Ofício, com o tecido produtivo paralisado pela ostentação estéril de ouropéis, o país não arrancou nem para a industrialização, nem para a revolução burguesa liberal, nem para a afirmação do saber científico. Nesse processo de estancamento económico, político, social e cultural, agudiza-se a percepção de desencontro e distância de Portugal em relação à Europa. Durante quatrocentos anos, o país definiu-se como europeu apenas por defeito. A Europa parece omissa ou ausente do imaginário nacional e, na mesma medida, não faz parte dos interesses estratégicos e prioritários do país. A configuração identitária nacional permanece auto-centrada e encerrada no círculo do império ultramarino. Acentua-se a condição periférica de Portugal, muitas vezes traduzida na ideia de decadência, como se o Portugal dos séculos XVIII, XIX e XX fosse apenas uma sombra do que havia sido na idade de ouro quinhentista. Não significa isto, todavia, que o país estivesse marginalizado nos domínios político, económico e cultural: mantinham-se as alianças, o intercâmbio comercial e a importação de modas e ideias. Portugal afastava-se menos por desvio intencional do que por retardamento.

É importante ter em mente o cenário histórico em que se moldou a auto-definição nacional, assim como é conveniente escutar as vozes que no passado mais recente se dedicaram ao exercício de pensar a identidade portuguesa, aquela ruminação obsessiva sobre nós a que Eduardo Lourenço³ chamou de hiperidentidade e Boaventura de Sousa Santos⁴ designou "excesso mítico de interpretação", ou seja, a inflação de exegeses sobre o que é a nação portuguesa, a cultura portuguesa e o que é ser português. O que dizem então as maiores vozes da elite cultural nacional sobre o país e o seu destino? E em que lugar do mapa nos colocam? Acoplados à Europa ou a vogar nos atlânticos do império?

³ LOURENÇO, 1994b: 10.

⁴ SANTOS, 1994b: 49.

2. Tematizações da identidade portuguesa

Uma revisão à produção intelectual fundamental dos últimos cento e cinquenta anos permite concluir que as representações dominantes se orientam para dois pólos dispostos num *continuum*: um primeiro que aponta prioritariamente a vocação atlântica do país; um segundo que tem como fulcro a opção europeia. Desde logo, ao designar-se um por vocação e outro por opção se percebe que os argumentos e os fundamentos são bem distintos em cada um dos extremos.

2.1. O passadismo lusocêntrico

Os autores que ao longo dos séculos viram Portugal como portador de uma missão marítima consideram que o império é o seu desígnio maior; contrastam a visão grandiosa do passado com a decadência do presente e antevêm no futuro a redenção, a restauração da idade de ouro da pátria. É neste quadrante da reflexividade nacional que encontramos as tematizações que convocam os excepcionalismos de Portugal, como o sebastianismo, o saudosismo, a insularização, o luso-tropicalismo, e que foram conceptualizadas por Miguel Real⁵ como o “complexo vieirino”, o do país que exorbita a sua importância e se pensa como nação superior, eleita e protegida pelo divino. Associa-se a esta concepção lusocêntrica e atlantista uma visão singularista do homem português e um entendimento excepcionalista e providencialista da história de Portugal. Para estes pensadores, é necessário combater as tentações de modernização, desfiguradoras da índole do povo português e que o arrastam para a degeneração e a perdição. Nesta versão do ser português, o país define-se para além fronteiras como o espaço que foi tocado pela cultura portuguesa, isto é, define-se pela ideia de portugalidade, actualizada na de lusofonia. A esta opção marítima extremada está ligada uma forte carga simbólica: o império não é entendido primordialmente como um recurso, mas como sinal da maneira de ser do português: aventureiro, dialógico, admirado pelo Outro, sentindo-se em casa onde “no vasto mundo pôde criar a sua horta e o seu jardim”, nas palavras de Eduardo Lourenço⁶.

⁵ REAL, 2007.

⁶ LOURENÇO, 1994b: 22.

Ouçamos algumas das vozes que viam com bons olhos o divórcio de Portugal com a Europa e que vão estar, directa ou indirectamente, associadas aos topos ideológicos do Estado Novo.

No início do século XX, Teixeira de Pascoaes⁷ almeja o renascimento espiritual, a rejeição do progresso e da influência estrangeira: “Nós queremos renascer e não apenas progredir”. Para Pascoaes, não fazia sentido desprezar a nação portuguesa porque nela se evidenciavam o declínio e o atraso. Bem pelo contrário, o direito de Portugal a um lugar de eleição não deriva do seu grau de modernização, da sua capacidade política, económica ou militar, mas da sua qualidade cultural superior, da sua capacidade de síntese das grandes heranças étnico-culturais europeias e da sua voz original traduzida no sentimento lírico da saudade.

Também para Agostinho da Silva, é quando Portugal se deixa tocar pela modernidade que avança na Europa, que põe em causa a sua "missão divina de unificação espiritual da humanidade"⁸. Tal como para Pascoaes, também para Agostinho da Silva a Europa, com os seus avanços económicos, científicos, políticos e secularizadores, constitui uma ameaça à ontologia portuguesa. Agostinho da Silva acredita que há-de cumprir-se Portugal: “Deus não pode abandonar o seu outro povo eleito (...) e, passando o domínio da Europa, quando a técnica tiver esgotado todas as suas possibilidades, quando a economia protestante se verificar plenamente anti-humana, quando a centralização estatal se revelar estéril, Portugal virá de novo construir o seu mundo de paz (...); paz que se realize antes de tudo nas almas (...); Reino de Deus que surja pela transformação interior do homem”⁹. É no império histórico que julga resistir ainda o espírito português autêntico, o das gentes da Primeira Dinastia, nesse *império que não tem lugar marcado nos mapas*, o Quinto Império, de que António Vieira foi o grande arquitecto.

Nos anos 1950-1960, o Movimento da Filosofia Portuguesa, animado por Álvaro Ribeiro, António Quadros, Pinharanda Gomes e Cunha Leão, entre outros, avança com uma proposta de revitalização do ser nacional capaz de travar as ameaças à autonomia da pátria e à missão superior que haveria de cumprir no mundo. Tratava-se de contrariar a descaracterização do pensamento português, resultado da importação e adopção de ideias estrangeiras corrosivas. Em *O Problema da Filosofia Portuguesa*, Álvaro Ribeiro afirma mesmo que foi para nós uma vantagem a situação marginal em relação aos progressos da Europa por assim se ter preservado “uma qualidade oculta, mas original”¹⁰. A insularização espiritual e filosófica é, neste sentido, um imperativo patriótico.

Neste contexto, a Europa, como quadro de integração de nações díspares em muitos sentidos, ameaçava ser um factor de desfiguração cultural e de dominação pelos

⁷ REAL, 1998: 54.

⁸ REAL, 1998: 37.

⁹ SILVA, 1988: 15.

¹⁰ RIBEIRO, s/d: 14.

economicamente mais fortes. Mas o principal argumento para refutar a possibilidade e defensabilidade da integração europeia de Portugal era de outra ordem, em coerência com a leitura teleológica e ideologizada que o Movimento fazia do país. Nesta perspectiva, a Europa era insuficiente para Portugal, isto é, era uma amarra claustrofóbica para um povo que tinha casa em todos os continentes. Fundear Portugal na Europa era tolher-lhe uma das suas energias vitais, a transcontinentalidade. A Europa significava, assim, um revés na superior missão de Portugal que era a de garantir a permanência da cultura portuguesa, de matriz cristã, no mundo. Por todas estas razões, haveria que assegurar que o povo português se mantivesse fiel às suas constantes e valores, nomeadamente, segundo António Quadros¹¹, repudiando “as fórmulas educativas europeias”, revalorizando “os princípios e fins espirituais, da sabedoria, em oposição com a ciência”¹².

Também nas ciências sociais nos deparamos com a mesma cartografia insularizadora. Tomemos o exemplo de Jorge Dias, nome cimeiro da etnografia portuguesa de meados do século XX, cujo trabalho terá sido influenciado por Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro que formulou o conceito de luso-tropicalismo e, com ele, a tese de que o povo português, em função das suas capacidades de miscigenação, mobilidade e aclimatabilidade, desenvolveu uma “amorosa identificação com o meio tropical”¹³ que nenhum outro povo europeu conseguiu. Dessa predisposição singular para a hibridação derivou a “comunidade de sentimento e cultura” que são as sociedades luso-tropicais. Jorge Dias¹⁴, num misto de inspiração romântica, desvio ideológico e leitura superficial dos dados históricos e etnográficos, procede a generalizações acerca do carácter do país e do seu povo, em busca de um padrão cultural português. Neste sentido, expõe uma psicologia nacional que sistematiza em traços do carácter português: a plasticidade que permite a adaptação a todas as situações e a superação improvisada dos obstáculos, o ecumenismo e tolerância face a outros povos e culturas que culmina na miscigenação e numa colonização singular, a pulsão marítima e, ainda, o carácter idealista, emotivo e despojado do português. Também em Jorge Dias não se encontram referências à Europa senão para a associar aos efeitos nefastos do mundo moderno, de que a cultura portuguesa deveria ser resguardada.

2.2. A Europa modernizadora

A segunda versão da reflexão acerca da história e da identidade nacional designei-a atrás por opção europeia e é argumentada com base na necessidade de superar o

¹¹ QUADROS, s/d: 221.

¹² RIBEIRO, 2008.

¹³ FREYRE, 1961: 34.

¹⁴ DIAS, 1971; DIAS, 2004.

atraso político, económico, social e cultural de que padece o país em resultado de erros passados, e é, portanto, crítica de uma visão cândida de um passado idílico e heróico. Do mesmo modo, perspectiva o desenvolvimento do país numa aproximação aos padrões europeus e não em desvios imperiais ou colonialistas hipotecadores do futuro do país. Encontra-se nos autores que partilham este ponto de vista um intenso sentido crítico e irónico sobre o país, sem que isso exclua um forte apego à pátria, traduzido numa desesperada vontade em contribuir para que retome o caminho do progresso. Nesta perspectiva, o recentramento e realinhamento com a Europa é um imperativo patriótico: só haverá um verdadeiro Portugal se for um Portugal europeu e moderno. Nestes discursos, encontramos o que Miguel Real designa de “complexo pombalino”¹⁵: Portugal visto como país inferior, anacrónico, esgotado. Ao contrário dos providencialistas, para estes autores o desempenho do país dependeu e depende da vontade dos seus homens e da capacidade de gizar uma estratégia, mobilizar os concidadãos, combater os atavismos e valorizar os recursos. Por isso, crêem na mudança, na revolução, na capacidade de a nação portuguesa superar o seu atraso e imobilismo secular, abrindo o país à experiência dos países mais desenvolvidos. Em coerência, o império é tido como um devaneio ou apêndice da história, mas não como opção estratégica¹⁶.

Esta é uma argumentação que vem vertendo de geração em geração, desde o século XVIII. Nessa altura, estrangeirados como António Ribeiro Sanches (1699-1783) e Luís António Verney (1713-1792) denunciaram os vícios do país (a desvalorização do trabalho, os privilégios do clero e da aristocracia, a tendência para viver acima das possibilidades), o despotismo (e com ele a castração da liberdade cívica e religiosa) e o ensino minado pela vacuidade da escolástica. Procuraram introduzir em Portugal os ideais iluministas racionalistas e propuseram medidas educativas reformadoras que privilegiavam o estudo das ciências.

Mas foi no século XIX que se intensificou a ideia da decadência e atraso do país. Neste século, Portugal foi assumido como um problema, um objecto de reflexão. Em finais do século, a que ficou conhecida como Geração de 70 apresentava uma outra face do país, através de uma visão realista aliada a formas literárias inovadoras e atraentes: a ironia, a caricatura, o sarcasmo. Críticos implacáveis e devastadores do país e das suas figuras públicas, autores como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, por exemplo, multiplicaram nas suas páginas literárias o exame e a reprimenda aos costumes de um país que se “dava ares”, ocultando a miséria com os ademanos do bem-parecer. Eça disse-o em *Os Maias*: “Aqui importa-se tudo. Leis, ideias, filosofias, teorias, assuntos, estéticas, ciências, estilo, indústrias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em caixotes pelo paquete. A civilização custa-nos

¹⁵ REAL, 2007:14.

¹⁶ RIBEIRO, 2008.

caríssima, com os direitos da Alfândega: e é em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas...”¹⁷. Mais do que a depreciação e o desdém, o que deve ler-se nestas frases é o desencanto de um patriota em sofrimento.

Também Antero de Quental deixou o seu legado. Na célebre “Conferência sobre as causas da decadência dos povos peninsulares”, de 1871, denuncia o divórcio de Portugal e Espanha com a Europa moderna e aponta três fenómenos na origem da sua decadência: o catolicismo, o absolutismo e as conquistas. O fanatismo religioso da Inquisição castrou o pensamento livre e impediu a chegada e o proveito das ideias que transformaram o continente europeu nos séculos XVIII e XIX; a centralização do Estado absolutista impediu o equilíbrio de poderes, travou a aprendizagem democrática e limitou a formação da classe burguesa; da política de conquista e exploração que se seguiu às Descobertas resultou o atrofiamento das forças económicas vitais e o país passou a viver à custa de recursos externos, descuidando a produção. Diz Antero: “Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros!”¹⁸. Sem empreendedores e sem classe trabalhadora, o país não foi capaz de arrancar com a industrialização que transformou a Europa. Conclui Antero de Quental: “Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. (...) Oponhamos ao catolicismo (...) a consciência livre (...) a filosofia, a ciência, e a crença no progresso (...). Oponhamos à monarquia centralizada, uniforme e impotente, a federação republicana. (...) Finalmente, à inércia industrial, oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo”¹⁹.

Já no século XX, António Sérgio parece ser o herdeiro directo da Geração de 70 e dos estrangeirados. Não está de todo convencido que o passado glorioso e exorbitado por alguns dos seus contemporâneos, nomeadamente Teixeira de Pascoaes, sirva ao país como garantia do que quer que seja. Bem pelo contrário. O diagnóstico que faz do país leva-o, inspirado em Ribeiro Sanches, a falar de Portugal como o Reino Cadaveroso da Estupidez, elegendo assim o maior dos inimigos do progresso nacional: a ignorância, a péssima educação do povo, a iliteracia cultivada por séculos de governação alheada, ineficiente ou intencionalmente obscurantista. A batalha de António Sérgio será pela universalização da educação cívica, pela democracia e pela modernização económica e cultural, únicas vias de superar o atraso e nos reaproximarmos do modelo civilizacional europeu.

¹⁷ QUEIROZ, 1946: 126.

¹⁸ QUENTAL, 2005: 74.

¹⁹ QUENTAL, 2005: 80.

Se António Sérgio foi inequivocamente um espírito europeu, o facto é que se manteve alheado do processo de construção europeia que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial. O silêncio que reservou para a unificação europeia é, aliás, consonante com o da maioria dos opositoristas a Salazar, isto é, não podemos dizer que o alheamento português em face dos acontecimentos que nas décadas de 1950 e 1960 renovaram a Europa fosse exclusivo dos homens do regime.

Em síntese, pode dizer-se que as reflexões sobre a identidade nacional se declinam esquematicamente segundo dois eixos interpretativos: 1. as tematizações passadistas e exotópicas, que assentam no providencialismo e na missão imperial e marítima, e onde se detecta com frequência uma argumentação especulativa e lírica; 2. as tematizações produzidas pelos críticos e modernizadores, de cariz mais realista e objectivo e que têm por base a estratégia europeia. É curioso verificar como ambas reverberam nos discursos comuns da actualidade, embora não necessariamente segundo esta disposição polarizada, mas, com frequência, expressas de forma justaposta e sincrética.

3. Portugal europeu: a identidade equivocada

E hoje, mais de 30 anos depois da revolução e do fim do império, mais de 20 anos depois da adesão à Comunidade Europeia, como podemos descrever o lado europeu da identidade nacional?

O ano de 1986 consagrou a rotação em direcção ao campo europeu, e significou a normalização de Portugal como país moderno. Mas foi também o ano de edição da mais recente tematização simbólica de Portugal como ilha – *A Jangada de Pedra*, de José Saramago. Basta lembrar como nos primeiros anos após a adesão à Comunidade Económica Europeia se ouviam com frequência expressões como “agora já somos europeus” ou “agora estamos na Europa”. Isto diz-nos como os portugueses se imaginavam num limbo, num lugar simbólico destacado da condição europeia que a geografia impõe.

Tal distorção revela a relação de estranheza e ambiguidade mantida com a Europa. Ao mesmo tempo que reconhecíamos com altivez a nossa marginalidade, deslocada que foi a nossa centralidade para o ideal de império marítimo, rogámos o reconhecimento das outras nações europeias e aspirámos ao seu nível de *civilização*. A atlanticidade com que nos definimos – aliada à condição periférica – condicionou um *destino* extra-europeu muito marcado e que tendeu a ser avaliado em termos dicotómicos e exclusivistas.

A relação actual com a Europa é a que advém da integração na Comunidade Europeia. A esse passo os portugueses atribuem extrema importância, como pode concluir a partir de investigação recente, baseada na realização de grupos de discussão. A integração é vista como uma inevitabilidade que, a não ter-se realizado, nos teria destinado a um irremediável atraso económico e social. A europeização de Portugal é sinónimo de desenvolvimento económico e de modernização, o que indicia uma ligação pragmática e mercantil com a Europa. O sentido que a Europa tem para os portugueses não é o do ideal federalista ou o da partilha cultural, mas sobretudo o dos benefícios que de lá jorraram. O mesmo é dizer que os portugueses identificam a Europa com a dimensão económica, o apoio financeiro e as questões pragmáticas e não com valores intrínsecos à unificação europeia, como a paz, a democracia e a pertença cultural. Como foi dito num dos grupos de discussão realizados: “A bandeira nacional faz-me lembrar sempre o Carlos Lopes ou a Rosa Mota, a da Europa faz-me lembrar sempre a economia”²⁰. Uma vez conquistado o lugar entre os mais ricos e desenvolvidos, a pertença à Europa é tomada como um direito adquirido e uma circunstância a explorar – mas isso não quer dizer que os portugueses se definam ou sequer desejem ser europeus, embora também não admitam não o ser.

Há fortes justificações históricas para o alheamento das dimensões idealistas e culturais da construção europeia – desde logo, a experiência marginal de participação nas guerras europeias. Esse alheamento foi acentuado, ao longo do século XX, pelas sucessivas vagas ideológicas de nacionalismo, colonialismo e atlanticismo. Dito de outro modo, parece que a Europa não nos dizia respeito e quando começou a dizer-nos alguma coisa, identificámo-la primeiramente com o estímulo ao desenvolvimento económico-social e à estabilização do regime político pós-revolução de 1974.

Um outro dado que pude recolher é o da quase ausência de capacidade para reflectir sobre questões europeias de um ponto de vista europeu, o que sinaliza que, para os portugueses, como para outros povos europeus, a ideia de Europa continua a ser filtrada pelos interesses nacionais. Ou seja, ainda que, vinte anos depois da adesão, a integração de Portugal na União Europeia seja para nós um dado efectivo, o mesmo não pode dizer-se da incorporação da Europa nos quadros de pensamento do cidadão português. A Europa parece permanecer *do lado de fora de nós*, como um espelho em que ansiamos reconhecer-nos, mas que nos devolve também a imagem do atraso doméstico. O que ansiamos na Europa é vermo-nos reconhecidos como um país normal, no sentido que Eduardo Lourenço lhe atribui: um país que ocupa realisticamente o seu lugar no cenário europeu²¹.

²⁰ Discurso recolhido nos grupos de discussão, realizados entre 2004 e 2006, em várias cidades portuguesas.

²¹ LOURENÇO, 1988; LOURENÇO, 1994a; LOURENÇO, 1994b.

Pode dizer-se que há entre os portugueses um europeísmo interessado, condicionado pelos interesses nacionais, como se o trajecto que desde há décadas fazemos em direcção à Europa fosse guiado por um mapa que apenas tem as coordenadas do *rectângulo*. É nesta perspectiva que a moeda única e a integração europeia são avaliadas pelos portugueses positivamente. De um ponto de vista racional, os portugueses compreendem a vantagem da integração europeia do país e a necessidade de participar plenamente no projecto europeu – e tendem a responder afirmativamente a cada novo passo da construção da União: moeda única, alargamento, Constituição europeia. Emocionalmente, continuam a sentir a pátria como um vínculo determinante e insubstituível.

Na verdade, os portugueses parecem gerir cuidadosamente o seu grau de implicação na experiência europeia – e essa gestão faz-se destilando os elementos segundo o critério do interesse nacional. Ou seja, o processo de construção europeia é, permanentemente, filtrado em função do sentido que tem para o país. Isso mesmo pode confirmar-se na forma como os portugueses se posicionam face à moeda europeia: o euro só tem significado *do ponto de vista português*, enquanto rito de passagem na renegociação do lugar de Portugal na arena europeia e mundial e como acelerador da integração e do desenvolvimento do país. Aliás, pode dizer-se que, nos últimos cinquenta anos da história nacional, a conexão à Europa é toda ela atravessada pela equação entre benefícios e perdas e, em suma, pelas possibilidades oferecidas de afirmação e progresso. Daí a instrumentalidade com que se estabelece a ligação à Europa.

Atravessados por sentimentos e imagens duais relativamente à Europa, os portugueses praticam a astúcia selectiva: escolhem da Europa as parcelas que vão ao encontro do projecto nacional. Quero com isto dizer que a identificação dos portugueses com a Europa torna-se equívoca, marcada pelo desconhecimento e pela ambiguidade, porque a auto-definição como europeus pretende ser antes de mais uma reafirmação como portugueses. É na medida em que a Europa nos proporciona o conforto da modernização e legitimação que nos sentimos europeus. Desejamo-nos europeus para nos podermos avaliar como melhores portugueses²².

Em síntese, o mapa das distâncias de Portugal à Europa não pode ser unidimensional. Pensando apenas nos últimos cem anos, são perceptíveis movimentos de retraimento – durante o Estado Novo – e de aproximação – com a adesão à Comunidade Europeia²³. O que os portugueses incorporaram dessa relação histórica parece expressar-se hoje sob configurações ambivalentes: a integração europeia é vista como fundamental e inevitável, mas também sentida como uma ameaça à identidade portuguesa e à sua vocação atlântica; a adesão à moeda europeia é acompanhada de uma identificação primeiríssima com o espaço nacional e os seus símbolos, designadamente a

²² RIBEIRO, 2008.

²³ SILVA, 2005.

bandeira e o hino. Mas esta mesma ambivalência não é figura inédita da auto-definição nacional: também são ambivalentes e contraditórias as representações e os discursos sobre o próprio país, ora desclassificando-o e maldizendo-o, ora tecendo loas à pátria mesmo quando se pressente o desencanto pelas suas condições reais: “é este misto de sermos portugueses e quereremos ser e não ser”. O vínculo afectivo à nação só é comparável em dimensão ao distanciamento e frieza da ligação à Europa. Palavras de um estudante Erasmus: “embora exista a União Europeia, ninguém se considera europeu”. E quando questionados sobre sentirem-se europeus, a resposta nos grupos de discussão que conduzi teve sempre o mesmo conteúdo: “primeiro portugueses”²⁴.

A adopção de uma segunda pele com as cores europeias surge, assim, como uma estratégia simultaneamente instrumental, utilitária e estatutária, na medida em que a Europa se tornou na garantia de desenvolvimento e modernização do país, de reconhecimento internacional e, com isso, garantia também de manutenção da independência e das especificidades históricas e culturais. Tomando de empréstimo a terminologia de José Gil²⁵, pode dizer-se que estamos diante da não-inscrição da questão europeia em Portugal; ou seja, *estamos na Europa, mas a Europa não está em nós*, senão superficial e instrumentalmente. Diz Eduardo Lourenço que “Portugal quer estar dentro e fora dessa Europa que escolheu, que não podia não ter escolhido”²⁶, mas estamos “embarcados na nau-Europa sem nos termos jamais preocupado nem com a natureza nem com a finalidade da viagem”²⁷.

Bibliografia

DIAS, Jorge, 1971 – *Estudos do Carácter Nacional Português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

DIAS, Jorge, 2004 – *O Essencial sobre Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

FREYRE, Gilberto, 1961 – *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

GIL, José, 2004 – *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água.

LOURENÇO, Eduardo, 1988 – *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

²⁴ Discursos recolhidos nos grupos de discussão.

²⁵ GIL, 2004.

²⁶ LOURENÇO, 1994b: 181.

²⁷ LOURENÇO, 1994a: 150.

- LOURENÇO, Eduardo, 1994a – *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*. Lisboa: Edições Visão.
- LOURENÇO, Eduardo, 1994b – *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1988 – *Portugal-Europa: Para Além da Circunstância*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- QUADROS, António, s/d – *O que é o Ideal Português*. Lisboa: Edições Tempo.
- QUEIROZ, Eça de, 1946 – *Os Maias*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- QUENTAL, Antero, et al., 2005 – *Os Conferencistas do Casino*. Porto: Fronteira do Caos.
- REAL, Miguel, 1998 – *Portugal. Ser e Representação*. Lisboa: Difel.
- REAL, Miguel, 2007 – *A Morte de Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- RIBEIRO, Álvaro, s/d – *O Problema da Filosofia Portuguesa*. Lisboa: Inquérito.
- RIBEIRO, Rita, 2008 – *A Europa na Identidade Nacional* (Tese de Doutoramento em Sociologia). Braga: Universidade do Minho.
- SANTOS, Boaventura Sousa, 1994 – *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Agostinho da, 1988 – *Um Fernando Pessoa*. Lisboa: Guimarães Editores.
- SILVA, António Martins, 2005 – *Portugal e a Europa – Distanciamento e Reencontro*. Viseu: Palimage Editores.
- TEIXEIRA DE PASCOAES, 1988 – *A Saudade e o Saudosismo*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- TEIXEIRA DE PASCOAES, 1991 – *Arte de Ser Português*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Europa y la identidad nacional portuguesa

Ángel Rivero

FCP – Universidad Complutense de Madrid

Las naciones no son algo eterno. Han tenido un inicio y tendrán un final. Probablemente, la confederación europea las reemplazará. Pero no es ésta la ley del siglo en que vivimos. En la hora presente, la existencia de las naciones es buena, incluso necesaria. Su existencia es la garantía de la libertad que se perdería si el mundo no tuviese más que una ley y un amo.

Por sus facultades diversas, a menudo opuestas, las naciones sirven a la obra común de la civilización; todas aportan una nota a este gran concierto de la humanidad que, en suma, es la más alta realidad ideal que podemos alcanzar. Aisladas, tienen sus puntos débiles. A menudo me digo que un individuo que tuviera los defectos considerados para las naciones como cualidades, que se alimentara de una gloria vana, que fuera celoso, egoísta y pendenciero, que no pudiera soportar nada sin desenvainar la espada, sería el más insoportable de los hombres, pero todas estas disonancias de detalle desaparecen en el conjunto.

(RENAN, 1882: 84-85).

Introducción

Europa es un continente caracterizado por la diversidad: cada uno de los países que la forman tiene su propia identidad nacional, cultura, religión, tradiciones y lenguas, e incluso cada una de las regiones que componen los países europeos tiene sus propias particularidades culturales. Y, sin embargo, la mayor parte de estos países se ha embarcado en un proyecto de integración política y económica llamado la Unión Europea. En este texto quiero preguntarme acerca de qué es Europa desde el punto de vista de la civilización, la cultura y las identidades; y, a continuación, analizar de qué manera afecta todo esto a la identidad nacional portuguesa. Para ello a) definiré los conceptos fundamentales de civilización, cultura e identidad en relación al proceso de desarrollo de la Unión Europea; b) enumeraré los rasgos principales de la civilización europea; c) examinaré de qué manera la cultura influye en el desarrollo de las identidades políticas. Para ello analizaré qué es una nación y qué es la identidad nacional en relación a la cultura; d) a continuación repasaré algunas de las narraciones de identidad europeas y, por último, e) veremos algunas de las propuestas que se han hecho sobre lo que ha de ser la identidad europea. Al atender cada uno de estos aspectos pondré en contacto la reflexión sobre Europa con Portugal.

Europa es un concepto relativamente nuevo que refiere a un espacio geográfico, a un espacio económico y a un proyecto de integración. También se puede hablar de

Europa en plural: la Europa nórdica, meridional, central oriental, o la Europa moderna y la tradicional, la rural y la urbana. En suma, Europa refiera a una pluralidad de significados. En este texto, cuando hable de Europa me referiré a la Europa de la Unión Europea y, también, a Europa como Europa occidental. La pregunta que orientará análisis es, en primer lugar, si este proyecto, la Unión Europea, necesita de una identidad europea que vincule y comprometa a los europeos con su desarrollo. En segundo lugar, intentaré mostrar si esta incipiente identidad europea se construye sobre los rasgos de unas culturas, en plural, europeas; o, por el contrario, sobre las características de una civilización europea. En tercer lugar, intentaré conectar estas reflexiones sobre Europa y su identidad con la cuestión de la identidad nacional portuguesa y sus problemas.

Por tanto, antes de que podamos preguntarnos por la civilización, la cultura y la identidad en Europa y en Portugal necesitamos definir estos conceptos.

1. Europa: civilización, cultura, identidad

Ya he señalado qué entiendo en este texto por Europa, la Unión Europea. También hemos visto que la Unión Europea suscita cuestiones acerca de su identidad que nos ponen en contacto con conceptos como cultura o civilización. Detengámonos por tanto en algunas palabras fundamentales. Una primera que subyace a esta preocupación por Europa, su proyecto y su identidad es Europeísmo. El europeísmo es un tipo de ideología o de actitud que vincula el bienestar, destino e instituciones de las naciones europeas a su integración. De acuerdo con esta posición, Europa, que creó el Estado-nación habría de trascenderlo para seguir desarrollando, y para preservar, los valores de la cultura europea. Y esto se haría creando instituciones políticas, económicas y legales comunes a todas las naciones de Europa. El Europeísmo presupone una identidad europea y es, al mismo tiempo, un instrumento de su desarrollo.

En política, identidad hace referencia a la auto-identificación. Esto es sólo los seres conscientes o las instituciones compuestas por seres conscientes, como sociedades, estados, clubs o instituciones tienen identidad. Una institución tiene identidad cuando sus miembros no sólo la distinguen de otras instituciones sino cuando pueden definir con palabras sus rasgos distintivos dando razón de su existencia. Por eso la identidad nacional es tan importante, porque sin ella la existencia de un estado peligra. De ahí también la búsqueda de una identidad europea que justifica la existencia de la UE y comprometa a sus miembros en su desarrollo.

Además de la identidad nacional existen otras identidades colectivas con relevancia política: clase, religión y género. Puesto que las identidades colectivas son tan importantes

para la identidad personal, en Occidente se habla de “políticas de la identidad”, esto es, de la gestión política del reconocimiento de las identidades colectivas. En cualquier caso, es importante señalar que las identidades políticas tienen su fundamento en culturas o civilizaciones. Por eso, en el contexto de la discusión sobre el futuro de la Unión Europea se plantea la cuestión de si la diversidad cultural es un obstáculo al proyecto de integración o si, por el contrario, la diversidad cultural constituye el fundamento mismo del proyecto Europa. En esta misma línea se sitúa la pregunta de si hay una civilización europea que alcance a todas las naciones europeas y que esté más allá de sus diferencias.

Como ha señalado Zygmunt Bauman, “la identidad no merece pensamiento alguno cuando pertenecer resulta natural, cuando no requiere luchar por ello, ni ser ganado, reclamado o defendido (...) Esa pertenencia que hace redundante cualquier preocupación acerca de la identidad sólo es posible (...) en un mundo confinado localmente (...). En tales minimundos, estar aquí se siente de una manera evidentemente distinta de estar allí fuera y el paso de aquí a allí raramente se da, si se llega a dar”¹. Ahora bien, el signo de la modernidad es el incremento del volumen y del alcance de la movilidad y esto hace que los minimundos, nos dice Bauman, se debiliten: “por la misma razón, la modernidad también es una época de totalidades supralocales, de comunidades imaginadas aspirantes o sostenidas por el poder, de construcción de naciones y de identidades culturales fabricadas, postuladas y edificadas”².

Es esta fluidez de las pertenencias modernas la que genera la pregunta por la identidad: “la identidad personal confiere significado al yo. La identidad social garantiza ese significado y, además, permite hablar del nosotros, en el que se puede albergar, descansar a salvo e, incluso, sacudirse sus ansiedades un yo que, de otra manera, resultaría precario e inseguro”³. Bauman señala además que una identidad colectiva es percibida como segura cuando prevalece sobre ellos, los extranjeros, esto es, el nosotros es gratificante cuando es poderoso. Y esta fuerza del nosotros no surge por si misma sino que ha de crearse: “necesita, pues, sus creadores y autoridades. Necesita cultura: educación, formación y enseñanza”⁴. En suma, la reflexión sobre las identidades colectivas sólo tiene sentido en las sociedades modernas y está dirigida, en buena medida, a establecer una frontera entre los que pertenecen y los excluidos, entre nosotros y ellos. Esa frontera se llena de contenido diferenciador a través de la cultura.

Como ha señalado Kathrin Woodward⁵, al estudiar la identidad es necesario tomar una serie de cautelas. La primera es que es un concepto relacional y precisa analizarse junto a la diferencia; en segundo lugar, ha de evitarse el peligro del esencialismo,

¹ BAUMAN, 2002: 51-52.

² BAUMAN, 2002: 52.

³ BAUMAN, 2002: 54.

⁴ BAUMAN, 2002: 55.

⁵ WOODWARD, 1997: 12.

esto es la idea de que la identidad es algo fijo e inmutable bien a través de una historia construida como verdad permanente, bien a través de la naturalización de la identidad a través del concepto de raza o etnicidad. Ahora, volviendo al argumento de Bauman, según el carácter de aquello que alimenta la identidad colectiva, la forma de la misma puede tener afinidad con la cultura o con la civilización. Por tanto, para poder abordar estas cuestiones es necesario definir los conceptos de civilización y cultura.

Civilización ha sido definida como condición o estado y como conjunto de ideas, creencias religiosas, ciencias, técnicas, artes y costumbres propias de un determinado grupo humano. Por civilizar se ha entendido sacar a algo o alguien del estado de barbarie o salvajismo. Por su parte, cultura viene del latín cultivo. Para algunos hace referencia a la parte intelectual de la civilización. Y refiere, de forma general, al conjunto de modos de vida y costumbres, conocimientos y grado de desarrollo artístico, científico, industrial, en una época o grupo social. Y a aquello que sustenta la identidad de un grupo en el terreno simbólico. Así, civilización y cultura vendrían a ser algo parecido aunque con un alcance distinto. Eso sí, mientras la perspectiva de la cultura coloca a todos los grupos humanos en el mismo plano, la de la civilización establece una superioridad de unas culturas sobre otras.

En este texto, cultura referirá sobre todo a las manifestaciones de la vida social no directamente vinculadas a la reproducción y el sustento (biológicas). Esto es, a las costumbres, tradiciones, prácticas religiosas y expresiones artísticas. Para las concepciones conservadoras, la cultura es el fundamento del orden social y por tanto las autoridades políticas tienen la obligación de protegerla. Es por ello que, bajo este punto de vista la civilización como proyecto de transformación ha sido visto como una amenaza a la cultura. Esto es, si por civilización entendemos la condición de una sociedad opuesta al subdesarrollo, esto es, al salvajismo y la barbarie, y si, además, unimos a la idea de civilización la de progreso (la idea de que las sociedades son perfectibles en dirección al futuro, que da lugar a la ideología del progresismo), entonces la civilización es un instrumento del cambio cultural. Esto es, es un instrumento de destrucción de la cultura como algo permanente e inmutable. Esta oposición entre cultura y civilización fue observada en el siglo XIX por el poeta inglés Coleridge que habló de civilización en relación al progreso material y científico; y de cultivación como aquello bueno que permitía el desarrollo espiritual armónico. En su visión, cultivación y civilización chocaban. Algo parecido puede verse en la obra *La ética protestante y el espíritu del capitalismo* de Max Weber, donde *Zivilisation* y *Kultur* son conceptos enfrentados. El primero representa la extensión de la racionalidad entendida como cálculo cuantitativo que da lugar al capitalismo; mientras que *Kultur* es el universo espiritual de un mundo de valores comunitarios destruidos por dicho capitalismo.

Norbert Elias, al hacerse eco de la pluralidad de significados del concepto civilización señala que su significado más general “expresa la auto-conciencia de Occidente.

También podría denominarse conciencia nacional. El concepto resume todo aquello que la sociedad occidental de los últimos dos o tres siglos cree llevar de ventaja a las sociedades anteriores o a las contemporáneas más primitivas. Con el término de civilización trata la sociedad occidental de caracterizar aquello que expresa su peculiaridad y de lo que se siente orgullosa: el grado alcanzado por su técnica, sus modales, el desarrollo de sus conocimientos científicos, su concepción del mundo y muchas otras cosas”⁶.

“Pero civilización no significa lo mismo en distintos países de Occidente. En especial, hay una gran diferencia entre el uso francés e inglés de la palabra por un lado y, por otro, el que de ella hacen los alemanes. En Inglaterra y en Francia, el concepto resume el orgullo que inspira la importancia que tiene la nación propia en el conjunto del progreso de Occidente y de la humanidad en general. En el ámbito germano-hablante, civilización significa algo muy útil, pero con un valor de segundo grado, esto es, algo que afecta únicamente a la exterioridad de los seres humanos, solamente a la superficie de la existencia humana. La palabra con la que los alemanes se interpretan a sí mismos, la palabra con la que se expresa el orgullo por la contribución propia y por la propia esencia es cultura”⁷.

Señala Elias que ambas palabras, civilización y cultura, resultan evidentes y claras para los usuarios en sus contextos nacionales, pero no resultan ni tan claras ni tan obvias para quienes no han sido socializados en sus significados particulares. Así, “el concepto francés e inglés de civilización puede referirse a hechos políticos o económicos, religiosos o técnicos, morales o sociales, mientras que el concepto alemán de cultura se remite substancialmente a hechos espirituales, artísticos y religiosos, y muestra una tendencia manifiesta a trazar una clara línea divisoria entre los hechos de este tipo y los de carácter político, económico y social”⁸. Otra importante diferencia, entre las señaladas por Elias, es que Civilización se refiere a un proceso, o cuando menos, al resultado de un proceso; se refiere a algo que está siempre en movimiento, a algo que se mueve de continuo hacia adelante”⁹. Por el contrario, “el concepto alemán de cultura tiene otra dirección de movimiento: se refiere a productos del hombre dotados de realidad (...), a obras de arte, a libros, a sistemas religiosos o filosóficos en los cuales se expresa la peculiaridad de un pueblo. El concepto de cultura tiene un carácter diferenciador”¹⁰ Así, continúa, “el concepto de civilización atenúa hasta cierto punto las diferencias nacionales entre los pueblos y acentúa lo que es común a todos los seres humanos o debiera serlo desde el punto de vista de quienes hacen uso del concepto”¹¹.

⁶ ELIAS, 1995: 57.

⁷ ELIAS, 1995: 57.

⁸ ELIAS, 1995: 58.

⁹ ELIAS, 1995.

¹⁰ ELIAS, 1995.

¹¹ ELIAS, 1995.

Por el contrario, “el concepto alemán de cultura pone especialmente de manifiesto las diferencias nacionales y las peculiaridades de los grupos”¹².

El conflicto entre cultura y civilización ha sido característico de occidente durante la modernización y ha dado lugar a guerras culturales como los conflictos intra-religiosos europeos, el enfrentamiento entre las iglesias y los poderes políticos (así, para los países católicos el anti-clericalismo de los estados o fenómenos como la Kulturkampf de Bismark (el intento de desplazar a la Iglesia en la educación de las élites sociales en Alemania).

Samuel Huntington enfatizó la necesidad de un nuevo paradigma en relaciones internacionales y, para dar respuesta a esta necesidad, formuló su idea del choque de civilizaciones. En su opinión los conflictos internacionales habían sido europeos a lo largo de la modernidad: dinásticos, nacionales e ideológicos; pero en el presente eran de tipo cultural y global. Es al choque de occidente con las culturas no-occidentales a lo que denomina choque de civilizaciones y es esta perspectiva culturalista la que explica el conflicto en las sociedades en las que vivimos.

En lo que se refiere a Europa, cultura hace referencia a los rasgos históricos de las distintas sociedades europeas, y civilización a la ideología progresista-perfeccionista de una sociedad nueva racionalmente organizada.

2. La civilización europea: Individualismo, Nación, Capitalismo y Democracia

*A civilização a que chamamos europeia, e que é hoje a civilização propriamente dita (...) pois por ideias e fórmulas europeias se guia, e em acções e motivos europeus tem origem, a civilização das regiões fora da Europa*¹³.

*As nossas descobertas marítimas (...) criaram o elemento colonialista da civilização moderna. É a nossa glória imarcescível que a civilização europeia é numa das suas partes importantes criações nossa. Por nós existe hoje uma civilização americana. Por nós há cidades e civilização na África, na Austrália, na Índia, na Ásia longínqua. Tudo quanto, longe da Europa, é europeu, a nós o deve. De nós descende a grandeza presente do Japão, como a existência colonial da Inglaterra. Que, se nós o não houvéssemos feito, outros o fariam, não é argumento que se empregue. Porque não é precisa a hipótese, onde há o facto. E o facto é que fomos nós que o fizemos*¹⁴.

Según Henri Mendras hay una civilización europea, occidental, que está caracterizada por cuatro rasgos básicos y que forman un conjunto de características con las que se identifican los europeos. Estos rasgos, bajo el punto de vista de la civilización como progreso, no son características culturales, más o menos permanentes, de las sociedades

¹² ELIAS, 1955: 59.

¹³ PESSOA, 1986: 117.

¹⁴ PESSOA, 1986: 130.

européas, sino ideales que animan el cambio cultural en un sentido progresista. Estas características de la identidad europea son el individualismo; la idea de nación; el capitalismo; y la democracia.

Individualismo: el punto de vista que sostiene que las personas, los individuos, sus derechos y sus necesidades tiene prioridad frente a cualquier colectividad (familia, sociedad, Estado) en todo tipo de cuestiones morales o políticas. El individualismo está a la base de la concepción liberal de la libertad. En esta concepción la libertad tiene un carácter individual y se define como libertad negativa. Esto es, una persona es libre en ausencia de interferencia exterior. Cuanto mayor es el coto privado de su libertad individual, esto es, el espacio en el que no es importunado por lo otros, más libre. Estos espacios de libertad privativa de los individuos se denominan libertades: de conciencia, de expresión, de culto, sexual, etc. Desde la posición individualista, el vínculo social, lo que une a unos individuos con otros, no es de tipo cultural sino político. Este vínculo queda recogido en el concepto de ciudadanía: un contrato por el que los individuos se asocian para proteger sus derechos a cambio de algunas obligaciones. La idea que subyace a la ciudadanía desde el punto de vista del individualismo es que los individuos pueden gozar de mayor libertad a través de la cooperación con otros individuos. En suma, que el Estado puede ser un medio de protección de la libertad individual. Las teorías anti-individualistas sostienen, por el contrario, que las personas se desarrollan vinculadas a una comunidad precedente y que aquello que son se debe a esta vinculación orgánica, de modo que proteger a los individuos, necesariamente, significa proteger a la comunidad en su dimensión de identidad colectiva, esto es, proteger su cultura. Esta posición se denomina comunitarismo.

Nación: la nación, desde el punto de vista de la civilización europea, no es una comunidad de cultura ni una comunidad orgánica sino una comunidad de ciudadanos. Es una comunidad porque refiere a un grupo humano particular, pero es una comunidad de ciudadanos porque aquello que define al grupo no es un rasgo de cultura sino un vínculo político. El Estado-nación ha sido el instrumento del desarrollo de la libertad individual en occidente y, como veremos más adelante, es la unidad política que ha hecho posible el nacimiento de la democracia moderna. En suma, bajo el punto de vista de la civilización europea la nación es un principio de integración que vincula a los individuos en una identidad colectiva de carácter político. Al hacerlo, consigue que la protección de la libertad de los individuos que la componen se convierta en un proyecto colectivo.

Capitalismo: el capitalismo es la forma común de denominación de la economía de mercado. La economía de mercado es una forma de organización económica que prima el ejercicio de la libertad de los individuos en el terreno económico permitiéndoles la libertad de vender y comprar y haciendo que el precio se convierta en el resultado del

encuentro entre la oferta y la demanda. Desde el punto de vista de la civilización europea este modelo económico es valioso porque su individualismo económico respeta máximamente la libertad individual y porque tiene efectos sociales positivos como el progreso (económico y tecnológico) y el desarrollo, la creación de riqueza, cuyos efectos alcanzan a toda la sociedad, esto es, al desarrollo de todos los individuos. El capitalismo es, además, un extraordinario instrumento de cambio cultural porque al movilizar a la sociedad, desarraiga la cultura. El marxismo afirma que el rasgo principal de este modelo económico es la acumulación, de ahí lo de capitalismo. Bajo el punto de vista del liberalismo, lo importante es el intercambio entre individuos libres, de ahí economía de mercado.

Democracia: La democracia en su sentido etimológico significa gobierno del pueblo. Sin embargo, bajo el punto de vista de la civilización europea, la democracia es en primer lugar un instrumento de protección de la libertad de los individuos. Esto quiere decir que el fin de la democracia no es el ejercicio del gobierno por el pueblo sino a) la limitación del gobierno como salvaguarda de la libertad individual b) el control del gobierno por parte del pueblo como instrumento de salvaguarda de dicha libertad y como medio de realización de fines colectivos. Obsérvese que aquí pueblo no refiere a un sujeto colectivo sino a una asociación de individuos, los ciudadanos, que defienden su libertad individual y la cooperación social necesaria para la maximización de la misma.

3. Alemanes y franceses discuten qué es una nación

A guerra actual é uma guerra entre dois princípios sociológicos, entre dois critérios de civilização (...). O princípio representado pela Alemanha resume-se em poucas palavras. É este: A Pátria está acima da Civilização. Isto é, uma Pátria, uma nacionalidade, deve, para os seus elementos componentes, valer mais que o movimento civilizacional geral a que ela pertence e em que se integra. (...) Toda criatura que hoje luta com a Alemanha deve saber que está lutando pelos princípios seguintes: 1. A Civilização está acima da Pátria; 2. O indivíduo vale mais que o Estado; 3. A Cultura vale mais que a Disciplina¹⁵. En los años inmediatamente anteriores a 1919 revivió la función que cumplía el concepto alemán de cultura (la de oponerse al de civilización) debido a que la guerra contra Alemania se hizo en nombre de la civilización¹⁶.

La guerra Franco-Prusiana de 1870 es el origen de los terribles conflictos europeos que hicieron necesaria la creación de la Unión Europea. Aunque dicho conflicto es expresión de la lucha por ser el poder hegemónico continental en Europa, también

¹⁵ PESSOA, 1986: 133-134.

¹⁶ ELIAS, 1995: 61.

es ilustrativo del debate sobre cómo pueden definirse las comunidades políticas. En efecto, antes de que en 1871 el Tratado de Frankfurt pusiera fin a la guerra con la rendición de Francia y la entrega a Alemania de las provincias de Alsacia y Lorena, se produjo una interesante discusión sobre qué es una nación. Esto es, ¿qué grupo humano tiene derecho a tener un Estado propio? Para nuestro propósito en este texto dicho debate fue valioso porque se acuñaron dos concepciones antitéticas de la comunidad política que tendrán influencia sobre la manera misma en la que puede ser entendida la Unión Europea. El historiador Meinecke definió estas dos concepciones bajo los conceptos de *Staatsnation* y *Volksnation*. El primero es la concepción francesa republicana de la nación como comunidad de ciudadanos libremente asociados. Es el concepto que hemos visto antes en relación a los rasgos de la civilización europea. En el contexto de la guerra fue defendido por Fustel de Coulanges (1870) y más tarde por Ernest Renan (1882). La nación aquí es definida por el conjunto de ciudadanos de un estado y tiene un carácter histórico y contingente. De hecho, Renan, en su célebre conferencia “¿Qué es una nación”, de 1882 señala, como antes se citó, que probablemente las naciones de Europa acabarán por desaparecer al fundirse en algo parecido a la Unión Europea.

Volksnation define la concepción alemana de la nación y fue defendida por Strauss y Mommsen. Aquí la nación es una comunidad orgánica, de cultura, permanente y objetiva. No es un vínculo entre individuos sino que los individuos dependen esencialmente de la pre-existencia de un grupo humano con rasgos propios. En este caso, el rasgo determinante es la lengua, pero hay otros posibles como, sobre todo, la religión.

Como veremos más adelante, el proyecto civilización europea tiene afinidad con la concepción francesa de la nación: algo que va más allá de la cultura y que tiene afinidad con el concepto de “Ciudadanía europea”. Por el contrario, aquellos que defienden que Europa es un mosaico de culturas, están más próximos a la concepción clásica alemana de la nación y de la cultura.

4. La identidad política como artefacto cultural

Hasta ahora, apenas he puesto en cuestión la idea de que las culturas tienen algo de permanentes y de que su cambio se produce de forma muy lenta. Esto es, que los cambios políticos no están sincronizados con los cambios culturales. Almond y Verba, a mediados del siglo XX, señalaron su libro *La cultura cívica* que había límites culturales a la extensión de la democracia. Esto es, que la democracia era un tipo de planta que no crecía en cualquier tipo de cultura. De hecho, la tierra fértil para el desarrollo de

la democracia es lo que denominaron la cultura cívica, una cultura política que apenas alcanzaba unos pocos países protestantes anglosajones. Sin embargo, la democracia no ha dejado de extenderse por la tierra desde entonces y no sólo porque la democracia se adapte a cualquier cultura sino porque las culturas cambian en presencia de la democracia. Benedict Anderson, en su libro *Comunidades Imaginadas* realizó una aproximación a la nación como identidad política desde una perspectiva culturalista. Ahora bien, aquí esta perspectiva está lejos de la concepción alemana, etnicista, de la cultura. De hecho, lo que encontró es que las identidades nacionales son muy recientes y que se construyeron culturalmente en un proceso que tenía como prerequisites una serie de condiciones geográficas, políticas y, esto es esencial, un determinado tipo de desarrollo capitalista: el capitalismo impreso. Un tipo de industria cultural que permitía que grupos humanos extensos se identificaran como una comunidad a través de la lectura de los mismos libros y los mismos periódicos. Para Anderson la nación satisface la necesidad humana de reconocerse e identificarse como miembro de un grupo humano en las condiciones de las sociedades modernas. Su definición, antropológica, de la nación es la siguiente: a nation (...) is an imagined political community- and imagined as both inherently limited and sovereign. It is imagined because the members of even the smallest nation will never know most of their fellow members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion (...) The nation is imagined as limited because even the largest of them (...) has finite, if elastic, boundaries, beyond which lie other nations. (...) It is imagined as sovereign because the concept was born in an age in which the Enlightenment and Revolution were destroying the legitimacy of the divinely-ordained, hierarchical dynastic realm (...). Finally, it is imagined as a community because (...) the nation is always conceived as a deep, horizontal comradeship¹⁷. En relación a la UE y su búsqueda de una identidad colectiva esto significa que en ausencia de unos medios de comunicación europeos o de una cultura europea común que vincule a los europeos en un mismo sentido, el proyecto de una identidad europea común se hará difícil. Pero, al mismo tiempo, esto señala que no hay obstáculos culturales a la construcción de dicha identidad y que si los niños estudian la historia europea, la geografía europea, conocen Europa a través de programas de movilidad, etc., esa identidad irá creciendo de forma constante. De hecho, el Eurobarómetro señala que son precisamente los jóvenes europeos quienes más europeos se sienten.

¹⁷ ANDERSON, 1991: 6-7.

5. El origen étnico de la identidad política

Existe de facto uma raça portuguesa? (...) As diferenças do Ibero e do Luso ainda hoje se impõem à observação no antagonismo político, intelectual e moral; não os separam fronteiras materiais, nem tão-pouco instituições religiosas ou sociais, mas prevalece uma imanente antinomia. É na raça que ela se há-de encontrar¹⁸.

Uno de los mayores retos que enfrenta la Unión Europea es construir una identidad en medio de más de veinte lenguas oficiales y multitud de diferencias culturales de todo tipo. De acuerdo con algunos autores las identidades políticas tienen un núcleo étnico que hace que, allí donde hay estados cuyas fronteras no coinciden con las de las identidades étnicas, los conflictos culturales, nacionalistas surjan y, con frecuencia, produzcan violencia. Sin embargo, no todos los autores piensan de esta manera.

1. Eric Hobsbawm sostiene que el nacionalismo fue la ideología que acompañó al nacimiento del capitalismo nacional en el siglo XIX pero dado que nos encontramos en el siglo XXI y el capitalismo de este siglo tiene un alcance global, proyectos como el de la UE son congruentes con nuestro tiempo. Así para él, nuestro tiempo no es el del nacionalismo sino el del supra-nacionalismo y el infra-nacionalismo. La UE como proyecto de integración es un caso claro de supra-nacionalismo. Por su parte, con infra-nacionalismo denomina los movimientos de resistencia cultural frente a la globalización. La UE como proyecto de cambio cultural generará conflictos de este tipo pero prevalecerá dada su sintonía con el desarrollo económico de nuestro tiempo¹⁹.
2. Para Ernest Gellner, la cultura en las sociedades modernas se politiza por las necesidades de movilización características de las mismas. En las sociedades modernas, la socialización de los individuos se realiza por el Estado lo cual genera un proceso de cambio cultural hacia la homogeneización que puede dar lugar a resistencias por parte de aquellos que ven amenazada su cultura tradicional. En la medida en que la modernización ofrece los incentivos de una mejora en las condiciones de vida, los individuos aceptan el cambio cultural. Sin embargo, si las promesas de moderna no se cumplen, el cambio cultural es resistido y los conflictos culturales se hacen violentos. Para Gellner, en la medida en que la UE ofrezca incentivos de bienestar, generará dinámicas de cambio social y cultural aceptadas por los europeos. Pero estas dinámicas vendrán

¹⁸ BRAGA, 1880: 95.

¹⁹ HOBSBAWM, 1992: 177ss.

acompañadas en su desarrollo de conflictos culturales. El argumento general de Gellner puede inferirse en “The Future of Nationalism”²⁰.

3. Por último Anthony D. Smith sostiene que las identidades nacionales son nuestras principales identidades colectivas y que tienen un núcleo étnico lo que hace difícil la identificación para aquellos que no participan de una serie de rasgos de identidad específicos. Bajo este punto de vista, la idea de una identidad europea con alcance político se hace compleja y difícil. Especialmente si Europa no adquiere los rasgos de un “Estado Europeo”, de forma que puedan vincularse las funciones que le son propias con los sentimientos de los ciudadanos²¹.

6. La identidad política y la religión

*A Concordata representa um acto solene de reconciliação de justiça (...) conclui-se em 1940 (...) Eu tinha ardentemente desejado que essa Concordata nascesse no ano em que Portugal celebrava o oitavo centenário da sua independência à sombra e sob protecção da Igreja*²².

El proyecto de una civilización europea se presenta como una propuesta no vinculada a bases culturales como la lengua y la religión. Es más, al presentarse como un proyecto racional su mensaje se anuncia como universal y como aquello que Europa ofrece al progreso de la humanidad. Bajo esta perspectiva, la clave de la civilización y del progreso de Europa radicaría en haber hecho de la religión una cuestión privada y de haber establecido una clara separación entre esta y la política. Por eso el proyecto civilización europea hace de la secularización uno de sus presupuestos (e implícitamente, anuncia al mundo que sin secularización no hay progreso).

Por secularización pueden entenderse diversos fenómenos. Los más importantes son: a) la separación Iglesia-Estado (la aparición de los estados no confesionales); el declive de la práctica religiosa (especialmente en las sociedades europeas. Sociedades en las que los creyentes no practicantes y las personas sin religión son mayoritarias); y c) la privatización de la religión (la desaparición de la religión del espacio público).

La cuestión religiosa se puso de relieve en el proyecto de la UE cuando se debatió el preámbulo de la malograda Constitución. Allí, un sector de la sociedad europea pidió que en ese preámbulo se hiciera referencia a las raíces cristianas de Europa. Los defensores del proyecto civilización europea sostuvieron que la religión (el cristianismo)

²⁰ GELLNER, 193: 110-122.

²¹ SMITH, 2001: 126-127.

²² GARNIER, 2002: 151.

no debería recibir reconocimiento en la constitución pero sí la Ilustración como movimiento que animaba la idea de progreso en su dimensión europea.

Para los defensores de Europa como un conjunto de culturas, la religión en general, y el cristianismo en particular, es uno de los elementos esenciales de la identidad europea. Para los defensores de la civilización europea, por el contrario, la secularización marca la senda del progreso. Sin embargo, muchas personas han visto en el proyecto de civilización europea una versión secularizada del tipo de salvación universal que representa el cristianismo como religión. Por ejemplo, John Gray, en su libro *Black Mass. Apocalyptic Religion and the Death of Utopia* denuncia cómo el proyecto occidental de la civilización, la idea de progreso como camino hacia una utopía alcanzable, es una forma de religiosidad invertida, al revés, secularizada. De ahí el título de misa negra. Y lo que es peor, es un proyecto destructor y violento cuando se traslada su alcance al mundo entero.

Así, mientras en el pasado occidente mandaba a sus misioneros a evangelizar en el cristianismo a bárbaros y salvajes, hoy manda la civilización como instrumento de progreso para todos los pueblos. Hay además una advertencia de Gray a la viabilidad misma del proyecto Unión Europea. Con la excepción de suiza, los estados multinacionales que tienen democracias más o menos estables son monarquías, sus ejemplos son Gran Bretaña, España y Canadá ergo, la democracia cosmopolita se gestiona mejor con instituciones pre-modernas²³. Sin embargo, otros autores han señalado cómo tras la nación como comunidad política típicamente europea ya había un sustrato esencialmente cristiano. Así:

- Para Conor Cruise O'Brien la nación es un tipo de comunidad cristiana cuyos rasgos religiosos se han velado. En su libro *God Land. Reflections on Religion and Nationalism* señala cómo occidente se han dado tres modelos de concepción de la nación y cómo cada uno de ellos tiene un sustrato religioso. Estos modelos son: 1) el modelo del pueblo elegido (propio de Gran Bretaña y de los EE.UU); 2) el de la sacralización de la nación (propio de la Francia republicana) y 3) el de la divinización de la nación, propio de la Alemania nazi. El libro, polémico e interesante, apunta más que a la civilización europea, su creación sucesoria, los Estados Unidos de América, donde la concepción original de los padres fundadores, el pueblo elegido, ha dado paso en las últimas dos décadas a la sacralización y a la divinización de la democracia. De este modo, la civilización se ha convertido en una empresa que discurre no en el sentido de la secularización sino que va más allá de la religión²⁴. Para Adrian Hastings, la nación como principio de identidad colectiva es propio de la experiencia única

²³ GRAY, 2008: 240.

²⁴ HASTINGS, 1988: 80-81.

de Inglaterra donde la idea de pueblo elegido y el uso de la lengua vernácula en la Biblia dan lugar a un tipo de identidad colectiva de carácter pionero que es la identidad nacional. Este es el tema principal de su obra *La construcción de las nacionalidades. Etnicidad, religión y nacionalismo*. Sin embargo, también puede encontrarse en el mismo una comprensión de la Unión Europea como una resurrección del cristianismo como imperio, y la admonición que el Estado-nación europeo está tan firmemente vinculado a la Biblia, al cristianismo y a la Reforma, que “fue incompatible con las principales tradiciones políticas del catolicismo (...) pero es mucho más incompatible con el Islam”²⁵. En suma, que el proyecto civilización europea tiene un alcance más bien local.

- Por último, Anthony Marx, en su libro *Faith in Nation. Exclusionary origins of nationalism* muestra cómo las naciones cívicas europeas tienen tras de sí una historia de genocidio, limpieza étnica e intolerancia de tipo religioso. Son pues, sociedades cristianas secularizadas. Por tanto, el proyecto mismo de civilización europea tiene un pasado oscuro que hace que su alcance universal deba ser cuestionado: “forgetting the ignoble foundations of Western nationalism and liberalism would then not only be inaccurate but also dangerous in having enticed latecomers to try to follow a path that was not and perhaps could no be so pursued”²⁶.

7. Las narraciones de la identidad europea

La identidad europea también se ha expresado a través de relatos, narraciones que daban sentido al proyecto europeo. Los más importantes son los siguientes:

- Europa como un espacio de paz (formulado tras la Segunda Guerra Mundial, es un relato tan asentado en el imaginario europeo que ya se da por descontado. No deja de ser interesante que los europeos piensen que Europa es el territorio de la paz cuando históricamente fue un espacio en guerra permanente).
- Europa como espacio de la libertad (tras la derrota del fascismo, Europa occidental se convirtió en tierra de libertad frente al totalitarismo soviético). Desaparecido el telón de acero este relato ha perdido parte de su capacidad de identificación.
- Europa como bienestar y seguridad. Las sociedades europeas se convirtieron, mediante el desarrollo socio-económico, en lugares prósperos donde las personas eran asistidas en sus necesidades básicas y donde sus posibilidades de desarrollo

²⁵ HASTINGS, 2000: 246.

²⁶ MARX, 2003: 200.

y promoción eran enormes. El sistema europeo de seguridad social permitió crecer a estas sociedades y conjurar el fantasma de la revolución y el conflicto social. La crisis económica y la emergencia de nuevos actores mundiales ha relativizado este discurso de identificación para los europeos aunque sigue siendo muy atractivo para miles de inmigrantes que intentan llegar a Europa cada año.

Europa sigue identificándose con estas narraciones de identidad pero el cambio de las circunstancias hace que para muchos europeos de generaciones más jóvenes hayan perdido sentido y, es por ello que se hace necesario un nuevo discurso de identidad. Este discurso oscila entre la civilización y la cultura. Si se acerca a la civilización, la identidad europea resulta artificial y contingente. Si se acerca a la cultura y su preservación, Europa parece un museo, cerrada y muerta como algo del pasado. En cualquier caso, esa identidad europea precisa del desarrollo de tres tipos de condiciones: las políticas (en el sentido de una mayor democracia); las educativas y culturales (en el sentido de una mayor integración de los europeos); y la cohesión social (en el sentido de una mayor integración de los países y las regiones europeas en términos de igualdad material).

8. La política de la identidad en la Unión Europea

The anguish and disorientation which find expression in this hunger to belong, and hence in the politics of identity – not necessarily national identity – is no more a moving force of history than the hunger for law and order which is an equally understandable response to another aspect of social disorganization. Both are symptoms of sickness rather than diagnoses, let alone therapy²⁷.

Se han formulado tres modelos de identidad europea al objeto de que los ciudadanos europeos se identifiquen con la Unión Europea. Los tres realizan de maneras diversas el lema de la UE: “Unidad en la diversidad”. Para unos, el énfasis ha de ponerse en la diversidad, pues es lo esencialmente valioso. La diversidad que ha de protegerse es la de las culturas. Para otros la unidad es expresión de la ciudadanía, y lo diverso a protegerse son los individuos. Es la concepción política de la identidad. La tercera visión busca conciliar las dos anteriores. Son los siguientes:

- La Europa de la cultura. Esto es, Europa concebida como una “familia de naciones”, cada una de ellas definida en términos culturales. En relación a lo visto en este texto, esta es una concepción conservadora, comunitarista.

²⁷ HOBSBAWM, 1992: 177.

- La Europa de los ciudadanos. Esto es, Europa concebida como una comunidad de ciudadanos cuyo lazo emocional, el instrumento de identificación sería el “patriotismo constitucional”. Este concepto, acuñado por el filósofo Jürgen Habermas estaba destinado en principio a proporcionar una identidad colectiva post-nacional a los alemanes. En este caso, la Constitución de Bonn sería el objeto de la identificación. Aquí significa la democracia. Transportado al proyecto Europa sería una identidad política post-nacional que uniera a los europeos más allá de sus diferencias culturales/nacionales²⁸. Es por tanto una concepción afín al proyecto de civilización europea.
- La tercera opción sería la de Europa como espacio de encuentros e intentaría dejar abierta la identidad europea de modo que las dos visiones anteriores pudieran acomodarse.

9. Portugal y la identidad nacional

*Un pueblo que ha conseguido lo que nosotros tiene el deber moral de continuar existiendo*²⁹.

Al igual que el resto de los países europeos, la identidad nacional portuguesa es el resultado de la producción de un relato de identitario por parte de las elites políticas que, presuponiendo un Estado anterior, buscaban la identificación del común de las personas con el mismo. Este relato identitario, como en el resto de las sociedades europeas, empieza a esbozarse en la segunda mitad del siglo XIX, recuperando y reelaborando una historia nacional en torno a una serie de mitos expresión de la singularidad portuguesa, esto es, de aquello que justificaba que Portugal tuvieran un Estado propio e independiente. Como todos los mitos, y como todos los relatos identitarios colectivos, la identidad nacional portuguesa está abierta a diversas interpretaciones y a su reelaboración. Sin embargo, como se trata de la búsqueda de un relato en el que todos los portugueses puedan identificarse, cada una de sus expresiones mantiene las constantes de referirse a un mismo pueblo, el portugués, y a un mismo territorio, Portugal. Y, además, mantienen en común un mismo propósito de nacionalización del Estado aunque, eso sí, realizado de formas muy diversas. Estas son las que me parecen más importantes:

²⁸ Sobre la contingencia de la nación en la historia política, vid. HABERMAS, 1996: 282-284.

²⁹ Atribuido a Miguel Torga, citado en WHEELER, 1978: 3.

1. El de la monarquía constitucional que une tradición y progreso, esto es cultura y civilización, pero que fracasa al ser incapaz de nacionalizar la monarquía. El ultimátum de 1890 señala el final de ese proyecto.
2. La narración de identidad de la 1ª República, que es palingenésica y esencialista. La nación portuguesa tiene una base étnica que ha expresado su genio a través de sus grandes hombres, como Camões, y en la contribución portuguesa a la civilización europea: los descubrimientos. Pero que vive inmersa en la decadencia nacional por culpa de los enemigos de la nación: el trono y el altar. Eliminados estos, la nación renacerá y continuará su obra civilizatoria en el imperio. Fracasa también porque su proyecto nacional está muy alejado de la cultura del país real.
3. El tercer relato es el del Estado Novo que, en buena medida es una combinación de los dos anteriores. La iglesia regresa a la narración nacional, la obra civilizatoria se cristianiza a través de la recuperación del imperio como epopeya civilizatoria y evangélica y, al mismo tiempo, se desvincula a la nación de la contingencia de la dinastía para afirmar su carácter propio, permanente. Esta narración nacional se quiebra con la guerra colonial.
4. Por último, la tercera narración nacional es la encarnada por la democracia representativa que surge tras el 25 de abril de 1974 donde la nación es un proyecto colectivo de libertad individual y de progreso social y que, finalmente, integra a Portugal en la civilización europea como instrumento de protección de su cultura. Al hacer esto último, los marcadores de identidad utilizados en los discursos anteriores de identidad nacional pierden importancia. Así, si la identidad portuguesa es congruente con la europea, ¿qué es lo que diferencia a los portugueses? Si aquello propio de Portugal son los rasgos que he señalado como componentes de la identidad Europea, ¿cuál es la esencia permanente de lo portugués? Por último, si la cultura portuguesa es algo congruente con el proyecto de civilización europea, ¿dónde están los rasgos de diferenciación? Como he apuntado más arriba, los discursos de identidad portugueses no son ajenos al discurso de identidad europea sino que contienen sus mismos dilemas.

Conclusiones

La conclusión más básica de este texto es que el proyecto de la Unión Europea constituye un experimento único y sin precedentes. El éxito de dicho experimento de integración económica y, sobre todo, política, depende crucialmente de que los europeos se identifiquen con él. Sin embargo, dado que es un proyecto abierto, su identidad es

compleja. Para unos, Europa es un mosaico de culturas y el fin de la UE es su preservación. Para otros, Europa es un proyecto de civilización que va más allá de las culturas transformándolas. Estos dos visiones son esenciales para la identidad europea y el reto de la UE es, precisamente, conciliarlas de manera no conflictiva. Esto es, de manera que la cultura no sea un obstáculo para el cambio y, a la inversa, que la civilización no se un instrumento de destrucción de la cultura.

La identidad nacional portuguesa, el relato identitario que permite que los portugueses se identifiquen con su Estado, contiene estos mismos dilemas en su interior: el proyecto del cambio y del progreso, y el proyecto de la conservación y la diferenciación. En la medida en que la Unión Europea sea capaz de conciliar ambos objetivos, será un proyecto congruente con la Unión Europea pero, si esto no ocurre, entonces la identidad europea de los portugueses se debilita y el proyecto Unión Europea puede acabar por ser olvidado. Las recientes elecciones europeas de 2009 son una buena muestra de esta situación. Cuando Europa ya no está más cerca sino más lejos, en términos de convergencia de PIB, y cuando el poder de decisión se aleja hacia el Este como resultado de la ampliación, entonces, Portugal se retrae y busca la satisfacción de los dos fines, civilización y cultura, en el aislamiento. La participación en estas elecciones europeas fue la más baja de su historia en Portugal: 37%.

Bibliografía

ANDERSON, Benedict, 1991 – *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.

BAUMAN, Zygmunt, 2002 – *La cultura como praxis*. Barcelona: Paidós.

ELIAS, Norbert, 1995 – *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. México: Fondo de Cultura Económica.

GARNIER, Christine, 2002 [1952] – *Férias com Salazar*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira.

GELLNER, Ernest, 1983 – *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell.

GRAY, John, 2008 – *Black Mass. Apocalyptic Religion and the Death of Utopia*. Londres: Penguin.

HABERMAS, Jürgen, 1996 – “The European Nation-state – Its Achievements and Its Limits. On the Past and Future of Sovereignty and Citizenship”, in BALAKRISHNAN, Gopal (ed.) – *Mapping the nation*. Londres: Verso.

MENDRAS, Henri, 1999 – *Sociología de Europa Occidental*. Madrid: Alianza.

HASTINGS, Adrian, 2000 – *La construcción de las nacionalidades. Etnicidad, religión y nacionalismo*. Madrid: Cambridge University Press.

IDENTIDADE NACIONAL
ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

HOBSBAWM, Eric J., 1992 – *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

MARX, Anthony, 2003 – *Faith in Nation. Exclusionary Origins of Nationalism*. Oxford: Oxford University Press.

O'BRIAN, Conor Cruise, 1988 – *God Land. Reflections on Religion and Nationalism*. Cambridge: Harvard University Press.

PESSOA, Fernando, 1986 – *Páginas de pensamento político 1 (1910-1919)*. Lisboa: Publicações Europa-América.

RENAN, Ernest, [1882] 1987– *¿Qué es una nación?*. Madrid: Alianza Editorial.

SMITH, Anthony D., 2001 – *Nationalism. Theory, Ideology, History*. Cambridge: Polity.

WHEELER, Douglas L., 1978 – *Republican Portugal. A Political History 1910-1926*. Madison: University of Wisconsin Press.

WOODWARD, Kathrin (ed.), 1997 – *Identity and Difference*. Londres: The Open University-Sage.

Das realidades quantificáveis às percepções. Imigração e segurança em Portugal¹

Teresa Ferreira Rodrigues

CEPESE/Departamento de Estudos Políticos – UNL

Introdução

No grande palco em que se constrói a sociedade global coexistem novas populações, marcadas por uma grande imprevisibilidade de comportamentos, que complexificam a compreensão real da realidade e explicam a necessidade de recriar novos conteúdos para determinados conceitos, nomeadamente de segurança, liberdade e justiça. Por seu turno, estes últimos tendem a reestruturar-se em função do cidadão e de um paradigma baseado em novas hierarquias geográficas e noções de territorialidade, onde emerge o conceito de *segurança humana*². Sabemos que as migrações são a variável micro demográfica mais sensível às alterações de curto prazo dos indicadores económicos e das mudanças sociais e políticas e, também por esse facto, a faceta mais imprevisível dos comportamentos humanos.

Portugal tornou-se um país atractivo no seu conjunto, num contexto europeu de novas realidades demográficas, onde se acentua a dependência face às migrações. Mas existe uma história migratória regional, originada nas formas de desenvolvimento económico e social prevalecente em termos locais, cuja origem remonta à 2.^a metade do século XIX. Essas diferenças são, também elas, geradoras potenciais de desafios, riscos e oportunidades distintas. Conhecemos os cenários prospectivos quanto à evolução da população residente em Portugal até meados do século XXI³, que depende dos saldos migratórios para continuar a aumentar. Neste estudo é nosso objectivo: 1) ensaiar uma tipologia do imigrante em Portugal; 2) discutir a eventual existência de espaços geográficos identificados como vulneráveis, com base no critério de concentração de grupos de determinadas origens, que nos parecem poder vir a constituir zonas de intervenção prioritária; 3) discutir a relação entre factos quantificáveis do

¹ Este texto é parcialmente baseado nas conclusões do trabalho de investigação individual (TIF) realizado e defendido publicamente pela autora no Instituto de Defesa Nacional – MDN, no âmbito do Curso de Auditor de Defesa Nacional 09, intitulado PORTUGAL. DINÂMICAS MIGRATÓRIAS E RISCOS DE SEGURANÇA.

² KISSINGER, 2004: 13.

³ INE, 2005.

fenómeno e as percepções de (in)segurança que o mesmo parece gerar, numa óptica sustentável de desenvolvimento e segurança interna.

Em Portugal estão assegurados os direitos essenciais dos imigrantes em situação legal, na sequência do aceite em termos comunitários e legislação nacional, nomeadamente: a) a inclusão dos cidadãos de países terceiros nas sociedades de acolhimento; b) a regulação do direito à reunificação familiar (Directiva 2003/86/CE, de 22 de Setembro de 2003); c) o direito de acesso a habitação e serviços públicos, numa base de igualdade com os cidadãos nacionais, embora em certos casos diferenciada em função do tempo de permanência no país; d) o acesso ao Serviço Nacional de Saúde aos requerentes de asilo ou de protecção subsidiária e respectivos membros da família. Situação menos favorável possui o estrangeiro em situação irregular, embora sejam assegurados os direitos essenciais.

Até inícios dos anos 1980, a política de imigração nacional esteve muito voltada para as questões de expulsão e direito de asilo. Coube ao Decreto-Lei n.º 264/1981 regular o direito de entrada, permanência e saída dos cidadãos estrangeiros, substituído pelo Decreto-Lei n.º 59/1993, criado para responder aos compromissos comunitários, na sequência dos Acordos de Schengen. Foram organizadas as políticas de concessão de vistos e de autorização de residência, reforçando-se o dispositivo de combate à imigração ilegal e acelerando-se o processo de expulsão (artigos 10.º e 27.º). Cinco anos mais tarde, o Decreto-Lei n.º 244/1998 introduz novas alterações, designadamente no âmbito do reagrupamento familiar, considerado direito fundamental dos cidadãos legalmente residentes no país⁴. Em 2001, o Decreto-Lei n.º 4/2001 regula os processos de entrada, permanência e expulsão, originando um período de legalização extraordinária. São assinados acordos bilaterais com a Roménia e Rússia. Até 2004 surgem novos actos jurídicos de menor impacto e, por último, a Lei da Nacionalidade (Decreto-Lei n.º 2/2006) e a Lei da Imigração (Decreto-Lei n.º 4/2007). Ambas acentuam o objectivo de lutar contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos, proteger as vítimas e simplificar os processos burocráticos. Prevêem ainda a figura jurídica de autorização de residência temporária, para integrar os imigrantes que tivessem caído numa situação de irregularidade ou de violação dos termos de entrada no país. Portugal assinou em Outubro de 2008 o Acto Europeu sobre Imigração e Asilo⁵. Algumas dificuldades encontradas na aplicação da nova lei vieram a ser colmatadas no Tratado de Lisboa, designadamente no que concerne aos pedidos de asilo e à concessão de entrada e permanência de cidadãos de Estados terceiros dentro da União (capítulo 2, art. 77.º-80.º).

⁴ Uma vez provada a legalidade do seu estatuto, ao imigrante é exigida prova de condições adequadas de habitação e sustento para os membros da família.

⁵ Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/pt/dossier/dossier_05.htm>.

Possui estatuto de imigrante o detentor de autorização legal para permanecer no país⁶, mas não os que apresentam situação regular ao abrigo de outros acordos, detêm vistos de curta duração para estudo, trabalho ou estadia temporária e todos os ilegais⁷. Com Schengen, o cidadão comunitário foi dispensado de visto para uma estadia inferior a três meses, desde que não desempenhe actividades económicas. A maioria dos imigrantes legais em Portugal (41%) possui vistos de longa duração para fins de trabalho; as autorizações de estadia temporária, por razões médicas ou para acompanhar trabalhadores ou estudantes, representam 32% e 27% e são estadias temporárias para estudo. O Decreto-Lei n.º 4/2001 tentou reduzir a elevada percentagem de ilegais, harmonizando o número anual de entradas com as reais necessidades do mercado de trabalho⁸. Este enquadramento legal, revogado em 2003, beneficiou sobretudo naturais da Ucrânia, Brasil, Moldávia e Roménia. O número de pedidos de trabalho reduziu-se após 2005, porque alguns desses trabalhadores tiveram direito a autorizações de residência, adquiriram nacionalidade portuguesa ou deixaram o país. Entre 2005 e 2007 o SEF passou 131 793 autorizações, das quais 5% a cabo-verdianos, 4,5% a angolanos e 2,5% a guineenses⁹. O Decreto-Lei n.º 34/2003 tornou possível aos detentores de autorizações de trabalho requerer autorização de residência, o que favoreceu sobretudo cidadãos europeus e da CPLP e explica o aumento verificado em termos de imigrantes legais (de 274 631 a 440 277 entre 2005 e 2008).

Em 2000, o volume de ilegais ou em situação irregular era estimado em 185 milhares, embora só fossem contabilizados os elegíveis para regularização; na actualidade deverá rondar os 100 mil indivíduos. Outra estimativa se infere com base na regulação de entradas pela fronteira aérea, readmissões, apreensões dentro do país, expulsão e repatriamento¹⁰, assente na cooperação internacional, nomeadamente a

⁶ Os imigrantes legais pertencem a uma de três categorias, segundo possuem Estatuto Legal de Residente, Autorização de Permanência ou Visto de Longa Duração. Utilizamos o conceito adoptado pelo SEF de “estrangeiro residente em Portugal”, que corresponde a indivíduos com título de residência e aos portadores de prorrogação de permanência de longa duração.

⁷ O motivo alegado para entrar em Portugal pode ser turismo, estudo, reunificação familiar ou contrato de trabalho, segundo a actual legislação.

⁸ O XVº e XVIº Governos tentaram criar um sistema de controlo de entradas anuais de imigrantes, ajustado às necessidades do mercado de trabalho, baseado no sistema de cotas. Ver BAGANHA, 2001: 27.

⁹ MAI, 2007.

¹⁰ Cabe ao SEF obter a identidade do indivíduo ou um documento que o associe oficialmente a determinado país e ao MAI garantir o seu repatriamento. No ano de 2008 foi recusada a entrada na fronteira a 3 598 pessoas, 65% dos quais brasileiros, a que acrescem cidadãos do Senegal (431), Venezuela (157), Angola (103) e Guiné-Bissau (87). As readmissões abrangeram indivíduos de Espanha e Brasil, ao abrigo de acordos bilaterais existentes. Cerca de 3 736 pessoas de países terceiros foram presas pelas forças de segurança, 2 469 (66%) das quais brasileiras, 163 de Cabo Verde, 148 da Guiné-Bissau, 134 da Ucrânia, 129 de Angola e 96 da Índia. Foram expulsos 785 indivíduos, metade dos quais brasileiros, os restantes ucranianos, marroquinos e cabo-verdianos.

*European Union Agency FRONTEX*¹¹ e o *United Nations Office on Drugs and Crime*¹².

1. Dinâmicas demográficas

Os novos comportamentos demográficos dos residentes em Portugal acentuam a dependência face às migrações, numa realidade pautada por saldos naturais actualmente negativos e uma população envelhecida, com poucas crianças, muitos idosos e ciclos de vida progressivamente longos e estáveis. Nas próximas décadas, o processo de envelhecimento das estruturas etárias acentuar-se-á, acompanhado pela intensificação dos fenómenos de desertificação humana das grandes áreas e pelo aumento da concentração urbana e da litoralização e o comportamento dos movimentos migratórios permanecerá associado a diferentes oportunidades e níveis de qualidade de vida local, geradores de futuros regionalmente diversificados¹³.

Os cenários são pouco animadores. Projecções regionais realizadas pelo Eurostat¹⁴ no horizonte de 2031 estimam que o total de residentes crescerá mais de 10% no Algarve, ficando-se em Lisboa e Vale do Tejo e Norte por variações positivas de 0 a 10%. O resto do território decrescerá até um máximo de 10 pontos percentuais. Os principais indicadores demográficos convergem, excepto o migratório¹⁵. O INE realizou um exercício prospectivo até 2050 por NUTS III, uma escala mais interessante para destacar os efeitos locais das migrações¹⁶, e conclui que os saldos migratórios determinam os ganhos e perdas finais de população em cada unidade administrativa, oscilando entre um valor nulo (cenário baixo) e variações positivas anuais, embora com tendência de redução constante (cenário elevado). No cenário médio, mais provável, Portugal poderá ver reduzido o total de residentes de 2 a 27% na 1.^a metade do

¹¹ Visa a racionalização dos esforços de vigilância e controle marítimo, envolvendo vários corpos de segurança interna, nas suas diferentes especialidades (Projecto European Patrol Network <http://www.frontex.europa.eu/>).

¹² A 22 de Maio de 2009 foi assinada a cooperação entre a UNODC e a Comissão Europeia sobre tráfico de seres humanos e crime transnacional <http://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/news-and-vents.html>

¹³ MOREIRA, RODRIGUES, 2008.

¹⁴ COMISSÃO EUROPEIA, 2007: 50 (Mapa).

¹⁵ Ou seja, pela homogeneização dos comportamentos colectivos face à fecundidade e mortalidade nas regiões. Ver MOREIRA, RODRIGUES, 2008; NAZARETH, 2009: 162.

¹⁶ Consideram-se três cenários (baixo, médio e elevado), cuja diferença consiste nas variações entre níveis de fecundidade (de 1,3 a 2,0 filhos por mulher); uma mortalidade com tendência positiva constante (esperança média de vida à nascença de 73 para 79 anos no caso masculino e de 80 para 84 no feminino). Ver INE, 2005: 3.

século XXI, consoante as zonas geográficas. O processo de envelhecimento na base e no topo é inevitável, mas a sua dinâmica e intensidade dependem localmente dos fluxos migratórios, favorecendo as zonas urbanas do litoral, centro e sul¹⁷.

Assim, nas últimas décadas, emigração, imigração e migrações internas tornaram-se as variáveis chave e Portugal cresce quase só devido ao saldo migratório positivo¹⁸. Em termos históricos, a imigração desempenhou um papel secundário até meados dos anos 1970, sendo constituída por indivíduos provenientes das colónias. Em 1980, o total dos legalmente residentes em Portugal não chegava a 51 mil. Hoje são oito vezes mais¹⁹. Para lá do acréscimo muito significativo que caracteriza os anos 1990, observa-se uma alteração no que respeita aos países de origem, com novos fluxos originários da Europa de Leste (Ucrânia, Moldávia e Roménia), do Brasil e da Ásia (China, Índia, Paquistão e Bangladesh), para o que contribuem os acordos bilaterais firmados com alguns desses Estados. Nos três grandes momentos de regularização extraordinária de 1992, 1996 e 2001-2004 registam-se subidas de 25, 15 e 109%, respectivamente²⁰. Na actualidade, a percentagem de cidadãos comunitários tende a reduzir-se, mas os migrantes legais europeus superam os africanos, responsáveis pela primeira geração de entradas. As maiores comunidades de países terceiros são Brasil, Cabo Verde e Angola. Cerca de 440 mil pessoas residem legalmente em Portugal. Diminui o contingente africano e de leste e aumenta a imigração oriunda do Brasil²¹.

¹⁷ Exceptua-se a Norte o Grande Porto e concelhos circundantes. Ver MAGALHÃES, PEIXOTO, 2008: 95.

¹⁸ Os óbitos excedem os nascimentos (CARRILHO, PATRÍCIO, 2008: 37). Sobre história das migrações, ver RODRIGUES, 2009.

¹⁹ 48% Africanos, 30% Europeus, 11% Sul-americanos (sobretudo Brasil e Venezuela). Referimo-nos aos indivíduos de nacionalidade não portuguesa, com autorização de residência, segundo a actual Lei de Estrangeiros. Não foram contabilizados os possuidores de Autorização de Permanência, de Vistos de Curta Duração, Estudo ou Trabalho ou em situação irregular.

²⁰ De 2001 a 2004 o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) concedeu 183 833 Autorizações de Permanência a 101 289 europeus, 38 930 americanos (a maioria do sul), 30 187 africanos, 13 293 asiáticos e 21 da Oceânia. (SEF, 2009: 14-16; VEIGA, 2007: 31-56).

²¹ Anexo V. Alterações na forma de recolha da informação após 2008 devidas ao sistema único integrado (SIISEF) provocam uma quebra na série das estatísticas de população estrangeira residente, que até 2007 constam de uma dupla recolha INE / SEF (SEF, 2009: 11-12).

Quadro n.º 1
População Estrangeira com Estatuto legal de Residente (2000-2008)

Origens	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	207 587	223 997	238 929	249 995	263 322	274 631	332 137	401 612	440 277
Europa	61 678	67 127	72 229	77 124	83 687	88 781	124 901	168 124	166 427
União Europeia	56 850	61 736	66 057	69 868	74 328	77 789	79 951	113 275	84 727
Outros da Europa	4 850	5 389	6 173	7 256	9 359	10 992	44 950	54 849	81 700
Dos quais:	1 442	1 787	2 273	3 117	5 740	7 255	40 787	50 177	114 060
Bulgária	376	435	560	700	767	839	1 661	4 702	6 456
Moldávia	15	45	97	270	1 048	1 390	7 459	11 414	21 147
Roménia	369	508	618	764	1 219	1 564	5 446	17 200	27 769
Rússia	519	596	699	858	1 155	1 342	3 375	4 523	6 194
Ucrânia	163	203	299	525	1 551	2 120	22 846	34 240	52 494
África	98 769	107 309	114 399	117 954	121 584	124 541	129 806	138 337	127 476
Dos quais:	93 506	101 416	108 064	111 286	114 597	117 303	121 423	128 854	118 460
Angola	20 416	22 751	24 782	25 616	26 517	27 533	28 856	30 431	27 619
Cabo Verde	47 093	49 845	52 223	53 434	54 788	55 608	57 369	61 110	51 352
Guiné-Bissau	15 941	17 791	19 227	20 041	20 511	20 935	21 170	22 174	24 391
Moçambique	4 619	4 725	4 864	4 916	4 953	5 029	5 154	5 403	3 372
S. Tomé e Príncipe	5 437	6 304	6 968	7 279	7 828	8 198	8 874	9 736	11 726
América do Norte	10 195	10 183	10 138	10 116	10 108	10 080	10 122	10 228	3 158
América Central e Sul	27 395	28 835	30 397	32 393	34 771	37 544	48 586	62 159	112 913
Dos quais:	25 696	26 930	28 282	30 025	32 188	34 808	45 528	58 842	109 325
Brasil	22 202	23 422	24 762	26 508	28 730	31 500	42 319	55 665	106 961
Venezuela	3 494	3 508	3 520	3 517	3 458	3 308	3 209	3 177	2 364
Ásia	8 746	9 724	10 938	11 565	12 331	12 837	17 870	21 902	28 588
Dos quais:	5 528	6 347	7 248	7 701	8 308	8 680	12 471	15 319	21 586
China	3 282	3 953	4 529	4 810	5 278	5 551	8 081	9 689	13 331
Índia	1 290	1 360	1 525	1 612	1 686	1 749	2 611	3 538	5 519
Paquistão	956	1 034	1 194	1 279	1 344	1 380	1 779	2 092	2 736
Oceânia	526	537	545	557	554	558	563	572	270
Apátrida	273	273	273	273	273	273	273	273	31
Desconhecida	5	9	10	13	14	17	16	17	54

Fonte: Elaboração própria; dados SEF.

O alargamento da União Europeia (UE), a conjuntura internacional financeira e económica, as políticas comuns de imigração e as normas mais específicas que o

Estado português tem criado nesta matéria influenciaram o volume de entradas e pedidos de permanência nos últimos anos, embora a legislação produzida e em vigor não altere de forma significativa o tipo de imigrante existente no país.

2. Que Imigrantes?

No ano de 2008 contabilizaram-se em Portugal 106 961 cidadãos brasileiros, a maior comunidade, secundados por europeus de Leste (Ucrânia, Moldávia e Roménia). O número de cidadãos provenientes de países africanos de língua oficial portuguesa reduziu-se ligeiramente²². Como se caracterizava este universo populacional específico?

- Os imigrantes contribuem para o acréscimo do volume de residentes no país, porque continuam a aumentar a ritmos muito superiores à média nacional (cerca de 10% ao ano). Este facto é explicado não apenas pela sua entrada no país, mas também pelo impacto positivo em termos de fecundidade, já que têm em média mais um filho que os portugueses;
- Os imigrantes fixam-se preferencialmente na faixa litoral e nos centros urbanos (41,4% residem na Área Metropolitana de Lisboa (AML), 16,4% no Algarve, 11% em Setúbal e 6% no Porto)²³. Estas estratégias de fixação reforçaram os desequilíbrios de povoamento, embora parcialmente atenuado pelas escolhas mais difusas em termos geográficos dos cidadãos de Leste e Brasil²⁴;
- Os imigrantes minoram os efeitos do envelhecimento das estruturas etárias, por serem em média quatro anos mais jovens que os nacionais: os activos jovens (20-39 anos) representam quase metade do total, seguidos dos com 40 a 64 anos (25%), do grupo 0-19 anos (21%) e dos maiores de 65 (valores residuais de 3,9%)²⁵. Sem os migrantes o número de activos jovens estaria já a diminuir. Portugal regista a maior percentagem de idosos estrangeiros em termos comunitários, que se dividem entre os que querem usufruir das suas reformas numa região com boas condições climatéricas (sobretudo cidadãos da UE) e os que permanecem em Portugal após uma imigração em idade activa (sobretudo

²² SEF, 2009.

²³ SEF, 2009.

²⁴ No entanto, estes últimos não alteram a tendência de concentração dos imigrantes residentes no país em torno da AML, muito acentuadas entre os estrangeiros de 2.^a e 3.^a geração, maioritariamente de origem africana (OLIVEIRA, 2009. Anexo 18).

²⁵ SEF, 2007: 19.

cidadãos africanos). Estes dois perfis têm em comum a escolha dos locais de residência privilegiada (AML e Algarve).

- Existem 125 homens estrangeiros por cada 100 homens portugueses, pelo que sem os imigrantes Portugal teria hoje mais população feminina que masculina. A vantagem masculina é máxima no caso dos imigrantes africanos²⁶ e mínima no dos cidadãos da UE. A composição maioritariamente masculina da comunidade estrangeira (mais 4 pontos percentuais) tem como excepção alguns fluxos de leste (Rússia, Bielorrússia, Bósnia, Croácia) e do Brasil²⁷, em que o número de mulheres suplanta o de homens. Mas a imigração feminina tende a aumentar gradualmente 3% entre 2007 e 2008.
- As baixas qualificações vedam o acesso de muitos imigrantes a um emprego estável e à capacidade de consumo de bens e serviços, o que pode levar a situações de exclusão social. De acordo com os dados do Censos 2001, 18% dos imigrantes não possui qualquer grau de escolaridade, metade dos quais não sabe ler ou escrever. Mais de 50% têm formação educativa básica ou secundária. Na região de Lisboa residem os mais e menos qualificados²⁸. A falta de habilitações afecta sobretudo africanos e asiáticos (23 e 22,5%). Os cidadãos da UE (23,4%) e do Leste europeu apresentam percentagens elevadas de licenciados (36% dos russos, 28 e 27% dos moldavos e ucranianos).
- Os imigrantes preenchem nichos de mercado em todos os sectores de actividade, designadamente nos menos procurados pelos nacionais, com menor prestígio e piores salários e condições de trabalho (construção, agricultura, indústria). Cerca de 90% têm o estatuto de trabalhador por conta de outrem, sendo em Lisboa e no Algarve que existe maior número de patrões e trabalhadores isolados, em média mais qualificados²⁹. A maioria desempenha funções pouco qualificadas, embora a inserção profissional de muitos não traduza os seus níveis de habilitação, facto mais evidente no que respeita aos cidadãos europeus de leste.
- Podemos falar de uma tripartição no que respeita à dimensão social do imigrante, exemplificada em indicadores de qualidade de vida, que derivam dos já referidos níveis de educação e formação, estatuto profissional, remuneração, poder de compra. Em 2001 um quinto dos imigrantes africanos residia em barracas e alojamentos não clássicos e só 78% possuía água potável e electricidade. Nas comunidades estrangeiras europeias e sul americanas esses valores

²⁶ Vejam-se os casos dos guineenses e marroquinos com cerca de três homens por cada mulher, o que também tem explicações de ordem cultural/comportamental.

²⁷ SEF, 2009: 28.

²⁸ Respectivamente europeus e africanos/asiáticos (OLIVEIRA, 2009: 84-85).

²⁹ OLIVEIRA, 2009: 68, 77-79.

eram, respectivamente, 0,2 e 89%, mais positivos que a média nacional (de 1,3 e 81%)³⁰.

- Acresce ainda outro tipo de impactos no tecido social. Dois exemplos: 1) o facto da maior proporção de solteiros entre os migrantes resultar numa menor integração em núcleos familiares, é vista em alguns sectores como passível de poder representar um factor de instabilidade nos locais onde a sua frequência seja maior, designadamente em zonas urbanas³¹; 2) a associação entre imigrantes e a subida recente dos níveis e de certos tipos de criminalidade introduz sentimentos difusos de insegurança nas populações, mesmo que não sejam reais³². Em 2003, ano em que se registou a maior percentagem de sempre de estrangeiros no sistema prisional, ela era a 4.^a mais baixa da UE15 e a 10.^a mais baixa da EU25. A questão só toma contornos de maior notoriedade porque cerca de 92% destes indivíduos reside na AML³³. Com efeito, os principais crimes que levam a condenação de prisão efectiva de portugueses e estrangeiros são idênticos: tráfico de estupefacientes, roubo e furto qualificado, sendo apenas o primeiro mais expressivo entre os não nacionais³⁴. A seguir aos portugueses são os brasileiros, nigerianos, guineenses e senegaleses os mais arguidos em processos-crime. Por outro lado, o combate a redes de imigração e de mão-de-obra ilegais traduziu-se num aumento significativo dos condenados por auxílio à imigração ilegal, falsificação de documentos, lenocínio, casamentos de conveniência e angariação de mão-de-obra ilegal³⁵.
- O perfil de quem reside legalmente no país é diverso de quem está a pedir para aqui permanecer, facto que introduz algumas incertezas quanto aos cenários futuros, porque desconhecemos as suas expectativas, desejo e capacidade de integração. Hoje estão legalmente no país 34,4% de africanos (20% de Angola), 20% americanos (14,4% do sul), 6% de asiáticos (2% chineses). Os que pedem para permanecer têm origem africana (38%, sobretudo de Cabo Verde, 16,5%, Angola, 9,3% e Guiné-Bissau, 7,5%). Também com 38% surgem os americanos (40% do Brasil e 1% da Venezuela). De cidadãos asiáticos vêm 21% dos pedidos (liderados pela China, 13,3%, Índia, 4,7% e Paquistão, 2,2%). É grande a diferença entre os dois conjuntos de valores, sobretudo no

³⁰ INE, 2005; BAGANHA, 2001.

³¹ SEABRA, MARTINS, 2006: 60.

³² O volume de reclusos estrangeiros sobe desde 1994, mas a taxa respectiva desceu 6,3 para 4,9%. O perfil do estrangeiro recluso é masculino, em idade activa jovem, com o 9.º ano de escolaridade ou equivalente, operário ou trabalhador não qualificado (SEABRA, MARTINS, 2006: 64).

³³ Principais nacionalidades: Cabo Verde, Angola e Brasil (MAI, 2009: 333).

³⁴ Reconhece-se porém que os estrangeiros são mais penalizados no que toca à aplicação de medidas de prisão preventiva e pena de prisão não suspensa, e superior a duração média das penas (SEABRA, MARTINS, 2006: 10-11).

³⁵ MAI, 2009: 262.

caso da Ásia, com apenas 5,5% de imigrantes legais, mas com 21% dos pedidos de permanência. Estes valores reflectem as novas rotas de imigração e a transformação do perfil clássico do imigrante, mais sul-americano e asiático, diversificando os países de origem, também no que respeita a África.

- Os indivíduos em situação irregular apenas parcialmente comungam das características anteriores. São ainda mais jovens, a percentagem feminina é superior, são em média menos qualificados e provêm de todos os continentes. Em 2008, cerca de 7% dos indivíduos identificados pelo SEF estavam em situação ilegal³⁶. Destes, 19% eram brasileiros, 10% indianos, 7% guineenses, 4% angolanos, outros tantos ucranianos e de Cabo Verde.

3. Que Percepções?

De acordo com os últimos resultados do *Eurobarometer*, apenas 2% dos portugueses vêem a imigração como um dos principais problemas nacionais, valor bastante inferior à média de 11% da UE27³⁷. Mas o aumento dos casos de exclusão social, pobreza e criminalidade acabou por ser relacionado com alguma tensão gerada pelo aumento dos fluxos migratórios, pelo que o XIV Governo Constitucional chamou a si uma actuação particular nesta matéria. Deve também ser sublinhado o papel decisivo do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), mais tarde Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), criado para promover o diálogo e o conhecimento e aceitação das leis e cultura portuguesas e implementar políticas de combate a situações de exclusão³⁸.

O primeiro plano consistente de integração dos imigrantes data de 2007³⁹, embora os direitos formais da população estrangeira estivessem consignados na Constituição Portuguesa e na Lei n.º 134/1999⁴⁰. A este nível é necessário distinguir os imigrantes africanos, sobretudo os provenientes das antigas colónias dos restantes. Esta categoria inclui indivíduos nascidos em Portugal de pais estrangeiros ou que chegaram de tenra idade, sendo este o único país que conhecem, ao contrário do que sucede com as comunidades mais recentes, que mantêm fortes raízes com os locais de origem. Na verdade, as novas gerações têm graus de percepção e reacções diferen-

³⁶ MAI, 2009: 261-263.

³⁷ COMISSÃO EUROPEIA, 2008: 86.

³⁸ Observatório de Imigração (<http://www.oi.acidi.gov.pt/>).

³⁹ Resolução do Conselho de Ministros n. 63-A/2007 DR 85 Série I, datado de 3 de Maio de 2007.

⁴⁰ É proibida qualquer forma de discriminação com base na cor, raça ou nacionalidade e penalizados actos que atentem contra os direitos sociais, económicos e culturais dos migrantes.

tes dos seus pais quanto a formas de exclusão, em parte porque possuem expectativas mais altas. Ao contrário dos africanos, concentrados nas grandes cidades, brasileiros, cidadãos da Europa de Leste e asiáticos estão distribuídos por todo o país, apresentando-se localmente estruturados e competitivos, pró-ativos no combate ao tráfico humano, máfias e mendicidade, com interesses convergentes e reconhecidos pelas autoridades oficiais, o que facilita o seu processo de integração.

O sucesso das políticas de integração em Portugal pode ser avaliado em quatro grandes sectores: a) direito à Segurança Social, desde logo através do Rendimento Social de Inserção, instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social. O despacho n.º 25.360/2001 garante o acesso a tratamento médico, mesmo para os que se encontram em situação ilegal, alargado a programas específicos de combate à toxicodependência e alcoolismo. A Constituição Portuguesa assegura a todos direito a protecção a órfãos, idosos e incapacitados; b) direito a Habitação, cujas condições nem sempre são as desejadas, sobretudo nos grandes centros. O *Programa Especial de Reajustamento* (PER) iniciado em 1996 e o *PER Famílias*, co-financiados pela UE, contribuíram para minorar esta questão, embora não tenham resolvido alguns problemas associados⁴¹; c) direito ao trabalho em moldes iguais aos dos portugueses. Várias iniciativas tentam esbater o diferencial educativo entre imigrantes e seus descendentes e a média nacional. A ACIDI e o Instituto do Emprego e Formação Profissional implementaram o *Portugal – Acolhe – Programa de Acolhimento e Inserção Socioprofissional de Imigrantes* e as Universidades do Porto e Évora criaram o *FIC – Formar, Integrar e Competir*, com fundos comunitários; d) acesso a educação. Em complemento ao referido na Constituição, o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, posteriormente designado Secretariado Entreculturas, criou programas específicos para imigrantes a partir de 1991, alargados ao ensino superior e a aulas suplementares de ensino da língua portuguesa⁴². O bom desempenho em torno destes sectores explica que Portugal se tenha qualificado em segundo lugar no *ranking* global do *Migrant Integration Policy Index* (MIPEX)⁴³, com as melhores práticas a nível de elegibilidade e direitos associados em matéria de reagrupamento familiar; liberdades políticas, participação política e dupla nacionalidade. São também muito positivos os resultados nos restantes itens.

Em Portugal não existem tensões sociais, instabilidade ou violência que possam ser correlacionadas com o aumento das entradas migratórias. Teme-se, no entanto, que o prolongamento da crise económica global potencie novas situações, designadamen-

⁴¹ Localização periférica, construção de má qualidade e elevada densidade residencial.

⁴² FONSECA, GORACCI, 2007.

⁴³ Índice composto por mais de 140 indicadores de políticas, baseadas nas melhores práticas respeitantes a 6 vertentes (acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, residência de longa duração, participação política, aquisição de nacionalidade e anti-discriminação) em 28 países (UE25, Noruega, Suíça e Canadá).

te por acentuar a vulnerabilidade económica de certos grupos mais frágeis, de que os imigrantes constituem parte não negligenciável. O Relatório Anual de Segurança Interna sublinha que é incorrecto associar criminalidade a imigração, embora a ilegal esteja ligada a actividades criminosas, como tráfico de seres humanos e armas, documentos falsos, economia informal, branqueamento de capitais ou terrorismo. A falsificação de documentos, que envolve cidadãos de todas as nacionalidades, regista na actualidade um aumento considerado perigoso, porque a sua posse facilita a mobilidade, incluindo a de potenciais grupos terroristas. Outro tipo de crime com tendência positiva está relacionado com roubos domésticos e tem sido ligado a grupos organizados de cidadãos dos Balcãs, na sua maioria ilegais⁴⁴. O risco associado a cidadãos brasileiros reside na subida já verificada do pequeno crime, temendo-se que venham a criar redes organizadas. A comunidade islâmica é referenciada neste âmbito pela prática criminosa de casamentos por contrato, vista como estratégia para obter autorização de residência ou mesmo nacionalidade. Embora o país não seja considerado um alvo provável de ataque terrorista, pode vir a ser utilizado como base de apoio logístico para actividades desse tipo. Portugal situa-se numa zona de risco elevado na rota de ligação África, Mediterrâneo e Europa, sobretudo através da Madeira, Algarve e Costa Vicentina⁴⁵, pelo que a imigração ilegal, associada ao tráfico de seres humanos, continua a ser preocupante. O país não é muito afectado pela imigração marítima clandestina, mas a percentagem de entradas irregulares ou ilícitas é frequente, acrescido pelo uso da Guiné-Bissau como plataforma de acesso à Europa e também, embora numa escala menor, por Cabo Verde.

4. Das realidades quantificáveis às percepções

Os fluxos migratórios positivos, a par do fenómeno do envelhecimento, são indicadores de mudança social, inevitáveis e passíveis de influenciar comportamentos e percepções de segurança⁴⁶. Devemos olhar as migrações como uma parte integrante dos processos de transformação global e não tanto como um problema a resolver. A Europa precisa garantir a renovação demográfica para enfrentar os objectivos de desenvolvimento e poder económico estabelecidos na Estratégia de Lisboa, sendo a

⁴⁴ Da Albânia, Kosovo, Sérvia e Croácia.

⁴⁵ Existe alguma discussão e controvérsia sobre a terminologia usada para definir o fenómeno, que inclui os termos irregular, ilegal, indocumentado e não autorizado. Entende-se como ilegal toda a passagem de fronteiras políticas que viole as leis do país de entrada.

⁴⁶ MAI, 2009: 59-60.

imigração um factor não negligenciável para o efeito. O mesmo sucede em relação a Portugal. As comunidades migrantes são fonte de diversidade, flexibilidade e inovação, garantem o desempenho de actividades económicas pouco desejadas pelos natu-rais, obviam os custos com formação avançada em áreas especializadas, constituem parte da solução para a insustentabilidade dos regimes de protecção social. Os Esta-dos membros centralizam as políticas de imigração nos Assuntos Internos e Justiça, na óptica do controlo e regulação de fluxos, mais que numa perspectiva holística de desenvolvimento sustentável. A gestão dos fluxos e perfis migratórios, tal como o tema da inclusão, são objecto de medidas com carácter nacional, da qual os Estados membros não pretendem abdicar, porque envolve elementos de soberania sensíveis. Mesmo nas sociedades mais integradoras continuam a existir diferenças apoiadas numa história institucional e sociopolítica diversa. O desafio passa por: a) tornar o espaço europeu um espaço de cidadãos; b) fomentar políticas de proximidade em termos de integração local comunitária; c) garantir um melhor acesso à informação sobre o fenómeno migratório; d) reduzir os factores de afastamento entre países emissores, de trânsito e receptores, bem como uma política de imigração ilegal (polí-tica de vistos, controlo de fronteiras externas, relacionamento com países terceiros e acordos de readmissão).

Em Portugal, os responsáveis pelo sector da segurança têm de articular o novo paradigma da realidade mundial, onde coexiste a globalização e a concomitante cir-culação de pessoas, bens e informação, as quais potenciam numa sociedade de risco a percepção de insegurança individual e colectiva. Ainda assim, a análise dos resulta-dos de duas sondagens efectuadas pelo OSCOT testemunham uma situação confortá-vel, já que 60% dos cidadãos continuam a manifestar sentimentos de segurança quanto à sua vivência quotidiana. De destacar a classificação positiva que é atribuída à actuação das forças de segurança, às redes de proximidade e às formas de ordena-mento do território, onde as autarquias desempenham um papel determinante.

Em nosso entender, os estudos de índole demográfica podem ser um instrumento de apoio à decisão para as políticas de segurança, designadamente no que se refere a níveis de concentração elevados de determinadas comunidades em zonas com pouca qualidade de vida; ou no conhecimento do perfil diferenciado dos imigrantes segun-do a origem, idade e sexo, adicionando-lhes como *predictors* de diferença o conhe-cimento e a facilidade na língua, o grau de educação, as condições materiais, a afinidade étnica, cultural e religiosa e o sucesso das medidas de mitigação dessas diferenças. Este conhecimento permitirá uma actuação direccionada, que tenha em conta as particularidades locais e regionais, articulando-a em função do tipo de imi-grante residente aí predominante.

O desafio será evitar a exclusão social destes grupos, em parte subjectiva e até potencial, e em muitos casos infundada. O desconhecimento do “estrangeiro” aumen-

ta o sentimento de perigo, que sustenta a ligação negativa entre imigrantes e segurança da sociedade. Sabemos que essa imagem é empolada pelo acesso a informação sobre fenómenos globais de tráfico de seres humanos e redes de imigração ilegal, que atentam contra o Estado de direito, bem como outro tipo de actos criminosos. A alteração do contexto internacional gera sentimentos de insegurança transnacional, que têm nas acções terroristas o seu ponto mais alto. A localização e situação geográfica de Portugal colocam-no numa posição interessante para todas estas práticas, o que representa um desafio adicional de actuação. A nova Lei de Estrangeiros agrava a moldura penal para estas e outras práticas associadas, numa óptica preventivo-repressiva que julgamos poder vir a dar alguns resultados apenas se for parte de uma política comum geograficamente alargada (ex. UE)⁴⁷.

Até esta existir, continuará a ser da competência do Estado a definição das linhas de actuação face às migrações, desde o momento de autorização de entrada e permanência. Mas mais importante para o futuro do país será a sua capacidade para responder à mudança inevitável dos perfis migratórios. A integração dos não naturais deve ser vista como uma prioridade, dadas as suas implicações directas positivas na segurança das populações. Caso se confirme a estagnação nos fluxos de imigração, a aposta deverá centrar-se em garantir uma integração eficaz dos imigrantes. A actuação estatal como actor directo na integração é fundamental, mas a sensibilização da sociedade civil para estas questões é também decisiva. Há que actuar junto das comunidades imigrantes, mas também junto da população em geral, sobretudo a nível local. No caso específico português trata-se de: a) melhorar o conhecimento, compreensão e aceitação positiva da população portuguesa sobre as novas realidades migratórias (campanhas de sensibilização, exposições, educação intercultural e para a cidadania); b) incentivar a participação da sociedade civil e do sector privado na gestão da diversidade gerada pelo fenómeno (salvaguardando a coesão e convívio na sociedade de acolhimento como sociedade inclusiva); c) promover a confiança e as boas relações de vizinhança (através de iniciativas de acompanhamento tutorial numa fase inicial de vida no país); d) cooperar na divulgação da realidade complexa e multifacetada da imigração (através, por exemplo, de códigos de conduta de profissionais dos media, de forma a gerir a não discriminação em função da etnia, nacionalidade ou estatuto legal; e) contribuir para a garantia de condições de sustentabilidade dos imigrantes (desde logo através da autonomia financeira e do acesso a sistemas básicos consagrados na Constituição).

Como política de futuro no sector da segurança interna, num país onde a “questão migratória” não existe com contornos *securitários*, parece-nos pertinente e urgente a aposta na segurança comunitária de proximidade, integrada entre diferentes autoridades e apoiada em novas tecnologias de informação para um planeamento

⁴⁷ MAI, 2009: 64, 83.

sustentável do território nessa matéria. Como exemplos, os enunciados no último *Relatório Anual de Segurança Interna*: policiamento de proximidade, novo projecto “Cidadão responsável”, parcerias com as autarquias, reforço fronteiriço e combate eficaz à imigração ilegal e ao tráfico de pessoas⁴⁸.

A segurança não é um dado adquirido, tem de ser construída diariamente... e o futuro implica uma nova “cultura de imigração”. Esta terá de garantir a gestão sustentável entre fluxos migratórios variáveis, comunidades residentes, necessidades do país em termos de desenvolvimento económico (nacional, comunitário e global) e direitos e garantias (segurança humana). Falamos de tempos diferentes, o que introduz factores de enorme complexidade. Por um lado, a dinâmica própria das sociedades e economias nacionais (tempo curto, em que se exigem respostas consistentes para a resolução ou mitigação de problemas reais imediatos (ex: cotas, controlo de redes criminosas); por outro, a implementação de medidas preventivas redutoras dos riscos, directa ou indirectamente associados aos fluxos migratórios, onde se destacam os processos de integração e de consolidação das comunidades existentes, mas que é um tempo de média duração, e cujos resultados se inscrevem numa lógica de futuro.

Bibliografia

BAGANHA, Maria, 2001 – *Imigração e Política. O caso Português*. Lisboa: Luso-American Foundation.

CARRILHO, Maria José; PATRÍCIO, Lurdes, 2007 – “A Situação Demográfica Recente em Portugal”. *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 44. Lisboa: INE.

COMISSÃO EUROPEIA, 2009 – *Europe’s demographic future: Facts and figures on challenges and opportunities*. Bruxelas. Disponível em: <http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/docs/social_situation/demo_report_2007_en.pdf> (acedido em 18 Junho 2009).

COMISSÃO EUROPEIA, 2008 – *Eurobarometer 69. Public opinion in the European Union*. Bruxelas. Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb69/eb_69_first_en.pdf> (acedido em 18 Junho 2009).

FONSECA, Maria Lucinda; GORACCI, Mónica (coord.), 2007 – *Mapa de Boas Práticas. Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*. Lisboa: OIM-ACIDI-FLAD.

KISSINGER, Anna, 2004 – *International migration as a non-traditional security threat and the UE responses to this phenomenon*. Varsóvia: Central European Forum for Migration Research, Working Paper 2.

INE, 2005 – *Projeções de População Residente Portugal. NUTS III, 2000-2050*. Lisboa. Disponível em: <<http://www.apfn.com.pt/Actividades/2008/seminario/bibliografia/Portugal/Projec%C3%A7%C3>

⁴⁸ MAI, 2009: 356 e segs.

B5es%20da%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20Residente,%20NUTSIII%202000-2050%20(INE).pdf> (acedido em 20 Junho 2009).

MAGALHÃES, Maria da Graça; PEIXOTO, João, 2008 – “O impacto dos diferentes cenários migratórios no envelhecimento demográfico em Portugal. 2009-2060”. *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 44. Lisboa: INE, p. 95-115.

MAI, 2009 – *Relatório Anual de Segurança Interna. Ano de 2008*. Lisboa. Disponível em: <http://www.mai.gov.pt/data/actualidades_e_destaque/2008%20actualidades%20e%20destaque/docs%202009/%7BC7AC5B4E-8B0D-40B4-B9EE-33180D012751%7D_RASI%202008_26032009---Versao%20AR.pdf> (acedido em 10 Maio 2009).

MOREIRA, Maria João; RODRIGUES, Teresa, 2008 – “As Regionalidades Demográficas no Portugal Contemporâneo”. Porto: CEPSE (Working Paper). Disponível em: <<http://cepse.up.pt/principal.php?IDNivel=77>> (acedido em 10 Maio 2009).

Nações Unidas, 2006 – *World Migrant Stock. The 2006 Revision*. Nova Iorque. Disponível em: <<http://esa.un.org/migration/>> (acedido em 18 Julho 2009).

NAZARETH, Manuel, 2009 – *Crescer e Envelhecer. Constrangimentos e Oportunidades do Envelhecimento Demográfico*. Lisboa: Presença.

OLIVEIRA, Paulo, 2009 – *O Imigrante Tipo em Portugal: Definições Conceptuais e Metodologias de Abordagem* (Dissertação de Mestrado em CPRI- Globalização e Ambiente). Lisboa: FCSH-UNL.

SEABRA, Hugo Martinez de; MARTINS, Tiago, 2006 – *A Criminalidade de Estrangeiros em Portugal. Um inquérito científico*, Observatório de Imigração, n.º 13. ACIME. Disponível em: <<http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo%2013.pdf>> (acedido em 28 de Julho 2009).

SEF, 2007 – *Relatório Anual de Política para a Rede Europeia das Migrações (REM)*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em: <<http://www.sef.pt/documentos/56/a.pdf>> (acedido em 21 de Julho 2009).

SEF, 2009 – *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2008*. Lisboa: Departamento Planeamento e Formação. Disponível em: <<http://www.sef.pt/documentos/56/RIFA%202008.pdf#1>> (acedido em 21 de Julho 2009).

VEIGA, Teresa, 2007 – “As Correntes Migratórias Internacionais e a Europa”. *Lusíada Revista de Relações Internacionais*, n.º 6/8. Porto: Universidade Lusíada, p. 31-56.



**MITO E POÉTICA NA REPRESENTAÇÃO DA
IDENTIDADE NACIONAL**

Maria da Conceição Meireles Pereira
FLUP, Universidade do Porto/CEPESE

Introdução

Em 1904, após ter produzido largas dezenas de títulos consagrados da cultura portuguesa, Teófilo Braga publicou, na prestigiada editora portuense Chardron/Lello & Irmão, uma obra intitulada *Viriato. Narrativa Epo-Histórica*. Como adiante se verá, este texto sugere uma reflexão sobre os mitos fundacionais da Nação e o seu enraizamento no imaginário colectivo, como representação da “alma portuguesa”, que visa explicar numa perspectiva amplamente cultural a antiguidade da nacionalidade através da evocação da raça, da história, da tradição, da língua. Trata-se de uma narrativa que participa do labor de escavação/revitalização dos mitos nacionais – impulsionado pelos estudos históricos, etnográficos, mas também pela “reconstrução poética” – levado a cabo pelas elites intelectuais de finais de Oitocentos, motivando essa convocação do passado a legitimação de interesses do presente.

Segundo Pedro Calafate, “um dos aspectos mais interessantes” do pensamento de Teófilo “foi o modo como fez coincidir a sua formação romântica com o positivismo, ou seja, o modo como considerou fundamental encarar o progresso positivo e necessário da humanidade fundado no conhecimento das tradições nacionais, com base no conceito de raça, tema no qual via a efectivação da divisa positivista da conciliação do progresso com a ordem, sendo esta última assegurada pelo respeito das bases étnicas das nacionalidades”¹.

Como lembra João Leal, a reflexão antropológica centrada na cultura popular, entendida como a mais genuína expressão da ontologia de um povo, tendeu a configurar-se em vários países da Europa, no século XIX, como um instrumento cultural e ideológico de asserção da identidade nacional. Também no nosso país, nos finais da centúria, a antropologia orientou-se no sentido do estudo da cultura popular, afirmando-se como uma “antropologia de construção da nação”, fortemente comprometida com a elaboração de um discurso de características etnogenealógicas sobre Portugal: o seu objectivo era fundamentar a nação como uma “comunidade étnica de

¹ CALAFATE, 2006: 81-82.

descendência”, baseada em antecedentes étnicos providos dos argumentos de antiguidade e originalidade, uma “etnogenia” peculiar e remota de que a cultura popular era o testemunho². História e a arqueologia buscavam os antepassados étnicos da nação, enquanto que a antropologia devia proceder à demonstração – com base na cultura popular – das relações de continuidade entre esses antepassados e a nação actual. Seguindo ainda João Leal, é justamente nos anos 1870 que se inicia o “dossier” lusitano pela mão de Martins Sarmento, beneficiando da voga celticizante que se sentia na Europa. Vinte anos mais tarde, gera-se um consenso em torno das teses lusitanistas, destacando-se então Leite de Vasconcelos e Mendes Correia, num diálogo entre a etnografia e a arqueologia, se bem que certas teses tenham ficado por demonstrar.

Ora, Teófilo Braga, preocupado com a construção de um “mito de origem” que conferisse maior temporalidade à nação portuguesa é, segundo o mesmo autor, “talvez em conjunto com Adolfo Coelho, aquele onde é mais clara a articulação entre a antropologia e a problemática da identidade nacional”³. A par do estudo e recolha da literatura popular – sobretudo poesia – e dos costumes, crenças e tradições do povo⁴, avulta também na obra de Braga a vertente que teorizava sobre as bases étnicas da nacionalidade, assente sempre no conceito de “raça”⁵ que, inclusivamente, o levou a defender uma federação ibérica republicana e positivista de base etnológica. Certo é que a sua vasta produção cultural revela um perspicuo “eclectismo etnogenealógico”⁶; para não dizer mais, defendeu desde os anos de 1870 a tese do moçarabismo como fundamentação étnica do povo português, adoptando, pela viragem do século, preferencialmente a tese ligúrica, facto aliás observável no seu *Viriato*. Apesar da influência de diferentes modelos teóricos – a matriz romântica, o positivismo comteano e, depois, o evolucionismo – a sua obra revela a coerência da valorização da etnogenia, isto é, a identificação das origens étnicas da cultura e tradição portuguesas, convicto do princípio que “existem diferenças étnicas de povo a povo que vão constituindo a sua individualidade nacional”⁷. As diferentes áreas do saber permitem-lhe perceber o homem nas diversas “manifestações do seu ser: a actividade, o sentimento e a racionalidade”⁸, pelo que além das indispensáveis bases históricas e filosóficas, promove a antropologia e, sempre atento à ciência que irradiava dos grandes centros culturais

² LEAL, 2000: 64.

³ LEAL, 1999: 13-14.

⁴ *História da Poesia Popular Portuguesa; Romancelheiro Geral Português; Cancioneiro Popular Português; Contos Tradicionais do Povo Português; O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*, etc.

⁵ “Sem fronteiras que nos separem da Hespanha, e subsistindo como individualismo nacional através de todos os esforços da incorporação castelhana e dos desconcertos políticos dos chefes temporaes, onde ir procurar a força d’este individualismo senão na raça?” (BRAGA, 1894: 150).

⁶ LEAL, 2000: 68.

⁷ BRAGA, [1885] 1985: I, 48-49.

⁸ BRAGA, [1885] 1985: I, 49.

européus, segue o estudo da filologia, da filomítia⁹ e mitologia, além da demótica que, por sua vez, se decompunha em três vertentes: a etnologia e a demografia; a demopsicologia e a hierologia; a nacionaliteratura e a etologia¹⁰.

Braga denominou esta narrativa “epo-histórica”. Todavia, a intensa demanda das origens étnicas do povo português, bem como a sistemática presença dos mais variados elementos da cultura popular justificam a sua avaliação como “etno-epo-histórica”. Aprofundar-se-á este aspecto mais adiante; todavia, sublinhe-se desde já as abundantes descrições de costumes e actividades ergonómicas, as referências a artefactos e produtos vários, as narrações de crenças, superstições, lendas e provérbios. Inspirado na literatura popular, que com tanto afã recolheu e estudou, Teófilo Braga compõe e recompõe textos com sabor tradicional, num total de dezanove composições poéticas e duas adivinhas¹¹, atribuindo a algumas das primeiras tipologias arcaicas como “chacoula” ou “endecha”. A eficácia que atribui à mensagem poética está patente no próprio texto em análise: “A palavra poética é alada, e pelo prestígio da tradição transpõe as idades repercutindo-se na alma dos vindouros”¹².

Indubitavelmente, o estudo das origens portuguesas em Teófilo Braga obedece a um impulso nacionalista – chegou a afirmar que a razão da sua recolha etnográfica era para que se soubesse “que existiu este povo, que também sofreu e cantou” – e toda sua obra tinha por objectivo “servir uma intenção patriótica e nacional”¹³.

O nacionalismo de Braga enquadra-se na moldura positivista-republicana de contestação anti-ibérica, no sentido de aversão à união dinástica peninsular identificada como absorção ou conquista, pese embora, à semelhança da maioria dos seus correligionários, perfilhasse a crença na república federativa como forma de combater o centralismo imobilizador e dotar a Península da energia necessária para se impor no complicado jogo de forças do xadrez político europeu. Sublinhou sempre nos seus estudos, todavia, as fortes diferenciações étnicas entre portugueses e espanhóis e consequente antagonismo de carácter, mas acreditava que a civilização da Península só entraria “num curso definitivo quando todas essas diferenças provinciais forem reconhecidas numa unificação consciente por meio da forma política da federação”¹⁴.

⁹ BRAGA, 1915: V-X.

¹⁰ BRAGA, [1885] 1985: I, 49. Fortemente influenciado por Vico que lhe terá inspirado a necessidade de uma antropologia cultural, Braga cita-o desta forma na abertura do capítulo sobre Tradições e Saber Popular: “No livro genial da *Scienza Nuova*, iniciou Vico o estudo dos fenómenos demopsicológicos, a que ele chamou a sabedoria poética das nações. As aquisições das experiências de cada geração e idade não se perdem, transmitem-se tradicionalmente” (BRAGA, [1885] 1985: II, 233).

¹¹ Uma das adivinhas está recolhida na obra *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições* (BRAGA, [1885] 1985: II, 263).

¹² BRAGA, [1904] 2008: 19.

¹³ LEAL, 1999: 14.

¹⁴ BRAGA, [1885] 1985: I, 74.

Revisitar o mito de Viriato¹⁵ propiciou a Teófilo Braga, na maturidade dos seus sessenta anos, prestar o culto positivista aos “grandes mortos” e, simultaneamente, veicular todo um programa ideológico-cultural, num momento de adensamento da cruzada antimonárquica que os republicanos empreendiam em nome da salvaguarda da nacionalidade face a numerosas ameaças internas e externas. Após as comemorações camonianas, entre cujos promotores avultou o nome de Braga, e a humilhação do ultimato britânico, recrudescer a propaganda que pretendia inculcar junto da população, particularmente das classes médias urbanas, a celebração das antigas glórias. Desde meados da centúria, como antídoto à apatia e decadência, as leituras seleccionadas do passado legitimavam finalidades políticas imediatas escoradas na esperança de revivescência nacional. As representações históricas do pretérito – sob os mais diversos géneros literários – assumiam particular importância num contexto de precária manutenção da independência política. Na sua obra, como na valorização dos centenários dos grandes homens e factos do país, Teófilo Braga revelou apurada consciência da função social e cultural da memória histórica – esteio da unidade nacional, vínculo moral de coesão, estímulo de resistência – acreditando na formação moral e cívica veiculada pelo conhecimento histórico¹⁶.

Nos primeiros anos do século XX, a questão ibérica continuava a pairar. Numa conjuntura de crescente rivalidade anglo-germânica, o lento processo de reafirmação da aliança anglo-lusa era perturbado pela aproximação da Espanha de Afonso XIII à Grã-Bretanha.

1. O “Prefácio”

O pequeno prefácio de *Viriato* – que nem este nome ostenta, surgindo apenas como um texto que precede a narrativa¹⁷ – assemelha-se a um manifesto da psicologia colectiva do país e do seu povo.

ALMA PORTUGUESA – assim grafadas em maiúsculas – são as palavras inaugurais, conceito entendido como o conjunto de “manifestações seculares persistentes do tipo antropológico e étnico, que se mantêm desde as incursões dos Celtas e lutas contra a conquista dos Romanos até à resistência diante das invasões da orgia militar napoleónica”.

¹⁵ Segundo João Leal, as teses lusitanistas surgirão tarde na obra teofiliana, nomeadamente na introdução à 3.^a edição da *História da Poesia Popular Portuguesa*, em 1902 (LEAL, 2000: 68).

¹⁶ MATOS, 1992: 51, 70.

¹⁷ BRAGA, [1904] 2008: 5-7.

As feições da “Alma portuguesa” são apresentadas nos parágrafos seguintes:

- tenacidade¹⁸ e indomável coragem diante das maiores calamidades, com fácil adaptação a todos os meios, o que evidencia o seu “gênio e acção colonizadora”;
- profunda sentimentalidade que leva às aventuras heróicas e “à idealização efectiva, em que o Amor é sempre um caso de vida ou de morte”;
- capacidade especulativa pronta para a percepção das doutrinas científicas e filosóficas da Idade Média e da Renascença (exemplos apontados: para a primeira época, Pedro Hispano e, para a segunda, Francisco Sanches, Garcia de Orta, Pedro Nunes e os Gouveia);
- gênio estético que sintetiza o ideal moderno da civilização ocidental representado em Camões. O “cantor das grandes Navegações” representa a “mais alta compreensão do gênio nacional”, descrevendo nos *Lusíadas* “geográfica e historicamente Portugal, referindo-se à tradição da antiga Lusitânia” e lembrando o “vulto que simboliza a sua vitalidade resistente, diante da incorporação romana da península hispânica” (transcrição parcial das estrofes XX e XXII do Canto III).

A época gloriosa de Camões, ao tempo tão largamente evocada para enfatizar o contraponto com a decadência, serve também este propósito específico, pois então “ainda não se tinha perdido o conhecimento da relação de continuidade histórica entre Portugal e a Antiga Lusitânia”. Apesar do autor reconhecer que esse conhecimento foi “confundido com as lendas sincréticas dos falsos cronicões”, admite que “influiu na consciência do nosso individualismo étnico e nacional”. Braga refere o “esforço de desnacionalização de Portugal pela política da unificação ibérica” que, segundo ele, “veio até a reflectir-se nos próprios historiadores pátrios, levando-os a considerar Portugal uma formação recente, adventícia, sem individualidade, e a Lusitânia quase como uma ficção banal dos eruditos da Renascença!”.

Contra estas leituras recentes da historiografia portuguesa, insurge-se Teófilo Braga que persiste em ver os lusitanos como ascendentes directos dos portugueses¹⁹. Embora não o nomeie, a referência a Herculano é notória. Em contraponto, menciona Garrett, desde sempre, aos seus olhos, o lídimo fundador e criador da cultural liberal romântica²⁰.

¹⁸ Itálicos no original.

¹⁹ “Mas o carácter persistente do tipo português, a resistência tenaz contra todos os conflitos e da natureza e pressões da vida, que tanto o distingue entre os povos modernos, é a prova manifesta da raça lusitana como a descreveram os geógrafos gregos e romanos” (BRAGA, [1904] 2008: 6).

²⁰ “Pela sua genial intuição teve Garrett a compreensão deste carácter resistente e sofredor da raça lusitana”. Seguem-se breves excertos do folheto político de Almeida Garrett, publicado em Londres no ano de 1830, sob o título *Carta de M. Cévola, ao futuro editor do primeiro jornal liberal que em português se publicar*. Este texto viria ser recuperado numa 2.ª edição, em *O Pelourinho*, Angra, [1831], 16 páginas. Garrett evocava Caio Múrcio Cévola (século I a.C.), o grande jurista de Roma, modelo de elevada formação ética e intelectual que influenciou o desenvolvimento do direito, nomeadamente no que tocava ao relacionamento cordial entre os romanos e os povos bárbaros.

O autor explica também a metodologia seguida na elaboração do seu texto. Não um processo de critério científico, mas a deliberação consciente de suprir pela via poética as omissões da História. Assim, o guerreiro lusitano surge como um símbolo, um tipo, cuja vida historicamente mal conhecida pode ser sublimada pela imaginação, segundo os ditames da liberdade artística:

Simbolizamos esta resistência vivificando o tipo de VIRIATO, reconstruindo poeticamente as situações lacônicas referidas nos historiadores clássicos; representamos artisticamente essa fibra que ainda hoje pulsa em nós, e pela qual, perante a marcha da Civilização se afirma através dos cataclismos políticos a ALMA PORTUGUESA²¹.

Com algumas repetições, a vertente doutrinária e panfletária torna-se mais evidente nos últimos parágrafos. Perseverando na identificação do povo português com os habitantes da Península em tempos bem anteriores à fundação da monarquia portuguesa, e salientando em ambos a mesma capacidade de resistência, afirma que as “terríveis desgraças que nos têm acompanhado desde a romanização da península até à subserviência inglesa (...) não nos têm alquebrado”, isto é, não impediram a concretização de três factos supremos da história nacional: a constituição da nacionalidade, as iniciativas dos descobrimentos marítimos, a expressão das altas capacidades estéticas. Neste último domínio ressalta a língua portuguesa, “órgão reconhecido de nacionalidade cujo sentimento se manteve pela idealização poética, em Camões”. Também pelo recurso poético pretendia Teófilo Braga “acordar a consciência do passado de um Povo” pois a arte moderna, enquanto representação dos povos e da sua história, permitia a “evocação da Raça”, pela qual se apreende “o sentir da fibra nacional” e as instituições e tradições “que foram germens e impulsos da missão histórica e das criações artísticas que reflectiram a consciência da colectividade”²².

2. Mito e História

Como atrás se mencionou, a crítica que Braga faz no intróito de *Viriato* à historiografia que desvalorizara as origens lusitanas dirigia-se a Alexandre Herculano²³.

²¹ BRAGA, [1904] 2008: 6-7.

²² BRAGA, [1904] 2008: 7.

²³ Já na *História da Poesia Popular Portuguesa* insistia na ideia: “Herculano servira inconscientemente este processo de desnacionalização, quando baseava a sua História de Portugal na negação de que o território e o povo português, tivessem relação alguma de continuidade histórica com a Lusitania.” (BRAGA, [1867] 1902: II, 514). Nesta obra ele radicava frequentemente as origens da cultura e da

Na sua *História de Portugal* evidenciara que a denominação só tinha sido aplicada aos portugueses por finais do século XV, sendo posteriormente sedimentada, designadamente por Fr. Bernardo de Brito na *Monarquia Lusitana*, que exagerou “até o absurdo”, utilizando todas as notícias “verdadeiras ou fabulosas achadas em escritores genuínos ou supostos”, de modo que “enfeitou com todas as patranhas que lera ou que inventara” a sua convicção de que as expressões “Portugal” e “portugueses” se podiam aplicar aos habitantes do Ocidente peninsular nas mais diferentes eras, no tempo dos celtas, do domínio cartaginês e romano, ou outras que fossem. Essa ideia estava de tal forma “inconcussa em todos os espíritos cultivados”²⁴, observava Herculano, que triunfara até o presente. Este historiador não hesitou em concluir que faltavam todos os caracteres para estabelecer uma transição natural entre os lusitanos e os portugueses: território, raça e língua. Mais ainda, afirmou: “Esses tempos antigos podem ter relação com a história da monarquia espanhola; nunca, porém, com a nossa”. Relativamente ao território e à população, os elementos constitutivos de Portugal, “nascido no século XII”, eram o leonês e o sarraceno, e a sua história honrada e ilustre não carecia da “importância em parte fictícia” das ações de Viriato, a quem o historiador não negou génio militar, mas apodou de “selvagem montanhês”²⁵.

Herculano terá contribuído para atenuar temporariamente a dimensão mítica de Viriato, mas esteve longe de a dissipar, já que o tópico regressaria em força a partir do 3.º quartel do século. Oliveira Martins abria o primeiro capítulo da *História de Portugal* (1879), sobre *Os Lusitanos*, com uma transcrição de Herculano que criticava a convicção na origem lusitana da genealogia portuguesa. As razões de Herculano – território, raça e língua – não são argumentos decisivos para Martins, já que alegava que o mesmo sucedia com a maioria das nações que buscavam as suas origens, sendo absurdo exigir correspondências exactas, designadamente a nível de fronteiras, aliás indecisas já em Estrabão. Também não lhe parecia conveniente o processo seguido pelo historiador para negar a doutrina surgida nos séculos XV e XVI para filiar o Portugal moderno na antiga Lusitânia, nem verdadeira a opinião de que entre portugueses e lusitanos nada houvesse em comum. Não que Oliveira Martins contrapusesse factos históricos, mas afigurava-se-lhe que “entre a fábula ingénua dos antiquários e as exigências secas e formais dos eruditos modernos”²⁶ podia haver outra via. Radica então a sua teoria etnográfica, tal como em outras obras²⁷, numa interpretação filológico-psicológica. Evoca a originalidade do povo português face aos demais povos

nacionalidade portuguesas nos lusitanos, ora falando na “persistência do *typo lusitano*”, ora dizendo: “Observando o modo como se formou a Nacionalidade portuguesa, assiste-se á revivescencia local da tradição lusa.” (BRAGA, [1867] 1902: II, 7, 188).

²⁴ HERCULANO, [1846] 1980: 40-41.

²⁵ HERCULANO, [1846] 1980: 51, 82.

²⁶ MARTINS, [1879] 1977: 18.

²⁷ *História da Civilização Ibérica* (esta também de 1879) e *As Raças Humanas e Civilização Primitiva* (1881).

da Península e a existência de uma unidade peninsular, não obstante o dualismo político dos tempos modernos. Este facto levava-o a crer que “entre as diversas tribos ibéricas, a lusitana era, senão a mais, uma das mais individualmente caracterizadas”²⁸. Assim, distingue o “nosso espírito nacional”, estabelecendo uma análise contrastante entre os temperamentos dos dois povos peninsulares, na esteira do que a literatura da segunda metade do século ia veiculando, atribuindo aos portugueses a moderação dos brandos costumes e aos espanhóis a violência dos extremos:

*Há no génio português o que quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano; há no heroísmo lusitano uma nobreza que difere da fúria dos nossos vizinhos; há nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota profunda e sentimental, irónica ou meiga, que em vão se buscaria na história da civilização castelhana, violenta sem profundidade, apaixonada mas sem entranhas, capaz de invectivas mas alheia a toda a ironia, amante sem meiguice, magnânima sem caridade, mais que humana muitas vezes, outras abaixo da craveira do homem, a entestar com as feras. Trágica e ardente sempre, a história espanhola difere da portuguesa, que é mais propriamente épica: e as diferenças da história traduzem as dissemelhanças do carácter*²⁹.

Admitindo a dificuldade de conhecer o passado que explicasse esta diferença entre os dois povos, Oliveira Martins aventava a hipótese de que a individualidade dos lusitanos – que, portanto, identifica como antepassados directos dos portugueses – “provém de uma dose maior de sangue céltico ou celta (...) que gira em nossas veias, de mistura com o nosso sangue ibérico”³⁰.

Não cabe fazer aqui a resenha da vasta produção histórica e literária sobre a temática viriatina anterior e posterior à obra de Teófilo Braga, quer em Portugal quer em Espanha. Refira-se, todavia, que pouco tempo antes, em 1900, fora publicado o drama de Júlio Dantas intitulado *Viriato trágico, século XVII: comédia de capa e espada*, directamente inspirado na vida de Brás Garcia Mascarenhas, governador da praça-forte de Alfaiates e defensor da Restauração de D. João IV, que escreveu a primeira obra panegírica sobre os lusitanos e o seu chefe, sob a forma de um extenso poema épico, publicado postumamente em 1699 e reeditado em 1846, vindo a ser adaptado por João de Barros em 1940, aliás com algum sucesso, já que em 1972 atingiu a 5.^a edição. Também a peça de Dantas conheceria, em 1943, uma segunda edição.

Já do lado de lá da fronteira, pouco antes de Teófilo Braga escrever esta narrativa, o tema viriatino tinha sido tratado pelo académico Anselmo Arenas López em duas obras de certa polémica. Em 1897, publicou a primeira de uma série de “reivindicaciones históricas” sob o título *La Lusitania Celtibérica*, onde localizava os antigos

²⁸ MARTINS, [1879] 1977: 19.

²⁹ MARTINS, [1879] 1977: 19.

³⁰ MARTINS, [1879] 1977: 19.

lusitanos na parte oriental da Península, decorrendo daqui a reivindicação de Viriato como herói espanhol, embora reconhecesse a originalidade das suas teorias:

No está admitido por todos los historiadores nacionales y extranjeros, sin excepción, que Viriato era portugués y que Lusitania fue el teatro único de sus hazañas? (...)

Es la talla de Viriato tan extraordinaria, que su gloria y su luz inundan toda la península; pero escindida políticamente ésta en dos nacionalidades, gracias à las torpezas de nuestros antepasados, entendemos que se ha hecho muchísimo de desear la reivindicación para la nuestra de una gloria que nos compete de hecho y de derecho, y en este camino y trabajo de reivindicar para España la honra de hijo tan preclaro (...).

No; Viriato ni fué portugués ni hay el menor testimonio que revele haber llegado á pisar el territorio del vecino y hermano reino. Las fuentes inmediatas de su historia así por lo menos lo testifican³¹.

No final da sua obra, o catedrático do Instituto de Granada prometia voltar ao tema mais aprofundadamente³² e, com efeito, três anos depois publicava a segunda “reivindicación histórica”³³ com o inequívoco título *Viriato no fué Portugués si no Celtibero*. Este estudo biográfico retomava as “correções geográficas” exaradas no trabalho anterior e, tal como explica no prólogo, o projecto remontava ao longínquo ano de 1872 quando se preparava para ingressar no professorado, pois estudando os clássicos constatava que “ni el legendário héroe realizaba sus empresas en Portugal, ni, por lo tanto, era lógico hacerle portugués, no habiendo el menor testimonio histórico que lo abonase”³⁴. A razão por que só agora se debruçava sobre o assunto, segundo as suas palavras, prendia-se com os múltiplos afazeres profissionais no âmbito do jornalismo, da advocacia e da cátedra, até que em 1894, “aprovechando la interinidad que una insaciable y poco noble persecución”³⁵ lhe proporcionara, decidiu matar os ócios com essa empresa que exigia uma análise crítica e severíssima dos antigos clássicos e das fontes primárias. Ao compulsar tais testemunhos – que no 1.º capítulo são indicados, com destaque para Apiano – confirmou as suas suspeitas já que “no había un solo escritor griego, ni latino, que afirmase ser Viriato portugués, y, por outro lado, era claro y terminante, que toda, absolutamente toda su historia se desenvolvía en la Celtiberia y comarcas aledañas”³⁶.

³¹ ARENAS LÓPEZ, 1897: 8-9.

³² “Entendemos haber llevado al ánimo del lector sensato é inteligente en estas materias, la convicción firmísimo de que existió una Lusitania Celtiberica, y con este precedente nos ha sido fácil evidenciar, patentizar, que en ésta y no en la portuguesa nació, vivió y realizó su historia el inmortal Viriato; trabajo que tenemos ultimado para darlo á la imprenta” (ARENAS LÓPEZ, 1897: 74).

³³ A oitava e última seria publicada no ano da morte do autor, em 1928.

³⁴ ARENAS LÓPEZ, 1900: VII.

³⁵ ARENAS LÓPEZ, 1900: VIII.

³⁶ ARENAS LÓPEZ, 1900: VIII.

A sua questão inicial era a seguinte: “Por qué, si no fué Viriato portugués, le llamaban todos los historiadores de antigüedad lusitano?” A esta pergunta respondera o seu estudo de 1897 que, apesar das numerosas gralhas com que saíra pois não pudera rever as provas tipográficas, defendia que “en la antigüedad hubo una Lusitania y unos lusitanos anteriores y muy diferentes de los occidentales”³⁷.

Decidiu, pois, escrever a biografia de Viriato concluindo que este não nascera, vivera ou realizara o menor dos seus actos em território português, do qual sempre estivera afastado 200 quilómetros, resultando tal equívoco do desconhecimento da Lusitânia do Ebro por parte dos historiadores latinos e dos que lhes seguiram. As suas palavras finais são esclarecedoras da sua tese:

*Viriato no fué portugués, ni en Portugal vivió ni realizó su historia. Nació y vivió en la Celtiberia oriental, en el país de los lusones, y es lastima grande que se haya retardado XX siglos una reivindicación histórica que tanto nos honra, ya que ninguna justificación racional abonaba el despojo*³⁸.

Esta reclamação de Viriato pelos espanhóis recrudesceria após a 1.^a Guerra Mundial, dando-se à estampa em 1927 a tradução portuguesa do estudo do erudito Adolf Schulten – *Viriato* – vertida do alemão, pese embora a sua publicação em castelhano tivesse já vários anos. Mendes Correia, que já abordara o assunto³⁹, evidenciou no prefácio que a edição em português deste trabalho sobre o herói da independência lusa não só era “interessante e oportuna” como também representava “um acto de pura devoção nacionalista”, não nos ficando bem “a falta duma versão portuguesa”⁴⁰.

Não obstante a importância conferida à figura de Viriato desde os alvares da modernidade à polémica que suscitou no quadro do nacionalismo oitocentista, desde a evocação que dele fizeram Camões ou Pessoa, à relevância que assumiu entre a galeria de heróis do Estado Novo e avatares que conheceu no imaginário posterior à ditadura, João Medina recusa-se a integrá-la no conjunto de emblemas nacionais e ícones identitários portugueses porque, seguindo Herculano, ela “não cabe na nossa história”, já que o guerreiro celta combateu as raízes da “nossa civilização latina (...) da nossa língua”, isto é, “somos inegáveis descendentes da romanidade (...) estando, dest’arte mais com as legiões romanas do que com os guerreiros comandados por Viriato”⁴¹.

³⁷ ARENAS LÓPEZ, 1900: VIII-IX.

³⁸ ARENAS LÓPEZ, 1900: 126.

³⁹ CORREIA, 1919.

⁴⁰ SCHULTEN, 1927: 15.

⁴¹ MEDINA, 2006: 45-46.

3. Viriato – A Etnogeneologia ao serviço da Ideologia

As intenções de Teófilo Braga tornam-se evidentes através de uma análise mais detalhada da sua narrativa segundo diferentes eixos temáticos, que evidenciam a actualização e instrumentalização da História para legitimar as convicções ideológicas e culturais do autor.

3.1. Identificação da Lusitânia/Lusitanos com Portugal/Portugueses

O discurso encomiástico da Lusitânia e do seu povo – que são reiteradamente identificados com Portugal e os portugueses – domina toda a narrativa. Esta exaltação nacionalista enfatiza os traços positivos do carácter dos lusitanos, suas virtudes e glórias que, por mimese, se querem atribuir aos portugueses contemporâneos.

A capacidade de resistência do povo à intrusão estrangeira está correlacionada com o seu amor pela independência nacional:

*O Senado (...) [conhecia] a resistente tenacidade inquebrantável das tribos lusitanas, que apoiavam a sua independência individual em um território livre, tendo por grito de guerra: – Vencer ou morrer*⁴².

*Foi ali, nessa extrema angústia que jurei, que prometi à glória dos quirites o extermínio dos Lusitanos, dessas tribos irrequietas que são hoje o único embaraço para que a soberania de Roma se estenda imperturbável sobre toda a riquíssima península da Hispânia. (...) Enquanto existir sobre o território da Hispânia esse povo lusitano, há-de aí manter-se sempre vigoroso o instinto e o sentimento de autonomia. Roma nunca aí sustentará o seu império tranquilo, porque as tribos lusitanas sonham com uma Pátria livre! (...) Lusitanos, o Povo mais poderoso da Espanha, como notam os geógrafos*⁴³.

Além da coragem física, “os bárbaros do Ocidente eram exemplo de dignidade cívica e de altura moral”⁴⁴, atributos que assentavam em fundamentos étnicos, que indiciam pureza e superioridade, como se depreende da carta de Caio Lélío:

Cumpre ter sempre presente que a Lusitânia é habitada pela mais poderosa das nações hispânicas (...).

⁴² BRAGA, [1904] 2008: 13.

⁴³ BRAGA, [1904] 2008: 14.

⁴⁴ BRAGA, [1904] 2008: 72.

Não provém a sua força do número dos seus habitantes, mas da resistência devida a um temperamento tenaz e incansável, a uma dignidade individual que antes prefere a morte a qualquer aparência de escravidão.

Explicarei isto pela pureza do sangue lusitano; eles não se misturaram com os Celtas, que haverá quatro séculos invadiram a Espanha e conseguiram aliar-se e fundir-se com os Iberos. Na Lusitânia não aconteceu como nas Gálias, quando aí se efectuou a conquista do Celta invasor; o Lusitano não caiu na servidão militar como o gaulês⁴⁵.

Daí a mística nacional lusitana que o autor põe na boca de Idevor: “A Lusitânia não é somente um território maior ou menor que nos agrega; é uma alma, o seio que nos une a todos!”⁴⁶.

Por outro lado, à Lusitânia são atribuídas tradições histórico-culturais que se assemelhavam às portuguesas. Nomeadamente a descendência de povos navegadores:

Nós os Lusos somos um ramo dessa grande raça navegadora que desceu do Norte pela borda ocidental da Europa, ocupou as ilhas Britânicas, a orla atlântica das Gálias, da Aquitânia e, espalhou-se na Hispânia, chegou às ilhas Mediterrâneas e à alta Itália⁴⁷.

Aos lusitanos não faltava sequer um soberbo poema épico, o “grande poema da raça, esse pregão eterno do génio luso”⁴⁸. Viriato rejubila ante a possibilidade de lhe ser desvendado a “epopeia da Lusónia”, composta de seis mil versos: “Esse poema nacional é o verdadeiro Tesouro do Luso. O conhecê-lo enche todas as minhas ambições”⁴⁹.

Quanto à toponímia, embora a maior parte obedeça a nomenclaturas antigas, muitas vezes as localidades surgem com as denominações portuguesas modernas, nomeadamente quando se trata de espaços familiares a Viriato. Se pastoreava “na Cava da Beira, quem vem de Belmonte ao Fundão, por entre essas terras dos Hermínios e da Gardunha⁵⁰, já o local do seu nascimento levantava dúvidas:

A aldeia de Loriga foi para onde se dirigiu Viriato, na falda da serra. Diziam que era dali natural; mas outras povoações como Folgozinho, Ceia, Covilhã e Viseu também disputavam a glória de ter sido o seu berço⁵¹.

Não obstante esta incerteza sobre a região que o vira nascer, o herói lusitano sentia pertencer a um todo nacional que expressava com palavras bem familiares ao património poético português:

⁴⁵ BRAGA, [1904] 2008: 73.

⁴⁶ BRAGA, [1904] 2008: 83.

⁴⁷ BRAGA, [1904] 2008: 82.

⁴⁸ BRAGA, [1904] 2008: 83.

⁴⁹ BRAGA, [1904] 2008: 113.

⁵⁰ BRAGA, [1904] 2008: 34.

⁵¹ BRAGA, [1904] 2008: 66.

*Antes dessas pequenas terras o adoptarem como filho, já ele estava possuído do sentimento que o levou a dizer de toda a Lusitânia: - Esta é a ditosa pátria minha amada*⁵².

Todavia, é no casamento de Viriato e Lísia que vemos o chegar do Portugal moderno, nas suas regiões, artes e indústrias. Nesta “feira franca” expunham-se as “riquezas naturais e industriais”, oferendas trazidas pelas delegações de todas as províncias:

*Reconhecia-se a região do Norte, entre Douro e Minho e Beira Alta, pela abundância dos seus milhos, pelo centeio da Primavera e do Verão, pelas excelentes castanhas. A região montanhosa da Beira Baixa e Trás-os-Montes, pelos seus nédios bois carneiros e cabras das boas pastagens das encostas e vales; e pelo seu trigo mole e centeio. A região central da Estremadura até ao Tejo mandava das suas extensas e férteis landes os trigos molares e rijos, castanhas deliciosas, azeite cordovil e vinhos generosos. A região do Sul, Alentejo e Algarve, apresentava o trigo do Inverno, os figos secos, tâmaras, alfarrobas e castanhas piladas, e porcos de uma criação afamada*⁵³.

Refira-se que as menções à produção agro-pecuária assumem grande detalhe e extensão, com particular realce para as diversas raças de gado. Como em qualquer mostra etnográfica, o grupo das alfaias agrícolas está também presente, já que estas permitiam estabelecer a “transição para os produtos industriais”⁵⁴, cuja descrição se torna simultaneamente fastidiosa e risível. Os têxteis ganham destaque, desde logo os “trajos lusitanos”: a capa de Miranda, o gabardino de Nisa, a capinha do Barroso e Sobreira, a ceifeira alentejana, entre muitos outros, acabando a noiva por receber presentes como aventais de Viana, lenços bordados, rendas de diversas proveniências, inclusive de bilros, ou peças de ouro – arrecadas, brincos, laças ou corações de filigrana – feitas pelos lavrantes de Gondomar e Fânzeres. Entre cantos e danças, desfilavam incontáveis produtos, dos “objectos de trem doméstico” aos “cortinados, adamascados; as lãs de Portalegre e da Guarda em cobertores; as estamenhas, cintas, panos de trabalho doméstico do Algarve; os buréis e baetas listradas, da Covilhã e de Viseu”⁵⁵.

3.2. Antagonismo entre Lusitanos/Portugueses e Iberos/Espanhóis

No feixe de intenções nacionalistas do autor não cabia apenas buscar nos valorosos lusitanos os ascendentes directos dos portugueses e exclusivamente destes no seio dos povos peninsulares. Havia ainda que demonstrar a sua superioridade através

⁵² BRAGA, [1904] 2008: 66.

⁵³ BRAGA, [1904] 2008: 119.

⁵⁴ BRAGA, [1904] 2008: 120.

⁵⁵ BRAGA, [1904] 2008: 120.

de um antagonismo que enfatizasse as diferenças étnicas e morais, sempre pouco abonatórias para os outros que, no caso vertente se plasma na identificação dos iberos com os espanhóis. A complexa questão ibérica manifestava-se também nesta narrativa que pretende inserir na identidade nacional germens remotos de individualidade política. A diferença de carácter dos dois povos dita a estratégia militar de Galba:

*Importa manter a Hispânia dividida; não é em Citerior nem Ulterior, mas em Lusitanos e Iberos. Esses dois povos são incompatíveis entre si; o Ibero admira a autoridade, a força, e quer exercê-la impetuosamente, ao passo que o Luso ama a independência sem ruído nem aparatos. O Ibero é incapaz de se unir para a defesa, e obedece passivamente a qualquer poder físico ou moral que se lhe imponha; o Lusitano liga-se facilmente para a defesa, em revolta contra todo o poder. Conheci pela experiência estas diferenças, e reconheci por que forma poderia fundar na Hispânia o poder indestrutível de Roma: acabar com a Lusitânia, e estender as populações ibéricas*⁵⁶.

Por estas razões, “nas cidades dos povos denominados Célticos e Iberos havia um certo ciúme contra a aspiração hegemónica dos Lusitanos”⁵⁷. Também Caio Plâncio “conhecia os ódios instintivos que havia entre os Iberos e os Lusitanos e, aproveitando essa antinomia”, submetia as cidades dominadas pelos primeiros ao dever da aliança. Por sua vez, Viriato guiava as suas manobras, “obedecendo ao inveterado ódio que tornava irreconciliáveis as duas raças”, sabendo que os celtiberos eram “aliados dos Romanos”⁵⁸. E é a antinomia entre os dois povos que permite urdir a derrota do mais forte como demonstra a carta de Caio Lélío:

Os Lusitanos não podem ser vencidos senão pela perfídia. Sabereis que entre a raça dos Iberos e a dos Lusitanos há um ódio irrefreável mas latente; nunca se ligam, nem se entendem, e a sua aversão mútua separa-os mais do que as inacessíveis fronteiras de rios e caudais ou de alterosas montanhas. Passarão os séculos, mas esta antinomia prevalecerá. É sobre ela que Roma deve apoiar o seu domínio, muitos povos da Lusitânia estão hoje confundidos em território ibérico e Viriato, conseguindo reuni-los para a confederação defensiva em que trabalha, expulsará o poder de Roma da Espanha, com certeza e não tarde. O Ibero lisonjeia-se com os contactos da soberania de Roma; dêem-se-lhe títulos de cidades municipais, atraiam os seus filhos a Roma, e eles ficarão submissos, porque adoram o poder; aproveitemos o ódio do Ibero para demolir o Lusitano. Para aniquilarmos o Lusitano é debalde que empregaremos a espada, mas é infalível o resultado impelindo-o para a união ibérica. (...)

⁵⁶ BRAGA, [1904] 2008: 14-15.

⁵⁷ BRAGA, [1904] 2008: 17.

⁵⁸ BRAGA, [1904] 2008: 32.

*Viriato deve ser morto. (...) Quem há-de matar Viriato? (...) Já indiquei o caminho: o ódio dos Iberos e dos Lusitanos entre si é insondável e não faltará um capitão de sangue ibérico que se preste a alcançar a glória dessa traição*⁵⁹.

A traição que redundou na morte de Viriato nunca poderia vir do seio dos lusitanos. Também neste acto de desonra o elemento étnico prevalece, como se constata pela fala dos legionários ao avistarem os assassinos do caudilho luso:

- *La jurar que aqueles homens não são lusitanos!*
- *Viste aquele mais alto e mais velho? Senão é um africano berbere, mesmo ao pintar!*
- *E o outro? O loiro, parece celta.*
- *O da cara redonda é o que se assemelha mais ao tipo luso; mas assim roliço e puxando para a gordura... é com certeza ibero*⁶⁰.

3.3. Apologia da Confederação Republicana

Não obstante as irredutíveis diferenças entre os povos peninsulares, Teófilo Braga empenha-se em demonstrar as vantagens da confederação, única forma de conferir à Península a força para resistir às ingerências estrangeiras e assegurar a paz interna, como sugere o discurso de Galba no Senado romano:

Por mais que as nossas divisões administrativas retalhem o seu território desmembrando-o, mais os Lusitanos compreendem a necessidade da Confederação das raças peninsulares como condição para repelirem o jugo estrangeiro e afirmarem a sua independência. E se essa Confederação se chega a organizar, Roma terá no extremo ocidente um inimigo mais terrível do que Cartago, e as guerras contra os Lusitanos serão mais sangrentas do que as Guerras Púnicas.

*Nós erradamente damos o nome de Celtiberos a povos que são lusitanos de raça: julgamo-los desunidos, e aparentemente se mostram, até à hora do perigo. Se os Lusitanos chegarem um dia a estabelecer uma Confederação, serão invencíveis e derrotarão os invasores estrangeiros que tocarem o solo da amada Pátria*⁶¹.

Todavia, a confederação dos povos não poderia seguir a fórmula monárquica, como demonstra a veemente recusa de Viriato do título de príncipe da Lusitânia oferecido no Tratado de Paz de Roma. É o próprio chefe lusitano que estigmatiza o regime realista:

⁵⁹ BRAGA, [1904] 2008: 74.

⁶⁰ BRAGA, [1904] 2008: 132.

⁶¹ BRAGA, [1904] 2008: 14.

A Lusitânia nunca teve reis e por isso foi sempre autónoma. No dia em que as suas cidades confederadas se submeterem a um chefe soberano, começará a sua servidão; esse rei, preocupando-se unicamente do seu interesse pessoal e da hereditariedade da sua família em uma dinastia irresponsável, tratará de unificar sob um mesmo ceptro a Lusitânia e a Ibéria, jungindo as duas nações como os bois do carro. Para alcançar esta unificação, começará pelos meios capciosos dos casamentos reais para vir a conseguir pelas heranças a junção das soberanias. E se estes meios falharem, o rei procurará alianças com outros reis estrangeiros que o defendam, comprando a estabilidade dos eu trono à custa da liberdade, da independência e até do território da Lusitânia, desmembrando-a se lhe for preciso, ou chamando o estrangeiro para se impor ao seu povo, ou abandonando-o entregue ao assalto dos invasores.

É isto um rei, planta parasita e daninha que esterilizaria toda a Lusitânia. E Roma bem o pressentiu quando, para subjugar esta terra, vendo-se impotente pelas armas, recorre a um instrumento de íntima dissolução dotando-a com um príncipe, aclamando um soberano. Rejeito o glorioso título, que é uma afronta para cidades livres, ligadas federativamente com as suas autonomias locais⁶².

Mais, Viriato faz a apologia da república federativa quando afirma: “O isolamento das cidades é a fraqueza; a federação cantonal é a garantia da independência”⁶³. Esta garantia de independência identificava-se com a salvaguarda da nacionalidade, o valor ao qual jamais se podia renunciar. Fazendo lembrar um velha mas duradoura pugna de Braga com Quental, quando este escreveu o folheto *Portugal perante a Revolução de Espanha* (1868), o autor põe na boca de Andaca, um dos assassinos de Viriato, a frase proibida: “Renegar a pátria lusitana”⁶⁴. Aliás, o cônsul Cépio, a quem coubera a tarefa de recrutar e convencer os carrascos do caudilho, dizia-lhes maviosamente: “É de força que renegueis a pátria lusitana”⁶⁵. Por sua vez, a exaltação do valor desse conceito, que apenas se generaliza no século XIX, cabe a Viriato que, depois de lhe ser revelado o destino da Lusónia, exclama: “Este ideal dá vida e energia a uma nacionalidade! Torna-a imperecível.”⁶⁶.

3.4. Viriato – mito do herói libertador e fundador

Incumbido de uma missão religiosa e dotado de capacidades sobre-humanas que partilha com a sua noiva Lísia, Ouriato/Viriato representa o mito sebastianista da

⁶² BRAGA, [1904] 2008: 86-87.

⁶³ BRAGA, [1904] 2008: 91.

⁶⁴ BRAGA, [1904] 2008: 109.

⁶⁵ BRAGA, [1904] 2008: 128.

⁶⁶ BRAGA, [1904] 2008: 116.

reencarnação do herói com o mesmo nome que morrera na batalha de Canas, depois de uma campanha gloriosa contra Roma. Ele assume a dupla dimensão de herói libertador mas também fundador, já que, por um lado, resiste ao jugo estrangeiro mas, por outro, representa a época e os símbolos fundacionais de Portugal.

Assim, na sua primeira aparição, Viriato pede resistência e obediência aos lusitanos, que escutam a sua voz “com uma vibração sobre-humana, que denunciava uma absoluta confiança em si”, reencarnando um herói passado:

*Quem aqui se recordar do nome ‘Ouriato’, daquele (...) que andou de cidade em cidade proclamando a insurreição, a guerra santa e a vindicta contra o invasor estrangeiro, contra a ocupação dos Romanos, reconhecerá que é homem decidido que vos oferece a salvação e talvez a vitória*⁶⁷.

O mito sebástico ganhava terreno, aumentava a expectativa da chegada do salvador:

*À maneira que o nome de Ouriato ia ressoando na calada da noite, também na reminiscência da soldadesca se acordava a vaga relação com o nome glorioso de um valente lusitano, que em tempos remotos acompanhando Aníbal, fora combater os romanos até à própria Itália. Esse ainda lembrado VIRIATO, que no seu ódio transpusera os Pirinéus e os Alpes, dizem que morrera na batalha de Canas; mas o seu ódio não morreu, é redivivo. E porventura não será Viriato o que agora reaparece na figura do maioral da mesta, do valente Ouriato? Como ele, é um salvador que ressurge, um vingador da liberdade da Lusitânia?*⁶⁸

O endre Idevor sacraliza a acção de Viriato, libertador do seu país:

Se procurarmos o sentido místico que se contém no nome de Viriato, vamos encontrar a palavra cítica ‘vrindus’, que designa o touro, o totem da nossa antiga raça e civilização dos Lígures, a relação com a valentia e a sua missão religiosa do combate libertador. (...)

*Inspiraste confiança! As populações seguem-te, porque vêem em ti o restaurador da independência, da liberdade e do futuro glorioso da Lusitânia. A nossa Lusitânia é imperecível*⁶⁹.

Neste cenário, a política é sacralizada e a religião serve objectivos civis já que, após a degeneração da religião druídica, ainda se conservava “um apagado vestígio cultural, não como doutrina teológica, mas como vínculo secreto que unificava as vontades do ideal político da libertação da Lusitânia”. Assim, a própria união matrimonial de Viriato – que, aliás, não chega a realizar-se – com uma mulher que apenas

⁶⁷ BRAGA, [1904] 2008: 26.

⁶⁸ BRAGA, [1904] 2008: 27-28.

⁶⁹ BRAGA, [1904] 2008: 38, 51.

aceita ser sua esposa quando “o Romano lhe pedisse a paz”, ganha uma simbólica especial: “Lísia, a semnoteia, casando com Viriato realizava o ideal religioso servido pelo braço do guerreiro na aspiração política de uma Lusitânia livre”⁷⁰.

Predestinado, taumaturgo, Viriato assume características sobre-humanas:

Os companheiros vieram abraçá-lo pela consagração que o proclamava invencível; fitavam-no com espanto como se, desde aquele momento, se tornasse um ser sobre-humano. (...)

*Viriato começava a aparecer como um vulto maravilhoso e corriam vozes de que o toque das suas mãos dava saúde*⁷¹.

À saga do herói lusitano não faltam elementos mágicos, como a espada lendária – “talisã da liberdade” – que ele consegue encontrar para cumprir a missão de que havia sido incumbido, a de formar e manter uma nação:

Quem descobrir a lâmina fulgente/ No revolvido chão/ Cumprirá – a missão/ De tornar livre a sofredora Gente/ Dando-lhe a consciência de Nação. (...)

*Recebendo a espada Gaizus, lembrou-se Viriato das palavras do armeiro de Toletum, lamentando que os indefesos mantenedores da liberdade da Lusitânia não a tivessem brandido. Esses grandes chefes da resistência da Hispânia Ulterior estão mortos (...). Viriato reconhecia a continuidade da sua missão libertadora*⁷².

E a Viriato não falta também a suprema virtude cívica – o patriotismo, o desejo de dar a vida pela causa nacional: “Dá vontade de morrer por esta pátria”⁷³. A endecha cantada no seu funeral contempla os versos: “Fazer livre a Pátria sonha/Por ela a morte é risonha”⁷⁴.

Teófilo Braga faz ainda remontar as origens da simbologia nacional à acção viriatina, conferindo-lhe, deste modo, a conotação de herói fundador, nada mais do que o primeiro a usar o pendão das cinco Quinas:

Os chefes das contrébias (...) saudaram um por um Viriato e lhe foram contando na mão cinco pequenas moedas de prata (...) significando a afirmação da independência solarenga no meio dos territórios comunais [que] neste momento representava o reconhecimento de uma suprema chefatura (...).

*Na bandeira branca dos mil de Viriato e no escudo do valente cabecilha daquele dia em diante ficaram representados os cinco dinheiros, chamando-se-lhe por isso o Pendão das Quinas, o Escudo das Quinas*⁷⁵.

⁷⁰ BRAGA, [1904] 2008: 105.

⁷¹ BRAGA, [1904] 2008: 50, 71.

⁷² BRAGA, [1904] 2008: 53, 56.

⁷³ BRAGA, [1904] 2008: 56.

⁷⁴ BRAGA, [1904] 2008: 134.

⁷⁵ BRAGA, [1904] 2008: 44.

3. 5. Messianismo ou o futuro da Lusitânia/Portugal

Numa narrativa de manifesta feição messianista abundam as profecias que são feitas pelas personagens de forte pendor místico, pai e filha que comunicam com o sagrado: o endre Idevor, druida ou sacerdote ao serviço da independência da Lusitânia, e a semonoteia Lísia. Mas também pelo poema da raça que “encerra o destino da Lusónia”⁷⁶ e que apenas o velho sábio pode interpretar, revelando-o, sob a forma de resumo em prosa, a Viriato.

Idevor representa o conhecimento da tradição, a erudição que ilumina o passado e interpreta o futuro. Dele são as profecias de nítida toada anglófoba:

Hoje, Roma conta com a antipatia do Ibero para subjugar a Lusitânia: com o ódio do Ibero contará mais tarde qualquer outra potência estrangeira para submeter a Lusitânia, dando-se como protectora da sua autonomia! Mas, para que levantar o véu do futuro?...

(...) Vês este mar imenso? Esse Atlântico que os baixéis ligúricos sulcaram destemidos outrora e hoje o Fenício monopoliza? Quando o Luso se vir comprimido entre as raças que avançam de Leste e o mar, que hoje lhe serve de barreira defensiva, ele terá consciência da sua missão no mundo, sentirá em si renascer a antiga energia de raça e, restabelecendo as grandes navegações antigas, fundará novos impérios em vastos continentes agora ignorados. É este o destino da Lusitânia: será a primeira das nações, enquanto ela servir esta tradição, enquanto um fiel aliado estrangeiro a não espoliar dessas descobertas...⁷⁷.

Quanto ao Poema da Lusónia, ele encontrava-se na Caverna das Inscrições Gnómicas e Idevor só o alcança após descortinar a solução de um complexo labirinto de bastões dos poetas, séries de tríades e letras rúnicas. “Idevor era o depositário desse mistério do passado”⁷⁸ que contém, afinal, a história do futuro, pois o velho poema da raça encerra o destino da Lusónia. Esse destino épico, a grande missão histórica dos lusitanos vindouros, ou seja, dos portugueses, parte do pressuposto da sustentação da sua autonomia e consubstancia-se na grande gesta expansionista e acção colonizadora que culminará num imbricado e utópico imperialismo pacifista, de hegemonia ocidental, construído sobre bases federativas:

⁷⁶ BRAGA, [1904] 2008: 113.

⁷⁷ BRAGA, [1904] 2008: 83.

⁷⁸ BRAGA, [1904] 2008: 112.

O Ocidente tem de reatar a sua antiga solidariedade com o Oriente. É essa a missão e o futuro glorioso da Lusónia.

Este ramo, certo, o mais tenaz do tronco decepado da lutadora raça dos Lígures, (...) há-de um dia através de todas as crises reorganizar-se outra vez como nação e o seu poder derivará do regresso à primitiva capacidade da raça: recomeçará as grandes navegações do Atlântico; há-de reocupar pelas suas colónias laboriosas a América; fundará um vasto império na Índia; dominará na África; e primeiro que nenhum outro povo, circundará a terra, afirmando outra vez a supremacia pacífica como destino da civilização ocidental. Sustentar a autonomia da Lusitânia é impeli-la para a realização deste incomparável destino, alargando pela actividade pacífica a antiga Liga Hanseática numa confederação das gentes, na solidariedade humana⁷⁹.

Condensando a história da construção de Portugal, que culmina com a edificação do seu império, destaca-se a profecia de Lísia, lida na lâmina fulgente da espada de Viriato recém assassinado. Inconformada com a perda da independência da Lusitânia, opera-se no espírito da “sempre noiva”, como último acto da sua vida, uma “miragem do futuro” que, num “arrebamento profético”, faz passar ante seus “olhos enublados” factos marcantes do destino da pátria liderados por outros guerreiros, aqueles que novamente brandirão a espada de Viriato: a ocupação árabe do território, a formação do Condado Portucalense, a crise da independência do século XIV, o império multissecular:

A espada de Viriato, longo tempo sepultada nessa ruína imensa, está outra vez descoberta; ei-la brandida por um braço vigoroso e jovem. Uma era nova se me ostenta! Vejo novos símbolos, novos trajos; outra vez desencadeamento de raças de encontro umas às outras! Nesta luta dos dois símbolos, a cruz e o crescente, eu vejo a espada de Viriato do jovem cavaleiro sustentando a independência deste território que vai do rio Mínio ao Dúrio! É um pequeno trato da antiga Lusitânia, mas que importa! É o foco donde irradiará o impulso para se reconstituir a obliterada nacionalidade.

Por quarenta anos a espada de Viriato é brandida pelo corajoso cavaleiro, que vai estendendo o território lusitano ao Monda; já chega a Scalabis; conquista a bela cidade que está no lés do Tagus. Não virá longe o dia em que esse território alcance as fronteiras do Anas e se complete com a região dos Cinésios.

A Lusitânia revive e ergue-se altaneira diante da Ibéria, que procura absorvê-la na sua unificação. A Ibéria serve-se do meio ardiloso de uma herança real e recorre à invasão. Por entre a Ala dos valentes Namorados vejo a espada de Viriato empunhada por um novo caudilho! (...)

⁷⁹ BRAGA, [1904] 2008: 115.

A Lusitânia livre, depois de reconstituída no seu solo, reata a tradição dos antigos navegadores ligúricos e lança-se à descoberta das ilhas do Mar Tenebroso e, tocando os dois continentes, vai fundar um novo império lá aonde o sol se alevanta! É ainda a espada de Viriato na mão firme do seu capitão terrível que cimenta esse império em bases inabaláveis, em que se mantém por séculos! Para que perscrutar tanto o futuro? A Lusitânia revive...⁸⁰.

Epílogo

O artigo de Amílcar Guerra e Carlos Fabião sobre Viriato, *Genealogia de um Mito*, refere o ressurgimento do chefe lusitano nos anos 1980, não tanto nos manuais escolares mas em manifestações artísticas como o cinema, o teatro e até a televisão. Para os autores não era estranho o renascimento dessa figura que “povoa o imaginário de muitas gerações de portugueses, que vêem nele uma espécie de distante bisavô de uma pátria multissecular”. Explicam o fenómeno por razões de ordem geracional, pelo “efeito Astérix” de forte sucesso mediático, e ainda pelo retorno dos nacionalismos. Este último argumento radica na periódica chamada do caudilho lusitano à ribalta da história pátria, sempre que se pretendeu robustecer o sentimento nacionalista. Paradoxalmente, todavia, este artigo termina com a afirmação de que “o mito viriatino sedimentou e jaz docemente adormecido, mas basicamente inalterado, nos recônditos das nossas memórias infantis...”⁸¹.

Sem querer fazer o historial do tema na cultura portuguesa após a data de publicação deste artigo, deve no entanto mencionar-se que mais de uma dezena de trabalhos inéditos se publicaram ora de carácter historiográfico ora de ficção literária⁸².

No que toca ao Viriato de Teófilo Braga, se ele “adormeceu” após a sua edição única dos alvares do século XX, pode dizer-se que despertou impetuosamente no início da nova centúria. Em 2006 foi publicado pela Editora Fronteira do Caos, do Porto, ostentando como subtítulo “A Lusitânia é a mais poderosa nação da Hispânia” e informando na lombada que se trata de um “Ensaio sobre a Alma Portuguesa”. Mais modestamente, como acontece com as edições de bolso, mas certamente com difusão alargada, dois anos depois integrou uma selecção de grandes autores portu-

⁸⁰ BRAGA, [1904] 2008: 141.

⁸¹ GUERRA, FABIÃO, 1992: 23.

⁸² Entre outros, podem referir-se as obras de Eduardo Amarante, Paulo Farmhouse, Adriano Vasco Rodrigues, Diogo Freitas do Amaral, Sónia Louro.

gueses na “Colecção 120 Anos JN”, destinada a comemorar o vetusto aniversário daquele diário português, através da publicação pela QuidNovi.

Mais ainda. O velho *Viriato* de Teófilo foi privilegiado pelas novas tecnologias e a sua edição integral em formato electrónico inclui-se desde Outubro de 2008 no Projecto Gutenberg⁸³, enquanto o Projecto Vercial contemplou a divulgação de parte do seu texto⁸⁴.

Como resultado destas publicações recentes, o *Viriato* livro/ebook tem sido mencionado em diferentes blogues e recenseado com críticas encomiásticas em diferentes sites. Como explicar o actual fascínio por um texto cujas linguagem e mensagem são iniludivelmente datadas? Por que razão o seu tema reassume importância nas opções editoriais? A construção e a reprodução cultural da Nação apoiam-se em contextos múltiplos, até contraditórios, e as estratégias identitárias, cada vez mais hibridizadas, evidenciam curiosas manifestações nacionalistas, em que o avigoramento da identidade nacional constitui um lenitivo para uma nova época de “crise” e “descrença”⁸⁵.

Por outro lado, subalternizando-se a questão ideológica, coloca-se outra hipótese. Um texto recheado de lendas druidicas, espadas mágicas, segredos rúnicos, inscrições ógmicas, pedras sagradas, cavernas misteriosas, visões proféticas e heróis sobre-humanos, enfim, dominado pelo maravilhoso e pelo fantástico “legitimados” pela chancela da história, poderá também beneficiar do “efeito Código da Vinci” e suas numerosas réplicas?

Bibliografia

ARENAS LÓPEZ, Anselmo, 1897 – *La Lusitania Celtiberica*. Madrid: Imprenta Popular.

ARENAS LÓPEZ, Anselmo, 1900 – *Viriato no fué Português si no Celtibero. Su Biografía*. Guadalajara: Establecimiento Tipográfico a cargo de V. Pedromingo.

BRAGA, Teófilo, [1904] 2006 – *Viriato*. Porto: Fronteira do Caos.

BRAGA, Teófilo, [1904] 2008 – *Viriato*. Matosinhos: QuidNovi (Colecção 120 Anos JN, n.º 11).

⁸³ Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/26850/26850-8.txt>>.

⁸⁴ Disponível em: <<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/teofilo.htm>>.

⁸⁵ Numa das referidas recensões, da autoria do major-general Manuel de Campos Almeida, vogal da direcção da Revista Militar, pode ler-ser: “Viriato é sobretudo um ensaio sobre a alma portuguesa, assentando em duas linhas de força: Iberos e Lusitanos sempre foram rivais irreconciliáveis; a Lusitânia é a mais poderosa nação da Hispânia. Parabéns aos Editores ‘Fronteira do Caos’, por terem publicado esta obra, escrita por alguém que acreditava nas nossas virtudes e potencialidades, nesta época de tanta descrença”. Disponível em <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=181>> (consultado em 3 de Abril de 2009).

IDENTIDADE NACIONAL
ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

- BRAGA, Teófilo, [1883] 1915 – *Contos Tradicionais do Povo Portuguez*. Lisboa: J. A. Rodrigues & C.^a – Editores (2.^a edição ampliada).
- BRAGA, Teófilo, [1883] 1999 – *Contos Tradicionais do Povo Português*, 2 volumes, 5.^a edição. Lisboa: Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BRAGA, Teófilo, [1867] 1913 – *Cancioneiro Popular Portuguez*. Lisboa: J. A. Rodrigues & C.^a – Editores (2.^a edição ampliada).
- BRAGA, Teófilo, [1885] 1985 – *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*, 2 volumes. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BRAGA, Teófilo, [1867] 1902 – *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, 2 volumes. Lisboa: Manuel Gomes Editor.
- BRAGA, Teófilo, [1867-1869] 1906 – *Romanceiro Geral Portuguez*. Lisboa: Manuel Gomes Editor, (2.^a edição ampliada).
- BRAGA, Teófilo, 1894 – *A Patria Portuguesa. O Territorio e a Raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardon.
- CALAFATE, Pedro, 2006 – *Portugal como Problema. Século XIX – A Decadência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público.
- CORREIA, Mendes, 1919 – *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos, 1992 – “Viriato: Genealogia de um Mito”. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 8, p. 9-23.
- HERCULANO, Alexandre, [1846] 1980 – *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, tomo I. Lisboa: Livraria Bertrand.
- LEAL, João, 1999 – “Em torno desta reedição”, in BRAGA, Teófilo – *Contos Tradicionais do Povo Português*, vol. 1, 5.^a edição. Lisboa: Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 13-19.
- LEAL, João, 2000 – *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MACHADO, José Leon, 1999 – *O Mito de Viriato na Literatura Portuguesa. Ensaio*. Braga: Projecto Vercial.
- MATOS, Sérgio Campos, 1992 – “História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX”. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 8, p. 51-71.
- MARTINS, Oliveira, [1879] 1977 – *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores.
- MEDINA, João, 2006 – *Portuguesismo(s)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- SCHULTEN, Adolf, 1927 – *Viriato. Vertido do alemão por Alfredo Athaide* (com um prefácio do Prof. Mendes Correia). Porto: Renascença Portuguesa.
- VERÍSSIMO, Artur de Sousa, 1997 – *Viriato e o Mito da Antemanhã (mito e identidade nacional)*. Dissertação apresentada à Universidade dos Açores.

Sítios electrónicos

<<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/teofilo.htm>>

<<http://www.gutenberg.org/files/26850/26850-8.txt>>

<<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=181>>

Identidade nacional portuguesa no século XX – – representações oriundas de Portugal e do Brasil

José Manuel Sobral
ICS – UL

Introdução

Este texto debruça-se sobre interpretações raciais e não raciais da identidade nacional portuguesa no século XX, conferindo relevo às que virão a ser adoptadas pelo nacionalismo oficial do estado português e propondo uma explicação para o facto de uma delas nunca o ter sido. Como se irá ver, a sua importância irá alternar de acordo com as conjunturas nacional e internacional. Conjunturas políticas, mas também ideológicas, pois estão relacionadas com a prevalência de determinados discursos ou saberes científicos sobre o género humano, que informam as interpretações analisadas. Num primeiro momento, que vai dos finais do século XIX aos anos 40 do século XX, prevalecerão explicações raciais (e racistas) da identidade nacional. Num segundo, a partir de meados da década de 30 do século XX, assistir-se-á à difusão crescente da crítica a essas explicações. Nos anos cinquenta, inicia-se o desaparecimento do factor raça das narrativas da identidade, substituído por representações de identidade de tipo histórico-cultural que enfatizam a unidade pluricontinental da nação portuguesa.

Concentrámo-nos na leitura da obra de quatro intelectuais, portugueses e brasileiros, que exerceram grande influência em representações da identidade nacional portuguesa: Mendes Correia, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Jorge Dias. As razões que nos levam a tratar de dois autores brasileiros devem-se ao facto de ambos inserirem a sua visão particular de Portugal e dos portugueses nas interpretações que produziram sobre o Brasil. Embora todos eles sejam influentes, a verdade é que o seu impacto foi muito diferenciado. A obra dos portugueses apenas teve importância no espaço nacional português. Mendes Correia é uma figura importante desde finais da segunda década do século XX até ao período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a grande referência começa a ser o jovem Jorge Dias, que dominará a antropologia portuguesa a partir dos anos 1950 até à sua morte em 1973. Freyre foi não só uma figura cimeira no Brasil desde os anos 1930, e a partir de inícios da década

de 1950 também em Portugal, como se tornou uma figura cujo legado continua a ser objecto de reinterpretações e revalorizações. Sérgio Buarque de Hollanda, autor de uma das mais influentes representações do Brasil e grande historiador da sua sociedade, teve um impacto mais restringido ao seu país.

Neste ensaio, procuramos colocar em evidência relações, afinidades e confrontos entre os textos e os seus autores. Este exame revela não só modificações operadas no campo intelectual, como também evoluções na definição do nacionalismo oficial. Dado o carácter de síntese deste texto, não haverá aqui lugar para uma análise exaustiva das suas obras, nem para uma crítica detalhada das suas perspectivas. Iremos prestar atenção, sobretudo, à temática “racial”, bem como aos contextos de produção dos seus textos e ao modo como eles foram recebidos. O nosso objectivo e o carácter distinto da sua produção levaram-nos também a tratar diversamente os seus textos. Assim, abordaremos um maior número de escritos de quem foi mais prolífico – mesmo quando repetitivo – como Gilberto Freyre – também o mais importante no plano internacional – e só evocaremos a obra mais relevante, no referente a Portugal, de Sérgio Buarque de Hollanda.

1. A raça é primeiro evocada em relação com a identidade nacional portuguesa nas últimas três décadas de Oitocentos¹. Procurava-se então encontrar uma razão histórica para a existência de um colectivo cultural independente e explicar as suas características próprias, o chamado “carácter nacional”. O século XIX é dominado por uma visão do mundo nacionalista, que influencia disciplinas como a história e a arqueologia, debruçadas sobre as raízes e a antiguidade dos colectivos nacionais, a filologia, que tratava da língua, a etnografia, debruçada sobre os costumes e tradições e a antropologia (física). A raça, uma noção marcada pela polissemia, não era apenas usada para caracterizar as grandes variedades da espécie humana, como as construídas através de marcadores como a cor da pele. Também servia como sinónimo de nação e era utilizada como factor explicativo das peculiaridades da sua história, das suas manifestações culturais ou do comportamento dos seus membros.

O primeiro dos autores que abordamos, o eclético médico e professor Mendes Correia, cultivou várias disciplinas, com destaque para a arqueologia e a antropologia (física). Está hoje muito esquecido – a excepção principal é representada pela obra de

¹ SOBRAL, 2004.

Patrícia Matos² – um facto ligado indubitavelmente ao teor das suas posições no plano político e científico. Foi, no entanto, um homem com imenso poder no decurso do Estado Novo – e a sua principal figura em matéria de estudos coloniais até aos anos 1950. Nascido em finais do século XIX, e educado num tempo de enorme influência do nacionalismo e das interpretações raciais da sociedade, Mendes Correia encontra nas raças explicações para as atitudes sociais e culturais, embora a influência do meio devesse também ser tida em consideração. Como afirmou numa obra da maturidade, “ (...) Conceito essencialmente histórico-cultural (...) a raça, porém, não deixa de constituir uma realidade”³. Entre as suas preocupações, reiteradas ao longo de quase meio século, encontram-se a origem dos portugueses e a sua individualidade étnica, a sua existência enquanto tipo antropológico particular, a questão colonial. Nos seus escritos está presente o imaginário da decadência do país, que tanto informa a produção intelectual portuguesa desde, pelo menos, as três últimas décadas do século XIX.

Mendes Correia vê os portugueses como parte dos povos da Ibéria, inseridos por sua vez nas populações mediterrânicas, insistindo nas suas afinidades com os habitantes do Norte de África (Berberes), como já fora proposto por Oliveira Martins. O autor é um dos principais defensores da tese da ligação entre lusitanos e portugueses, que, como se sabe, representa um reactivar do “mito étnico” da ascendência dos portugueses, formulado no século XV⁴. Contudo, se entendia haver uma raça mediterrânica – raça no sentido de haver um tipo antropológico definido por caracteres somáticos e correlativos traços psíquicos – em que se inseriam os portugueses, achava que estes se distinguiam no seu seio. Se eram o produto de diferentes povos que haviam cruzado a Península Ibérica, diferenciavam-se, em particular, pela menor percentagem de sangue negro. Escreve então: “Pelo que particularmente respeita ao povo português, conhecem-no mal os estrangeiros ignaros que o julgam um povo de mulatos, portador de todos os defeitos destes...”⁵.

A ansiedade sentida pelo autor em relação à identificação dos portugueses devia-se à influência das interpretações raciais na explicação das diferenças entre as sociedades mais ou menos desenvolvidas. Vivia numa época em que “(...) Publicistas patriotas entre os latinos e os eslavos ressentiam-se da alegada superioridade dos Teutões e dos Anglo-Saxões, e ou apresentavam contra-alegações a favor das raças ‘Mediterrânea’ ou ‘Alpina’, ou magnificavam o elemento ariano nas suas respectivas nações e apelavam ao seu fortalecimento. De qualquer modo podiam todos orgulhar-se de as suas nações pertencerem à raça ‘branca’, que era claramente superior aos negros de África, aos castanhos da Malásia e da Oceânia, e que tinha por conseguinte o dever de conquistar e

² MATOS, 2006.

³ CORREIA, 1943: 10.

⁴ CORREIA, 1919: 156; CORREIA, 1924: 375.

⁵ CORREIA, 1919: 155.

governar estes seres inferiores no interesse do desenvolvimento da civilização. O racismo era uma espécie de vitamina no imperialismo nacional desta época”⁶.

Os povos ibéricos, com as suas afinidades com os povos do Norte de África, de cor e olhos mais escuros que os outros “brancos”, não só eram suspeitos de ter antepassados negros, como possuíam igualmente uma ascendência semita (dos Berberes, Árabes e Judeus) tida como inferior e de que a situação corrente de inferioridade económica e política das sociedades vinculadas a essa suposta raça seria uma ilustração.

Um dos grandes defensores do arianismo no tempo de Correia foi Georges Vacher de Lapouge, o “fundador” da antropossociologia, que se apresentava como uma disciplina que via na raça um factor fundamental da explicação histórica. Ora, escrevendo no fim da Grande Guerra, em que alguns dos principais referentes do arianismo – os “germânicos” – haviam sido derrotados, Correia achava digna de preservar tal teoria, pois esta explicaria por que é que algumas nações eram mais adiantadas do que outras. Entendia, no entanto, que se devia corrigir a fórmula que hierarquizava sob o ponto de vista social os arianos (dolicocefalos, louros, de olhos azuis, protestantes, o *Homo Europeus* de Lapouge), colocados numa posição superior, os braquicefalos [de cor clara, habitantes da Europa central], situados numa intermédia, e os mediterrânicos, que estariam numa inferior. Escreve então: “Indubitavelmente a hegemonia dos nórdicos é um facto da actualidade, que demonstra poderosas qualidades de raça. Mas nem os povos mediterrâneos são desprovidos inteiramente de aptidões e faculdades – di-lo a história – nem todos os nórdicos e braquicefalos os excedem em valor social”⁷. Note-se que para Lapouge, o *Homo Mediterraneus* se caracterizava por ser pequeno, delgado, moreno, de cabeça alongada, e também menos criativo e moralmente inferior, covarde, instável, amigo da exibição e de cores brilhantes, sádico e católico⁸.

Não se pense que Mendes Correia estaria apenas a responder aos estrangeiros a que alude, quando nega ser Portugal um país de “mulatos” e residir nessa condição a causa da decadência portuguesa. A questão da dita impureza racial – e concretamente da infecção, passe o termo, do sangue português pelo sangue semita e negro, situado no Sul do país – era discutida também em Portugal. Foi representada de um modo radical pelo influente escritor republicano Basílio Teles, que a ligou a uma divisão entre o Norte e o Sul. De acordo com este último, a decadência portuguesa devia-se ao predomínio do Sul e de uma Lisboa mercantil e semita sobre um Norte – e um Porto – composto por lavradores e guerreiros de ascendência ariana⁹. E posteriormente, entre outros, por Raul Brandão. Este escreveu que “(...) a nossa decadência começa com as

⁶ HAYES, 1963: 260-261.

⁷ CORREIA, 1919: 155.

⁸ HAYES, 1963: 256.

⁹ SOBRAL, 2004.

conquistas, não por causa do ouro, mas por causa dos cruzamentos. O sangue preto alastra ao povo”¹⁰. Ambos portugueses, mais velhos do que Mendes Correia, estavam activos no tempo da sua formação e do início da sua actividade de publicista. Um seu contemporâneo, o professor da Faculdade de Medicina do Porto, antropólogo e etnógrafo, Joaquim Alberto Pires de Lima, reconhecia a mestiçagem presente na etnicidade portuguesa. Mas achava igualmente que “a mistura de sangue semita ou negro na população de Portugal, a cada passo é exagerada por cientistas estrangeiros com intuítos denegridores para nós”¹¹. Acrescentava também “(...) Com grande exagero tem sido Portugal acusado, sobretudo por Alemães, de albergar um povo inferior, de carácter acentuadamente negróide”¹². Está identificada uma proveniência da ansiedade relativamente à pureza racial. O alemão Hans Günther, um académico pouco prestigiado cientificamente, mas que foi no seu tempo um autor bem recebido nos círculos racistas, e que seria favorecido pelos nazis, havia feito tal afirmação no seu *Rassekunde Europas* publicado em 1926¹³.

Entretanto, a hostilidade à mestiçagem de Mendes Correia manifestar-se-ia em intervenções posteriores¹⁴, exacerbando-se, como o próprio reconheceu¹⁵ –, acompanhando porventura o próprio momento histórico de ascensão racista na Europa. Escrevia em 1924: “(...) O amor da Humanidade não implica o reconhecimento da igualdade psicológica e social das raças, que seria uma monstruosa mentira”¹⁶. Em 1940 defendia uma posição pessimista face à mestiçagem. Era peremptório, em termos genéricos: “(...) não é legítimo proclamar a superioridade do mestiço sobre as raças mais ou menos puras que edificaram a nossa civilização”¹⁷. Além disso, a miscigenação punha em causa a continuidade do povo português, pois “essa continuidade depende da permanência de um património de factores germinais que o mestiçamento em larga escala adulteraria e acabaria por destruir nas suas essenciais características”¹⁸.

Em relação ao Brasil, manifesta, nesta mesma altura, apoio às posições de Oliveira Viana, um dos intelectuais brasileiros que havia identificado um processo designado como de arianização, isto é de progressivo “branqueamento” da população brasileira, operado pela emigração¹⁹. Este ponto de vista, que visava refutar as acusações de inferioridade nacional devido à importância do elemento de cor na população brasileira,

¹⁰ BRANDÃO, 1969: 566.

¹¹ LIMA, 1940: 22.

¹² LIMA, 1940: 167.

¹³ Günther seria o principal pensador racial sob o nazismo, segundo LLOBERA, 2003: 141. Ver igualmente KLAUTKE, 2007: 23-40.

¹⁴ MATOS, 2006.

¹⁵ CORREIA, 1940: 133 (nota 17).

¹⁶ CORREIA, 1924: 381.

¹⁷ CORREIA, 1940: 130.

¹⁸ CORREIA, 1940: 131.

¹⁹ SILVA, 2000: 21.

consolidou-se durante as décadas de vinte e trinta do século XX, de acordo com Thomas Skidmore²⁰. Correia, que já conhecia a obra de Freyre – menciona-a de passagem no escrito que estamos a citar – constata aprovadamente que a gente de cor não ocupava postos dominantes na sociedade brasileira. Oliveira Viana seria um dos autores a quem se opôs Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*.

2. Se Mendes Correia é hoje uma figura olvidada, o mesmo não sucede com Gilberto Freyre. Este gozou do estatuto de uma celebridade mundial, que tem perdurado. Ainda há pouco foi celebrado por Peter Burke e Maria Lúcia Palhares-Burke – que não deixam de inventariar exaustivamente as críticas à sua perspectiva do Brasil e nomeadamente a sua ênfase na harmonia e no consenso – como um cientista eminente, com analogias com os teóricos pós-coloniais contemporâneos²¹. Este filho da classe mais elevada do Recife estudou em várias universidades norte-americanas, onde contactou com a obra anti-racista de Franz Boas e dos seus discípulos e também com o relativismo cultural que lhe era subjacente. Adquire uma educação cosmopolita nos EUA e na Europa. Em 1922 e 1923 está em Portugal. Em 1930, quando era professor e membro do gabinete do governador do Estado de Pernambuco, a revolução chefiada por Getúlio Vargas leva-o ao exílio, passando novamente por Portugal, onde inicia as pesquisas em materiais portugueses, que virão a culminar com a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, em Dezembro de 1933.

É esta obra, a representação da identidade nacional brasileira que conheceu o maior sucesso – em 2005, ia na sua 50.^a edição, prefaciada por um seu crítico, Fernando Henriques Cardoso – que nos interessa aqui. O seu impacto traduz-se no convite que lhe é feito para colaborar na acção anti-racista da UNESCO, depois da Segunda Guerra Mundial. A edição francesa de 1952 terá o prefácio de um dos fundadores da prestigiosa *Escola dos Annales*, Lucien Fèbvre. Em 1955, a sua obra é discutida pela elite intelectual da sociologia e da etnologia francesas²².

²⁰ SKIDMORE, 2005: 173.

²¹ BURKE, PALHARES-BURKE, 2008: 199, 207. Essas afinidades (ou analogias) seriam: (1) as preocupações tanto com o subalterno como com o dominante, tanto com os adultos homens como com as mulheres e as crianças; (2) o interesse pela identidade cultural; (3) a sua preocupação com a hibridação cultural e biológica; (4) a crítica ao eurocentrismo, notória no seu programa para provincializar a Europa, tropicalizando a teoria social.

²² FREYRE, 2003 (1.^a ed. 1933): 655.

Casa-Grande & Senzala é também uma representação da identidade nacional portuguesa, que valeu ao autor um caloroso acolhimento pelo Estado Novo. Mas esta só ocorre a partir do momento em que a ideologia da supremacia branca, cara aos homens do regime, e a hostilidade à mestiçagem, também partilhadas pelo colonialismo republicano, são substituídos pela defesa de uma postura não racista e a favor da assimilação da colonização portuguesa²³. É oficialmente convidado a visitar Portugal e as colónias, em 1951, momento em que se defronta com opositores da sua interpretação da expansão portuguesa e em que se revela a sua aproximação ao regime e o distanciamento de antigas relações da oposição²⁴. Dessa relação surgiria o desenvolvimento do luso-tropicalismo, e da tropicologia ou luso-tropicologia, uma ciência que, na sua perspectiva relativista, capturava as especificidades colocadas à acção humana e ao seu estudo pela ecologia tropical. De acordo com o seu ponto de vista, soluções adequadas ao hemisfério Norte, soluções dos “boreais” (um termo seu para designar europeus e norte-americanos) – da arquitectura, à alimentação, ao vestuário, ao saber médico – não eram as adequadas às condições de vida nos trópicos. Rejeitava assim, por etnocêntrico, o universalismo para ele oriundo da ciência dominante do norte, anglo-americana, em função de um relativismo herdado da história dos hispânicos e, sobretudo, dos portugueses, que teriam inventado as casas com varanda para se protegerem do clima, descoberto o valor da rede ameríndia para dormir, dos trajes largos do Oriente para sobreviver ao clima, dos alimentos tropicais e das medicinas orientais. Além disso, os hispanos, e principalmente os portugueses, haviam-se comportado de modo absolutamente distinto, em matéria de contacto com outros povos, do das populações do norte da Europa, – um outro com quem sistematicamente os confronta – pois, ao contrário destes, haviam-se miscigenado²⁵.

O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, que produzia uma imagem lisonjeira da expansão e do colonialismo portugueses – e do catolicismo, um dos pilares do Estado Novo, pois este não seria favorável à discriminação, como em sua opinião, o seriam as confissões protestantes –, iniciadores de uma civilização híbrida desde o século XV²⁶, teve um bom acolhimento político no Portugal do pós-segunda Guerra Mundial. Não irei desenvolver este tema aqui, pois já existe obra rigorosa publicada sobre ele²⁷. Interessa-me, tão só, referir as principais propostas de Gilberto Freyre enquanto

²³ CASTELO, 1998: 84-101.

²⁴ Aliás, viria a elogiar Salazar, a quem atribui uma ascendência semita em *Aventura & Rotina*, sem deixar de ter admiração por adversários do Estado Novo como António Sérgio e Aquilino Ribeiro; renega, todavia, o que entende serem os excessos da “interpretação materialista da expansão” (de António Sérgio), em particular da parte de Vitorino Magalhães Godinho. Ver FREYRE, 1953: 105-106, 127, 149, 192-194.

²⁵ Ver a este respeito FREYRE, s/d; FREYRE [1972].

²⁶ FREYRE, s/d; FREYRE [1972].

²⁷ CASTELO, 1998.

representação da identidade nacional portuguesa, em diálogo e confronto com representações anteriores à sua obra. Elas constituem uma refutação dos ataques feitos no Brasil desde finais do século XIX ao legado português, obra de um povo latino, tido como o mais inferior dos povos europeus, num tempo em que os povos do norte da Europa apareciam como o modelo rácico ideal²⁸. Representam igualmente uma visão contraposta à de Mendes Correia, que conhecia, e a quem defende de uma acusação de racismo puro e duro, então – inícios da década de cinquenta – já pouco aceitável, embora lhe assinalasse o “pendor para um etnocentrismo caucásico”²⁹.

A leitura de Freyre da formação do Brasil contesta as interpretações embebidas de racismo, que explicavam os problemas da sociedade brasileira pelo facto de esta assentar numa população em que se inseriam elementos de raças ditas inferiores, como a ameríndia e a negra, e que ainda por cima tinha como elemento branco preponderante os “inferiores” mediterrâneos representados pelos portugueses, pelos italianos e pelos espanhóis. Além disso, a mestiçagem, de acordo com o paradigma rácico dominante, conduziria à degeneração. Contra tais factores de decadência depositava-se esperança no branqueamento progressivo da população, produzido pelo casamento com brancos³⁰. Como mostram Skidmore³¹ e Vianna³², Gilberto Freyre não foi o primeiro a questionar estas ideias, mas nenhum crítico teve o seu impacto.

É impossível resumir num espaço tão limitado o conteúdo do livro fundamental de Gilberto Freyre. Vamos limitar-nos a algumas ideias centrais. Freyre é ainda um autor racista, entendendo por racismo “a crença na existência de características transmissíveis por herança possuídas por membros da nossa espécie, que nos permitem dividi-los num conjunto de raças de modo que todos os membros dessas raças partilham certos traços e tendências uns com os outros e não os partilham com membros de qualquer outra raça”³³. As raças, concebidas como populações identificadas por características fenotípicas reais ou imaginadas, continuam a ter um papel explicativo. Numa perspectiva abertamente evolucionista, fala em “raça adiantada” para identificar os portugueses e “raça atrasada” para classificar os índios ou negros. Contudo, se entendermos o racismo, nos termos de George Fredrickson, como a combinação entre um sentido de diferença face ao “etnoracial Outro”, expresso em crenças, práticas e instituições, e ligado a uma forte assimetria de poder, que permite tratá-lo de um modo que seria considerado como injusto e cruel se aplicado a um membro do

²⁸ SKIDMORE, 2005: 52 e segs.

²⁹ FREYRE, 1953: 74.

³⁰ SILVA, 2000: 20-21; SKIDMORE, 2005: 64 e segs.

³¹ SKIDMORE, 2005: 112-123, 173-192.

³² VIANNA, 2005: 64 e segs.

³³ APPIAH, 1990: 4-5. O racismo não é, para este autor, uma doutrina necessariamente perigosa, mas é falsa, e pode ser perigosa como pressuposto de outras doutrinas a quem foi dado o nome de racismo [porque implicam hierarquia].

grupo a que se pertence, teremos que o classificar como um anti-racista³⁴. Tal nota-se na apologia que faz do negro – e em menor grau do ameríndio, melhor, da mulher ameríndia – e do papel da mestiçagem e por incluir factores económicos, sociais e culturais na explicação da formação do Brasil. Mas também, o que não tem sido devidamente assinalado, na crítica implícita ao anti-semitismo, ideologia oficial do nazismo, cuja ascensão ao poder coincide com a escrita de *Casa Grande & Senzala*. Ou seja, Freyre ergue-se simultaneamente contra as duas formas mais importantes de racismo: a supremacia branca e o anti-semitismo³⁵.

Para Gilberto Freyre, o português foi um elemento fundamental na formação do Brasil, em que desempenha um papel estruturante o complexo formado em torno da exploração do açúcar, uma forma de organização económica, social e política escravocrata. Raça e condições de vida e ambiente são componentes fundamentais, pois o sistema da *Casa-Grande & Senzala* “foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências [da raça e do ambiente]: “Ao mesmo tempo que imprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à raça atrasada, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente [nos trópicos]”³⁶.

Não tem pejo em denunciar a violência da relação escravagista, para ele, porém, sempre morigerada pela influência do catolicismo dos senhores e pela miscigenação. No centro deste universo encontra-se a família patriarcal e nela a figura masculina do patriarca. Ora esses ditos patriarcas, na sequência, aliás, dos primeiros colonos que, ao desembarcarem no Brasil, “escorregaram”, na sua expressão, “em Índia nua”, tomaram como mulheres, concubinas, amantes, companheiras, mulheres ameríndias, negras e mulatas. Foi essa miscigenação que produziu o Brasil, pois permitiu fomentar alianças entre os primeiros povoadores portugueses e os ameríndios, com os primeiros a aumentar o seu séquito com os mestiços seus filhos. Mais tarde, com o sistema de plantação, a miscigenação amplia-se. O papel dos negros (melhor, das negras) nessa mestiçagem, como de resto – e ao contrário dos ameríndios, tidos por “molengos e inconstantes”³⁷ – o papel do homem negro, como força de trabalho, é exaltado. Não só como força de trabalho, mas como exemplar ideal de humanidade na sua robustez e beleza física, transmitida aos mestiços de negro³⁸. A miscigenação produziu muitos mulatos, muitos bastardos – incluindo os filhos dos padres –, dos quais afirmou: “quando mestiços resultaram quase sempre da união do melhor elemento masculino – os brancos afidalgados

³⁴ FREDERICKSON, 2002: 9. Diferença e poder são as duas componentes da teoria do racismo deste autor.

³⁵ FREDRICKSON, 2002: 156-157.

³⁶ FREYRE, 2003: 35.

³⁷ FREYRE, 2003: 80.

³⁸ FREYRE, 2003: 107.

das casas-grandes – com o melhor elemento feminino das Senzalas – as negras e mulatas mais bonitas, mais sadias e mais frescas”³⁹. Esta citação, reveladora, aliás, da presença de perspectivas oriundas da eugenia no seu discurso, permitirá classificá-lo como um “racialista romântico”⁴⁰.

O elemento fundamental que explicava essa miscigenação radicava, para Gilberto Freyre, na composição étnica dos portugueses. O autor brasileiro retoma explicitamente a ideia de uma origem africana dos povos peninsulares⁴¹, a problemática da importância do moçarabismo na génese da população portuguesa desenvolvida por Alexandre Herculano e, sobretudo, a teoria formulada décadas antes por Teófilo Braga acerca do moçarabismo dos portugueses. Braga não concebeu sempre a composição étnica da população portuguesa do mesmo modo, mas tendeu a ver o povo português como o resultado da fusão dos hispano-romanos ou hispano-godos com populações semitas, cartagineses, árabes, berberes, mouros, enfim – e mesmo judeus. O moçárabe era o povo português. A fusão – entre arianos e semitas – seria, aliás, uma prova de superioridade étnica⁴². Gilberto Freyre recupera as posições de Teófilo Braga, valorizando o papel dos semitas em geral – incluindo os judeus⁴³ – e distingue-se de anti-semitas como Basílio Teles e outros. O português já seria mestiço antes de chegar ao Brasil.

Não procuremos neste tipo de afirmações – e em muitas outras – qualquer rigor em matéria de comprovação. Só para dar um exemplo, atente-se que Freyre detecta o dito elemento “mouro” em indicadores como o ideal da mulher gorda e bonita, o hábito das avós preferirem sentar-se em tapetes e esteiras, o uso dos azulejos na decoração das casas, o gosto brasileiro pelo cuscuz⁴⁴.

Há muitas razões que explicam o enorme sucesso que viria a ter esta obra prolixa, que utilizava múltiplas fontes, da sociologia à história, à literatura de viagens, à etnografia, à arquitectura, à culinária. Todavia, o seu impacto não terá vindo propriamente deste recurso original a estes materiais, mas fundamentalmente por constituir uma representação que contestava o arianismo e a defesa da supremacia absoluta do branco, afirmando a importância do elemento negro na formação do Brasil, e, em muito menor grau, do ameríndio: sobretudo da mulher deste. Contra o anti-semitismo extremamente influente no momento da sua publicação – o da época do triunfo do nazismo – proclamava as

³⁹ FREYRE, 2003: 536.

⁴⁰ A expressão “racialismo romântico” foi criada por George Frederickson para designar os abolicionistas norte-americanos do período anterior à Guerra Civil nos EUA, pois estes acreditavam numa diferença intrínseca entre brancos e negros em termos de psicologia e temperamento. Como ele assevera, pelo menos alguns destes adversários não aceitavam que houvesse uma inferioridade negra ou qualquer justificação para essa instituição (FREDERICKSON, 2002: 154), por isso recusa designá-los como racistas.

⁴¹ FREYRE, 2003: 278-281.

⁴² SOBRAL, 2004.

⁴³ FREYRE, 2003: 285-293.

⁴⁴ FREYRE, 2003: 299.

virtudes semitas. Contra a “pureza”, a mestiçagem. Como escreveu António Cândido, estudante universitário na época do lançamento de *Casa-Grande & Senzala*, só mais tarde se viu quanto havia de “extrapolação e arbítrio na obra”. Na época, ela representou um “choque revelador”, que revolucionou a percepção que os brasileiros tinham do Brasil⁴⁵. Pode acrescentar-se que também propunha uma visão específica de Portugal, país colonizador, e dos portugueses, confrontando-se directamente com representações da identidade nacional portuguesa que lhe são anteriores, como referimos. Esta dimensão não tem sido objecto de atenção, pois esta tem-se voltado para os aspectos que proporcionaram o seu aproveitamento pelo Estado Novo em defesa da sua política colonial.

A sua representação da identidade nacional portuguesa conhecerá uma grande influência em Portugal, na sequência da Segunda Guerra Mundial. Afinal, fazia uma apologia global dos portugueses, num contexto de conflito com outras interpretações da nacionalidade brasileira, que lamentavam ter sido colonizados por um povo inferior⁴⁶. Freyre era um *Lusófilo* que se opunha a *Lusófobos*⁴⁷. Defendia a ideia de o catolicismo ser o cimento da unidade brasileira e portuguesa e de os colonizadores portugueses não terem preocupações de unidade ou pureza de raça⁴⁸ – ao contrário dos anglo-saxónicos e protestantes⁴⁹. Estes aspectos granjearam-lhe a simpatia do Estado Novo, que cresce a partir do momento em que este enfrenta o nacionalismo africano emergente, “abole” o Império colonial, adopta uma política tímida de promoção de elites coloniais, oculta o racismo e favorece as proclamações oficiais das virtudes da miscigenação. Apesar disso, a recepção do luso-tropicalismo pelo Estado Novo, como já se assinalou, foi acentuadamente selectiva e manipuladora, pois este nunca aceitou todas as suas implicações, como a revalorização dos contributos negros, ameríndios, mouros, semitas, tão patente na obra cimeira de Freyre, ou a ideia de que a comunidade luso-tropical transcendia a soberania portuguesa e poderia sobreviver-lhe⁵⁰. Freyre lamentava, aliás, em 1972, “que o conceito de uma civilização e de uma sociedade transnacionais [sic] que se denominem luso-tropicais” não despertasse maior entusiasmo em Portugal e na África e no Oriente de “formação lusitana”⁵¹. Mas as suas ideias

⁴⁵ CÂNDIDO, 1993: 83.

⁴⁶ No fim da Grande Guerra de 1914-18 assistiu-se no Brasil a um ressurgir de um nacionalismo brasileiro dirigido contra os portugueses, de que já houvera manifestações anteriores depois da Independência, entre eles o movimento jacobino, surgido após a implantação da República em 1889. Ver SKIDMORE, 2005: 84-87, 174.

⁴⁷ Não estava só. Ver SKIDMORE, 2005: 73-74.

⁴⁸ FREYRE, 2003, 91-92.

⁴⁹ FREYRE, 2003: 231.

⁵⁰ CASTELO, 1998: 139-140.

⁵¹ FREYRE, 1972: 13. Um dos autores que cita como apoiante das suas ideias, Henrique de Barros, foi figura cimeira da política portuguesa no pós 25 de Abril e aprovou a descolonização. Outros, como Marcello Caetano, Franco Nogueira, Ruy Patrício, foram dos principais pilares do Estado Novo até ao

sobreviveriam e seriam elogiadas, nomeadamente a defesa do carácter mestiço dos portugueses, e, de um modo geral, o elogio da mestiçagem, por um importante dirigente político africano de visita a Portugal, quando o fim do colonialismo português estava à vista: o então Presidente da República do Senegal, Léopold Sedar Senghor⁵².

3. O pensamento do terceiro dos autores que abordaremos neste texto, Sérgio Buarque de Hollanda, o escritor de *Raízes do Brasil* (1936), livro que o consagrou, não pode ser compreendido sem ser em diálogo com a obra de Freyre e outros autores brasileiros, anteriores ou contemporâneos, empenhados em interpretar o carácter nacional⁵³. Natural de São Paulo, teve uma formação intelectual muito influenciada pelo movimento modernista brasileiro, e, como Freyre, a sua obra só é compreensível no contexto do ambiente de análise social e radicalismo intelectual que eclodiu depois da revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder⁵⁴. Foi jornalista e estudante em Berlim nos últimos anos da República de Weimar. Contactou aí com a obra de Max Weber, que muito o dirigiu para uma sociologia da compreensão, para a utilização dos “tipos ideais” na análise, para a consciência da importância do patrimonialismo e para a valorização do papel da religião em matéria de organização social e atitudes económicas⁵⁵. Outros importantes sociólogos, estes oriundos do universo norte-americano, estão presentes nesta obra: Thorstein Veblen e os fundadores da “Escola de Chicago”, por exemplo⁵⁶.

Obra publicada menos de três anos depois da de Freyre – que Hollanda conhecia pessoalmente desde novo⁵⁷ – é uma obra bem distinta da deste. É de uma grande

fim, e nos escritos de Jorge Dias, igualmente mencionado, não se vislumbra a crítica ao eurocentrismo que perpassa na obra de Freyre.

⁵² SENGHOR, 1975.

⁵³ SILVA, 2000.

⁵⁴ CÂNDIDO, 2005.

⁵⁵ Assinale-se que (ainda) não tivemos acesso à 1.ª edição de *Raízes do Brasil* (1936), pelo que citamos aqui a 2.ª, corrigida pelo autor e reeditada sucessivamente, de 1947.

⁵⁶ Depois desta obra, Buarque de Hollanda abandona a abordagem ainda genérica do sociólogo do “carácter nacional” pela do historiador, tornando-se um personagem muito influente da historiografia brasileira. Ver HOLLANDA, 2005: 189-193.

⁵⁷ *Raízes do Brasil* foi o primeiro volume de uma colecção – *Documentos Brasileiros* – na época dirigida por Gilberto Freyre (FRANÇOSO, 2004: 43). Freyre e Buarque de Hollanda encontram-se no Rio de Janeiro da década de 1920, no ambiente do modernismo brasileiro e de atenção à cultura popular; um desses encontros reúne Hollanda, Freyre, o músico (erudito) Heitor Villalobos e o músico (popular)

contenção descritiva face à do primeiro, o que se reflecte no número de páginas. Também a formação disciplinar distingue ambos. Embora Hollanda cite alguns antropólogos, a antropologia ocupa nesta obra um lugar periférico, ao contrário do que sucede no texto de Freyre. E a antropologia mencionada não envolve as amplas referências à antropologia física, racialisista e muitas vezes racista, influente em finais de Oitocentos, com que se confronta Freyre. Também não se revela aqui o conhecimento detalhado de múltiplos autores portugueses, nem a interpelação frequente dos mesmos, que atravessa a obra de Freyre, embora surjam nas suas páginas referências a Alberto Sampaio, Lúcio de Azevedo, António Sérgio, Costa Lobo ou Gonçalves Cerejeira. Mas o que respeitava a Portugal era uma preocupação periférica para o sociólogo e historiador sobretudo interessado no Brasil, enquanto em Gilberto Freyre a temática portuguesa parece desde logo desempenhar um papel mais importante. Esta última adquire ainda maior importância a partir do momento em que o escritor nordestino se torna uma figura de algum relevo em Portugal – o que nunca viria a suceder com Hollanda, por motivos que se tornam notórios ao examinarmos esta sua obra. Também a trajectória política de ambos os autores é distinta. Freyre evolui de posições esquerdistas para posições conservadoras, vindo a apoiar a Ditadura Militar brasileira na década de sessenta. Hollanda conservar-se-á um homem de esquerda até à sua morte, sendo membro fundador do Partido dos Trabalhadores em 1980⁵⁸.

A colonização portuguesa surge na matriz explicativa da formação social brasileira. Como escreveu logo no início, “(...) É significativa, em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança através de uma nação ibérica”⁵⁹. É claramente a principal das “raízes” de um Brasil olhado de modo muito crítico – como atrasado – na década de 1930⁶⁰. Embora se fale no ameríndio e no negro, bem como na hibridação cultural, estas temáticas não ocupam neste texto o papel central que possuem no de Freyre, que parece muito mais preocupado em debater a problemática racial. Poderá mesmo dizer-se que, enquanto para o autor pernambucano as sociedades da Europa do Norte e dos EUA são refutadas em função de uma valorização das sociedades tropicais estruturadas pela colonização portuguesa (e ibérica), na obra de Buarque de Hollanda elas possuem um papel exactamente contrário: servem de referente a mais das vezes positivo a uma colonização portuguesa criticamente avaliada. De facto, as nações ibéricas nem seriam integralmente europeias, mas zonas de fronteira, uma “região indecisa” entre a Europa e a África⁶¹.

Pixinguinha. A abordagem das relações entre modernismo, cultura popular e representações da identidade nacional brasileira é feita por Vianna.

⁵⁸ HOLLANDA, s/d.

⁵⁹ HOLLANDA, 2005: 31.

⁶⁰ SILVA, 2005: 28-30.

⁶¹ HOLLANDA, 2005: 32. Esse lugar intermediário de Portugal entre a Europa e a África, já era assinalado por Freyre. Ver BASTOS, 1999: 226.

Liga-se a essa situação periférica a ausência de “orgulho de raça” que caracterizaria os portugueses, como os latinos, mestiços ainda antes de chegarem ao Brasil e próximos sobretudo dos muçulmanos do Norte de África⁶². Tal não significava que não houvesse discriminação contra gente negra⁶³. Apesar de tender a achar “natural” que os portugueses – que descreve como já mestiços antes – continuassem a misturar-se com outras populações, não deixa de considerar que a mestiçagem, que empresta aos portugueses, constituiu “um notável elemento de fixação ao meio tropical”, que lhes permitiu “construir uma pátria longínqua longe da sua”⁶⁴. De uma maneira geral, embora ainda um *racialista* – nos termos da caracterização que mencionámos, pois aceita a existência de raças⁶⁵ e de comportamentos fixos ligados às mesmas – como quando refere ter a colonização uma “fisionomia mercantil quase *semita*” [itálico nosso]⁶⁶, não dá a importância explicativa a este factor que lhe confere um Freyre – ou os autores portugueses citados antes. Afirma peremptoriamente que as características dos povos ibéricos não provêm de qualquer “inelutável fatalidade biológica”⁶⁷, o que está em sintonia com a ausência quase total de referências à antropologia dita física. Mas pode-se dizer que, de alguma maneira, o lugar do racismo é substituído nas suas páginas por um certo essencialismo cultural, que aponta para um carácter psicológico dos portugueses definido em poucos traços – os que convêm a um tipo ideal – generalizador, inimigo da variedade e desprovido de carácter histórico. Tal é detectável no modo como reduz a história a dois tipos, dotados de uma psicologia atemporal: o *aventureiro* e o *trabalhador*. Para o primeiro tipo, audacioso, que ignora fronteiras e “vive dos espaços ilimitados”, o que conta “é colher o fruto sem plantar a árvore”. Foi este tipo que levou a cabo a conquista e a colonização. O segundo, mais consciente das dificuldades, com perspectivas mais restritas, caracteriza-se pelo esforço lento e persistente. Apesar de chamar a atenção de modo weberiano para o facto de estes tipos não possuírem “existência real fora do mundo das ideias” e de haver múltiplas combinações entre ambos, não deixa de identificar os portugueses – e outros construtores de Impérios como a Espanha e a Inglaterra – como aventureiros⁶⁸.

O português é assim, na sua construção – em que o contraponto diferenciador (e modelar) é representado, como já se disse, pelos povos da Europa protestante do norte –

⁶² HOLLANDA, 2005: 53. Em outra obra, caracterizou o Portugal dos séculos XV-XVI como um “melting-pot de raças”. Ver FRANÇOSO, 2004: 72.

⁶³ HOLLANDA, 2005: 56.

⁶⁴ Não deixa de ser significativo que Hollanda tenha deixado no seu texto a referência ao racista Günther, cujas posições parece terem angustiado Pires de Lima e Mendes Correia, que afirmaria ostentarem os portugueses uma “maior percentagem de sangue negro” do que os espanhóis (HOLLANDA, 2005: 53).

⁶⁵ Ainda fala, por exemplo, em “raça dominante” para designar os portugueses (HOLLANDA, 2005: 48).

⁶⁶ HOLLANDA, 2005: 106.

⁶⁷ HOLLANDA, 2005: 36.

⁶⁸ HOLLANDA, 2005: 44-45.

– um aventureiro, que busca no Brasil, como na Índia, uma “riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”⁶⁹. O trabalho era-lhe fornecido pelos escravos. Não fundou, com a lavoura de cana, uma verdadeira civilização agrícola, por tal não coincidir com esse “espírito aventureiro”, por não haver em Portugal população suficiente para exportar para o trabalho da terra e a actividade agrícola não ser prestigiada aí. O português desprezava a moral fundada no “culto ao trabalho” – identificado genericamente com “os povos do Norte” ou “povos protestantes” – prezava a ociosidade e a contemplação⁷⁰. Era individualista, questionando as hierarquias, os privilégios hereditários, cultivava um sentimento de dignidade pessoal que corresponde a uma ética de fidalgos⁷¹.

Estas observações de Holanda estribavam-se nas considerações de Weber sobre a articulação entre a ética protestante e o capitalismo e estabeleciam uma diferença entre o “amor às riquezas” – que os ibéricos, como outros, tinham – e a “mentalidade capitalista, assente em virtudes como a “honorabilidade e a exactidão”⁷². Num apontamento que sintetiza bem a sua postura, escreveu: “(...) As qualidades morais que requer naturalmente a vida de negócios distinguem-se das virtudes ideais da classe nobre nisto que respondem, em primeiro lugar, à necessidade de crédito, não à de glória e de fama. São virtudes antes de tudo lucrativas, que à honra cavalheiresca e palaciana procuram sobrepor a simples honorabilidade profissional, e aos vínculos pessoais e diretos, a crescente racionalização da vida”⁷³. A colonização do Brasil, vista sobre o prisma das sociedades do norte – as mais industrializadas, escolarizadas, urbanizadas (e poderosas) no momento da publicação deste ensaio – oferecem um poderoso contraste com o Portugal colonizador e a antiga colónia. A oposição entre o patrimonialismo e a burocracia – o funcionário patrimonial e o burocrata – vem-lhe de Weber⁷⁴. O patriarcalismo, o compadrio e o patrimonialismo da vida brasileira – supremacia dos vínculos familiares, do afectivo e do irracional sobre a organização e a racionalidade, interferência do privado na esfera pública e não a sua descontinuidade – provinham das raízes coloniais. O prestígio dos títulos académicos – sobre o trabalho utilitário – eram a herança de um colonizador que buscara ouro e diamantes, tratara o território como uma feitoria – a fixação fizera-se no litoral – não instituíra centros de saber (universidades) e desenvolvera uma sociedade dominada pelos senhores de engenho e assente na escravatura⁷⁵. Modelos de vida e valores que persistiram para lá do ocaso do poder colonial que

⁶⁹ HOLLANDA, 2005: 49.

⁷⁰ HOLLANDA, 2005: 38.

⁷¹ HOLLANDA, 2005: 31-37.

⁷² HOLLANDA, 2005: 135.

⁷³ HOLLANDA, 2005: 133.

⁷⁴ HOLLANDA, 2005: 145-146.

⁷⁵ HOLLANDA, 2005: 73-92.

moldara a sua génese. Para o Brasil se modernizar, os brasileiros “tinham que deixar de ser portugueses transplantados nos trópicos” e adoptar o modelo americano⁷⁶.

Não é difícil perceber porque é que Hollanda não parece ter tido grande recepção em Portugal. Homem de esquerda, apesar de encontrar algum traço positivo na colonização portuguesa, por os portugueses serem amoldáveis⁷⁷, de um modo geral via nela a raiz dos males... do Brasil. A própria religiosidade católica era criticada, por não conduzir ao capitalismo, e por ser uma religiosidade de superfície, sendo vista sob o prisma do... protestantismo; a Europa do Norte é ainda e sempre o modelo⁷⁸. Para não falar de os brasileiros serem herdeiros de traços pouco recomendáveis, como a “pieguice lusitana”, e “uma sentimentalidade lacrimosa”, vinda da “metrópole” e que viera a alastrar numa “sensibilidade feminina, deliquescente, linfática”⁷⁹. Tudo anátema aos olhos censórios do Estado Novo.

4. O último dos autores que tratamos, Jorge Dias, natural do Porto, doutora-se em Etnologia (Volkskunde), em Munique em 1944, pouco antes do colapso do nazismo. Virá a ser a figura principal da antropologia portuguesa até à sua morte, substituindo nesse papel Mendes Correia, cuja influência começa a declinar, e a antropologia física que este praticara por uma antropologia inspirada pela etnologia e pela obra de alguns antropólogos culturais norte-americanos.

Embora doutorado na Alemanha nazi, Dias não atribuirá à raça – nem mesmo na sua dissertação de doutoramento sobre Vilarinho das Furnas (1944) – um papel determinante na explicação do comportamento humano⁸⁰. Mais tarde, quando a influência da antropologia cultural norte-americana nos seus textos se amplia, afirmará que não existe qualquer relação entre raça e psicologia⁸¹. O oposto do que sustentara antes um Mendes Correia – as diferenças entre um e outro já foram devidamente assinaladas⁸². Jorge Dias é um nacionalista católico e este último aspec-

⁷⁶ SILVA, 2000: 30.

⁷⁷ HOLLANDA, 2005: 32.

⁷⁸ HOLLANDA, 2005: 150-151.

⁷⁹ HOLLANDA, 2005: 148, 162.

⁸⁰ SOBRAL, 2007: 488-490.

⁸¹ DIAS, 1961a: 150.

⁸² PEREIRA, 1998: XXVI-XXVII.

to deve ser tido em conta para explicar o seu anti-racismo, e as suas afinidades nesta matéria com grandes nomes da antropologia americana⁸³.

A teoria da nação de Dias transforma o comunitarismo que encontrara nas aldeias do norte [Vilarinho da Furna e Rio de Onor] e a família patriarcal extensa – cuja importância fora já assinalada por Freyre e por Hollanda na formação do Brasil – em elementos básicos do carácter nacional. A miscigenação seria também parte do “carácter nacional”, pois Portugal já era um produto da mistura de diversos povos – Iberos, Celtas, Lusitanos, Romanos, Germanos, Árabes, Berberes e Judeus⁸⁴. Por isso, os portugueses reconheceriam os filhos mestiços e não possuiriam o orgulho e superioridade racial de outros, tratando os escravos como família (seriam incorporados na vivência da família extensa).

O papel da religião católica teria sido capital, pois o catolicismo estaria desprovido do espírito capitalista que Weber associara ao protestantismo (como Sérgio Buarque de Hollanda assinalara). Jorge Dias sintetiza deste modo a combinação entre comunitarismo, miscigenação e religião no “carácter nacional”: “A composição heterogénea do povo português e a estrutura tradicional e comunitária e patriarcal permitiram-lhe uma perfeita assimilação do espírito cristão da fraternidade, inteiramente coerente, mesmo quando posto à prova em situações de grandes contrastes raciais e culturais”⁸⁵. Por isso, Portugal, não fizera uma expansão como as outras: a “chamada expansão ultramarina portuguesa” distinguia-se dos “movimentos colonizadores das nações capitalistas”⁸⁶.

Embora muito influenciado pela antropologia cultural norte-americana⁸⁷, imbuída, ao menos potencialmente, de um relativismo valorizador das outras culturas, Jorge Dias produz uma narrativa da expansão colonial portuguesa – o mesmo é dizer da identidade nacional – dominada por um nacionalismo cristão etnocêntrico em que Portugal aparece como instrumento da providência divina na história da humanidade. Esta última parte do estágio dos caçadores-recolectores e, depois do Neolítico, da agricultura e da sedentarização, culmina numa terceira fase, que já não é uma fase de “evolução inconsciente como as anteriores”, mas envolve a emergência de um programa doutrinário: é inaugurada com o nascimento de Cristo, que traz uma mensagem de união para toda a humanidade “sob um símbolo de paz, justiça e amor”⁸⁸. Os por-

⁸³ A crítica ao “preconceito racial” e ao “racismo” vinha-se a desenvolver na sociedade americana – e também na antropologia, em autores que muito influenciaram Dias, como Ruth Benedict, desde os anos 1940. FREDERICKSON, 2002: 165 e segs.

⁸⁴ DIAS, 1961a: 154.

⁸⁵ DIAS, 1961a: 155.

⁸⁶ DIAS, 1961a: 153.

⁸⁷ SOBRAL, 2007.

⁸⁸ DIAS, 1961 [1957]:153. No capítulo IV da sebenta (DIAS, 1965-66: 149-175) é-nos reproduzida a visão comum da evolução da história em vários estádios desde o Paleolítico, que culmina com a apologia da civilização europeia e do “movimento da unidade europeia”, que teria como símbolo “a cruz de Cristo”.

tugueses teriam difundido a mensagem universalista de Cristo através da sua colonização. Visão nacionalista, eurocêntrica, de um catolicismo tido como veículo de uma forma superior de humanidade, tudo combinado com uma hostilidade marcada ao Islão, cujos adeptos entende serem adversários dos portugueses, como afirma reiteradamente num relatório confidencial de 1957, que iremos referir mais à frente.

Apesar de Gilberto Freyre⁸⁹ citar Jorge Dias como um dos que apoiava as suas ideias de construção transnacional luso-tropical, verificamos que esta asseveração não correspondia efectivamente às suas posições, pois o centro para ele continuava a ser representado por Portugal. Não há uma exaltação do papel dos mouros ou judeus – o cristianismo é representado como uma moral superior – nem do dos negros. Faz-se a defesa da mestiçagem, associando-a a uma imagem positiva – e superior – do português e da “sua” religião.

As ideias de Freyre eram assim apropriadas selectivamente no que continham de denegação do racismo português, como de resto terá sucedido, em nosso entender, com tópicos de Buarque de Hollanda. A atribuição de traços específicos dos portugueses como o desprezo pelo interesse mesquinho, o gosto pelo luxo, a ausência de sentido capitalista, o individualismo – que tornaria os portugueses “um povo difícil de governar” – a importância dada às relações humanas ecoam tópicos encontrados no discurso deste último⁹⁰. Até a “cordialidade” – hospitalidade, generosidade, emotividade rica – retirada da caracterização de Buarque de Hollanda do brasileiro como “homem cordial” e inspirada na concepção de *Gemeinschaft* de Tonnies⁹¹ – é apropriada como característica portuguesa. Todavia, tal é feito sem que as dimensões negativas da mesma para o autor brasileiro – ausência de distinção entre o público e o privado, ligada ao patrimonialismo – sejam devidamente retidas⁹². As temáticas de Freyre e Hollanda eram selectivamente adaptadas a um discurso nacionalista católico, que lhes alterava o sentido que possuíam nos discursos originais, e que estava em sintonia com o do Estado português.

A deslocação ao norte de Moçambique em finais dos anos 1950 confronta o antropólogo com o racismo evidente da população portuguesa “branca” em relação à população africana – cujo terror e hostilidade face aos portugueses assinala – aos originários do subcontinente indiano, aos mestiços. Escreve, então, a propósito dos mestiços, esse suposto produto de uma atitude singular dos portugueses em matéria de “relações raciais”: “(...) é certamente índice de recalcamento e de grande descontentamento de uma população que deveria constituir um elo entre a população branca e a negra, como sucedeu no Brasil, mas que se sente aqui relegada para um plano

⁸⁹ FREYRE, 1972: 13.

⁹⁰ DIAS, 1961 [1950]: 97-119.

⁹¹ HOLLANDA, 2005: 139-151.

⁹² DIAS, 1961 [1957]: 147.

inferior, pela atitude racista da população branca”⁹³. Num tom que evidencia o paternalismo condescendente e superior do colonizador diz dos africanos: “(...) Eles no fundo contentam-se com pouco, estender-lhes a mão e falar-lhes com respeito e simpatia”⁹⁴. Insistirá, neste relato ansioso e pessimista – presente a luta anti-colonial que se avizinha –, no papel ideal de fraternidade humana representado pelo cristianismo e na necessidade de, através de uma política de assimilação, “transformar estas dezenas de milhares de pretos em bons cristãos e bons portugueses”⁹⁵.

Esta visão da história e da essência portuguesa, que ecoava representações antigas dos portugueses como povo eleito para executar planos da providência divina para cristianizar o mundo⁹⁶, tinha todos os ingredientes para ser recebida positivamente no seio do Estado Novo dos anos 1950. Num tempo de conflito, em plena época da descolonização, a teorização de Dias revela-se a mais adequada a uma retórica que proclama a unidade entre aquém e além-mar e que postula a construção de um povo português alargado a todos pela assimilação. O discurso da superioridade da raça branca, da hostilidade aos mestiços, do orgulho imperial, hegemônico no tempo de Mendes Correia, saía de cena. Entrara-se na época da representação oficial da expansão como encontro de povos e de culturas⁹⁷.

5. Quatro autores, quatro representações da identidade nacional portuguesa e dois momentos do nacionalismo oficial português. O primeiro, que aqui representámos através dos escritos de Mendes Correia, é marcado por uma grande preocupação com as origens dos portugueses, pela ansiedade em demonstrar que este povo também se integrava plenamente no mundo superior da raça branca e pela defesa da supremacia racial desta no contexto colonial. Num tempo de triunfo racista e de apogeu do imperialismo, no tempo nacionalista das comemorações dos Centenários da “fundação” e “restauração” de Portugal (1940), mostra-se hostil à mestiçagem. O segundo momento é representado pelo aparecimento da obra capital de Gilberto Freyre, que valoriza o contributo de outras “raças” e da mestiçagem, oferecendo uma representação da identidade nacional portuguesa oposta à de Correia e de outros publicistas anteriores.

⁹³ DIAS, GUERREIRO, 1958: 24. A citação é de Jorge Dias. Este relatório, já citado por outros investigadores, está carimbado como “Confidencial”.

⁹⁴ DIAS, GUERREIRO, 1958: 74

⁹⁵ DIAS, GUERREIRO, 1958: 84.

⁹⁶ SOBRAL, 2007: 496.

⁹⁷ DIAS, 1961b: 174.

A obra de Freyre deve a sua aceitação em Portugal ao facto de aparecer como uma apologia histórica da acção portuguesa, cuja utilidade era tanto maior quanto esta era posta em questão. A obra de Buarque de Hollanda aqui examinada data da mesma época. Esta partilha tópicos da narrativa de Freyre e sobretudo a referência à ausência de preconceito rácico dos portugueses, que tão importante se tornaria para o Estado Novo no ambiente crescentemente anti-racista pós Segunda Guerra Mundial. Todavia, este sociólogo e historiador não apresentava uma visão apologética da acção dos portugueses, pelo que a sua produção não foi inscrita nas representações do nacionalismo oficial português.

Jorge Dias fez circular e adaptou tópicos das representações de ambos no âmbito de uma narrativa centrada na exaltação do povo português e seus feitos. A sua formulação e a de Freyre puderam ser aceites como representações oficiais do povo e da nação portuguesas no contexto anti-racista internacional, inaugurado pela derrota dos nacionalismos frontalmente racistas em 1945.

Bibliografia

- APPIAH, Kwame Anthony, 1990 – “Racisms”, in GOLDBERG, David Theo (ed.) – *Anatomy of Racism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BASTOS, Elide Rugai, 1999 – “Gilberto Freyre, Casa-Grande & Senzala”, in MOTA, Lourenço Dantas (org.) – *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico*. São Paulo: Editora Senac.
- BRANDÃO, Raul, 1969 – *Memórias*. Lisboa: Jornal do Foro.
- BURKE, Peter; PALHARES-BURKE, Maria-Lúcia, 2008 – *Gilberto Freyre: Social Science in the Tropics*. Oxford: Peter Lang.
- CÂNDIDO, António, 1993 – *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CÂNDIDO, António, 2005 – “O Significado de Raízes do Brasil”, in HOLLANDA, Sérgio Buarque de – *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CORREIA, António A. Mendes, 1919 – *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- CORREIA, António A. Mendes, 1924 – *Os Povos Primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas.
- CORREIA, António A. Mendes, 1940 – “O Mestiçamento nas Colónias Portuguesas”, in Comissão Executiva dos Centenários, *Congresso do Mundo Português Publicações – XIV volume, Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso)*, Tomo I. Porto: Imprensa Portuguesa.
- CORREIA, António A. Mendes, 1943 – *As Raças do Império*. Porto: Portucalense Editora.
- DIAS, Jorge, 1965-66 – *Antropologia Cultural (Lições dadas ao 1.º ano do Curso Complementar pelo Prof. Doutor Jorge Dias)*. Lisboa: Associação Académica do I.S.C.S.P.U.

IDENTIDADE NACIONAL
ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

- DIAS, Jorge; GUERREIRO, Manuel Viegas, 1958 – *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, Jorge, 1961 – *Ensaio Etnológicos*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, Jorge, 1961a – “A expansão ultramarina portuguesa á luz da Moderna Antropologia” in *Estudos Etnológicos*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, Jorge, 1961b – “Contactos de cultura” in *Estudos Etnológicos*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar.
- FRANÇOSO, Mariana de Campos, 2004 – *Um Outro Olhar: A Etnologia Alemã na Obra de Sérgio Buarque de Hollanda*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- FREDERICKSON, George, M., 2002 – *Racism: A Short History*. Princeton NJ: Princeton University Press.
- FREYRE, Gilberto, 2003 (1.^a ed. 1933) – *Casa-Grande & Senzala*. S. Paulo: Global.
- FREYRE, Gilberto (1.^a ed. 1953) – *Aventura & Rotina: Sugestões de uma Viagem à Procura das Constantes Portuguesas de Carácter e Acção*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FREYRE, Gilberto, s/d – *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- FREYRE, Gilberto [1972] – *Novo Mundo nos Trópicos*. Lisboa: Livros do Brasil.
- HAYES, Carlton J. H., 1963 (1941) – *A Generation of Materialism 1871-1900*. New York: Harper and Row.
- HOLLANDA, Maria Amélia Buarque de, s/d – “Apontamentos para a cronologia de Sérgio”, in HOLLANDA, Sérgio Buarque de – *100 anos*. Disponível em <<http://www.unicamp.br/siarq/sbh/>> (acesso em 8-7-2010).
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de, 2005 – *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KLAUTKE, Egbert, 2007 – “German Race Psychology and Its Implementation in Central Europe: Eggon von Eickstedt and Rudolf Hippius”, in TURDA, Marius; WEINDLING Paul J. (eds.) – *Blood and Homeland: Eugenics and Racial Nationalism in Central and Southeast Europe 1900-1940*. New York: Central European Press.
- LIMA, J. A. Pires de, 1940 – *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.
- LLOBERA, Josep, 2003 – *The Making of Totalitarian Thought*. Oxford: Berg.
- MELO, Evaldo Cabral de, 2005 – “Posfácio: Raízes do Brasil e depois”, in HOLLANDA, Sérgio Buarque de – *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PEREIRA, Rui, 1998 – “Introdução à reedição de 1998”, in DIAS, Jorge – *Os Macondes de Moçambique, Vol. I – Aspectos Históricos e Económicos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto de Investigação Científica e Tropical, p. XXVI-XXVII.
- SENGHOR, Léopold Sedar, 1975 – *Lusitanidade e Negritude*. Lisboa: Academia das Ciências.
- SILVA, Alberto da Costa e, 2000 – “Quem fomos no século XX: as grandes interpretações do Brasil”, in MOTA, Carlos Guilherme (org.) – *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000) – A Grande Transacção*. São Paulo: Editora Senac.

IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA NO SÉCULO XX –
– REPRESENTAÇÕES ORIUNDAS DE PORTUGAL E DO BRASIL

SKIDMORE, Thomas E., 2005 (1.^a ed. 1993) – *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Durham e Londres: Duke University Press.

SOBRAL, José Manuel, 2004 – “O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”. *Análise Social*, vol. XXXIX, 171. Lisboa: ICS, p. 255-284.

SOBRAL, José Manuel, 2007 – “O Outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela Antropologia Portuguesa”. *Revista de História das Ideias*, vol. 28, p. 479-526.

VIANNA, Hermano, 2005 – *The Mystery of Samba: Popular Music and National Identity in Brazil*. Chapel Hill & Londres: The University of North Carolina Press.

Amoras bravas no verão: o país de Eugénio de Andrade

Augusto Santos Silva

Faculdade de Economia – Universidade do Porto

1. Pode perguntar-se a um poeta o que pensa sobre o seu país¹? Pode, certamente. E deve ler-se com cuidado o que escreve e como o escreve. É um país que sabe a amoras bravas no Verão, responde Eugénio de Andrade². Ou seja:

As amoras

*O meu país sabe às amoras bravas
no verão.
Ninguém ignora que não é grande,
nem inteligente, nem elegante o meu país,
mas tem esta voz doce
de quem acorda cedo para cantar nas silvas.
Raramente falei do meu país, talvez
nem goste dele, mas quando um amigo
me traz amoras bravas
os seus muros parecem-me brancos,
reparo que também no meu país o céu é azul.*

*(O Outro Nome da Terra, 1988)*³

¹ Apresentei, em Abril de 2009, no Seminário Internacional *Cultura e Identidade Nacional: entre o Discurso e a Prática*, promovido pelo CEPESE – Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade, uma comunicação oral intitulada “O discurso poético sobre a identidade nacional: uma dupla singularidade portuguesa?”. Nela convidava os interessados a reconsiderar, como discurso sobre a identidade, a poesia de alguns dos nossos mais influentes escritores do século XX, como Vitorino Nemésio, Miguel Torga, Jorge de Sena, Sophia de Mello Breyner Andresen, Carlos de Oliveira, Eugénio de Andrade ou Alexandre O’Neill. Não me sendo possível, por razões de tempo e de espaço, desenvolver no presente texto a argumentação então esboçada, centro-me em Eugénio de Andrade e na sua elaboração de uma afinidade entre duas pátrias: Portugal e a poesia. Bem entendido: certa recriação de Portugal e certa palavra poética.

² Eugénio de Andrade nasceu na Póvoa de Atalaia, uma povoação rural do concelho do Fundão, em 1923 e morreu em 2005 no Porto, cidade onde vivia desde 1950. Depois de dois livros iniciais que viria a retirar da sua bibliografia, publicou em 1948 *As Mãos e os Frutos*, em 1950 *Os Amantes sem Dinheiro* e em 1951 *As Palavras Interditas*, tomando-se desde então um nome incontornável da poesia portuguesa. Publicou regularmente ao longo das décadas de 1950 a 1990, tendo a sua última obra saído em 2001, com o título *Os Sulcos da Sede*. Foi sobretudo poeta: aos 26 originais de poesia correspondem, do seu lado, três recolhas de textos em prosa. Escreveu ainda dois livros para crianças, organizou várias antologias e traduziu alguns poetas.

Céu azul, muros brancos, voz doce, proximidade à terra e aos seus frutos, condição bravía. O país que conta é o país vivido, o território elementar onde um filho de camponesa aprendeu a ser gente, a fusão da comunidade humana com o meio natural, esse espaço-tempo chão e pobre onde se gera o desejo, a ternura, a rebeldia, a descoberta. Como se pode nomear este país? Talvez pensando numa pequena pátria, numa casa térrea rodeada de quintal, numa presença “materna, quero eu dizer: poética”³:

A pequena pátria

*A pequena pátria; a do pão;
a da água;
a da ternura, tanta vez
envergonhada;
a de nenhum orgulho nem humildade;
a que não cercava de muros
o jardim nem roubava
aos olhos o desajeitado voo
das cegonhas; a do cheiro quente
e acidulado da urina
dos cavalos; a dos amieiros
à sombra onde aprendi
que o sexo se compartilhava;
a pequena pátria da alma e do estrume
suculento morno mole;
a da flor múltipla e tão amada
do girassol.*

(*Os Lugares do Lume*, 1998)

Ou então:

Às portas do sol

*A casa é térrea, prolonga a eira,
o olival. Desde cedo
conheceste o sal
dos olhos às portas do sol.
Rastejar, em menino,
pela terra apura o ouvido:
nenhum rumor de ave
ou pulsação de sapo se perdia.
Também ouvias
de vaga em vaga o silêncio,
cada sílaba crescer para o trigo.*

(*Ofício de Paciência*, 1994)

³ Salvo indicação em contrário, os poemas de Eugénio de Andrade são citados a partir da segunda edição revista da colectânea *Poesia* (Porto: Fundação Eugénio de Andrade, 2005). São sempre referidos o título da obra original, assim como a data da sua primeira edição, mesmo que a versão ou até o poema citado possam só ter sido incluídos em edições posteriores.

⁴ Ver *Poesia, Terra de Minha Mãe* (2.^a ed.). Porto: Asa, 1998, p. 55-57.

Eis a vinculação. A casa, prolongando os lugares do trabalho, a terra bravia e a terra humanizada, o campo e o descampado. Os elementos. Os meninos e suas mães. Os bichos. As cores, os cheiros, as formas, os ruídos e silêncios. A aprendizagem pelo uso de todos os sentidos, com o corpo e junto de outros corpos. O desejo.

O enraizamento social do sujeito é redobrado pelo projecto poético: laço herdado, laço procurado. Opção radical pelo fundamento elementar do ser, esse chão despojado onde está o fulgor da luz. Nos termos de Eugénio de Andrade, uma poesia da matéria solar, das terras do sul, do sol e da cal, do branco e do azul, do mar, das dunas, dos rios, das fontes, da água.

[...] *O meu país é entre junho e setembro,
antes da primeira neve chama por mim.*
(*O Peso da Sombra*, 1982)

As chaves desta geografia são o Mediterrâneo; o Alentejo, Portugal mediterrâneo, assim como a Beira interior natal e a faixa litoral, das praias e dos núcleos piscatórios junto ao mar: um país rural, escasso, digno, despojado, um país feminino, de mulheres do povo, mulheres-mães, mulheres-viúvas, mulheres de negro, mulheres cosidas com a terra ou o mar. Também alguns enclaves urbanos de felicidade, mesmo que passageira, o Porto que acolheu o poeta, quer o Porto oriental junto a São Lázaro, quer o Porto marítimo da Cantareira e da Foz do Douro – assim como a Lisboa do Tejo, ou certos espaços e momentos de Coimbra⁵.

A afectuosa celebração do país pequeno e pobre onde as coisas elementares ganham intensidade e onde se teceram os laços do poeta à sua gente, terra e identidade, vai de par com a denúncia do lastro salazarento que sobrevive a Salazar, o “cheiro de caserna aliada a sacristia”⁶ nesse “país que não conhece/ sequer o sabor da sua própria nudez”⁷, sufocado pelo isolamento depressivo e a hipocrisia moral. O poeta, que está do lado da liberdade do desejo e da rebeldia, que, como o “falcão mais jovem”, é “doutros ares, doutro céu”⁸, há-de expor com as mais vigorosas palavras a tacanhez cultural das elites políticas, sociais ou académicas que, a seu ver, estiolam o país e o tornam singularmente permeável às modas superficiais, ao mesmo tempo que ingrato face aos seus melhores. Se lermos os tributos de *Homenagens e Outros Epiáfios*, quer na primeira edição de 1974 quer nas reedições revistas, logo encontraremos a funda incomodidade de Eugénio face à sacralização ritual de Pessoa e ao esquecimento em que caíram Ruy Belo, Jorge de Sena ou Vitorino Nemésio⁹.

⁵ Ver, em particular, o livro *Escrita da Terra* (1974).

⁶ Do poema “Ao Eduardo Lourenço, na flor da sua idade” (*Homenagens e Outros Epiáfios*, 1974).

⁷ Do poema “Sobre a razão” (*Véspera da Água*, 1973).

⁸ Do poema “O falcão” (*O Outro Nome da Terra*, 1988).

⁹ Vale a pena ler, a propósito desta denúncia poética do Portugal tacanho, todo o poema “À memória de Ruy Belo” (*Homenagens e Outros Epiáfios*), o qual, pela sua extensão, não posso reproduzir aqui.

Esse campo da liberdade que vem do mais fundo desejo do ser e desejo de ser é o “outro lado”, face às ortodoxias políticas, religiosas ou morais. O lado que se recusa a escolher entre as múltiplas disciplinas de almas e corpos, porque prefere o elo com a materialidade elementar da existência concreta, feita corpo:

Do outro lado

Também eu já me sentei algumas vezes à porta do crepúsculo, mas quero dizer-te que o meu comércio não é o da alma, há igrejas de sobra e ninguém te impede de entrar. Morre se quiseres por um deus ou pela pátria, isso é contigo; pode até acontecer que morras por qualquer coisa que te pertença, pois sempre pátrias e deuses foram propriedade apenas de alguns, mas não me peças a mim, que só conheço os caminhos da sede, que te mostre a direcção das nascentes.

(Memória Douro Rio, 1978)

A poesia encarnará esta pulsão pela liberdade, a opção pela desconformidade e pela dissidência, frente aos poderes normalizadores. É a “língua de fogo do não”, o “animal solitário”,

A poesia não vai

*A poesia não vai à missa,
não obedece ao sino da paróquia,
prefere aticar os seus cães
às pernas de deus e dos cobradores
de impostos.
Língua de fogo do não,
caminho estreito
e surdo da abdicação, a poesia
é uma espécie de animal
no escuro recusando a mão
que o chama.
Animal solitário, às vezes
irónico, às vezes amável,
quase sempre paciente e sem piedade.
A poesia adora
andar descalça nas areias do verão.*

(O Sal da Língua, 1995)

Voltamos, pois, ao ponto de partida. A poesia de Eugénio de Andrade abdica de outra vinculação que não seja ao país vivido, o país da terra, do sul e das mulheres-mães. Não quer saber de pátrias com maiúsculas ideológicas ou convencionais, nem quer misturar-se com grupos programados por crenças organizadas de qualquer sorte. Prefere a terra chã e a fonte bravia do desejo.

2. Mas não seria só assim, desconstruindo o ritual identitário e optando radicalmente pela aproximação afectuosa ao pequeno país das coisas simples, que Eugénio de Andrade responderia à nossa questão inicial: pode perguntar-se a um poeta o que pensa sobre o seu país? A criação poética de Eugénio diz-nos também que o seu país é a poesia, ou melhor, é a palavra, a palavra breve, a estritamente necessária, a que se declina sílaba a sílaba, buscando o sentido e a melodia que possam exprimir-nos.

As palavras

*São como um cristal,
as palavras.*

*Algumas, um punhal,
um incêndio.*

*Outras,
orvalho apenas.*

Secretas vêm, cheias de memória.

*Inseguras navegam:
barcos ou beijos,
as águas estremeçam.*

*Desamparadas, inocentes,
leves.*

*Tecidas são de luz
e são a noite.*

*E mesmo pálidas
verdes paraísos lembram ainda.*

*Quem as escuta? Quem
as recolhe, assim,
cruéis, desfeitas,
nas suas conchas puras?*

(Coração do Dia, 1958)

A palavra conquistada e articulada sílaba a sílaba, pacientemente esperada, pacientemente trabalhada, e oferecida no seu sabor, na sua cor, na sua música, é o centro da expressão poética, como a luz, o sol, o branco, a cal, o cardo, a duna ou o corpo nu são centros da vida. A poesia, espécie de música (como escreveu Óscar Lopes¹⁰), é o trabalho dessa e sobre essa língua-mãe, uma língua de todos: a língua simples e clara que vem desde a tradição medieval das cantigas de amigo, língua chã que se nos revela, se soubermos esperá-la e explorá-la sílaba a sílaba, recusando tudo o que for derivado ou supérfluo para nos circunscrevermos e focarmos no essencial – às vezes um só verso,

¹⁰ LOPES, 1981.

o “sal da língua” no caminho do silêncio, esse silêncio que é “de todos os rumores/ o mais próximo da nascente”¹¹. As palavras são irmãs da terra, da pedra, da água, do sol, do vento, do fruto, do corpo:

Nas palavras

*Respiro a terra nas palavras,
no dorso das palavras
respiro
a terra fresca da cal;

respiro um veio de água
que se perde
entre as espáduas
ou as nádegas;

respiro um sol recente
e raso
nas palavras,
com lentidão de animal.*

(*Obscuro Domínio*, 1971)

A poesia é, pois, um ofício, “ofício de paciência”:

Conselho

*Sê paciente; espera
que a palavra amadureça
e se desprenda como um fruto
ao passar o vento que a mereça*

(*Os Amantes sem Dinheiro*, 1950)

Um ofício de rigor – como a divisa de Leonardo da Vinci, *ostinato rigore* – em busca da expressão que, com a maior economia de meios, surpreenda a afinidade matricial entre a poesia e a música, criações humanas, e os elementos da terra:

Os frutos

*Assim eu queria o poema:
fremente de luz, áspero de terra,
rumoroso de águas e de vento.*

(*Ostinato Rigore*, 1964)

Este esforço criativo é um verdadeiro trabalho manual, e no sentido mais literal. As mãos que escrevem ou tocam são as mesmas mãos que tateiam, agarram, transportam, acariciam, transformam e fabricam, lavam e limpam, semeiam e colhem, seguram e cuidam e amparam. A mão que escreve é uma mão que trabalha, e até por isso envelhece e se cansa mais depressa do que a outra:

¹¹ Do poema “As nascentes da ternura” (*Ostinato Rigore*, 1964).

Os trabalhos da mão

*Começo a dar-me conta: a mão
que escreve os versos
envelheceu. Deixou de amar as areias
das dunas, as tardes de chuva
miúda, o orvalho matinal
dos cardos. Prefere agora as sílabas
da sua aflição.
Sempre trabalhou mais que sua irmã,
um pouco mimada, um pouco
preguiçosa, mais bonita.
A si coube sempre
a tarefa mais dura: semear, colher
coser, esfregar. Mas também
acariciar, é certo. A exigência,
o rigor, acabaram por fatigá-la.
O fim não pode tardar: oxalá
tenha em conta a sua nobreza.*

(Ofício de Paciência, 1994)

Eis a pertença mais funda, a mão do artista parente da mão do camponês; e por isso é que é capaz de exprimir no mesmo lance o que une um e outro:

Schumann por Horowitz

*São herança camponesa, as mãos.
Estas pequenas mãos, de geração
em geração, vêm de muito longe:
amassaram a cal, abriram sulcos
frementes na terra negra, semearam
e colheram, ordenharam cabras,
pegaram em forquilhas para limpar
currais: de sol a sol nenhum
trabalho lhes foi alheio.
Agora são assim: frágeis, delicadas,
nascidas para dar corpo a sons
que, noutras épocas, outras mãos
se obstinaram em escrever como
se escrevessem a própria vida.
Ao vê-las, ninguém diria que
a terra corria no seu sangue.
São mãos envelhecidas, mas no teclado
são capazes do inacreditável: juntar
nos mesmos compassos o rumor
dos bosques em setembro e os risos
infantis a caminho do mar.*

(Os Sulcos da Sede, 2001)

A arte poética? Fazer às palavras o mesmo que os camponeses fazem aos campos e o artesão aos materiais comuns. Sem volteios, nem posições, antes expressão contida, despojada, a estritamente necessária para soltar as palavras, “afluentes do silêncio”, e para delas fazer vibração do nosso ser, do nosso corpo e da nossa casa. Palavra sílaba a sílaba, “rente ao dizer”, música chã, por isso rebelde e indomesticável, revelação da inteireza do ser:

Arte dos Versos

*Toda a ciência está aqui,
na maneira como esta mulher
dos arredores de Cantão,
ou dos campos de Alpedrinha,
rega quatro ou cinco leiras
de couves: mão certa
com a água,
intimidade com a terra,
empenho do coração.
Assim se faz o poema.*

(Rente ao Dizer, 1992)

O necessário, não mais do que o necessário. Matéria escassa, pobre, “matéria solar”, a palavra como a pedra, o poeta como o artesão, sem precisar nem do artifício nem da transcendência, bastando-se com a pureza elementar dos sentidos – os nossos sentidos do corpo, o sentido da nossa linguagem.

Pedras

A pele rugosa da sua mão ainda a sinto na minha. Era pedreiro, como eu – haverá nome mais exacto para o meu ofício? O velho não suspeitava sequer que seria um dia como ele: paciente, afável, sonhador, trabalhando de sol a sol. Apenas com menos talento. Também os materiais fazem alguma diferença – as palavras, da pedra não guardam o peso, herdaram apenas a cor. As minhas, têm às vezes a brancura lisa dos seixos, mas outras, a noite parece ter nelas encontrado refúgio. São as mais secretas, com elas poderia fazer-se uma coroa de relâmpagos. No entanto, eu prefiro aquelas com que se disfarça a ternura, tenuemente veladas pela luz do crepúsculo, com raros brilhos ocasionais. Exactamente o que o velho pedia à pedra.

(Vertentes do Olhar, 1987)

3. O país da poesia de Eugénio de Andrade é uma pátria, uma pequena pátria elementar: pequena e suficiente, dispensando os arremedos, firme da escassez bastante para se exprimir. País de afectos, país de palavras, país “rente ao dizer”.

E ainda: pátria do corpo, corpo como pátria, isto é, pertença e identificação. Pois a criação de Eugénio é uma poesia do eu feito corpo, o eu como vida que cresce e se descobre, e descobre os outros, antes de tudo o mais como corpo e como corpos. Como existe a terra, como existe a natureza, assim existe o corpo. E a existência decorre num ciclo de vida, que é de invenção e realização no e pelo desejo. Neste sentido, a afirmação do sujeito faz-se a partir do corpo, dessa realidade elementar e viva, em relação consigo própria e com os outros.

*Não canto porque sonho.
Canto porque és real.
Canto o teu olhar maduro,
o teu sorriso puro,
a tua graça animal.*

*Canto porque sou homem.
Se não cantasse seria
somente um bicho sadio
embriagado na alegria
da tua vinha sem vinho.*

*Canto porque o amor apetece.
Porque o feno amadurece
nos teus braços deslumbrados.
Porque o meu corpo estremece
por vê-los nus e suados.*

(As Mãos e os Frutos, 1948)

O desejo é o oposto da culpa. Não deve ser recalcado: pelo contrário, é o fundamento e o veículo principal do conhecimento e da relação. A descoberta de si próprio e do outro é um processo de auto e hetero-conhecimento, e esse é um nome pertinente para a infância e a adolescência. Porque a infância é a primeira exploração e a primeira partilha, a primeira e mais funda aprendizagem junto da terra, dos bichos, dos outros, uma realidade solar, sem culpa, fértil de promessas e porvir.

O crescimento é esse conhecimento de si, esse reconhecimento de si que é a invenção de um lugar e uma identidade própria, pessoal e relacional. É um processo doloroso, porque para fazer a revinculação aos outros é preciso desfazer a vinculação primordial à figura materna:

Poema à Mãe

*No mais fundo de ti,
eu sei que traí, mãe.*

*Tudo porque já não sou
o menino adormecido
no fundo dos teus olhos.*

*[...] Mas – tu sabes – a noite é enorme,
e todo o meu corpo cresceu.*

*Eu saí da moldura,
dei às aves os meus olhos a beber.*

*Não me esqueci de nada, mãe.
Guardo a tua voz dentro de mim.
E deixo-te as rosas.*

Boa noite. Eu vou com as aves.

(Os Amantes sem Dinheiro, 1950)

Mas, apesar da intensidade dolorosa da fractura, da “traição”, é a exploração auto-dirigida que permite ao sujeito afirmar-se como tal. Afirmção relacional, que se é objecto tanto quanto sujeito de desejo. O amor invade, pois, a poesia, ocupa, soberano, o centro da expressão poética. Amor-eros, amor carnal, corpo a corpo, corpo com corpo, corpos amados, possuídos, por isso celebrados em epifania¹². A entrega amorosa é o mais fundo fundamento da experiência e da identidade, e a relação amorosa é a mais forte força criadora, capaz de gerar o maior deslumbramento. Apesar de sem dinheiro, os amantes são incrivelmente poderosos. Do poder genésia-co dos sonhos, do coração, da criação:

Os Amantes sem Dinheiro

*Tinham o rosto aberto a quem passava.
Tinham lendas e mitos
e frio no coração.
Tinham jardins onde a lua passeava
de mãos dadas com a água
e um anjo de pedra por irmão.*

*Tinham como toda a gente
o milagre de cada dia
escorrendo pelos telhados;
e olhos de oiro
onde ardiam
os sonhos mais tresmalhados.*

¹² LOPES, s/d: 15.

*Tinham fome e sede como os bichos,
e silêncio
à roda dos seus passos.
Mas a cada gesto que faziam
um pássaro nascia dos seus dedos
e deslumbrado penetrava nos espaços.*
(*Os Amantes sem Dinheiro*, 1950)

A identidade resulta deste processo de devir-corpo e das escolhas que ao longo dele vai o sujeito fazendo e se vão impondo ao sujeito. O mais alto cume é o amor elementar, o amor dos sentidos e das sensações, o prazer solar e sem culpa, o “obscuro domínio”, a entrega ao “peito raso”, à beleza bravia, à sedução adolescente e primordial dos pastores, aos jogos nos rios e nas dunas. Cume e raiz, aí está o lugar essencial, por ser tão simples e tão óbvio, da identidade e da expressão.

Um processo. Porque a poesia também é a evocação do curso das coisas e dos seres, do curso do desabrochar – o encantamento fascinante e perturbador da descoberta de tudo, “na véspera de ser homem,/ na véspera de ser água”, em que “tudo lhe doía/ de tanto que lhes queria”¹³. É o ciclo da germinação, do florescimento, da frutificação, da maturidade e da erosão do corpo e do seu sujeito. Primeiro, o casulo materno, a protecção da mãe, o amor inultrapassável dessa mãe camponesa, pobre, sozinha, também ela, aos olhos da ordem patriarcal, “pecadora”. Depois, a descoberta, exaltação animal e solar do ser, ser-aqui, ser-corpo-aqui. A irrupção do desejo, perturbação e alegria, rasgo e projecção sobre outrem, e as veredas do desejo. Depois, o envelhecimento, a perda tendencial e o regresso circunstancial do desejo, ou da sua tentação, ou da sua memória. Os novos ou redescobertos prazeres, como a cidade e o seu mar, ou um animal de companhia, ou uma criança acarinhada como se fosse filho. Uma melancolia onde pode refulgir, com outra cor, o que se foi e é:

Despedida
Colhe
todo o oiro do dia
na haste mais alta
da melancolia
(*Ostinato Rigore*, 1964)

Pode, pois, dizer o poeta: estou em paz com a vida, e a vida em paz comigo. Porque não há verdadeiramente diferença entre um e outra, porque ambos obedecem ao mesmo ciclo profundo, e o poeta não foi mais do que mais um elemento da terra:

¹³ Do poema “Véspera da água” (*Obscuro Domínio*, 1971).

*Estou contente, não devo nada à vida,
e a vida deve-me apenas
dez réis de mel coado.*

Estamos quites, assim

*o corpo já pode descansar: dia
após dia lavrou, semeou,
também colheu, e até
alguma coisa dissipou, o pobre,*

*pobríssimo animal,
agora de testículos aposentados.
Um dia destes vou-me estender
debaixo da figueira, aquela*

*que vi exasperada e só, há muitos anos:
pertença à mesma raça.*

(Branco no Branco, 1984)

4. As mulheres, que “vêm da infância”, “caladas, discretas, sem pressa de existir”:

Vêm da infância

*Vêm da infância, essas mulheres,
caladas, discretas, sem pressa
de existir. Esplêndidas mulheres essas,
penteadas com risca ao meio,
as orelhas descobertas pelo cabelo
de sombra clara.*

*No seu coração o mundo
não era tão pequeno e o que faziam
não lhes parecia humilhação.*

*Sabiam envelhecer com a vagarosa
luz das crianças
e dos animais da casa.*

A par da rosa.

(O Sal da Língua, 1995)

As mulheres representam, melhor do que ninguém, o mundo a que se vincula a poesia de Eugénio de Andrade. As mulheres-mães, mulheres-viúvas, mulheres pobres, mulheres do campo, guardiãs da casa, da terra, dos meninos, dos animais, as mulheres que sempre estão, amparo e afecto, mulheres do trabalho, do carinho, da sombra, mulheres-memória, nem orgulhosas nem humildes, inteiras na sua faina, e por isso “esplêndidas” e “imortais”:

As mães

Quando voltar ao Alentejo as cigarras já terão morrido. [...] Quem lá encontraremos, pela certa, são aquelas mulheres envolvidas na sombra dos seus lutos, como se a terra lhes tivesse morrido e para todo o sempre se quedassem órfãs. [...] Provavelmente estão aí desde a primeira estrela. E como duram! Feitas de urze ressequida, parecem imortais. Se o não forem, são pelo menos incorruptíveis, como se participassem da natureza do fogo [...] Elas são as Mães, ignorantes da morte mas certas da sua ressurreição.

(*Vertentes do Olhar*, 1987)

E porque representam esse mundo, esse país-pátria, senão porque encarnam e simbolizam o que nele encontra o poeta de mais querido: as coisas elementares, o trabalho do corpo, o ofício, a honrada transformação dos materiais escassos e pobres em obra própria, a vida ao rés-do-chão, o encanto das palavras, o amor às crianças?

“Raramente falei do meu país, talvez/nem goste dele”, escreve Eugénio no poema que primeiro citei aqui. Mas a pátria é isto mesmo, a raiz que sobrevive às rupturas necessárias, a raiz que o sucesso das rupturas necessárias permite reinterpretar e valorizar de outra maneira: quem não fica preso das raízes sabe melhor regressar a elas, exactamente porque delas se emancipou. E então é possível encontrar nelas valores inesperados, ou menos aparentes: os sabores, a consistência, as cores, a luz das coisas simples que um dia foram nossas.

Frésias

*Uma pátria tem algum sentido
quando é a boca
que nos beija a falar dela,
a trazer nas suas sílabas
o trigo, as cigarras,
a vibração
da alma ou do corpo ou do ar,
ou a luz que irrompe pela casa
com as frésias
e torna, amigo, o coração tão leve.*

(*Rente ao Dizer*, 1992)

E então é assim, um regresso à casa, à terra, à pátria:

É assim

*É assim:
a gente despede-se, vai-se
embora amaldiçoando a terra,
carrega amargura que nem o diabo
aguenta; com o tempo vai
esquecendo injustiças, mágoas,
injúrias, morrendo por regressar
ao cheiro da palha seca, ao calor
animal do estábulo,
ao sonho do quintalório
com três alqueires de milho ao sol
e dois pinheiros bravos –
porque não há no mundo
outro lugar onde
enfim dê tanto gosto chafurdar.*

(O Sal da Língua, 1995)

Mas este é menos um regresso físico a um lugar delimitado do que o retorno a um princípio que, como bem diz o poeta, é uma “soberania”: “meia dúzia de palavras e uma paixão pelas coisas limpas da terra, inexoravelmente soberanas”¹⁴. A pátria que merece o amor de um poeta zangado com a tacanhez das suas elites e maravilhado com a sua gente, é simplesmente esta: terra de coisas limpas, trabalho humano e palavras justas.

5. Fique, pois, partindo da poesia de Eugénio de Andrade esta hipótese.

O país-Portugal é pátria, porque exprime e configura o território, a população e a história a que se pertence e que nos propõe uma identidade colectiva. É a conjunção de um grupo e de uma tradição e, no caso de uma língua e de uma cultura, que conforma uma matriz partilhável entre os nacionais e distinguível de outras matrizes, extra-nacionais. Deste ponto de vista, a relação de cada sujeito com a sua pátria – e, por maioria de razão, a relação do criador, mediada pelo acto e o resultado de criar – forma-se na dialéctica entre raiz e escolha, ancoragem e rompimento, emancipação e retorno. Para ser sujeito autónomo, o criador há-de romper com a raiz grupal e a sua narrativa identitária, e a ruptura é condição necessária para reavaliar a raiz e a ela regressar. O que é possível justamente porque aquela dialéctica implica um trabalho de escrutínio e juízo, pelo qual o sujeito recusa certas dimensões da matriz e da narrativa identitárias e aceita outras, ao mesmo tempo que acrescenta outra, sua,

¹⁴ Do poema “Soberania” (*Vertentes do Olhar*, 1987).

representação. As dimensões revalorizadas por Eugénio estão do lado da terra e das gentes a que se costuma chamar humildes mas que, como ele escreve, verdadeiramente não são humildes nem orgulhosas, apenas intuitivamente sabedoras de si mesmas e da sua ligação ao mundo elementar, doméstico (isto é, da casa e do campo) e indomesticável (isto é, rebelde a disciplinas). Por isso, para a convencional lógica descritiva das ideias de..., ou do tratamento de certos topos (na circunstância, o país-pátria) na obra de..., o que sobressai é a afinidade estrutural entre o poeta de palavra breve e as mulheres e as crianças do mundo rural tradicional, tanto quanto o seu desamor pelo friso convencional de instituições, rituais e figuras que provincianamente hegemonomizam e bloqueiam a cultura e a sociedade portuguesas.

Não há nenhum afecto sem sofrimento, nenhuma proximidade sem tensão: a aproximação da poesia de Eugénio é com esse país que “não conhece/ sequer o sabor da sua própria nudez”, mas que também “sabe às amoras bravas no verão” e “tem esta voz doce/ de quem acorda cedo para cantar nas silvas”; é com a “pequena pátria” portuguesa: pequena, por vezes tacanha, materna e indispensável.

Mas a pátria há-de ser ainda outra coisa, e mais funda, pelo menos para o criador. Disse Voltaire: “o primeiro que escreveu que a pátria é onde quer que se esteja bem foi, ao que creio, Eurípides [...]. Mas poderia tê-lo dito, antes dele, o primeiro homem que saiu do seu lugar de nascimento para procurar noutra parte o seu bem-estar”¹⁵. Se a pátria é, pois, o lugar onde o sujeito se sente bem, a comunidade que ele livremente escolheu, se no entendimento cosmopolita de pátria se deve acentuar mais a opção do que a raiz, o projecto mais do que a tradição, o construído mais do que o herdado, a criação mais do que o património, então a pátria de Eugénio de Andrade é a poesia da palavra contida, “afluente do silêncio”, onde ecoem a luz, o sol, “as mãos e os frutos”, o sul, o corpo. Também uma comunidade, e de língua e de cultura, que reata o fio histórico, até às cantigas de amigo, o fio territorial, até ao Portugal elementar de campos, mar e enclaves urbanos, o fio social, ligando às pessoas que sabem declinar o trabalho como um ofício e a vida como uma imanência. Outra vez: um país que “sabe a amoras bravas no verão”, uma “pequena pátria”, onde “meia dúzia de palavras” e as “coisas limpas da terra” possam ocupar, soberanas, o centro da expressão poética – e onde se possa, pois, dar “às aves os olhos a beber”.

Enfim, uma dupla afinidade. Afinidade da poesia solar com a experiência vivida ao rés-do-chão, rente à terra e ao território, das portuguesas e dos seus filhos; uma experiência vivida em toda a sua inteireza e a partir da natureza e do corpo, por aí rebelde aos poderes-disciplinas da ordem patriarcal: celebração dos sentidos ao mesmo tempo que ruptura com a representação tradicionalista da tradição. E afinidade da poesia consigo própria, com a opção radical pela expressão mais lapidar, o

¹⁵ VOLTAIRE, 1764.

labor sílaba a sílaba sobre poucas palavras, as palavras bastantes para dizer, e por aí afinidade formal com essoutros trabalhos de transformação de simples matérias disponíveis em obra sua e comunicável para uso de outrem, esses trabalhos que qualificam os camponeses, os artesãos e as lides caseiras. A poesia não é, pois, um derivado, um efeito ou uma aplicação da representação da pátria; a pátria é que é um efeito da poesia: uma criação da palavra poética. Porque a palavra poética é a mais forte e mais constante ligação de Eugénio de Andrade ao seu país. O seu, quer dizer, o recriado por si.

Bibliografia

LOPES, Óscar, 1981 – *Uma Espécie de Música (A Poesia de Eugénio de Andrade)*. S.l.: Imprensa Nacional.

LOPES, Óscar, s/d – *Epifania do simples corpo humano*.

VOLTAIRE, 1764 – *Dictionnaire Philosophique*. Paris (entrada “Patrie”).

Timor. A última das nações imaginadas do século XX

José Adelino Maltez

ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa

Introdução

*Sóbolos rios que vão
por Babilónia m'achei,
onde sentado chorei
as lembranças de Sião
e quanto nela passei.
Ali o rio corrente
de meus olhos foi manado,
e tudo bem comparado:
Babilónia ao mal presente,
Sião ao tempo passado.*

*E vi que todos os danos
se causavam das mudanças,
e as mudanças dos anos;
onde vi quantos enganos
faz o tempo às esperanças.*

Sabe tão bem a descoberta, o saber de experiência feito. Temos de olhar, sentir e calcorrear. E não apenas concluirmos pelo preconceito e o ouvir dizer. Sobretudo, vivendo o mundo que à nossa volta se vai estendendo. Depois de um longo mar, bem calmo, por onde nos repartimos, mas bem longe de quem estamos, veio a ilha, em mar largo. E por cima de um largo mar azul, pejado de corais e ondas brancas que a orla se foi dos confins da Ásia à ribeira da Oceânia.

*Ali vi o maior bem
quão pouco espaço que dura,
o mal quão depressa vem,
e quão triste estado tem
quem se fia da ventura.*

Navegar é preciso, que viver, sobrevivendo, já não é preciso.

Porque, vivendo o mistério daquele sol nascente, foi mais perto do eterno a que chegámos. Nesta serenidade de olhar um mundo que nos pode voltar a dar o sonho

da procura do paraíso. Até vestidos de Camões e Mendes Pinto podemos procurar Portugal, assim fora de Portugal, dando-lhe os muitos nomes com que os portugueses à solta, do império sombra, foram registando por esses mares dantes nunca navegados. E assim diluindo-nos em todos os outros, eis que os outros nos foram dando o ser universal que, desde que nos pensamos em poesia, nos abraça.

1. Esta nossa metafísica de aventura

É esta nossa metafísica de aventura, de correr todas as sete partidas que sempre foram semente do abraço armilar. É esta fidelidade avoenga que nos obriga muitas vezes à resistência e à rebeldia. Andar sempre em partida, eis nosso lugar, para podermos cumprir a missão de sermos simples parcela de uma corrente de sonho e pensamento que nos transcende. Para que o corpo possa servir a alma que o mobiliza. Que prazer, cumprir este dever de ser professor! Obrigado, Timor, estou a nascer de novo!

*Que dizeis duns, qu'as entranhas
lhe estão ardendo em cobiça?
E, se têm mando, a justiça
fazem de teias de aranhas,
com suas hipocrisias
que são de vós as espias?*

Que prazer foi cumprir esse dever inscrito na ciência dos actos do homem enquanto indivíduo, expatriando-me nas raízes da minha própria civilização e confirmando que todas as civilizações verdadeiramente universais são filosoficamente contemporâneas.

Que prazer não ter ensinado nada de novo, apenas repetindo parcelas de aulas do mestre Platão e sugerindo as leituras do mestre Aristóteles, especialmente para povos que também tiveram Platão e Aristóteles, mas aos quais apagaram a memória.

Que prazer dizer nação como comunidade das coisas que se amam, dizer Estado como libertação, onde o monopólio da violência legítima ainda sonha coincidir com a justiça.

Que prazer dizer que a democracia é aquele regime que permite golpes de Estado sem efusão de sangue, como ensinava Karl Popper, mesmo quando as identidades partidárias ainda estão ao rubro, e se torna complexa a procura da necessária institucionalização dos conflitos.

Que prazer, pensar que fui ensinar, quando afinal apenas me ajudei a aprender.

Soube tão bem sentir a escola como espaço de liberdade e correr nos intervalos para a sala colectiva dos professores, preparando os papéis, com pensamento e entusiasmo, com honra e com inteligência.

Que prazer foi a liberdade de ensinar e de aprender!

2. Só por dentro das coisas é que as coisas realmente são

*Ó tu, como me atarracas,
escudeiro de solia,
com bocais de fidalguia,
trazidos quase com vacas;
importuno a importunar,
morto por desenterrar
parentes que cheiram já!*

Infelizmente, reparei que nesse além também aportaram algumas aves de arribação com ar de intelectuais, desempregados pela demografia das nossas reformas de ensino, das tais que não estudaram previsões demográficas e que, para o exótico, segundo o pretenso “veni”, “vidi”, “vinci”, tentam exportar retóricas, gramáticas e didáticas, que julgam ser “artes liberais”. Mas acontece que, nesse além, são mais precisas “artes bona” dos latinos, as tais que são passíveis de conciliação com uma adequada “ratio studiorum”. Há, sobretudo, uma enevoada metafísica nesses orientais trópicos, há pedaços de espírito que dão contornos às coisas, neste saudosismo dos antípodas, onde Pascoaes pode ser Pessanha e Pessoa volver-se em Wenceslau, para não falarmos em engenheiros agrónomos surrealistas que passam a Cinatti. Porque, todos os dias, há um dia novo, uma noite de sonhos sem pesadelos, há palmares e mangueiras bordejando casas que são casas, nessa cidade de muitos fios ostensivos, motoretas sempre em bulício e essências que podem realizar-se pela existência, a dos homens concretos de carne, sangue e sonhos.

Porque as essências apenas se objectivizam espiritualmente, quando as subjectividades pegam na alma e a deixam penetrar nos corpos, compreendendo. Porque só há almas quando elas se religam a um corpo, porque todos os transcendentais só o são quando situados pelos exercícios espirituais. Porque há um idealismo materialista, ou um materialismo idealista, aquele que diz, da natureza das coisas, que só por dentro das coisas é que as coisas realmente são. Continuo estoicamente panteísta.

3. Contra esse reino do ninguém onde a culpa costuma morrer sempre solteira

*Ó vós, que sois secretários
das consciências reais,
que entre os homens estais
por senhores ordinários;
porque não podes um freio
ao roubar que vai sem meio,
debaixo de bom governo?*

A verdadeira mãe da república do sol nascente (Lorosae) é a Justiça. Porque foi pelo Direito que os timorenses conseguiram vencer a força. Por outras palavras, a independência conquistada foi o resultado da aplicação dos princípios do Estado de Direito universal, tal como delineado por Kant em 1795, no seu folheto dito sobre a paz perpétua e que alguns ainda não conseguem vislumbrar como projecto de protecção dos mais fracos contra a violência dos mais fortes que querem ser potências.

Porque só pelo Direito podemos enfrentar a lei da selva dos Estados-Lobos-dos-Estados e evitar que, neste oceano da globalização, os peixes grandes comam os pequenos.

Diremos que a crise desta anarquia predadora precisa de um princípio anti-imperial de Estado de Direito universal, precisa não de uma federação de potências estatizantes, com o conseqüente facto da hierarquia das forças, mas de uma república universal que, segundo Kant e Arendt, sempre foi o exacto contrário do Estado universal.

Só assim nos livraremos da presente "animal farm", onde os Estados são todos iguais, mas onde há alguns que são mais iguais do que outros, quando se continua a promover o neofeudalismo nesta anarquia ordenada, com a conseqüente governança sem governo e a inevitável pilotagem automática a que chamam globalização.

Mesmo as boas intenções onusianas de governança global podem cair na teia de uma intrincada burocracia, desse "reino do ninguém", onde a culpa costuma morrer sempre solteira, transfigurando-se numa vasta rede de aparelhos que se instala como fortaleza exterior num qualquer território, com as suas tendas de ar condicionado, semeando, pelos pretensos desertos do vazio de política, a cartilha do "nation building" e do "state building".

4. O gnosticismo desenvolvimentista, a concepção ferroviária da história, o pronto-a-vestir e de como as caricaturas de Descartes enjoam em Timor

*Pois um pedaço d'inferno
por pouco dinheiro alheio
se vende a Mouro e a Judeu
Porque a mente, afeiçoada
sempre à real dignidade,
vos faz julgar por bondade
a malícia desculpada.*

Por essas ruas, praças, corredores e salões, muitas vezes me recordei das esquecidas teses de Clifford Geertz (1926-2006), o autor de *Peddlers and Princes*, de 1963, e de *Negara. The Theatre State in Nineteenth Century Bali*, de 1980, onde se denunciaram alguns exagerados ideologismos provindos da concepção weberiana de Estado. Os tais que reduzem o político ao monopólio da violência legítima, considerando a dimensão simbólica da política como mero aspecto lateral. Ora, acontece que no trabalho da política são fundamentais as teatralizações, as cerimónias e os rituais, que exoterizam a concepção política oculta que marca o centro político de qualquer sociedade organizada de forma complexa.

Porque há, sucessivamente, uma elite na governança e um conjunto de formas simbólicas que têm de exprimir quem na verdade manda, através de inúmeros sinais de ostentação de poder. Porque a política é a arena onde se manifestam de forma mais clara as estruturas da cultura, isto é, o conjunto das estruturas de significação pelas quais os homens dão uma forma à sua experiência, e um povo é uma comunidade de significações partilhadas.

Infelizmente, não me parece que, com tantos enviados da pretensa governação global para esses territórios, tenha havido o cuidado em prepará-los em matérias de antropologia básica, ou até de simples cultura geral.

O gnosticismo desenvolvimentista da concepção ferroviária da história continua a querer obrigar muitos povos a um percurso tipo pronto-a-vestir, decretando-os como não desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, condenando-os a terem que percorrer as mesmas linhas e as mesmas estações pelas quais outros já passaram ou até abandonaram.

Talvez para lhes poderem vender equipamentos mentais obsoletos ou muito pesado em via de integração no quadro de excedentes.

Nesse além, onde há fortes afectos de identidade nacional e radicadas sementes comunitárias, o modelo de "state building", que a super-estrutura da governação global está a disseminar sem ordenamento, tem muitos segmentos de traduções em calão

de manuais de aparelhos de poder, importados dos grandes centros comerciais da consultadoria internacional.

É por isso que me senti feliz por não ter sido um desses peritos de grande-hotel em missões de "copy and paste", tal como já não tenho idade para voltar a ser assistente universitário à procura de primitivos actuais para uma tese de mestrado ou de doutoramento. Por isso compreendo bem como alguns bispos lá da ilha, em tom metafórico, trataram de denunciar certas caricaturas de Descartes que querem modernizar Timor à força de abstrações.

Bastava que todos estes agentes da governação global atendessem a pequenos estudos sobre a simbólica da política, da religião e do direito, que assumissem a humildade de largar certo capacete neocolonial, usado por tantos pretensos benfeitores internacionais à procura de ficha curricular. Acredito que os timorenses não vão enfiar algumas destas carapuças, porque o verniz estaladiço quebraria no "day after" ao do embarque desses profissionais dos reformismos tecnocráticos. Por mim, apenas me senti feliz por além ter ensinado e aprendido coisas filosofantes das "artes bona", pouco mensuráveis pelas lupas que apenas procuram utilidades.

5. Neste acordar do Oriente

*Ali, lembranças contentes
n'alma se representaram,
e minhas cousas ausentes
se fizeram tão presentes
como se nunca passaram.*

Nessa república do sol nascente, mais de 90% dos "inputs" do respectivo orçamento de Estado vêm das receitas petrolíferas de um crude a haver, e o aparelho de Estado, para assegurar o monopólio da violência legítima, viu-se forçado a recorrer à cooperação internacional em matérias militares e de segurança.

Nesse além houve séculos de colonização e cerca de um quarto de século de ocupação militar estrangeira. Logo, vivi entre um povo onde nenhuma família escapou a um massacre, dado que cerca de duzentos mil timorenses foram assassinados por causa de uma abstracção chamada guerra fria e de clamorosos erros de cálculo da diplomacia norte-americana e europeia, bem como das muitas boas intenções descolonizadoras e integracionistas de Lisboa, quando ainda tinha manias de ser capital do império e até havia alguns hierarcas que aconselhavam aos autóctenes a integração

na Indonésia, considerada como um modelo de anticolonialismo, por causa da Conferência de Bandung.

Foi apenas isso que fui aprender a essa ribeira da Oceânia, diante da sonhada terra australiana do Espírito Santo, na procura de um novo império anti-imperialista, o do poder dos sem poder. Até voltei a acreditar na Europa, porque ela pode ser uma potência do espírito e da moral, desde que da respectiva conduta se possa voltar a extrair uma máxima universal.

As mais recentes crises dos preços do petróleo, dos bens alimentares e os sobresaltos da geofinança apenas têm demonstrado que o mundo viveu hipnotizado por uma vaga ideia de globalização e que a presente encruzilhada exige uma espécie de “new deal” universal que não se confunda com os ritmos fisiocráticos do “laissez faire”, ou os do neomercantilismo proteccionista dos estadualismos. Não apenas os neoliberais e neoconservadores, mas também póscomunistas, pósfascistas, democratas-cristãos e sociais-democratas. Por outras palavras, a ilusão do fim da história foi, como diz o ditado português, “chão que deu uvas mirradas”.

Talvez importe sublinhar que só novos paradigmas conceituais podem permitir captar e compreender as efectivas circunstâncias de tempo e de lugar que marcam as presentes coordenadas da navegação humana. E dalém, na mais recente república asiática, na ribeira da Oceânia, foi-me dado aprender que todos temos que nos expatriar nas próprias raízes do político. Porque, se como ocidentais, percorrermos Platão e Aristóteles, podemos concluir lugares comuns para o urgente diálogo de civilizações, porque todas elas são filosoficamente contemporâneas. Pelo menos, podemos extrair da história comparada uma lição: os problemas económicos apenas se resolvem com medidas económicas, mas não apenas com medidas económicas. Porque a política é superior à economia, tal como é superior ao Estado e ao próprio mercado.

Volta a ser a hora de recuperarmos o conselho de Rawls e Habermas que, em 1995, advogavam o regresso à lição de Kant, de dois séculos antes, esse subsolo filosófico do Estado de Direito universal que nos permite superar Vestefália dos Estados-Lobos-dos-Estados, tão selvagem quanto a sociedade de casino e as bebedeiras de Wal Street. Basta recordarmos que coisas como o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e a bandocracia da corrupção deixaram cogumelos virais no próprio coração do sistema financeiro internacional. Um processo que, ao mesmo tempo, gerou inúmeros micro-autoritarismos estatais, subestatais e supraestatais, com as suas sociedades de corte, promovendo a fragmentação e a captura dos tradicionais Estados que, algumas vezes, não passam de meras presas de grupos de interesse e de grupos de pressão.

Tal como Kant propunha, importa darmos de novo política à chamada governação global, para que ela deixe de ser mera navegação à deriva e uma consequente governança sem governo, onde as pilotagens automáticas e as lideranças políticas de

fantoches e homens de plástico parecem não assumir a urgente lealdade básica face aos valores universais da democracia. A mais urgente das regulações está na recriação de um modelo de Estado de Direito universal que não se confunda com a hierarquia das potências que brote de superpotências ou desses seus sucedâneos a que chamamos G7, G7 mais 1, G8 ou G20.

6. Da resistência que foi até à independência que tem ser

*Ali, depois de acordado,
co rosto banhado em água
deste sonho imaginado,
vi que todo o bem passado
não é gosto, mas é mágoa.*

Porque esta criminosa utopia imediatamente desencadearia a revolta das principais vítimas do processo, os chamados povos mundos do mundo que tentariam o desespero de novas ideologias de lutas de classe.

O que nos falta é acabar de vez com a Razão de Estado e voltarmos a peregrinar os princípios de um Estado de Direito universal, capaz de evitar uma qualquer nova “animal farm”, onde sempre haverá Estados todos iguais, mas onde alguns serão sempre mais iguais do que outros. O que nos falta é a passagem da Razão de Estado ao Estado-Razão e um novo conceito de pluralismo político que responda à multiplicidade de pertenças. Basta que os homens, depois de libertados, queiram construir um espaço de participação para homens livres.

7. Aristóteles em timorense, contado aos povos sujeitos a governos de espertos

*Vi aquilo que mais val
que então se entende melhor
quando mais perdido for;
vi o bem suceder mal,
e o mal muito pior.*

E lá vou lendo Aristóteles em timorense, tal como poderia ler o mesmo em Confúcio. Porque, por lá, no princípio, edificou-se uma casa, donde saiu uma geração cada vez mais numerosa, *Uma-Fukun*, o mesmo que nó ou origem, tal como Santo

Isidoro dizia de *natio*, que também vem de *nascendo*. Foi ao filho primogénito dessa casa que se atribuiu o título de *Liurai*, isto é, de o *mais do que a terra*, também dito *Na'ai* em Mamba, tal como o Deus único dos missionários cristão se passou a chamar *Na'ai Maromak*.

E a história continua, tanto em timorense, como em grego, como em latim, como no português dito arcaico, do tempo das aldeias comunitárias, nessa procura das efectivas raízes do próprio Estado, entendido como um concelho em ponto grande, conforme ensinava o nosso Infante D. Pedro no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, o primeiro tratado político pensado e escrito em português.

Por outras palavras, o que vos conto, resulta do que aprendi de alguns trabalhos dos meus alunos *Liana'in*, os tais que bem poderiam ter sido ouvidos para a institucionalização constitucional da democracia dos timorenses, onde uma segunda câmara bem era necessária, porque ela já existe realmente, quase de forma clandestina, porque nenhuma decisão política fundamental é além tomada sem prévia audição dos senadores.

Porque se o costume não é fonte de direito novo, continua a ser o principal fornecedor do direito eficaz e válido, mesmo quando não está formalmente vigente, sobretudo nos espaços *praeter legem* e como critério de juridicidade na aplicação do direito. Porque só com o costume se pode evitar a pior das heranças da colonização e da ocupação militar, aquilo que Hannah Arendt qualificou como o “governo dos esper-tos”, isto é, a aplicação arbitrária da elefantíase legislativa do direito formalmente posto na cidade. Onde há sempre alguns que são mais iguais do que outros e uma lei para os amigos e outra para os inimigos e dissidentes.

É por isso que subscrevo as afirmações de certos eclesiásticos locais sobre a impossibilidade de além aplicarmos as regras do método de Descartes. E faço-o, não para louvar a hipótese absurda de instauração de uma qualquer república teocrática, o que seria anticonstitucional, mas para subscrever o laicismo de São Tomás e de Francisco Suárez, e concluir como, com as nossas lentes de contacto conceituais, somos capazes de embaciar a pluralidade de uma entidade simultaneamente panteísta, católica, animista, democrática, feudal, pós-moderna e pré-estadual, a quem não serve o pronto-a-vestir de certa modernidade fora de moda, por mais que se esforcem certos supermercados universitários, os antropólogos das escolas coloniais e os politólogos desenvolvimentistas, que lá tentam implementar uma democracia em comprimido, entre "foundations" e "compounds".

O exagero legiferante, sobretudo o das traduções em calão, sempre levou a que houvesse uma enorme distância entre o direito formal e a vida, porque os administradores e chefes de posto podem seleccionar arbitrariamente, como o velho déspota, as leis e regulamentos convenientes. E o pior é quando o mesmo administrador se assume como o príncipe absolutista e determina que não está sujeito à lei que aplica

aos súbditos, colonizados ou ocupados (*princeps a legibus solutus*). Ou então, quando considera lei tudo o que ele diz (*quod princeps dixit legis habet vigorem*), mandando, e passando a capataz de um poder sem controlo.

Ao contactar com os primeiros frutos desta luta pela libertação, que ainda vai continuar por décadas, mas agora nas vias da institucionalização do poder, quando a mesma puder ser efectivamente protagonizada pelos próprios timorenses, apenas me apetece pedir aos que sempre foram simpatizantes, amigos ou militantes da causa que dêem tempo ao tempo e que, com humildade, tentem compreender que, nesse além, há outro conceito de tempo bem diverso do “stress” do chamado “time is money”, o tal que embebedou a globalização, sobretudo a da geofinança. É preciso que o fruto libertador amadureça, enraizadamente, que a árvore da liberdade possa estender os seus ramos a uma terra sagrada.

Nunca esqueçamos a bela imagem de Jean Bodin, quando, referindo-se à dimensão óptima das repúblicas, dizia que tudo dependia da alma que as fazia mover, passando-se a mesma coisa com um elefante ou uma formiga, porque, independentemente do tamanho, ambos são dotados do tal “animus” que os faz movimentar como um todo, quando conseguem harmonizar as respectivas contradições. E tanto a paz pelo direito, como o governo pelo consentimento nunca aconteceram num ambiente de paz dos cemitérios. Só os valores da universal variedade da democracia podem fazer com que as divergências e convergências evoluam para uma emergência libertadora, a tal complexidade crescente, onde na fase superior, sem que se eliminem as anteriores divergências e convergências, se procede a uma adequada institucionalização dos conflitos, onde, pelos lugares comuns, se torna enriquecedor o diálogo entres adversários que não são inimigos. A coragem treina-se e pode mover montanhas.

8. Também há dessas pretensas elites missionárias, entre os que aqui procuram a revolução perdida ou o império que não houve

Com efeito, poderíamos imaginar no mundo Estados em abstracto, todos eles bem governados pelos “proceedings” da boa governação global, estabelecidos por organizações internacionais, desde o PNUD à Transparency International. Até poderíamos fazer concursos públicos internacionais sobre empresas de consultorias disponíveis para a governação, que nos fariam excelentes leis e nos trariam ministros mais competentes do que a maior parte dos actuais.

Bastava encimar este bolo apátrida com a cereja de um qualquer indígena, para lhes dar a cor “typical” da selvajaria local, com danças tradicionais ou fotografia

diante de um qualquer postal ilustrado. Candidatos a caixeiros-viajantes desta "good governance" não faltam e muitos antigos políticos e burocratas desempregados estão perfeitamente disponíveis para estes chorudos financiamentos.

Só que a política não é apenas feita de "state building". Há outra coisa bem mais complexa. O invisível laço que dá comunhão em torno das coisas que se amam. A chamada identidade ou nação, que faz de uma população um eu em ponto grande, um "moi commun"; que faz do território uma pátria; e que faz dos governos e dos parlamentos uma paixão identitária de luta de facções, plena de institucionalização de conflitos, mesmo que seja uma dessas democracias que nacionalizem racionalidades importadas.

Timor, como Portugal, tem o belo problema de não ser um Estado multinacional. E, neste mundo da ONU, dessas espécies de Estado, há bem poucos. Porque das três a cinco mil nações que podiam ser Estados, a história apenas permitiu a concretização de cerca de meia centena de entidades com este perfil, de nações que querem ser Estados e não de Estados que, pelos aparelhismos, constroem nações, incluindo as imaginadas e as de relatórios de PNUD. Aliás, são cerca de oito dezenas os sócios da ONU com menos de um milhão de habitantes (cerca de 40%).

Nações-Estados, em vez de Estados-Nações são a maioria dos ditos PALOPs. Infelizmente, trata-se de matéria que, contudo, não costuma ser agendada para as cimeiras da dita organização, mais preocupadas que estão com outras coisas e loisas de somenos, habituados a traduções em calão de nacionalismologia de importação anglo-americana.

E Timor Leste tem, como Portugal, um problema estratégico. Não apenas o de estar entalado entre dois membros do G20, um dos Estados mais populosos do mundo, e o outro, dos que tem das maiores extensões territoriais do universo, mas antes o clássico desafio de saber transformar as vulnerabilidades em potencialidades e de evitar que as potencialidades passem a vulnerabilidades.

Porque grandes potencialidades, como era a portuguesa do triângulo estratégico, podem levar a imediatas ocupações de protectores interessados, enquanto as vulnerabilidades podem transformar-se em potencialidades.

O David dos cem guerrilheiros timorenes, enfrentando o Golias de um dos maiores exércitos do mundo, levou a que a pedrada de Santa Cruz, assente num trabalho de subversão política urbana, acertasse em cheio no olho do gigante que tinha os pés de barro da crise das bolsas asiáticas. Hoje é o contrário. A principal potencialidade deste Estado-Nação, que é Nação ainda sem construir um Estado feito à imagem e semelhança dos timorenses, chama-se petróleo. Coisa que gera apetites.

Coisa que tem de saber navegar nas marés vivas da política, que é aquela senhora que tem uma face visível e uma face invisível.

Coisa que não se compadece com teorias da conspiração e historietas de espões e especialistas em informação e segurança.

Coisa que merece mais uma espécie de patriotismo científico. E melhor política.

Não digo mais porque só sei que nada sei. Nesse além só fiquei a saber que há milhares, centenas de milhares de pessoas que morreram pela pátria, por esse invisível laço que nada tem a ver com facturas de bibis e de búfalos. Morreram pela pátria e podem escrever democracia segundo o discurso fundador da dita. Feito pelo estrategista Péricles em Atenas, há vinte e cinco séculos.

9. Dos topasses, que já cá estavam antes dos soldados, dos padres, dos burocratas, dos partidos e dos negociantes reinóis

Muito antes da chegada dos missionários ou dos governadores vindos do reino, por essas ilhas se espalhou uma estranha mistura de gente, meio portuguesa meio local, com nomes esquisitos, ditos Larantuqueiros, por causa do nome do porto da Larantuca, ou portugueses ditos pretos, ou *Topasses*, nome este que já terá sido usado em 1545 e que tem a ver com uma palavra malaia referente ao *que fala duas línguas*.

Foi deste o sincretismo genético que brotou o eixo dito de Flores, Solor, Timor. É esse o sentimento do homem da rua ainda hoje, além por essas bandas que foram sandalosas e agora são petrolifereiras. Os Topasses chegaram antes dos soldados, dos comerciantes, dos burocratas do governador. E em 1975, quando sem ainda sabermos bem porquê, os portugueses se ataurizaram, tudo voltou a ser tão topasse quanto no princípio, quando era apenas o verbo. Eles ficaram nesse além em procura do seu lugar. E trouxeram do reino outros Topasses, em outras procuras de abraço armilar.

Por mim, prefiro continuar a investigar sobre os Topasses que já além estavam antes de chegarem os reinóis e as suas bandeiras, incluindo ideologias e partidos. Pelo menos, esses não mandaram os dominicanos assassinar os jesuítas, como aconteceu nos primeiros tempos da missão. Nem se passaram para os holandeses. Nem enviaram para cá como governadores da I República um Filomeno da Câmara ou um Teófilo Duarte. Deixaram que, pelo acaso das greves da Marinha Grande, chegassem os Carrascalão e que, por outro acaso procurado, nos anos setenta, aqui assentasse o padre Felgueiras. E esses, aprendendo com os Topasses, ficaram Topasses, mudando ou não de cor, e assim ascendendo ao altar da metapolítica, naquilo a que se chama confiança.

10. Por mais livros sobre pretéritos imperfeitos, mais confirmo que a poesia é mais verdadeira do que a história

Do ano de todos os fins dos princípios e de todos os princípios dos fins, entre a guerra dita fria, a revolução em Lisboa e os desembarques timorenses (um, nove, sete, cinco), já foram escritas todas as frases sobre atribuição e passa culpas, já foram preenchidas todas as fichas da chamada teoria da conspiração, e já foram contabilizados os duzentos mil mortos resultantes de erradas teorias de relações internacionais. Todos conhecemos os tristes meandros de uma ditadura, de uma revolução e de uma ocupação, permitidas e fomentadas pelas higiênicas teses do pretense realismo político e do seu irmão-inimigo da utopia. Todos sabemos como se disfarçam os *maquiavélicos defensores da liberdade*, bem como os assassinos que lavam o sangue com os *amanhãs que cantam*. Até já vi chefes da PIDE teorizarem sobre o humanismo, só porque libertaram da morte e da prisão alguns que os seus lacaios para tal enfileiraram... *Por isso, temos sempre saudades da Terra, mesmo quando estamos no Céu.*

Importa mais notar que tanto timorenses como portugueses, neste virar do milénio, procuraram expiar as suas culpas, provocadas por potências que nos fizeram agentes de guerras por procuração. Por isso, fui pesquisando a política da ilha do Jacaré, notando como ela aqui é condenada a ter várias dimensões.

Não apenas a da face visível do poder, como a que Geertz estudou na teatocracia de Bali. Não apenas a da face invisível do mesmo poder, para uso de militares e adidos de segurança, sentados nos sofás do Hotel Timor, antes de partirem para os seus "briefings" nos "compounds" do ar condicionado, com metralhadora à ilharga, por causa das ajudas de custo.

Mas, sobretudo, a de outras dimensões, mais fora do que é captável, como as que Ruy Cinatti nos ensinou. Como a que os bons padres e bons irmãos semeiam. Como aquela que está mais próxima da realidade. Como aquela que implica crescer para cima e crescer por dentro. *Por isso, temos sempre saudades da Terra, mesmo quando estamos no Céu.*

Limpemo-nos da hiperinformação e dos muitos fazedores de *literatura de justificação* e de memorialismo. Desde os revolucionários frustrados aos colonizadores que fugiram. Bem como dos agentes dos poderes estabelecidos que fomentam teses situacionistas ou oposicionistas. Aqui e aí, em qualquer lado.

Como português à solta, de mal com os poderes estabelecidos por amor da liberdade, apenas me orgulho de as nossas presenças, nestas bandas, terem sido sempre extremamente ténues, na maior parte das vezes como subdelegação de poderes vindos de Malaca, de Goa ou de Macau. Mesmo o governador só além chegou no século

XVIII, permitindo que os abstractos representantes do Estado fossem dominicanos, de vez em quando acirrados e importunados com a rivalidade dos jesuítas.

Prefiro dizer que a plenitude de uma racionalidade importada, de matriz estadual, conforme as normas do manual do cidadão, da organização política e administrativa da nação ou dos manuais de direito constitucional, revistos e anotados, apenas começou a estender as suas sombras nos finais do século XIX, com o governador Celestino e as suas campanhas ditas de soberania, quase iguais às de certos "consultings" jus-magistrais além aportados. Aliás, os governadores republicanos são tão famosos que quase apenas se chamaram Filomeno da Câmara e, depois, Teófilo Duarte, valendo-nos a circunstância de um acaso procurado, a deportação, nos anos trinta, de anti-salazaristas, a qual, posteriormente, nos vai permitir alguns momentos de romântica luta de libertação, face à ocupação japonesa, depois da ocupação australiana, onde os mais dos mortos foram principalmente timores e não *malaes*. *Por isso, temos sempre saudades da Terra, mesmo quando estamos no Céu.*

Julgo que quanto mais dias por além vier a passar, espreitando o corpo da terra ou desvelando a alma das gentes, mais chego à conclusão que "só sei que nada sei" e que, por isso mesmo, começo a saber alguma coisa.

Há nesse além uma natureza que foi espiritualmente assumida como o objecto perfeito, entre a terra, o ar, a água e o fogo. *Karma*, panteísmo, Cristo, Maomé, ou Buda, todos são mais propícios para esse acesso ao multidimensional dessa complexidade, para aquilo a que damos o nome de Deus. Daí que prefira a síntese de tal *transcendente situado*, a que chamam poesia e que nos permite manejar o mistério, o amor e algo do infinito. *Por isso, temos sempre saudades da Terra, mesmo quando estamos no Céu.*

E depois de tantos livros de memórias e de história, de tantos ódios e de tantas estórias, regressei ao que deve-ser e ao cancionero, com que Cinatti, que até era engenheiro, mas também agrónomo, tentou aproximar a ilha do trovadorismo medieval donde nascemos, para se concluir que todas civilizações são mesmo poeticamente contemporâneas e não apenas na filosofia. *Por isso, temos sempre saudades da Terra, mesmo quando estamos no Céu.*

Por mais livros que tenha lido sobre os pretéritos imperfeitos, sobretudo os da descolonização e da ocupação, mais me refugio nas memórias do cancionero de Cinatti e assim confirmo como a poesia é mais verdadeira do que a história. Como o *Ele*, o amigo timorense, disse: *quando chegámos a Timor içámos os barcos para a montanha, virámos-lhes a quilha para o ar e servimo-nos deles como se fossem casas. O mito manteve-se mas o rito, o treino, perdeu-se, a memória esqueceu-se... Timor foi para nós o fim do mundo...*

No cimo, erguemos a casa sagrada, tal como a Acrópole dos Gregos. E renovámos o culto da serpente, esquecido durante as longas viagens marítimas, quando as

filhas da Terra nos foram oferecidas, pelos primeiros habitantes de Timor em troca de uma paz desejada por vencedores e vencidos. A serpente ficou soberana da Terra, ainda que sob outros nomes, mas o seu poder diminuiu. Já não abarca o Céu, como outrora, senão quando a tromba-d'água desaparece nas nuvens ou o arco-íris lhe oferece seguro percurso. Ouve-se, então, a serpente chorar, como nas fontes a água. O Sol, porém, consagrou-a, como esposa. Quando morremos, nem todos nós descemos às entranhas da Terra... Os que foram designados filhos do Sol ascendem ao Quarto Céu do mundo superior e ali ressuscitam iguais ao que eram em vida. Não te surpreendas se te disser que o Quarto Céu é muito parecido com a terra de onde vieram os nossos antepassados. Por isso, temos sempre saudades da Terra, mesmo quando estamos no Céu. A saudade é tão grande que não são poucos os timorenses vivos a receber a visita apaixonada das filhas do Céu...

Como leio num trabalho de um aluno: *se perguntarmos à maioria dos timorenses dos distritos... que resistiu à invasão indonésia, porque hoje estamos independentes, as pessoas irão certamente atribuir o facto a Deus, aos ancestrais, aos nossos dirigentes e aos chefes tradicionais ou ainda à Natureza, como afirma a maioria dos guerrilheiros sobreviventes dos 24 anos de resistência nas matas de Timor-Leste. E isto é uma prova da existência de uma cultura, de uma comunidade regida por um direito consuetudinário que, ao longo dos séculos, sempre conduziu este povo até à sua libertação final do jugo colonial e tornar-se um país independente.*

O segredo talvez esteja na palavra fundamental de *Loro sae*, a expressão *Lel Mau-Tar*, isto é, Sol, ou ente radiante, a suma-recta, o juiz último, o que impõe uma hermenêutico mais íntima, profunda e mesmo mítica:

*Roguemos às origens (Am tota la ha ga)
Para que elas penetrem na terra,
Aos botões para que ascendam aos céus,
Nossos filhos, nossos queridos...
Àqueles que nos esconderijos e nos ermos
Estarão sempre acompanhados.
A vossa busca (Akar galae)
Do que visa o progresso (Nam bae pe lao ahe ta)
Tem que continuar (Tenki galae)*

E vai chegando a madrugada. A passarada começa a chilrear depois da tempestade. As pequenas osgas alegram-se no *toke, toke*. Os galos despertam todos os quintais. As rolas, aqui e além, compõem a harmonia. Um povo que quer ter direito a ser povo vai despertando para mais um dia de luta. Um povo que quer ser nação, unir-se em torno de uma comunhão pelas coisas que se amam, e pelas quais dezenas, centenas, milhares, centenas de milhares deram a vida. Leio um trabalho de um desses alunos: “em Timor-Leste, particularmente nas áreas remotas, ainda reina o sincretismo, não sendo fácil às pessoas distinguirem os princípios de Direito dos da Religião,

da moral e do costume. Enquanto em Dili as pessoas se viram cada vez mais para o profano, procurando por todos os meios assimilar conhecimentos dos quais pensam poder dominar a natureza, nas montanhas as pessoas preocupam-se mais com as necessidades imediatas e, quando muito, as de médio prazo, passando os dias e, principalmente, as noites a admirar a natureza, a tentar perceber a sua concatenação com a alma dos ancestrais, e com uma *lisan* e uma *lulik*. A sua maior preocupação é o estabelecimento de uma harmonia espiritual, física e mesmo material com a Natureza, pois sabe e está convicto de que nós somos apenas uma ínfima parte do Cosmos”.

Conclusões

Por mim, que durante meses vivi e revivi na república do sol nascente (Timor Lorosae), digo, como um navegador de outrora, que vale a pena procurar a "terra austrália do espírito santo".

O dito, chamado Pedro Fernandes Queirós, era natural de Évora, estava ao serviço de Filipe, saiu do Perú e pensou que o Vanuatu era a Austrália, terra que não viu, mas a que deu nome, mesmo assim fundou uma cidade chamada Nova Jerusalém e uma ordem de cavalaria dita do Espírito Santo.

Enganou-se. Falharam todas as respectivas obras, mas ficou o sonho, aquilo que é o mais português de Portugal que é procurar Portugal fora de Portugal, no que o Professor Sérgio Buarque de Holanda qualificou como "a visão do Paraíso", o exacto contrário da Ilha Sem Lugar (U-Topos) e que se aproxima da verdade bem real da ilha dos Amores que, aqui e agora, temos de continuar a procurar. *Akar galae nam bae pe lao ahe ta tenki galae...*

A reprodução quotidiana dos mitos nacionais: o caso de Nuno Álvares Pereira

Maria de Fátima Amante
ISCSP/CEPESE

Introdução

A identidade nacional impôs-se durante os dias que antecederam e se seguiram à canonização de Nuno Álvares Pereira em Abril de 2009. O processo, em curso há alguns anos e a referida distinção pelo Vaticano, assumiram-se como um dos tópicos das agendas dos políticos portugueses e dos meios de comunicação social locais, regionais e sobretudo nacionais. A figura em questão, um dos heróis medievais da nação portuguesa foi recuperado e as suas características reproduzidas e reavaliadas como modelares por alguns sectores da sociedade portuguesa. A canonização forneceu o pretexto para uma (re)introdução discursiva do mito e da identidade nacional no quotidiano dos portugueses.

A forma como o mito foi reproduzido na esfera pública distanciou-se da sua forma mais habitual, a historiografia, assumindo a memória colectiva e a “reprodução banal” uma maior importância. Várias estratégias foram utilizadas. Por um lado, a coincidência de edição e reedição de obras de carácter biográfico ou romance histórico sobre Nuno Álvares Pereira¹. Por outro lado, várias figuras públicas com responsabilidades políticas foram chamadas a pronunciar-se, enfatizaram a importância da distinção e algumas envolveram-se directamente nas cerimónias de canonização².

Igualmente importante, foi a acção dos meios de comunicação social, designadamente a imprensa e a televisão que anteciparam a notícia e a acompanharam ao longo de alguns dias, através de *peças* ou notícias sobre o tema da canonização e, simultaneamente, sobre a importância desta figura na construção nacional. Paralelamente multiplicavam-se no espaço virtual os *blogs* criados especialmente sobre o tema³ ou os *posts* alusivos ao assunto noutros *blogs*. O cidadão anónimo colocava-se,

¹ Vejam-se os seguintes exemplos: a reedição do clássico de Henrique Ruas (2008) e as edições de Nogueira Pinto (2009), Gomes (2009), Baker (2008).

² Este envolvimento permitiu, também ele, uma oportunidade para que se pensasse o Estado-nação enquanto construção política através da crítica sobre a legitimidade do envolvimento de representantes do Estado laico em cerimónias religiosas.

³ Disponível em: <dnunalvarespereira.blogspot.com>.

desse modo, também no processo de recuperação do mito nacional que reproduzia através do seu discurso: argumentando em favor da canonização ou contra ela, reproduzindo expressões explícitas de orgulho nacional pela distinção do Vaticano, ou através da expressão de indiferença ou rejeição. Todos estes agentes – políticos, media e cidadãos anónimos resgataram a memória colectiva –, recuperaram a importância da figura de Nuno Álvares Pereira na construção da nação e através do seu discurso reproduziram-no e construíram o seu significado.

A intensa actividade dos internautas e o interesse que os *media* reconheceram no tema, como mobilizador de audiências, vai ao encontro de desenvolvimentos teóricos que demonstram que a construção e reprodução da nação não são apenas o resultado de grandes realizações ou do discurso histórico. Igualmente importantes são as práticas do quotidiano⁴ e na contemporaneidade nada se afigura de maior banalidade do que a actividade dos *bloggers* ou o consumo de informação veiculada pelos meios de comunicação de grande projecção em termos de audiência, nomeadamente a televisão e jornais.

Propomo-nos, por um lado, avaliar a importância do mito na memória colectiva enquanto parte da construção nacional e, por outro, detectar as várias formas como o mito é reproduzido e reciclado para a contemporaneidade, concentrando-nos para tal na análise dos vários contextos em que esse processo teve lugar. Esta abordagem implica conciliar teoricamente duas perspectivas que são, em princípio, não só diferentes mas até antagónicas: o *etnosimbolismo* e a sua concepção da nação como “uma comunidade sagrada”⁵, cujas raízes étnicas são pré-modernas e o *nacionalismo banal*⁶, perspectiva claramente secular e materialista. Vamos recuperar a importância do mito na construção nacional e o elemento “quotidiano” que se detecta na apropriação colectiva e reprodução do mesmo.

1. Mito e identidade nacional

No contexto da ampla teorização do nacionalismo, o mito impõe-se como elemento analítico nas teses etnosimbólicas defendidas por John Armstrong e, sobretudo, Anthony Smith que inclui os “mitos e as memórias históricas” entre os elementos definidores das identidades nacionais⁷. Numa oposição clara às teses modernistas, que se

⁴ DE CERTEAU, 1988; BILLIG, 1995; EDENSOR, 2002.

⁵ SMITH, 1991.

⁶ BILLIG, 1995.

⁷ SMITH, 1991.

tornaram dominantes nos anos 1980 e 1990, propondo o nacionalismo como fenómeno político distintamente moderno, o etnosimbolismo defende a ideia de nação como fenómeno de longa duração, cujas origens se inscrevem num passado distante, promovendo assim a existência de um *continuum* entre a idade pré-moderna e moderna.

O *etnosimbolismo* procura relacionar as nações modernas e o nacionalismo com identidades culturais anteriores, insistindo em encarar “como componente central dos fenómenos étnico e nacional, aspectos culturais por oposição aos demográficos e políticos. Para além dos símbolos, língua, emblemas, rituais e artefactos, estes elementos consistem nas memórias, mitos, valores e tradições e nas práticas institucionalizadas que deles derivam”⁸. O etnosimbolismo acentua, pois, a importância de uma multiplicidade de factores na construção da identidade nacional, concentrando-se em particular na memória, sentimento, mito e símbolo como forma de entender os “mundos internos”⁹ da nação e do nacionalismo.

A reflexão de Smith, concentrada no *complexo “mito-símbolo”*, conceito cunhado por John Armstrong¹⁰, surge no âmbito da sua análise do papel das etnias na formação das nações. A preocupação com o simbólico materializa-se no interesse pelos sentimentos e atitudes dos indivíduos e grupos e é, no autor, uma via para chegar ao elemento abrangente e central que é a cultura, ou melhor, “a cultura na sua relação com a política”¹¹.

Concentramo-nos particularmente num dos elementos do “complexo, mito – símbolos – valor – memória”: o mito, embora conscientes de que ele não é eficazmente trabalhado e entendível se desligado dos restantes elementos, particularmente o símbolo e a memória, com os quais tem uma reacção de mútua dependência ao nível operativo do significado.

Etimologicamente, Mito significa, palavra, discurso, mensagem, narrativa. Esta definição remete essencialmente para uma expressão oral e escrita do mito, no entanto, embora seja normalmente “contado”, o mito também pode ser dramatizado e representado.

Uma característica frequentemente associada à narrativa mítica é o seu carácter “fantástico” e não necessariamente verosímil, isto é, algo que o torna inacessível para os homens comuns. Os heróis míticos têm um quê de excepcional, funcionam como ideais, o mesmo acontecendo com os tempos narrados que também se apresentam como profundamente distantes do tempo presente, irrepetíveis, e portanto excepcionais. Os heróis míticos totalizam e recriam constantemente a história humana e abolem o tempo.

⁸ SMITH, 2000: 66.

⁹ SMITH, 2004.

¹⁰ ARMSTRONG, 1982.

¹¹ SMITH, 2009: 25.

Enquanto narrativa, o mito permite traduzir acções e contextos de forma simplificada, mas não irreal. É possível encontrar na história universal uma mitologia sagrada que reproduz a existência e a acção de seres divinos que, na sua relação com os humanos, lhes conferiram poderes ou atribuíram tarefas. Não obstante, existe uma outra categoria de mitos que, enquanto narrativas, reproduzem actores e factos ocorridos num tempo distante, que foram perdurando na memória colectiva e que, na perspectiva do etnosimbolismo são um dos elementos que permite estabelecer a ligação entre o passado e o presente das nações, fortalecendo sentimentos de pertença e capacidade de imaginação colectiva. Os eventos históricos que se mostram decisivos em momentos cruciais da história das nações são os mais susceptíveis de fomentarem a mitificação do acontecimento em si ou de alguns dos seus protagonistas.

A abordagem que as ciências sociais, mormente a antropologia e a sociologia, fizeram ao mito situou-se entre a valorização da sua funcionalidade, enquanto “elemento fundamental da civilização humana, não uma história sem propósito [mas] antes uma poderosa força activa”¹² e ênfase do seu carácter estrutural, indo além da narrativa, considerada apenas a superfície e procurando na estrutura o seu significado¹³: o estruturalismo defende que o conteúdo da narrativa, personagens, acções, são variáveis em função de diferenças culturais, funcionando o mito como operador lógico que combina e recombina as estruturas.

A dimensão explicativa dos mitos, embora importante, não é a única vantagem das narrativas deste tipo. Decorrente da relação intrínseca entre o mito e a ordem social e moral, o seu valor reside fundamentalmente na forma como os mitos validam algumas crenças essenciais, alguns valores e padrões de comportamento cultural. Numa perspectiva antropológica, o valor do mito reside no facto da narrativa mítica reflectir, suportar e legitimar padrões de pensamento e de comportamento.

No caso dos mitos nacionalistas, isto é, aqueles que se relacionam directamente com a génese e desenvolvimento da nação, estamos perante histórias que “simplificam, dramatizam e narram selectivamente a história do passado da nação e o seu lugar no mundo, a sua escatologia histórica”¹⁴. Como toda a construção discursiva, a narrativa mitológica não reproduz apenas o significado, também o constrói. Isto não significa necessariamente que o mito é a antinomia da história. A historiografia incorpora algumas características da narrativa mítica, também simplifica a acção, reduz a distância e “enfraquece a complexidade, a *nuança*, as contradições de performance da história humana, apresenta uma história simplista e frequentemente unívocal”¹⁵.

¹² MALINOWSKI, [1925] 1984: 25.

¹³ LEVI-STRAUSS, [1949] 1991.

¹⁴ BELL, 2003: 75.

¹⁵ BELL, 2003: 75.

De maior relevância são os mitos nacionalistas fazerem parte da memória colectiva. Constituem algumas das histórias que os membros do grupo partilham e através das quais conseguem identificar características específicas que, acreditam, os individualizam. E a memória colectiva, embora reporte ao passado, não se esgota conceptualmente nele: não é apenas um conjunto de proposições sobre o passado que se pretendem historicamente verdadeiras, é uma fonte incontornável da identidade, imprescindível no momento de definição da identidade no presente.

2. A produção de mitos nacionalistas: *myth-makers*

No processo de construção nacional são particularmente relevantes os mitos de origem, de escolha, de fundação da pátria e os que reproduzem as “épocas douradas”¹⁶. O uso do mito para forjar ou consolidar as consciências nacionais, levando à criação de sentimentos de identidade nacional, foi uma fórmula recorrente de construção nacional. Os tempos, os protagonistas, as acções que se transformam em mitos, não se desenvolvem desregradamente, isto é, sem que exista uma acção que se responsabilize pelo conteúdo da narrativa. O historiador Eric Hobsbawm, numa perspectiva claramente modernista/instrumentalista, contextualizou através da “invenção da tradição” a acção das elites na produção de mitos e símbolos que, pelo seu papel agregador junto das massas, teriam funcionado nos últimos duzentos anos como elementos catalizadores na construção das identidades nacionais¹⁷. No contexto do paradigma modernista do nacionalismo, de uma maneira geral, enfatiza-se o papel do Estado e das elites neste processo, assumindo-os claramente como “*myth-makers*”.

Não se afigura contudo verdadeiramente infalível esta relação entre a invenção, a aceitação e interiorização de mitos e símbolos colectivos, nacionais. Para que tal ocorra impõe-se, antes de tudo, um discurso comum entre os “construtores” e aqueles que devem rever-se nas invenções, isto é, entre as elites e as massas. Tal não foi possível enquanto o Estado não promoveu o alargamento da “cultura superior”¹⁸ a toda a sociedade, educando todos na mesma língua e cultura, projecto comumente associado aos séculos XVIII e XIX.

¹⁶ Existem várias taxonomias dos mitos nacionalistas, ver SMITH, 1999; SCHÖPFLIN, 2002.

¹⁷ HOBBSAWM, 1983.

¹⁸ Gellner utiliza o conceito de cultura superior num sentido sociológico, de educação formal, escolarizada e não no sentido avaliativo (GELLNER, 1983).

Embora Smith não se concentre particularmente neste aspecto, na acção dos intelectuais, a quem se refere como os “cronistas do passado étnico”¹⁹, reconhece a sua existência como inventores, produtores ou analistas. Na sua teoria, as elites intelectuais aparecem reconhecidas, mas não valorizadas na formação dos mitos, na medida em que, como escreveu, referindo-se precisamente à invenção de tradições, não basta inventar tradições, é preciso que as pessoas adiram a elas. Por outro lado, aquilo a que chamam invenções, na verdade são apenas processos de recuperação de mitologias pré-existentes: os mitos nacionais são reconhecíveis porque entroncam no passado étnico, anterior à nação.

Importa precisar este conceito de intelectuais com responsabilidade na construção nacional. Normalmente enquadram-se nesta categoria os filósofos, arqueólogos, poetas e, por maioria de razões, os historiadores²⁰. São estes grupos que projectam, através do seu discurso a imagética da nação. Esta circula através de determinados canais. Com efeito, o ensino escolar assumiu-se desde a modernidade como o mais importante, mas do grupo dos intelectuais – *myth-makers* – também fazem parte os pintores, escultores ou os realizadores de cinema²¹ cujos discursos, embora formalmente diferentes, cumprem igual função junto da comunidade nacional.

Alguns autores são de opinião que os intelectuais, enquanto divulgadores de ideias, não têm que ser necessariamente pertencentes a uma classe em particular ou dotados de uma cultura “superior” específica. Têm que ser letrados mas sem necessidade de sofisticação, o que realmente importa é que consigam reinterpretar e reviver mitos ancestrais²². A sua capacidade de reinterpretação da nação e dos seus mitos pode depender menos do conhecimento da história factual do que da lenta impregnação de conteúdos nacionalistas que, de modo inconsciente, foram sendo interiorizados e incorporados²³. Esta dilatação do conceito permite integrar alguns reprodutores do nacionalismo que iremos referir no artigo: políticos, meios de comunicação social e *bloggers*.

É grande a diversidade de agentes que reproduzem a identidade nacional através do seu discurso, implicando igualmente uma vasta diversidade de estratégias. Na contemporaneidade, os veículos que as elites intelectuais, sobretudo a elite política, utilizam para reprodução da nação são bastante diversificados, há muito que deixaram de estar “presos” ao texto escrito. É esta circunstância que suporta aquilo que Conversi classificou como a “marginalidade” dos intelectuais no seu papel público, face a outro tipo de agentes, nomeadamente às “elites políticas, [cuja acção] ajudada pelos meios de

¹⁹ SMITH, 1986: 109.

²⁰ CONVERSI, 1995; HUTCHINSON, 1987.

²¹ LEOUSSI, 2004.

²² CONVERSI, 2007.

²³ Os historiadores têm constatado a existência de uma decalage entre o conhecimento que da história nacional têm as elites intelectuais e as massas. Nestas, pode consistir “sobretudo numa lista de nomes e alguns factos” (SOBRAL, 2003: 1112). Isto não impede, no entanto, a sua reprodução.

comunicação, para manipular mitos e tradições étnicas para os seus próprios fins tem aumentado”²⁴. Outrora inatingíveis e praticamente invisíveis, as elites políticas apresentam-se hoje como elementos que participam no quotidiano das pessoas que repetidamente as vêem, ouvem e lêem. Por outro lado, o discurso das elites, sobretudo quando preparado para veiculação através das grandes indústrias culturais, tornou-se francamente mais acessível e portanto com eco junto de maior número de pessoas.

3. A reprodução quotidiana do mito nacionalista

A obra seminal de Michael Billig, *Banal Nationalism*²⁵, explora dentro de uma perspectiva materialista e secular, a forma como a identidade nacional é reproduzida através de práticas e linguagens quotidianas. Esta é uma tendência que procura ir além da abordagem clássica da identidade nacional, que privilegiou as origens históricas da nação e que se inscreve igualmente no contexto da reflexão que teoriza a prática discursiva associada ao quotidiano²⁶.

Criticando a ideia veiculada em determinados contextos intelectuais e de poder ocidentais de que o nacionalismo é um fenómeno distante, uma questão das periferias, dos que ainda não conseguiram constituir-se politicamente como um Estado-nação, Billig defende que nas sociedades ocidentais o nacionalismo é omnipresente, os hábitos ideológicos que reproduzem a nação e o Estado-nação não desaparecem das práticas quotidianas, como sugeriram alguns observadores. Interroga-se sobre a razão pela qual nas nações politicamente estabelecidas não nos esquecemos da nossa identidade nacional, ao que responde cunhando o conceito de “nacionalismo banal”. O conceito envolve a circulação e a utilização constantes de símbolos da nação – imagens visuais ou taxonomias – de um modo tão interiorizado e habitual que deles não se toma consciência. A existência deste tipo de hábitos ideológicos permite que as nações estabelecidas do Ocidente sejam reproduzidas quotidianamente.

Operacionalmente, é semelhante ao que Pierre Bourdieu chamou *habitus*. Se atentarmos na definição do sociólogo francês, o *habitus* como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis e que, integrando todas as experiências passadas funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de acções – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências

²⁴ CONVERSI, 2007: 24.

²⁵ BILLIG, 1995.

²⁶ DE CERTEAU, 1988; WODAK, 1999; EDENSOR, 2002.

analógicas de esquemas”²⁷, concluímos que na sua teorização da relação entre o indivíduo e a sociedade o *habitus* também não é cognitivamente entendido mas interiorizado, incorporado. O mesmo princípio rege o nacionalismo banal. Como refere Billig, a identidade nacional é algo que se ensina ser um processo natural, mas também algo que é natural recordar e nas nações estabelecidas a identidade nacional é relembrada porque está inserida nas rotinas da vida, que constantemente recordam ou “embandeiram” a nacionalidade. Contudo, estes lembretes são tão numerosos e uma parte tão familiar do ambiente social que operam inconscientemente e não de forma consciente.

O modo como a reprodução acontece, como a nação é “embandeirada” na vida dos cidadãos, remete-nos para discursos e protagonistas diferentes das elites intelectuais que alguns teóricos consideram fundamentais e que, como referimos, Smith e Converse, por razões diversas, colocaram de forma um pouco mais marginal. Fundamentalmente, distancia-nos do discurso historiográfico, obrigando-os a concentrar a atenção nas pessoas comuns e na forma como elas não se esquecem da sua identidade nacional.

No quotidiano são accionados, sem que disso tomemos nota, uma série de lembretes que não permitem que nos esqueçamos qual é a nação a que pertencemos. Estes mecanismos de recordação são accionados pelos “protagonistas do nacionalismo banal”: políticos e meios de comunicação social, o que decorre, no caso dos políticos de serem figuras familiares, reconhecidas e de usarem “o trunfo patriótico”, isto é, falarem “em nome da nação”. No caso dos *media*, sobretudo pela utilização de uma linguagem e diferenciação temática que reproduz sistematicamente as categorias “nós” e os “outros”²⁸.

No contexto recente da canonização de Nuno Álvares Pereira, os agentes e os mecanismos de recordação – os *lembretes* – da identidade nacional, foram continuamente accionados. É dentro desta linha orientadora que situamos o presente artigo. Tentamos identificar e perceber quais foram as estratégias envolvidas na recuperação do mito nacionalista e como foi reciclado o mito medieval para se adequar às exigências da contemporaneidade.

4. O mito de Nuno Álvares Pereira na memória colectiva

O mito de Nuno Álvares Pereira, doravante referido como NAP, enquadra-se naquilo a que Schöpflin chamou *mitos de valor militar, resistência ou de aristocracia*²⁹. Trata-se de mitos que salientam a forma especial como a colectividade se mantém

²⁷ BOURDIEU, 1977: 82-83.

²⁸ BILLIG, 1995.

²⁹ SCHÖPFLIN, 2002: 94.

devido à sua performance militar. Na reprodução que os internautas fizeram do mito, este elemento revelou-se bastante consistente, destacando-se particularmente o brilhantismo estratégico que permitiu que a desvantagem numérica das tropas portuguesas não se constituísse como desvantagem num momento decisivo da história nacional. Este tipo de mitos, independentemente dos feitos militares se atribuírem a uma classe social em particular ou ao povo de modo geral, porque salientam feitos contra situações adversas em que a comunidade se encontrou, são profundamente homogeneizadores, enfatizando a acção do grupo e não a do indivíduo. No caso do mito de NAP, a acção individual é fortemente enfatizada, o carisma do estratega é uma das características que se reproduz de forma mais imediata. Na memória colectiva, perdurou a ideia do cavaleiro nobre, guerreiro, que conseguiu liderar um grupo minoritário e com isso manter a independência nacional. A ênfase neste aspecto revela a selectividade da memória. Invariavelmente há acontecimentos, pessoas e datas que se comemoram e outras que se esquecem. Os internautas constroem o mito através do seu discurso e dele ficam ausentes determinados elementos, por exemplo, na reprodução do mito na blogosfera ficou ausente a referência do apoio inglês na Batalha de Aljubarrota.

A selectividade da memória colectiva no caso do NAP e da luta pela independência nacional tem sido igualmente constatada ao nível da acção do Estado. Na perspectiva de alguns historiadores³⁰, em determinados contextos políticos e ideológicos, a figura e os acontecimentos foram objecto de um certo esquecimento por parte do Estado quando este se projectou na esfera pública, através de grandes eventos que celebravam a identidade nacional, ou aquando da implantação de simbologias nacionais.

Embora incontornável, a figura foi, por questões ideológicas, pouco consensual. A questão do culto, que desde o século XVI foi prestado a NAP, aparece como um dos obstáculos à sua celebração como herói no período da I República, cuja afirmação anti-clerical não se coadunava com homenagens a heróis com auras místicas. Não obstante, o herói nacional foi no passado recuperado e reciclado com objectivos nacionalistas explícitos. A acoplagem do mito de NAP a uma espécie de messianismo foi a solução que alguns sectores político-ideológicos adoptaram para se referirem a diversos líderes contemporâneos para quem transpunham as características do líder medieval. Como refere Castro Leal, “«o mito do salvador» (o chefe) tendo acoplado o «mito da unidade» (a nação), teceu grande parte do imaginário político português contemporâneo, manifestando-se particularmente nos momentos nacionais de desregulação do sistema político e de crise económico-financeira”³¹.

³⁰ ANDRADE, 2004; LEAL, 1998.

³¹ LEAL, 1998: 826.

O exemplo perfeito da reciclagem do mito de Nuno Álvares Pereira enquadrada pela ideologia é o do movimento político de início do século XX, *Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira* ou *Cruzada Nun'Álvares* (1918-1938). A *Cruzada* incorpora a necessidade de regeneração, ressurgimento cívico e de “unidade moral da nação” e Nuno Álvares Pereira simboliza não só a necessidade como a capacidade de o fazer. No momento em que as elites políticas já se desencantaram com os destinos da I República, lança-se mão de um mito e respectivo culto cuja escolha se justifica só por si: “Por Nun'Álvares, símbolo da raça! Pela raça, que a sua memória de cavaleiro e santo tutela ainda, para a conduzir a novos destinos que a esperam”³². A figura de NAP reúne no âmbito da *Cruzada*, o apoio de diferentes sectores políticos e sociais, desde republicanos conservadores, monárquicos constitucionalistas, monárquicos integralistas e católicos sociais, todos subscrevem a ideia de que se trata de uma figura inspiradora, um “salvador da pátria” de antes, cuja memória parece ser a única capaz de unir a nação e levá-la no caminho da regeneração política.

Durante o Estado Novo vai-se consolidando a legitimação da figura de Nuno Álvares Pereira como “mito nacional inspirador”, mas de forma diferenciada. Por um lado mantendo o dia 14 de Agosto, data da batalha de Aljubarrota, feriado da República desde 1920 e, mais significativamente, através da consagração do herói medieval como guia de uma das suas mais emblemáticas instituições: a Mocidade Portuguesa. Instituída pelo Decreto-lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936, que no seu artigo 40.º dispõe a criação da “organização nacional denominada Mocidade Portuguesa (M.P.), que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”.

A instituição incorpora assim as características do herói, que o Estado quer ver alargadas à sociedade portuguesa, começando por isso o trabalho de “formação” de todos. Outras iniciativas desenvolvidas pelo Estado iam promovendo a figura heróica de Nuno Álvares Pereira, sobretudo junto dos mais novos. Exemplo paradigmático é a comemoração dos 550 anos da Batalha de Aljubarrota em 1935, com a leitura de discurso em todas as escolas e a organização de uma peregrinação nacional à batalha no ano seguinte, onde o Presidente do Conselho discursa evocando o herói de 1385.

Porém, segundo Andrade³³, a figura de Nuno Álvares Pereira não terá tido uma grande relevância no contexto do Estado Novo e a prova está no facto de ter estado ausente nas comemorações que o Estado fez de si próprio. Nas grandes celebrações do duplo centenário de 1940 – VIII da Fundação e III da Restauração – a primeira prevaleceu sobre a segunda e sobre ambas prevaleceu o Império e a sua celebração. A interpretação que o Estado Novo tem da história, o carácter selectivo que impõe à

³² Manifesto da Cruzada, 1921 cit. LEAL, 1998.

³³ ANDRADE, 2004.

memória colectiva, materializado na poética expositiva, é construtor de significado e uma ferramenta ideológica.

5. Recuperação e reciclagem do mito

Como antes avançámos, o interesse na análise dos mitos nacionalistas reside, do nosso ponto de vista, na identificação da forma como a narrativa opera em contextos variados e como é que através delas as comunidades se formam e reproduzem discursivamente.

A figura de NAP ocupa um lugar incontornável na memória colectiva da independência nacional. A reprodução desta memória expressa na toponímia, nos monumentos ou nas comemorações, alarga-se à retórica dos políticos, aos editoriais e artigos dos jornais e às mensagens que vão sendo postadas na *blogosfera*. Apesar do esquecimento a que, na opinião de alguns, a figura e os acontecimentos históricos relacionados foram votados³⁴, o mito manifestou uma resiliência que pode ser constatada na sociedade civil através da diversidade de mecanismos de reprodução do mito e por extensão da identidade nacional.

O mito de Nuno Álvares Pereira, na sua transição para o Nuno de Santa Maria, foi objecto de reiteração por parte da sociedade portuguesa, permitindo que a comunidade nacional se pensasse enquanto tal e reproduzisse a sua identidade de diversas formas.

Entre agentes que funcionaram como reprodutores do mito e da identidade nacional de forma banal, estão os políticos e os representantes da Igreja Católica que se pronunciaram sobre a canonização de Nuno Álvares Pereira. Tanto num caso como no outro se salientam duas ideias principais: feita uma interpretação da biografia de NAP, primeiro foram salientadas características específicas da figura e, segundo, essas características foram transpostas para a conjuntura presente. Detecta-se nos discursos dos políticos e dos representantes da Igreja uma coincidência de procedimentos analíticos, mas uma divergência em termos de conteúdo. Enquanto os políticos destacam “a coragem”, o “patriotismo”, o “triunfo nas horas difíceis”; os representantes da Igreja, recusam essa exaltação patriótica e insistem na vocação, no “Homem de Deus e de fé”.

Um dos aspectos mais significativos no envolvimento e reprodução do mito de Nuno Álvares Pereira, está precisamente na acção dos agentes políticos, designadamente na vinculação que as mais altas instituições do Estado exteriorizaram. Referimo-nos à

³⁴ PINTO, 2009.

Presidência da República e à Assembleia da República. Tanto num caso como no outro, a linguagem utilizada e as práticas seguidas reproduziram banalmente o herói nacional e o nacionalismo. As primeiras palavras do Presidente da República, na mensagem oficial sobre a canonização, reproduzem os elementos linguísticos e conceptuais que Billig reconhece como reprodutores do nacionalismo banal: “Hoje é um dia de alegria para todos os portugueses [e] estou certo de que este gesto ficará inscrito na nossa memória colectiva e será motivo de orgulho e de alegria para todos os que amam o nosso País e a sua história”. A identificação explícita do grupo com o herói e a sua re-inscrição na memória colectiva são a estratégia de reprodução do mito seguida por outros políticos que se pronunciaram sobre o tema da canonização e sobre a figura. A identificação do herói com o grupo é um padrão que se torna em si mesmo, banal, até pela questão da repetição: “Antes de ser um santo reconhecido pela Igreja foi um santo do povo, um homem simples, um homem humilde, um grande chefe militar da história portuguesa e uma figura incontornável da nossa história”³⁵.

Por iniciativa de uma das bancadas parlamentares³⁶ foi proposta à Assembleia da República um voto de congratulação pelo anúncio da canonização de NAP, retirando com isso o evento da esfera religiosa e católica e tornando a questão um assunto político. A vinculação do Estado português à canonização concluía-se com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Vice-Presidente da Assembleia da República em Roma para as celebrações da canonização.

A representação oficial do Estado português nas cerimónias de canonização tornou-se um dos assuntos que motivou intensa actividade na *blogosfera*, com centenas de *posts* que discutiam a legitimidade de tal envolvimento. Assiste-se, obviamente, a um discurso extremamente polarizado entre os que são frontalmente contra e insistem na necessidade de manutenção do princípio da separação de poderes e os que relevam este princípio em nome do nacionalismo explícito. Não cabe aqui a discussão de tal envolvimento ou de eventuais ilações que dele possam ser retiradas. O que se sublinha é que tanto num caso como no outro se discutiu a nação, a sua formação e as suas características.

Também os jornalistas se envolveram na recuperação do mito através da reprodução de cronologias históricas e breves descrições biográficas e os participantes da *blogosfera* recuperaram da memória colectiva, o mito e reproduziram-no em toda a sua extensão: encontrámos *posts* que constituem narrativas da história de Portugal,

³⁵ Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Luís Amado, ao *Jornal Digital IOL* em 26/4/2009.

³⁶ A bancada parlamentar do CDS propôs o voto de congratulação pelo anúncio da canonização de NAP que foi apoiado por maioria (com os votos favoráveis dos deputados do CDS e do PSD, a abstenção do PCP e votos contra do BE e dos Verdes).

outros que corrigem esses conteúdos e outros ainda que noutro tipo de registo deconstróem a figura mítica e a reduzem ao seu estatuto pessoal.

Mas esta não foi a única dimensão da recuperação do mito de Nuno Álvares Pereira. A canonização permitiu igualmente a reciclagem do mito: as características que, publicamente, foram sendo atribuídas à figura e aos eventos de 1385, e que os cidadãos recuperaram e reproduziram de várias formas, foram objecto de uma transposição para a contemporaneidade. Este foi um aspecto em que os vários protagonistas se colocaram de acordo: todos salientaram a “a vontade de triunfar mesmo nas horas mais difíceis”³⁷, que “deve inspirar os portugueses na busca de um futuro melhor”³⁸, numa clara associação à conjuntura presente. Aparece como o “santo para os nossos dias”³⁹, na medida em que “é um modelo inspirador para os cristãos que hoje servem a coisa pública (...) porque ele tinha um projecto para Portugal, que não era um projecto efémero, definido pelo imediato das soluções (...) D. Nuno fez desse projecto um ideal para Portugal”⁴⁰.

Conclusão

Desta pesquisa sobre a relação entre o mito, a identidade nacional e a reprodução banal ficam algumas ideias de síntese: em primeiro lugar, o destaque para a relevância dos aspectos de natureza simbólica e do mito na memória colectiva, assim como da sua capacidade para gerarem sentimentos de coesão. A acção diversificada dos agentes reflectiu a importância do mito, permitindo verificar nos discursos produzidos a eficácia deste tipo de narrativas enquanto construtoras de significado. Os registos discursivos, embora distanciados em termos de conteúdo e forma, funcionaram como um filtro da história factual e mantiveram um núcleo comum: o do guerreiro, cujo carisma e arte permitiu que a nação se mantivesse independente num período de crise política e o do homem cujo altruísmo permitiu despojar-se dos seus vastíssimos bens materiais para abraçar a vida espiritual. Tal como já havia acontecido no início do século XX, o mito foi reciclado para se adaptar às circunstâncias e às exigências da contemporaneidade, embora revestindo características específicas continuou a funcionar como um potenciador do mito que, mais uma vez, se reproduz como inspiração necessária para enfrentar desafios.

³⁷ Presidente da República em nota divulgada a propósito da canonização em 26/4/2009.

³⁸ Presidente da República, citado pelo *Jornal de Notícias* em 22/2/2009.

³⁹ D. Duarte Pio.

⁴⁰ D. José Policarpo em declarações à Antena 1, em 4/11/2009.

Por outro lado, destaca-se a importância que têm os *myth-makers* em todo este processo e sobretudo a necessidade de alargarmos o conceito para nele se incluírem grupos e categorias muito diferentes dos que habitualmente são teorizados como construtores das mitologias nacionais. Quando através de registos diferenciados se pensou a canonização ou o herói, pensou-se a nação. Reiterou-se um conjunto de valores e o sentimento de pertença. As qualidades reconhecidas ao herói mítico foram objecto de uma apropriação colectiva e as dificuldades e possibilidade de solução foram objecto de uma transposição temporal: de finais do século XIV para o início do século XXI.

Bibliografia

- ANDRADE, Luís O., 2004 – “D. Nuno Álvares Pereira na(s) memória(s) da nação”, in *Colóquio D. Nuno Álvares Pereira. O Homem e a Memória*.
- ARMSTRONG, John, 1982 – *Nations before nationalism*. University of North Carolina Press.
- BAKER, Leslie, 2008 – *Vida e Obra de Dom Nuno Álvares Pereira – O Santo Condestável*. Lisboa: Via Occidentalis.
- BELL, Duncan, 2003 – “Mythscapes: memory, mythology and national identity”. *British Journal of Sociology*, 54, (1), p. 63-81.
- BILLIG, Michael, 1995 – *Banal nationalism*. Londres: Sage.
- BOURDIEU, Pierre, 1977 – *Outline of a theory of practice*. Cambridge: University Press.
- CARVALHO, José, 2008 – *O Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira*. Lisboa: Via Occidentalis.
- CONVERSI, Danielle, 1995 – “Reassessing theories of nationalism. Nationalism as a boundary maintenance and creation”, in *Nationalism and Ethnic Politics*, 1, (1), p. 73-85.
- CONVERSI, Danielle, 2007 – “Mapping the field: theories of nationalism and ethnosymbolic approach”, in LEOUSSI, A.; GROSBY, Steven (orgs.) – *Nationalism and ethnosymbolism. History, Culture and Ethnicity in the formation of nations*. Edinburgh: University Press, p. 15-30.
- DE CERTEAU, Michel, 1988 – *The practice of everyday life*. Berkley and LA: University Of California Press.
- EDENSOR, Tim, 2002 – *National Identity, popular culture and everyday life*. Oxford: Berg.
- GELLNER, Ernest, 1983 – *Nations and nationalism*. Londres: Blackwell.
- GOMES, J. Pinharanda, 2009 – *S. Nuno de Santa Maria – Nuno Álvares Pereira*. Lisboa: Zéfiro.
- HOBBSBAWM, E.; RANGER, T., 1983 – *The invention of tradition*. Cambridge: University Press.
- HOSKING, Geoffrey; SCHÖPFLIN, George, 1997 – *Myth and nationhood*. New York: Routledge.

IDENTIDADE NACIONAL
ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

- HUTCHINSON, John, 1987 – *The dynamics of cultural nationalism. The Gaelic Revival and the creation of the Irish nation-state*. Londres: Allen &Unwin.
- LEAL, Ernesto Castro, 1998 – “A cruzada nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo”. *Análise Social*, XXXIII, (148). Lisboa: ICS, p. 823-851.
- LEOUSSI, Athena, 2004 – “The ethno-cultural roots of national arts”, in *Nations and Nationalism*, 10, (1-2), p. 143-58.
- LEVI-STRAUSS, Claude, [1949] 1991 – *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- MALINOWSKI, Bronislaw, [1925], 1984 – *Magia, ciência e religião*. Lisboa: Edições 70.
- PINTO, J. Nogueira, 2009 – *Nuno Álvares Pereira*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- RUAS, Henrique, 2008 – *Vida do Santo Condestável – Dom Nuno Álvares Pereira*. Lisboa: Edições Tenacitas.
- SCHÖPFLIN, George, 2002 – *Nations, identity, power. The new politics of Europe*. Londres: C.Hurst &Co. Publishers.
- SMITH, Anthony D., 1986 – *The Ethnic Origins of Nations*. Londres: Wiley-Blackwell.
- SMITH, Anthony D., 1991 – *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- SMITH, Anthony D., 1991b – “The nation: invented, imagined, reconstructed?”, in *Millenium: Journal of International Studies*, 20, (39), p. 353-68.
- SMITH, Anthony D., 1999 – *Myth and Memoirs of the Nation*. Oxford: University Press.
- SMITH, Anthony D., 2000 – *The nation in history: historiographical debates about ethnicity and nationalism*. Hanover: University Press of New England.
- SMITH, Anthony D., 2004 – *The antiquity of nations*. Cambridge: Polity Press.
- SMITH, Anthony D., 2009 – *Ethno-symbolism and nationalism: a cultural approach*. Londres: Routledge.
- SOBRAL, José, 2003 – “A formação das nações e de nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português”. *Análise Social*, XXXVII, (165). Lisboa: ICS, p. 1093-1126.
- WODAK, Ruth, *et al*, 1999 – *The discursive construction of national identity*. Edinburgh: University Press.



RESUMOS / ABSTRACTS

Portugal: memória, património e cidadania

Resumo

Neste artigo, o autor enfatiza a memória como factor de coesão e confiança, e o património cultural como factor de inovação e de criatividade, de paz e democracia, chave para a compreensão da realidade humana. A diversidade cultural e o pluralismo devem ser preservados de forma a chegar-se a um conceito inovador de cidadania, centrada na dignidade da pessoa humana, a qual deve privilegiar o diálogo entre património, herança e memória.

Portugal: memory, heritage and citizenship

Abstract

In this paper, the author emphasizes memory as a factor for cohesion and trust, and cultural heritage as a factor for innovation and creativity, peace and democracy, a key for understanding human reality. Cultural diversity and pluralism must be safeguarded in order to reach an innovative concept of citizenship, focusing on human dignity, which should privilege the dialogue between heritage, legacy and memory.

ADRIANO MOREIRA

A cidadania entre o cosmopolitismo e o multiculturalismo

Resumo

Num mundo cada vez mais globalizado, em que as fronteiras geográficas foram claramente derrubadas, os povos deslocam-se facilmente de região em região, procurando perceber-se como as sociedades de origem se adaptam a tal realidade. A forma desregulada como se processam as migrações na actualidade e o encontro de diferentes culturas desafiam as identidades históricas dos Estados. Perante a inevitabilidade do cosmopolitismo e do multiculturalismo, os apelos a uma integração baseada na desigualdade e a necessidade da chamada *Aliança das Civilizações* são factores determinantes para uma melhor compreensão do mundo.

Citizenship: between cosmopolitanism and multiculturalism

Abstract

In an increasingly globalized world, where geographic boundaries have clearly been eliminated, people move easily from one region to the other, seeking to understand

how the societies of origin adapt themselves to this reality. The unregulated way as migrations are processed nowadays and the meeting of different cultures challenge the historical identities of States. Given the inevitability of cosmopolitanism and multiculturalism, the calls for an integration based on inequality and the need for the so-called *Alliance of Civilizations* are crucial to a better understanding of the world.

CARLOS DIOGO MOREIRA

Identidade e Pluralismo

Resumo

Uma melhor compreensão do conceito de identidade nacional e do discurso sobre a nação portuguesa requer a revisão e clarificação de alguns aspectos teóricos fundamentais desta questão. Por um lado, a distinção entre identidade nacional e identidade cultural e os tipos de nacionalismo. Por outro, em termos mais gerais, sobre a própria necessidade e benefícios das identidades nacionais. Ou seja, se se trata de uma construção imprescindível e uma referência que possibilita liberdade e segurança ou, se, pelo contrário, restringe a liberdade, promove a indiferença e provoca blindagem de fronteiras políticas e culturais.

A partir desta discussão analisa-se o caso concreto de Portugal, a sua especificidade, o posicionamento das elites intelectuais e das grandes construções ideológicas e mudanças recentemente ocorridas face aos conceitos em presença.

Identity and Pluralism

Abstract

A better understanding of the concept of national identity and discourse about the Portuguese nation requires the review and clarification of some fundamental theoretical aspects of this issue. On the one hand, the distinction between national identity and cultural identity and the types of nationalism. On the other hand, in a more general manner, the need and benefits of national identities. That is, if it is a construction and an essential reference that allows freedom and security or, on the contrary, if it restricts the freedom, promotes indifference and shields political and cultural boundaries.

From this discussion, we analyse the case of Portugal, its specificity, the positioning of the intellectual elites and the major ideological constructions and changes recently occurred, in relation with the concepts involved.

DAVID JUSTINO

Estado, território e nação: dualismos múltiplos nas representações da identidade nacional

Resumo

Integrando-se Portugal no conjunto das “velhas nações” do arco atlântico europeu, partilha com a maioria desses países o facto de ter liderado durante séculos sistemas imperiais e de ter assumido uma posição marginal face aos movimentos sociais europeus que sustentaram a “era dos nacionalismos”, nos séculos XIX e XX. Entretanto, distingue-se pela particularidade de, após as invasões francesas, não ter sido o seu território palco de conflitos internacionais ou de graves e prolongados conflitos internos que pusessem em causa a sua independência e unidade nacional e, ao mesmo tempo, catalisassem as tensões e os movimentos sociais de cunho nacionalista. É neste contexto que pretendemos problematizar em torno da generalização das ideias de pátria e de nação, considerando a diversidade das relações centro-periferia, com especial atenção aos dualismos sociais cidade-província, norte-sul e Estado-Comunidades Locais.

State, territory and nation: multiple dualisms in the representations of national identity

Abstract

Integrated in the group of the "old nations" of the European Atlantic Arc, Portugal shares with most of those countries the fact that it led for centuries imperial systems, assuming a marginal position in relation to social movements in Europe that supported the "age of nationalisms", in the 19th and 20th centuries. Meanwhile, it is distinguished by the particularity that, after the French invasions, no more was its territory a stage for international conflicts or for serious and prolonged internal conflicts that could endanger its independence and national unity, while supporting tensions and nationalist social movements. In this context, our aim is to question the generalization of the ideas of “homeland” and “nation”, considering the diversity of the relations centre-periphery, with a special attention to the social dualisms city-province, north-south and State-Local Communities.

JOSÉ ESTEVES PEREIRA

Identidade, estado e o paradigma da centralização

Resumo

Portugal, enquanto espaço político de forte identidade e poder de integração e diversidade cultural, constrói-se ao longo do tempo. Essa construção implicou um

processo próprio de estruturação centralizada que vem do crescente engrandecimento do poder régio, passando pela projecção de uma forte capacidade de controlo ultramarino (Brasil), pela expressão típica do estatismo e absolutismo pombalino que a teoria e prática liberais dimensionam depois de modo específico na superação da funcionalidade policêntrica do Antigo Regime.

Muitos dos debates de sentido descentralizador (v.g. regionalização) que vêm até aos nossos dias e caracterizam aspectos da cultura política portuguesa só se podem explicar pela compreensão adequada a partir da vigência de um efectivo e persistente paradigma de centralização. Mas a definição identitária de Portugal na Península Ibérica e na Europa, além da vertente política, exige ainda que se atenda a factores culturais e mentais que poderia circunscrever em três temas: espontaneidade e resistência; unidade e atlanticidade; identidade nacional e Europa.

Identity, State and the paradigm of centralization

Abstract

Portugal, as a political space with a strong identity and power of integration and cultural diversity, was built over time. This construction involved a centralized structuring process that came from the increasing enhancement of royal power, together with the projection of a strong ability to control overseas territory (Brazil), and the typical expression of Pombal's statism and absolutism that later on liberal theory and practice dimensioned in a specific way towards the overcoming of the polycentric functionality of the Old Regime.

Many of the debates towards decentralization (such as regionalization) that came to the present day featuring aspects of the Portuguese political culture can only be explained by the proper understanding of the presence of an effective and persistent paradigm of centralization. But the identity definition of Portugal in the Iberian Peninsula and in Europe, beyond the political aspect, also requires cultural and mental factors that can be limited to three themes: 1. spontaneity and resistance; 2. unity and Atlanticism 3. national identity and Europe.

RUI CUNHA MARTINS

A problemática da fronteira, a matéria identitária e os operadores do limite. Demarcação, ilimitação e centralidade

Resumo

Propõe-se uma reflexão sobre o conceito de fronteira, estimado enquanto operador das problemáticas nacionais e identitárias. A incidência na sua versão de mecanismo, ou de dispositivo de mecanismos, permitirá percorrer, em simultâneo, dois

níveis analíticos: o que reflecte sobre a historicidade das propriedades e funções residentes no corpo do conceito; e o que se debruça sobre as mobilizações políticas desse mesmo conceito, no quadro do debate mais amplo sobre o próprio lugar do limite na contemporaneidade.

The issue of borders, the identity matter and the operators of limits. Demarcation, ilimitation and centrality

Abstract

We propose a reflection on the concept of *frontier*, seen as the *operator* of national issues and identities. The incidence in its version of *mechanism*, or mechanisms' device, will allow two simultaneous analytical levels: one that reflects on the *historicity* of the properties and functions that reside in the body of the concept; and another focusing on the *political* mobilization of that concept in the context of the wider debate about the proper place of *limit* in contemporary times.

RITA RIBEIRO

A Europa em Portugal: uma cartografia das distâncias

Resumo

Fronte de terra debruçada sobre o oceano, Portugal está, para além dos mapas, simbolicamente incrustado entre dois mundos, fazendo dessa vertigem – e equilíbrio – boa parte da sua história. A agudeza da polarização entre a matriz europeia e a vocação imperial emerge do debate de ideias desde a segunda metade do século XIX e permanece hoje como tematização privilegiada da autodefinição nacional. Deste modo, importa procurar conhecer a dimensão europeia da identidade portuguesa, procurando compreender como, no último século, Portugal se posicionou face à Europa e que sentido tem a ideia de Europa para os portugueses. Dito de outro modo, como se identificam os portugueses com a Europa e com que Europa se identificam. Hoje, mais de vinte anos após a adesão à Comunidade Europeia, a pertença europeia é plenamente assumida, ainda que se possa dizer tratar-se de uma aceitação tácita e funcional da europeização de Portugal. Ou seja, mantemos com a Europa uma relação ambivalente, que espelha a própria fluidez identitária que caracteriza a modernidade tardia.

Europe in Portugal: A mapping of the distances

Abstract

A piece of land overlooking the ocean, Portugal is, beyond maps, symbolically embedded between two worlds, making this vertigo – and balance – much of its own history. The sharpness of the polarization between the European matrix and the

imperial vocation emerges from the debate of ideas since the second half of the 19th century and remains today as the main theme of national self-definition. Thus, it is important to know the European dimension of Portuguese identity, seeking to understand how, in the last century, Portugal has positioned itself with Europe and what is the meaning of the idea of Europe for the Portuguese. In other words, to know how do the Portuguese identify themselves with Europe, and with what kind of Europe do they identify with. Today, more than twenty years after joining the European Community, the European belonging is fully assumed, although we can say that this is a tacit and functional acceptance of the Europeanization of Portugal. That is, we have with Europe an ambivalent relationship that reflects the identity fluidity that characterizes late modernity.

ÁNGEL RIVERO

Europa y la identidad nacional portuguesa

Resumo

El proyecto de la Unión Europea está atravesado por dos lógicas de identidad en tensión que reflejan maneras distintas de interpretar su lema: “unidad en la diversidad”. Por una parte, está la lógica de la civilización europea, el proyecto progresista de construir una sociedad que se quiere mejor, más libre y más segura; que deje atrás las guerras civiles europeas, desarrollando unos rasgos característicos *europeos*: el individualismo, la economía de mercado y la democracia. Pero junto a esta visión de una única civilización europea está la visión opuesta de Europa como un mosaico de culturas orgánicas unidas para preservar su diversidad. Aquí la unidad es subsidiaria al fin principal de preservar identidades y culturas heredadas. La lógica de la civilización es la del cambio cultural; la lógica de la cultura, la de la preservación de un legado que se valora de una forma positiva. Ahora bien, ambas de alguna manera se necesitan. La lógica de la civilización precisa de una identidad europea más firme y más densa congruente con su proyecto integrador, algo para lo que el proyecto de una ciudadanía europea parece no bastar. La lógica de la cultura, por su parte, ha de dejar sitio a su pesar al individualismo, al mercado y a la democracia como medios con los que generar los recursos que permitan la protección de la cultura en un mundo globalizado. En mi comunicación quiero mostrar el significado más preciso de estas lógicas en el proyecto europeo y la raíz común que mantienen ambas. Pero además quiero mostrar de qué manera afectan a la identidad nacional portuguesa. Esto es, si la transforman en el sentido de la civilización; o si movilizan la resistencia frente al cambio en el sentido de la protección de la cultura.

Europe and the Portuguese national identity

Abstract

The European Union project is crossed by two logics of identity that reflect different ways of interpreting the motto "unity in diversity." On the one hand there is the logic of European civilization, the progressive project of building a better, freer and safer society, to leave behind the European civil wars, developing European traits: individualism, the economy market and democracy. But along with this vision of a single European civilization is the opposite view of Europe as a functional mosaic of cultures together to preserve their diversity. Here the unit is subsidiary to the main purpose of preserving inherited identities and cultures. The logic of civilization is the one of cultural change; the logic of culture is the preservation of a heritage that is valued in a positive way. Yet somehow both are needed. The logic of civilization needs a stronger and denser European identity consistent with its integration project, something for which the project of European citizenship may not be sufficient.

The logic of culture, for its part, must make room for individualism, market and democracy as the means by which to generate the resources to the protection of culture in a globalized world. In this paper we want to show the more precise meaning of these logics in the European project and their common roots. Also, we aim at demonstrating how they influence the Portuguese national identity, that is, if they transform it in the sense of civilization; or if they favor resistance to change, in the sense of protecting culture.

TERESA FERREIRA RODRIGUES

Das realidades quantificáveis às percepções. Imigração e Segurança em Portugal

Resumo

À semelhança do que sucede na Europa demograficamente envelhecida, também em Portugal o impacto dos fluxos migratórios se torna difícil de prever, a médio e longo prazo. Historicamente um país de emigrantes, Portugal tornou-se atractivo a partir de 1993. No entanto, existem perfis migratórios diferenciados em termos regionais, resultado de formas e direcções variadas de desenvolvimento económico e social, os quais geram desafios, riscos e oportunidades também diversas. Num tempo de mudança parece-nos pertinente avaliar a relação que no contexto das dinâmicas migratórias se estabelece entre factos quantificáveis (volumes, tipologias, comunidades) e as percepções de (in)segurança que as mesmas podem gerar.

From quantifiable realities to perceptions. Immigration and Security in Portugal**Abstract**

As in the case of a demographically aging Europe, in Portugal the impact of migrations is also difficult to predict in the medium and long term. Historically a country of emigrants, Portugal has become an attractive country since 1993. However, there are different migration profiles in regional terms, which are the result of various types and directions of economic and social development, which create diverse challenges, risks and opportunities. In a time of changes it seems pertinent to evaluate, in the context of migration dynamics, the relation established between measurable facts (volumes, types, communities) and the perceptions of (in)security that they can generate.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES

A etno-epo-história e os mitos fundacionais da nação – “Viriato” de Teófilo Braga**Resumo**

A “narrativa epo-histórica” sobre Viriato, escrita por Teófilo Braga em 1904, sugere uma reflexão sobre os mitos fundacionais da Nação e o seu enraizamento no imaginário colectivo, como representação da “alma portuguesa”, que visa explicar numa perspectiva amplamente cultural a antiguidade da nacionalidade através da evocação da raça, da história, da tradição, da língua. Inclui-se este texto no labor de escavação/revitalização dos mitos nacionais – impulsionado pelos estudos históricos, etnográficos, mas também pela “reconstrução poética” – levado a cabo pelas elites intelectuais de Oitocentos, motivando essa convocação do passado a legitimação de interesses do presente.

The “etno-epo-history and the foundational myths of the Nation – ‘Viriato’ by Teófilo Braga**Abstract**

The "epo-historical narrative" about Viriato written by Teófilo Braga in 1904 suggests a reflection on the foundational myths of the nation and its roots in the collective imagination, as a representation of the "Portuguese soul" that seeks to explain, in a wider cultural perspective, the antiqueness of nationality through the evocation of race, history, tradition and language. The referred text is included in the effort of digging/revitalization of national myths – driven by historical and ethnographic studies, but also by "poetic reconstruction" – carried out by the intellectual elite of the 18th

century, with this convening of the past being motivated by the legitimization of present interests.

JOSÉ MANUEL SOBRAL

Identidade nacional Portuguesa no século XX – Representações oriundas de Portugal e do Brasil

Resumo

Este trabalho debruça-se sobre algumas das representações mais influentes da identidade nacional portuguesa no século XX, que se devem, entre outros, a figuras importantes do campo intelectual português e brasileiro como Jorge Dias, Mendes Correia, Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Hollanda. Procura-se mostrar, por um lado, que a preocupação com a caracterização da identidade nacional portuguesa, um facto relevante tanto em Portugal como na sua antiga colónia, implica a circulação de discursos e de imagens da identidade entre intelectuais de ambos os países; e, por outro, que ela se insere em contextos políticos e culturais, que não se restringem aos espaços nacionais português e brasileiro, que constituem os seus referentes.

Portuguese national identity in the 20th century – Representations from Portugal and Brazil

Abstract

This intervention focuses on some of the most influential representations of the Portuguese national identity in the 20th century, which we owe to important figures of the intellectual Portuguese and Brazilian elite, such as Jorge Dias, Mendes Correia, Gilberto Freyre and Sérgio Buarque de Hollanda, among others. We will attempt to show, on the one hand, that the concern with the characterization of Portuguese national identity, a relevant fact both in Portugal and in its former colony, involves the circulation of identity discourses and images among intellectuals of both countries; and, on the other hand, that it falls into political and cultural contexts that are not restricted to the Brazilian and Portuguese national territories, which are nevertheless their references.

AUGUSTO SANTOS SILVA

Amoras bravas no Verão: o país de Eugénio de Andrade

Resumo

Este artigo propõe uma leitura da poesia de Eugénio de Andrade (1923-2005), como elaboração criativa sobre questões de identidade. E, em particular, procura

caracterizar a relação entre o poeta e o seu país. Põe, assim, em relevo uma dupla afinidade. Afinidade da poesia solar com a experiência vivida ao rés-do-chão, rente à terra e ao território, das portuguesas e dos seus filhos. E afinidade da poesia consigo própria, com a opção radical pela expressão mais lapidar, e por aí afinidade formal com essoutros trabalhos de transformação de simples matérias disponíveis em obra sua e comunicável para uso de outrem, esses trabalhos que qualificam os camponeses, os artesãos e as lides caseiras. A poesia não é, pois, um derivado, para o poeta, um efeito ou uma aplicação da representação da pátria; a pátria é que é um efeito da poesia: uma criação da palavra poética. A palavra poética é a mais forte e mais constante ligação de Eugénio de Andrade ao seu país.

Wild berries in the summer: the country of Eugenio de Andrade

Abstract

This paper proposes a reading of the poetry of Eugenio de Andrade (1923-2005), as a creative elaboration on questions of identity. In particular, we aim at characterizing the relationship between the poet and his country. Therefore, we propose a dual affinity: affinity of solar poetry with the experience lived in the ground floor, close to the land and the territory, the Portuguese women and their children; and the poetry's affinity with itself, with the more radical option for a terser kind of expression, and through this, a formal affinity with those other works of transformation of simple materials available in his poetry and communicable to other's usage, those works that characterize peasants, artisans and domestic work. Therefore, poetry is not a derivative for the poet, an effect or application of the representation of the motherland; it is the motherland that is an effect of poetry: a creation of the poetic word. The poetic word is the strongest and most constant connection of Eugénio de Andrade to his country.

JOSÉ ADELINO MALTEZ

Timor. A última nação imaginada do século XX

Resumo

A primeira Nação-Estado deste século vive um intenso conflito entre os processos de *state building* e de *nation-building*, onde a ausência de um efectivo monopólio da violência legítima, assente no aparelho de poder estadual, levou a que se gerasse um exagerado intervencionismo da comunidade internacional na ordem interna. Abundam peritos e consultores desenraizados, tanto de organismos internacionais e ONGs como de potências interessadas na segurança e economia da região. Aquilo que foi uma colónia atípica do império português, dado que os modelos de conformação e

ocupação soberanistas não foram efectivos, levou a que, depois do abandono de 1975, o vazio de poder convidasse tanto à ocupação pelo exército indonésio, como ao recrudescimento do catolicismo, levando a que uma religião coincidissem com a resistência e a identidade nacionais. Depois dos grandes movimentos de solidariedade global, provocados pelas violências das milícias, em guerra por procuração, essa parte da ilha do crocodilo quase se transformou numa nova ilha da utopia e da uchronia. Agora, chegou a hora das realidades, isto é, das circunstâncias de lugar e de tempo, com pessoas concretas. E, na prática, a teoria é outra, porque o construtivismo da comunidade internacional actua como uma espécie de corpo estranho sobre uma pluralidade de populações que ainda não tiveram direito ao urgente olhar antropológico pós-colonial. Porque as formas e os carimbos de nação, democracia e religião correspondem a efectivos sincretismos, onde as convergências e divergências implicam que a emergência não corresponde às intenções dos homens, mas às respectivas acções.

Timor. The last imagined nation of the 20th century

Abstract

The first nation-State of the present century is living an intense conflict between the processes of "state building" and "nation building", where the absence of an effective monopoly of legitimate violence, based on the State power, led to the excessive intervention of the international community in its internal affairs. Uprooted experts and consultants proliferate from both international organizations and NGOs and the powers interested in the security and economy of the region. Timor was an atypical colony of the Portuguese empire, since the models of sovereign conformation and occupation were not effective, which meant that, after the abandonment of 1975, the lack of a central power led both to the occupation by the Indonesian army and the rise of Catholicism, originating a situation in which a specific religion coincided with national resistance and identity. After the great global solidarity movements, caused by the violence of the militias in a proxy war, this part of the crocodile island almost turned into a new island of utopia and uchronia. Now is the time of realities, that is, the circumstances of place and time, with real people. And in practice, the theory is different because the constructivism of the international community acts as a kind of foreign body on a plurality of populations that are still to be observed by the urgent post-colonial anthropological look; because the forms and shapes of nation, democracy and religion correspond to actual syncretisms, where convergences and divergences imply that the emergency does not meet the intentions of men, but their actions.

MARIA DE FÁTIMA AMANTE

A reprodução quotidiana dos mitos nacionais: o caso de Nuno Álvares Pereira**Resumo**

A figura de Nuno Álvares Pereira, um dos heróis medievais da nação portuguesa, foi recentemente recuperada e as suas características reproduzidas e reavaliadas como modelares por alguns sectores da sociedade portuguesa. A canonização forneceu o pretexto para uma (re)introdução discursiva do mito e da identidade nacional no quotidiano dos portugueses. Neste artigo proponho-me, por um lado, avaliar a importância do mito na memória colectiva enquanto parte da construção nacional, e por outro detectar as várias formas como o mito é reproduzido e reciclado para a contemporaneidade, concentrando-nos para tal na análise dos vários contextos em que esse processo teve lugar. Esta abordagem implica conciliar teoricamente duas perspectivas que são, em princípio, não só diferentes mas até antagónicas: o *ethnosimbolismo* e a sua concepção da nação como “uma comunidade sagrada”, cujas raízes étnicas são pré-modernas; e o *nacionalismo banal*, perspectiva claramente secular e materialista. Vamos recuperar a importância do mito na construção nacional e o elemento “quotidiano” que se detecta na apropriação colectiva e reprodução do mesmo.

The daily reproduction of national myths: the case of Nuno Álvares Pereira**Abstract**

The image of Nuno Álvares Pereira, one of the Portuguese medieval heroes, was recently restored and his characteristics reproduced and re-evaluated as exemplary by some sectors of the Portuguese society. His canonization has provided a pretext for a discursive (re)introduction of myth and national identity in the everyday life of the Portuguese. In this paper we propose, on the one hand, to evaluate the importance of myth in the collective memory as part of the nation construction and, on the other hand, to detect the various ways by which the myth is reproduced and recycled for the contemporary times, focusing for this analysis the various contexts in which this process took place. This approach involves reconciling two theoretical perspectives that are, apparently, not only different but even conflicting: the *ethnosymbolism* and its conception of the nation as a 'holy community', whose ethnic roots are pre-modern; and the *banal nationalism*, a secular and materialistic perspective of national identities. We will recover the importance of myths in national construction and the 'everyday' element that we can find in its collective appropriation and reproduction.



BIOGRAFIA DOS AUTORES

ADRIANO MOREIRA

Doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e Doutor em Direito pela Universidade Complutense de Madrid. É Professor da Universidade Católica Portuguesa e no Instituto Superior Naval de Guerra. Doutor Honoris Causa pelas Universidades Aberta, da Beira Interior, Manaus, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro. É membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia de Marinha, da Academia de Ciências Morales y Políticas de Madrid e da Academia Portuguesa da História. Foi ministro do Ultramar entre 1961-1963, deputado desde 1979 e vice-presidente da Assembleia da República entre 1991-1995.

Publicou recentemente:

A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas. Lisboa: Almedina, 2008.

Teoria das Relações Internacionais. Coimbra, 1996.

A Europa em Formação. Lisboa, 1974.

ÁNGEL RIVERO

Doutorado em Filosofia e Letras pela Faculdade de Letras da Universidade Autónoma de Madrid (UAM) e BSc (Hons) em Ciências Sociais, Política e Sociologia pela Open University (UK). É professor titular de Ciência Política e Administração na Universidade Autónoma de Madrid. Foi Visiting Scholar Fulbright na Graduate Faculty of Political and Social Science da New School University (Nova York). Os seus interesses centram-se na Teoria Política, na História das Ideias Políticas e no Nacionalismo. Foi director do departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UAM (2000-2003). Actualmente é co-director do Master de Estudos Portugueses da UAM.

Publicou recentemente:

“Nacionalismo y multiculturalismo. Una traición a la verdadera izquierda?”, *Cuadernos de Pensamiento Político*, n.º 17, enero/marzo 2008, p. 137-154.

“La restauración católica de Portugal. Nacionalismo y religión en el Estado Novo de Salazar”, in COLOM e RIVERO – *El Altar y el Trono. Ensayos sobre el Catolicismo Político Iberoamericano*. Barcelona, 2006, p. 83-104.

“El mito comunero y la construcción de la identidad nacional en el liberalismo español”, in GONZÁLEZ, Francisco Colom – *Relatos de Nación. La Construcción de las Identidades Nacionales en el Mundo Hispánico*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2005, p. 147-158.

AUGUSTO SANTOS SILVA

Doutorado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e agregado em Ciências Sociais, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, onde é professor catedrático. Recentemente exerceu funções de ministro dos Assuntos Parlamentares do XVII Governo Constitucional.

Publicou recentemente:

A Sociologia e o Debate Público: Estudos sobre a Relação entre Conhecer e Agir. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

Por uma Política de Ideias em Educação. Intervenções no XIV Governo, 1999-2001. Porto: Edições Asa, 2002.

Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal (em colaboração com Carlos Fortuna). Porto: Edições Afrontamento, 2002.

CARLOS DIOGO MOREIRA

Doutorado em Ciências Sociais pelo ISCSP e agregado em Antropologia pelo mesmo instituto. É professor catedrático no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde exerce igualmente funções de coordenação da Unidade Científico-Pedagógica de Antropologia. É investigador do CEPESE, integrando o grupo de investigação, *Relações Externas de Portugal*.

Publicou recentemente:

Teorias e Práticas de Investigação. Lisboa: ISCSP, 2007.

Pátria, Identidade e Nação. Lisboa: ISCSP, 2007.

DAVID JUSTINO

Doutorado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. É professor associado do departamento de Sociologia da FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Fundador e director da *SociNova* e coordenador de diversos projectos de investigação. Foi ministro da Educação no período de 2000 a 2004 e assessor da Presidência da República de 2006 a 2007. Tem-se interessado pelos domínios da Sociologia Histórica e da Educação

No domínio da Sociologia Histórica tem privilegiado o confronto das governações liberais do século XIX e democráticas do século XX. No domínio da Sociologia da Educação, os projectos em curso centram-se sobre os contextos sociais do abandono escolar e os sistemas de avaliação do desempenho escolar.

Publicou recentemente:

"Integração política e cívica – Cidadania e civismo. Participação política. Acesso à nacionalidade", in VITORINO, António (coord.) – *Imigração: Oportunidade ou ameaça*. Lisboa: FC Gulbenkian, Principia, 2007.

A Reforma do Ensino secundário. Porto: Porto Editora, 2006.

FERNANDO DE SOUSA

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É professor catedrático da Universidade do Porto e da Universidade Lusíada do Porto. É Presidente do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, e coordenador do grupo de investigação, *Relações Externas de Portugal*.

Publicou recentemente:

As relações Portugal-Brasil no século XX (coord.). Porto: CEPESE / Fronteira do Caos, 2010.

“O primeiro inquérito à emigração (1843)”, in *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009). Porto: CEPESE, 2009.

A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840). Porto: CEPESE, 2009.

Espólio fotográfico Português. Porto: CEPESE, 2008.

O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834). Porto: CEPESE, 2008 (co-editor).

Félix Pereira de Magalhães. Um político do Liberalismo Português. Lisboa: Assembleia da República/Dom Quixote, 2008.

GUILHERME DE OLIVEIRA MARTINS

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É professor convidado da Universidade Lusíada e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Exerce actualmente as funções de presidente do Tribunal de Contas, presidente do Centro Nacional de Cultura, auditor geral da Assembleia da União Europeia Ocidental, primeiro vice-presidente da EUROSAI e presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Exerceu funções de ministro da Presidência (2000-2002), ministro das Finanças (2001-2002) e ministro da Educação (1999-2000). Foi secretário de Estado da Administração Educativa (1995-1999) e deputado à Assembleia da República (II, III, VI, VII, IX, X e XI Legislaturas). Foi vice-presidente da Comissão Nacional da UNESCO,

presidente da SEDES e secretário-geral da Comissão Portuguesa da Fundação Europeia da Cultura

Publicou recentemente:

Os Grandes Mestres da Estratégia. Estudos sobre o poder, a guerra e a paz (em colaboração). Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

Património, Herança e Memória – A Cultura como Criação. Lisboa: Gradiva, 2009.

O Novo Tratado Reformador Europeu. Tratado de Lisboa – o Essencial. Lisboa: Gradiva, 2008.

A Lei de Enquadramento Orçamental. Anotada e Comentada (em colaboração). Coimbra: Ed. Almedina, 2007.

Portugal, Identidade e Diferença – Aventuras da Memória. Lisboa: Gradiva, 2007.

Europa, Portugal e a Constituição Europeia. Lisboa: Colibri, 2006.

JOSÉ ADELINO MALTEZ

Doutorado em Ciências Sociais e agregado em Ciência Política pela Universidade Técnica de Lisboa. É professor catedrático da Universidade Técnica e decano da respectiva área no ISCSP.

Publicou recentemente:

Biografia do Pensamento Político I. Lisboa: ISCSP, 2007.

Metodologias da Ciência Política. Lisboa: ISCSP, 2006.

Tradição e Revolução: uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI (2 vols.). Lisboa: Tribuna da História, 2005.

Curso de Relações Internacionais. Lisboa: Principia, 2002.

JOSÉ ESTEVES PEREIRA

Doutorado em Filosofia pela Universidade de Coimbra e agregado em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa. Professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Aí coordena e preside à Comissão Científica do Departamento de Estudos Políticos. É director do Centro de História da Cultura e presidente do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira. Dirige a revista *CULTURA – Revista de História das Ideias*.

Publicou recentemente:

“Pensamento Político em Portugal no século XIX”, in Atas do VII Colóquio Antero de *Quental-Pensamento, Experiência e Formas Políticas em Portugal e no Brasil (séculos XIX e XX)*. S. João del Rei, MG, Brasil: UFSJ, 2007, p. 54-84.

“Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a criação da Biblioteca Pública”, in VAZ, Francisco Lourenço; CALIXTO, José António (coord.) – *Frei Manuel do Cenáculo- Construtor de Bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006, p. 11-21.

“José Marinho (1904-1975) e o pensamento português contemporâneo”, in *O Pensamento e a Obra de José Marinho e Álvaro Ribeiro*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 311-327.

JOSÉ MANUEL SOBRAL

Doutorado em Antropologia pelo Instituto Superior Ciências do Trabalho e da Empresa, é investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi presidente da Associação Portuguesa de Antropologia entre Dezembro de 2001 e Setembro de 2006. É membro da ASEN (Association for the Study of Ethnicity and Nationalism) e da AAA (American Anthropological Association). Tem-se interessado pelas teorias do nacionalismo e a formação da identidade nacional portuguesa numa perspectiva comparada, dos sentimentos nacionais de imigrantes em Portugal, do racismo e das desigualdades de género.

Publicou recentemente:

Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

A Pandemia Esquecida. Olhares Comparados sobre a Pneumónica 1918-1919. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

“Race and Space in the Interpretations of Portugal: The North-South Division and Representations of Portuguese National Identity in the Nineteenth and Twentieth Centuries”, in ROSEMAN, Sharon; PARKHURST, Shawn (eds.) – *Recasting Culture and Space in Iberian Contexts*. Albany: SUNY Press, 2008, p. 205-224.

“Cidadania, Nacionalidade, Imigração: um breve historial das suas inter-relações com referência ao caso português”, in ESTRADA, Isabel (coord.) – *Cidadania no Pensamento Político Contemporâneo*. Lisboa: Editorial Principia, 2008.

“Pierre Bourdieu e o Estudo da Identidade Nacional”, in PINTO, José Madureira; PEREIRA, Virgílio Borges (orgs.) – *Pierre Bourdieu, a Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

“O Memória e Identidade Nacional”, in SILVA, Manuel Carlos (ed.) – *Nação e Estado: entre o local e o global*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É professora associada no departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CEPESSE, integrando o grupo de *Relações Externas de Portugal*, directora da Revista *População e Sociedade*.

Publicou recentemente:

O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834). Porto: CEPESSE, 2008 (co-editora).

Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004). Porto: Editora da Universidade do Porto, 2006.

MARIA DE FÁTIMA AMANTE

Doutorada em Ciências Sociais pela Universidade Técnica de Lisboa. É professora auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL. É investigadora integrada do CEPESSE, onde exerce funções de vice-presidente e de coordenação da linha de investigação “Relações Portugal-Espanha” no Grupo *Relações Externas de Portugal*. Tem-se interessado particularmente pela temática das identidades locais e nacionais e construção cultural das fronteiras.

Publicou recentemente:

“Local discursive strategies for the cultural construction of the border: The case of the Portuguese–Spanish border”, in *Journal of Borderlands Studies*, 25, (1), 2010, p. 99-114.

“Cultura e cooperação. Desafios e entraves à relação Ibérica no contexto da Europa”. Revista de *População e Sociedade*, 17. Porto: CEPESSE, 2009, p. 155-168.

Fronteira e Identidade: Construção e Representação Identitária na Raia Luso Espanhola. Lisboa: ISCSP, 2007.

RITA RIBEIRO

Doutorada em Sociologia pela Universidade do Minho, é professora auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho. Exerce aí funções de diretora do II Ciclo de Estudos em Sociologia. É investigadora no CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais. Tem desenvolvido investigação na área da sociologia da cultura, designadamente no âmbito das identidades, dos rituais e da memória.

Publicou recentemente:

A Europa na Identidade Nacional. Porto: Afrontamento, 2011.

“Identidade Europeia: nem unidade, nem diversidade”, in *Intersecções Identitárias*. Famalicão: Húmus, 2010.

RUI CUNHA MARTINS

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor auxiliar. É também professor visitante dos programas de pós-graduação em Ciências Criminais e em História da PUCRS (Porto Alegre-Brasil),

assim como professor participante do programa de doutoramento em Direito da UFPE (Recife-Brasil), onde integra a linha inter-universitária de pesquisa "Protecção de bens jurídicos nas relações nacionais e internacionais".

Investigador no Instituto de História e Teoria das Ideias. Investigador integrado do CEIS20, no qual é responsável pela linha de investigação "Fronteiras, democracia e direitos humanos", e investigador associado do CITCEM (linha de estudo "*Landscape, Borders and Powers*"). É também director da Colecção *O Tempo e a Norma*, na Editora Almedina.

Publicou recentemente:

Portugal 1974. Transição Política em Perspectiva Histórica. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

O Ponto Cego do Direito: the Brazilian Lessons. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

O Método da Fronteira – Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas). Coimbra: Almedina, 2008.

TERESA FERREIRA RODRIGUES

Doutorada em História Contemporânea (Especialidade Demografia) e agregada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Professora associada com agregação na FCSH e no ISEGI.

Investigadora do CEPESE, onde coordena o grupo de *População e Prospectiva*.

Publicou recentemente:

“Espaços e Populações do século XXI”. *Janus 2010. Portugal no Mundo. Meio século de Independências Africanas*. Lisboa: UAL/Público, 2010, p. 56-57.

“Dois Lados do mesmo sonho. A nova Emigração Brasileira em Portugal”, in *Culturas Cruzadas em Português, Redes de Poder e Relações Culturais (PORTUGAL-BRASIL, séc. XIX e XX)*. Brasília, 2010, p. 132-151 (em colaboração com Mário Melo Ribeiro).

A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade (coord.). Porto: Ed. Afrontamento, 2009.

Regionalidade Demográfica e Diversidade Social (coordenação com J.Teixeira Lopes, L. Baptista, M.J.Moreira). Porto: Ed. Afrontamento, 2009.

“As Correntes Migratórias Internacionais e a Europa”. *Lusíada Revista de Relações Internacionais*, n.º 6/8. Porto: Universidade Lusíada, 2007, p. 31-56.



CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE

CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE



População e Sociedade

(Revista do CEPESE)
18 números publicados
(10, 11 e 12 esgotados)



Colecção Economia e Sociedade

A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)
Fernando de Sousa
CEPESE, Ed. COSMOS
2001
esgotado



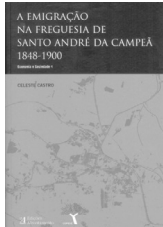
A População Portuguesa no Século XIX

Teresa Rodrigues
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



História da População Portuguesa

Teresa Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)

Celeste Castro
CEPESE, Edições Afrontamento
2010



Colecção Militarium Ordinum Analecta (últimos números)

A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI

Joel Silva Ferreira Mata
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida
2007



História das Íclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis

Paula Pinto Costa (coord.)
CEPESE, Fundação Eng. António de Almeida
2008



Comendas das Ordens Militares na Idade Média

Luís Adão da Fonseca
CEPESE
2009



Colecção os Portugueses no Mundo

A Comunidade Lusíada em Joanesburgo

Paulo Bessa
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



Migrações e Desenvolvimento

Maria Ortelinda Barros Gonçalves
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2009
esgotado



Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil.
José Sacchetta Ramos Mendes
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



As Relações Portugal-Brasil no século XX
Fernando de Sousa; Paula Santos; Paulo Amorim (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



Relações Portugal-Espanha
Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2000
esgotado



Relações Portugal-Espanha: Uma História paralela, um destino comum?
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, FRAH
2002
esgotado



Relações Portugal-Espanha: O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias
Conceição Meireles Pereira (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



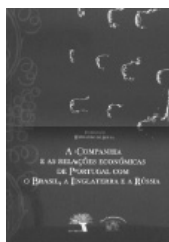
Douro e Real Companhia Velha
Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2009
esgotado



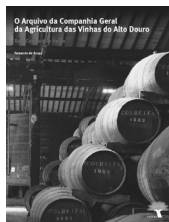
Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2003
esgotado



O Vinho do Porto em Gaia & Companhia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



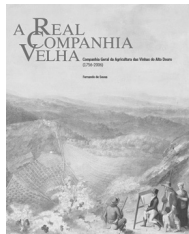
A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



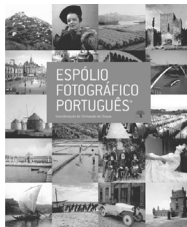
O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2003



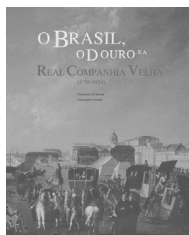
O Património Cultural da Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2004



*A Real Companhia Velha.
Companhia Geral da
Agricultura das Vinhas do
Alto Douro (1756-2006)*
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2006



Espólio Fotográfico Português
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2008



*O Brasil, o Douro e a Real
Companhia Velha*
Fernando de Sousa e
Conceição Pereira
CEPESE
2008



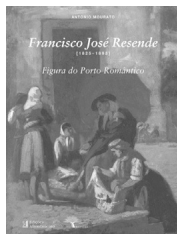
*O Património Cultural da região
de Bragança-Zamora*
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Associação Ibérica dos
Municípios Ribeirinhos do Douro
2008
esgotado



Arte e Património
*O Património Histórico-Cultural
da região de Bragança-Zamora*
Luís Alexandre Rodrigues
(coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005
esgotado



*Os Franciscanos no Mundo
Português: Artistas e Obras I*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2009
esgotado



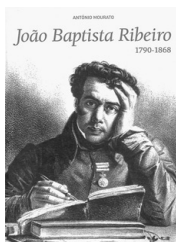
*Francisco José Resende
(1825-1893)*
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



A Encomenda. O Artista. A Obra.
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2010



*Artistas e Artífices no Mundo
de Expressão Portuguesa*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008
esgotado



*João Baptista Ribeiro
(1790-1868)*
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2010

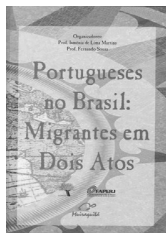


*Dicionário de Artistas e Artífices
do Norte de Portugal*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008
esgotado



*A Misericórdia de Vila Real e as
Misericórdias no Mundo de
Expressão Portuguesa*
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2011

Emigração Portuguesa para o Brasil



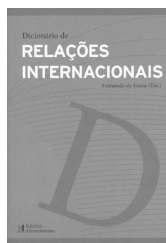
Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos
Ismênia de Lima Martins e
Fernando de Sousa (org.)
CEPESE, FAPERJ
2006



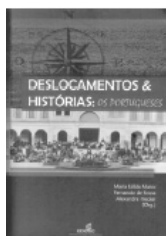
Um Passaporte para a Terra Prometida
Fernando de Sousa; Ismênia
Martins; Lená Medeiros de
Menezes; Maria Izilda Matos;
Maria de Nazaré Sarges; Susana
Serpa Silva (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



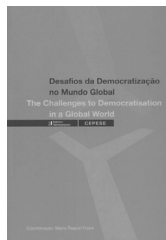
A Emigração Portuguesa para o Brasil
Fernando de Sousa; Ismênia
Martins; Conceição Meireles
(coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



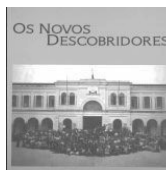
Relações Internacionais
*Dicionário de Relações
Internacionais*
(2.ª edição)
Fernando de Sousa (dir.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



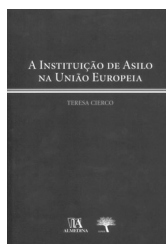
*Deslocamentos & Histórias:
Os Portugueses*
Izilda Matos; Fernando de Sousa;
Alexandre Hecker (org.)
CEPESE, EDUSC
2008



*Desafios da Democratização no
Mundo Global*
Maria Raquel Freire (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2004
esgotado



Os Novos Descobridores
Fernando de Sousa e Conceição
Meireles Pereira (org.)
CEPESE
2008



*A Instituição de Asilo na União
Europeia*
Teresa Cierco
CEPESE, Almedina
2010



*Nas duas Margens:
Os Portugueses no Brasil*
Fernando de Sousa; Ismênia
Martins; Izilda Matos (org.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



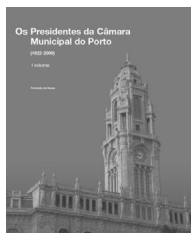
*Entre Mares. O Brasil dos
Portugueses*
Fernando de Sousa; Nazaré
Sarges; Izilda Matos;
Otaviano Vieira; Cristina
Cancela (org.)
CEPESE, Editora Paka. Tatu
2010



Publicações autónomas
*Estudos e Ensaios em
Homenagem a Eurico Figueiredo*
Isabel Babo Lança (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005
esgotado



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes
Fernando de Sousa
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



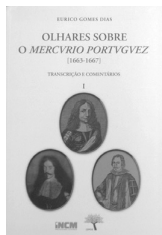
Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)
Fernando de Sousa (coord.),
2 vols
CEPESE
2009



Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos. Duas décadas de Cátedra. Homenagem a Luís Adão da Fonseca
Armando Luis de Carvalho Homem; José Augusto Pizarro; Paula Pinto Costa (ed.)
CEPESE, Livraria Civilização
2009



Moncorvo. Da Tradição à Modernidade
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



Olhares sobre o Mercurio Portuguez 1663-1667, 2 vols.
Eurico Gomes Dias
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, CEPESE
2010



A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas
Cristina de Abreu (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011

SÓCIOS FUNDADORES, SÓCIOS COLECTIVOS E PATRONOS DE HONRA DO CEPESÉ

Sócios Fundadores

Universidade do Porto

Fundação Eng. António de Almeida



Sócios Colectivos

Banco Espírito Santo

CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário

ESCOM

ISMT – Instituto Superior Miguel Torga

ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga

Mota Engil, SGPS

Real Companhia Velha

UNISLA

Universidade Lusíada do Porto

Universidade Lusófona do Porto



Patronos de Honra

Agência Abreu

Câmara Municipal de Bragança

Câmara Municipal de V. N. Gaia

Câmara Municipal do Porto

Carnady – Comércio Internacional

Cordeiros Galeria

Douro Azul

Vicaima




COLABORAM NESTA EDIÇÃO

ADRIANO MOREIRA
ÁNGEL RIVERO
AUGUSTO SANTOS SILVA
CARLOS DIOGO MOREIRA
DAVID JUSTINO
GUILHERME D' OLIVEIRA MARTINS
JOSÉ ADELINO MALTEZ
JOSÉ ESTEVES PEREIRA
JOSÉ MANUEL SOBRAL
MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES
MARIA DE FÁTIMA AMANTE
RITA RIBEIRO
RUI CUNHA MARTINS
TERESA FERREIRA RODRIGUES

APOIO

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR




Ciência, Inovação 2010 Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Programa FACC
FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA

